

**UNIVERSDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM CONTABILIDADE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE GERENCIAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE A GESTÃO
FINANCEIRA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ**

WILLSON GERIGK

CURITIBA

2008

WILLSON GERIGK

**O IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE A GESTÃO
FINANCEIRA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre. Programa de
Mestrado em Contabilidade do Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Clemente.

CURITIBA

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Gerigk, Willson

O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios do Paraná / Willson Gerigk – Curitiba, 2008.
315p.

Trabalho apresentado ao Programa de Mestrado em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2008.

Orientador: Ademir Clemente

Banca Examinadora: Ademir Clemente, Paulo Mello Garcias, Valdir Michels.

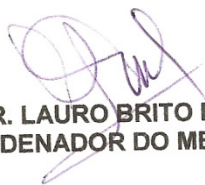
Bibliografia

1. Gestão financeira municipal. 2. LRF. 3. Pequenos municípios. 4. Indicadores Municipais financeiros e de gestão. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD-352

“O IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ”.

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CONTABILIDADE (ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS), E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.



PROF. DR. LAURO BRITO DE ALMEIDA
COORDENADOR DO MESTRADO

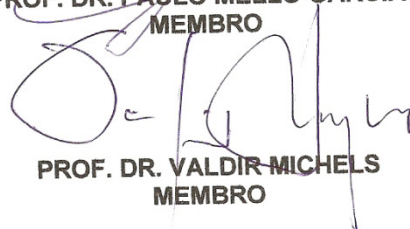
APRESENTADO À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA PELOS PROFESSORES:



PROF. DR. ADEMIR CLEMENTE
PRESIDENTE



PROF. DR. PAULO MELLO GARCIAS
MEMBRO



PROF. DR. VALDIR MICHELS
MEMBRO

A meu Pai, Rudolfo Gerigk, que dedicou toda sua vida profissional aos problemas da contabilidade e administração pública de um pequeno município paranaense.

A minha Mãe, Maria Tereza Cruz Gerigk, que sempre esteve ao seu lado nesta caminhada.

A minha esposa, Marylene, e aos meus filhos, Ingridy e Murilo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a Nossa Senhora Aparecida e a São Mateus por todo amparo e benção recebidos durante este período de estudos.

A toda a minha família que sempre esteve ao meu lado incentivando e contribuindo para que fosse possível o término desta fase.

Especiais, ao Prof. Dr. Ademir Clemente, pela orientação, apoio, incentivos, confiança, pelos seus valiosos ensinamentos e conselhos que sempre objetivaram o meu crescimento, e que em muitos momentos ultrapassaram a relação aluno/professor e pairaram no campo da amizade, **MUITO OBRIGADO**.

Ao meu grande amigo e colega de turma Marcelo Resquetti Tarifa o qual tive a grata oportunidade de conhecer e conviver durante o mestrado, o qual contribuiu muito comigo durante os estudos e também faz parte desta conquista.

Aos professores do Curso de Mestrado da Universidade Federal do Paraná: Ademir Clemente, Ana Paula S. M. Cherobim, Antonio de Loureiro Gil, Jaime Crozatti, Lauro Brito de Almeida, Leilah Santiago Bufrem, Paulo Mello Garcias e Vicente Pacheco, pelos valiosos ensinamentos durante o curso.

Aos Professores Paulo Mello Garcias e Valdir Michels, que gentilmente aceitaram em participar das bancas examinadoras e por suas valorosas contribuições ao estudo.

A coordenação do Curso de Mestrado em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do Prof. Dr. Lauro Brito de Almeida.

Aos colegas de turma, em especial, às amigas Delci Grapegia Dal Vesco e Ely Célia Corbari pela amizade, convivência e pelas valiosas conversas e troca de idéias durante o curso.

A Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, especialmente, o Departamento de Ciências Contábeis e o Setor de Ciências Sociais Aplicadas, que não mediram esforços para que eu pudesse cursar o mestrado.

RESUMO

Esta pesquisa, abordando as peculiaridades e as atribuições inerentes aos municípios e diante da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem por objetivo avaliar e mensurar os reflexos restritivos da LRF sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de vinte mil habitantes e verificar se tais reflexos são mais intensos sobre os menores. A fundamentação teórica aborda os conceitos relacionados à administração no setor público brasileiro, a lei de responsabilidade fiscal, administração pública gerencial, gestão municipal e gestão financeira municipal. A metodologia utilizada é hipotético-dedutiva, e foram estabelecidas duas hipóteses avaliadas por meio de testes empíricos com os dados dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, nos exercícios de 1998 e 2006. É caracterizada como pesquisa descritiva e explicativa quanto aos objetivos; bibliográfica e documental quanto aos procedimentos e quantitativa quanto à abordagem do problema. Os municípios paranaenses que disponibilizaram informações junto a FINBRA – Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional, constituíram-se no objeto da pesquisa e foram segmentados em três grupos: 1) com população até cinco mil habitantes, denominados municípios extremamente pequenos; 2) com população entre 5 e 10 mil habitantes, caracterizados como muito pequenos; 3) com população entre 10 e 20 mil habitantes, denominados municípios pequenos. As técnicas estatísticas empregadas foram: média, desvio-padrão, coeficiente de variação e regressão linear múltipla. Nas análises de regressão foram utilizadas 22 variáveis explicativas, envolvendo aspectos financeiros e de gestão. Conclui-se a pesquisa verificando que os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes tiveram seu espaço de manobra da gestão financeira impactado negativamente pela vigência da LRF; que não se observa mudanças no comportamento do espaço de manobra dos municípios extremamente pequenos, porém, nos municípios pequenos a LRF reduziu o espaço de manobra existente.

Palavras-chave: Gestão financeira municipal. LRF. Pequenos municípios. Indicadores Municipais financeiros e de gestão.

ABSTRACT

This research, addressing the peculiarities and the inherent powers to municipalities and ahead of the Responsibility Fiscal Law (RFL), aims to assess and measure the restricting impact of RFL on the manoeuvre room of the financial management of Paraná municipalities with up to twenty thousand inhabitants and verify if these reflections are more intense on the minors. The theoretical foundation deals with concepts related to the administration in the Brazilian public sector, the responsibility fiscal law, public administration management, municipal management and municipal financial management. The methodology used is hypothetical-deductive, and were established two hypotheses evaluated by testing with empirical data from Paraná municipalities with fewer than 20 thousand inhabitants in the years 1998 to 2006. This research is characterized as descriptive and explanatory in respect to the goals; literature and documentary in relation to the procedures and quantitative in regard to the adopted approach. The Paraná municipalities that have provided information to the FINBRA - Finance of Brazil, the Department of National Treasury, were the object of this research and were classified into three groups: 1) municipalities with up to five thousand inhabitants, known as extremely small municipalities, 2) municipalities whose population is in the range from 5 to 10 thousand inhabitants, characterized as very small, 3) municipalities whose population is in the range from 10 to 20 thousand people, called small municipalities. The statistical techniques employed were: average, standard deviation, coefficient of variation and multiple linear regression. In the regression analyses were used 22 variables, including financial and management aspects. It follows the search Paraná noting that municipalities with fewer than 20 thousand people had their room for manoeuvre of financial management negatively impacted by the life of the RFL, which does not observe changes in the behaviour of room for manoeuvre of extremely small municipalities, however, in RFL small municipalities to cut the existing room for manoeuvre.

Key-words: Municipal financial management. RFL. Small municipalities. Financial and management municipal indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	– INSTRUMENTOS DE GESTÃO DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	36
FIGURA 2	– FUNÇÕES DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	38
FIGURA 3	– GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	61
FIGURA 4	– FASES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	67
FIGURA 5	– CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL, FUNCIONAL E PROGRAMÁTICA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	69
FIGURA 6	– FASES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	71
FIGURA 7	– ETAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA MUNICIPAL.....	73
FIGURA 8	– CICLO OPERACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	75
FIGURA 9	– CICLO FINANCEIRO MUNICIPAL.....	76
FIGURA 10	– OBJETIVOS DA GESTÃO FINANCEIRA MUNICIPAL.....	77
FIGURA 11	– ETAPAS DO MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO SEGUNDO POPPER.....	82
FIGURA 12	– REPRESENTAÇÃO DO RESÍDUO.....	88
GRÁFICO 1	– HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998.....	118
GRÁFICO 2	– HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 2006.....	122
GRÁFICO 3	– HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998 e 2006.....	127
GRÁFICO 4	– HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998.....	131
GRÁFICO 5	– HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 2006.....	135
GRÁFICO 6	– HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998 e 2006..	140
GRÁFICO 7	– HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998.....	144
GRÁFICO 8	– HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS PEQUENOS – 2006.....	148
GRÁFICO 9	– HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998 e 2006.....	152

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – SEGMENTOS DA PESQUISA..... 93

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	–	DIVISÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	32
QUADRO 2	–	LIMITES PARA AS DESPESAS COM PESSOAL CONFORME A LRF.....	45
QUADRO 3	–	COMPARATIVO ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA E GERENCIAL.....	54
QUADRO 4	–	CONTABILIDADE PÚBLICA <i>VERSUS</i> CONTABILIDADE PÚBLICA GERENCIAL.....	58
QUADRO 5	–	VARIÁVEIS INDEPENDENTES DA DIMENSÃO FINANCEIRA.....	94
QUADRO 6	–	VARIÁVEIS INDEPENDENTES DA DIMENSÃO DE GESTÃO.....	95
QUADRO 7	–	ELEMENTOS DEFINIDORES DO ESPAÇO DE MANOBRA DA GESTÃO FINANCEIRA.....	97
QUADRO 8	–	LEGISLAÇÃO QUE TRATA DOS LIMITES PARA AS DESPESAS MUNICIPAIS.....	99
QUADRO 9	–	SEGMENTOS DA PESQUISA SEM OBSERVAÇÕES ATÍPICAS.....	104
QUADRO 10	–	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 5 MIL HABITANTES - VALORES CONSTANTES - BASE IGP-DI: 2006=100.....	105
QUADRO 11	–	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 5 MIL E 10 MIL HABITANTES - VALORES CONSTANTES- BASE IGP-DI: 2006=100.....	106
QUADRO 12	–	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 10 MIL E 20 MIL HABITANTES - VALORES CONSTANTES- BASE IGP-DI: 2006=100.....	106
QUADRO 13	–	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 5 MIL HABITANTES - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO EM E <i>EM PER CAPITA</i>	107
QUADRO 14	–	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 5 MIL E 10 MIL HABITANTES - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO EM E <i>EM PER CAPITA</i>	108
QUADRO 15	–	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 10 MIL E 20 MIL HABITANTES - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO EM E <i>EM PER CAPITA</i>	109
QUADRO 16	–	MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS INDICADORES RELATIVOS AO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998 E 2006.....	111
QUADRO 17	–	MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS INDICADORES RELATIVOS AO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998 E 2006.....	112
QUADRO 18	–	MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS INDICADORES	

	RELATIVOS AO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998 E 2006.....	112
QUADRO 19	– ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998.....	113
QUADRO 20	– ANOVA - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998.....	114
QUADRO 21	– COEFICIENTES - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998.....	115
QUADRO 22	– TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998.....	118
QUADRO 23	– ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 2006.....	119
QUADRO 24	– ANOVA - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 2006.....	119
QUADRO 25	– COEFICIENTES - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 2006.....	120
QUADRO 26	– TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 2006.....	122
QUADRO 27	– ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998 E 2006.....	123
QUADRO 28	– ANOVA - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998 E 2006.....	124
QUADRO 29	– COEFICIENTES - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998 e 2006.....	124
QUADRO 30	– TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998 e 2006.....	127
QUADRO 31	– ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998.....	128
QUADRO 32	– ANOVA - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998.....	129
QUADRO 33	– COEFICIENTES - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998.....	129
QUADRO 34	– TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998.....	131
QUADRO 35	– ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 2006.....	132
QUADRO 36	– ANOVA - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 2006.....	132
QUADRO 37	– COEFICIENTES - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 2006.....	133
QUADRO 38	– TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 2006.....	135
QUADRO 39	– ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998 E 2006.....	136
QUADRO 40	– ANOVA - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998 E 2006.....	137
QUADRO 41	– COEFICIENTES - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998 E 2006.....	137
QUADRO 42	– TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998 E 2006.....	139

QUADRO 43	– ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998	141
QUADRO 44	– ANOVA - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998.....	141
QUADRO 45	– COEFICIENTES - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998.....	142
QUADRO 46	– TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998.....	143
QUADRO 47	– ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 2006.....	144
QUADRO 48	– ANOVA - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 2006.....	145
QUADRO 49	– COEFICIENTES - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 2006.....	145
QUADRO 50	– TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 2006.....	147
QUADRO 51	– ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998 E 2006.....	148
QUADRO 52	– ANOVA - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998 E 2006.....	149
QUADRO 53	– COEFICIENTES - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998 E 2006.....	149
QUADRO 54	– TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998 E 2006.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ARO – Antecipação de Receita Orçamentária

BDE – Base de Dados do Paraná - Iparde

CF – Constituição Federal

EMGFM – Espaço de Manobra da Gestão Financeira Municipal

FINBRA – Finanças do Brasil – dados contábeis dos municípios

IBGE – Instituto Brasileiro da Geografia e Estatística

IGPDI/FGV – Índice Geral de Preços Distribuição Interna - Fundação Getúlio Vargas

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PDV – Plano de Demissão Voluntária

PPA – Plano Plurianual

RCL – Receita Corrente Líquida

SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONTEXTO	17
1.2 PROBLEMA	21
1.3 OBJETIVOS	23
1.4 HIPÓTESES	24
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	25
1.6 JUSTIFICATIVA	26
1.7 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1 ADMINISTRAÇÃO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO	29
2.1.1 Organização político-administrativa do setor público no Brasil	29
2.1.2 Administração pública	30
2.1.3 O município e a administração pública municipal	34
2.1.4 O sistema de planejamento público municipal	36
2.2 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	38
2.2.1 Contexto brasileiro, origens e premissas da LRF	39
2.2.2 A LRF, o planejamento e a administração pública	42
2.2.3 A Lei Federal nº 4.320/64 e a LRF	49
2.2.4 A LRF e a administração pública gerencial	50
2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL	51
2.3.1 Evolução dos modelos da administração pública	52
2.3.2 Administração pública gerencial	52
2.3.3 Contabilidade pública e a contabilidade pública gerencial	55
2.3.4 Administração pública gerencial e a contabilidade pública gerencial	59
2.4 GESTÃO MUNICIPAL	60
2.4.1 Gestão pública municipal	60
2.4.2 Finanças públicas municipais	62
2.4.2.1 Receitas públicas municipais	64
2.4.2.2 Despesas públicas municipais	67
2.4.2.3 Execução orçamentária e financeira municipal	72
2.4.3 Gestão financeira municipal	74
2.4.4 A LRF e a gestão financeira municipal	78
3 METODOLOGIA	80

3.1 CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO MÉTODO DE PESQUISA	81
3.2 CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO TIPO DE PESQUISA.....	82
3.3 CARACTERIZAÇÃO QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	83
3.4 CARACTERIZAÇÃO QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	84
3.5 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	85
3.5.1 Estatística descritiva.....	86
3.5.2 Análise de regressão múltipla	87
3.5.3 Avaliação do modelo de regressão.....	89
3.5.4 Pressupostos da análise de regressão múltipla	91
3.6 OBJETO DA PESQUISA E SEGMENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	93
3.7 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS E DAS FONTES DOS DADOS.....	94
3.8 CONSTRUCTO DA PESQUISA	97
3.8.1 Definição do constructo	97
3.8.2 Mensuração do constructo.....	100
4 ANÁLISE DOS DADOS	103
4.1 TRATAMENTO DOS DADOS.....	103
4.2 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	104
4.4 TESTES ESTATÍSTICOS MULTIVARIADOS.....	110
4.4.1 Definição da variável dependente	111
4.4.2 Análise de regressão dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes.....	113
4.4.2.1 Análise de regressão dos municípios com menos de 20 mil habitantes em 1998	113
4.4.2.2 Análise de regressão dos municípios com menos de 20 mil habitantes em 2006	119
4.4.2.3 Análise de regressão dos municípios com menos de 20 mil habitantes - 1998 e 2006	123
4.4.3 Análise de regressão dos municípios paranaenses com até cinco mil habitantes.....	128
4.4.3.1 Análise de regressão dos municípios extremamente pequenos em 1998	128
4.4.3.2 Análise de regressão dos municípios extremamente pequenos em 2006	132
4.4.3.3 Análise de regressão dos municípios extremamente pequenos – 1998 e 2006	136
4.4.4 Análise de regressão dos municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes	140
4.4.4.1 Análise de regressão dos municípios pequenos em 1998.....	141
4.4.4.2 Análise dos resultados dos municípios pequenos em 2006.....	144
4.4.4.3 Análise de regressão dos municípios pequenos – 1998 e 2006.....	148
4.4.5 Teste das hipóteses da pesquisa	152
5 CONCLUSÕES.....	157
REFERÊNCIAS.....	160
APÊNDICES.....	166
ANEXOS.....	167

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa estuda os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos pequenos municípios paranaenses e, nesta seção, são apresentados o contexto do problema, os objetivos, as hipóteses da pesquisa, a delimitação e as justificativas do estudo.

1.1 CONTEXTO

A organização político-administrativa brasileira, definida na Constituição Federal de 1988, é composta pelas seguintes esferas de governo: a União, os Estados e o Distrito Federal e os Municípios. Esferas que devem desenvolver os serviços públicos de sua responsabilidade e agir, em determinadas situações conjuntamente com as demais, com o objetivo de atender as necessidades da população, preservando-se a autonomia política, administrativa e financeira de cada uma das esferas.

Os Municípios, nesta estrutura organizacional, têm papel de destaque, pois, são vistos como os que melhor podem atender às demandas da população, por estarem mais próximos de seus problemas e, teoricamente, de suas soluções.

Para Matias e Campello (2000), por meio da evolução histórica, os Municípios estão concentrando cada vez mais responsabilidade pela atuação governamental. Alguns exemplos são: a saúde, por meio dos regimes de gestão plena e semiplena; a educação, por meio da municipalização; os equipamentos urbanos e a política habitacional. O Município vem agregando atividades que, geralmente, eram responsabilidade dos Estados e da União. Essa tendência deve manter-se ou aumentar, devido à exaustão do modelo centralizado e da carência econômica das demais esferas governamentais.

A Constituição Federal de 1988 possibilitou a consolidação do processo de ampliação dos recursos tributários nas mãos dos municípios, principalmente dos recursos partilhados (transferências), e incorporou os municípios brasileiros (unidades sub-nacionais) ao sistema federativo, dotando-os de uma autonomia em termos legais/formais (MENEZES, 2002). A mesma Constituição Federal elevou os direitos de participação dos Municípios nas receitas da União e dos Estados, principalmente, em relação ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que passou dos 10% estipulados na Constituição Federal de 1967, para 22,5% na

Constituinte de 1988, ou seja, mais que dobrou a composição do fundo a ser distribuído entre os municípios.

Segundo Moura Neto e Palombo (2006), nos últimos anos, as novas regras de repartição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM incentivaram a proliferação de centenas novas unidades municipais; na maioria dos casos, muito pequenas e sem a menor condição de se sustentarem sem os repasses do governo federal. Sem dúvida, em um país onde as unidades locais são caracterizadas por enorme heterogeneidade de tamanho e renda, as transferências cumprem um importante papel na busca pela equalização da capacidade de gasto dos municípios brasileiros. Contudo, incentivar a criação de novas unidades sem base econômica própria, sustentadas exclusivamente por recursos advindos de outras localidades mais ricas, não é justificado pelo princípio da equidade regional. Principalmente porque a maior parte desses recursos não estão vinculados a nenhum tipo de gastos, permitindo à burocracia municipal alocá-los livremente, sem também haver nenhum tipo de mecanismo de acompanhamento e avaliação de performance desses gastos.

Essa tendência é confirmada no Estado do Paraná, pois, após a Constituição Federal de 1988, foram criados 88 (oitenta e oito) novos municípios no Estado, sendo que 85 (oitenta e cinco) destes com população inferior a 20 mil habitantes, ou seja, mais de 96% dos municípios criados são considerados de pequeno porte.

Costa, Faroni e Vieira (2006) relatam que a situação econômico-financeira dos municípios, que pode ser caracterizada como um conjunto de despesa, receita, dívida, disponibilidade financeira, além de compreender o superávit ou déficit, sofreu nas últimas décadas com a má gestão dos recursos públicos. Somada a falta de mecanismos legais e de experiência no controle fiscal, resultou em um desequilíbrio orçamentário, consequência de uma longa trajetória de gastos excessivos sem planejamento que se iniciava no primeiro ano de mandato e continuava nos mandatos seguintes.

Diante dos constantes desequilíbrios das contas públicas e das administrações irresponsáveis frente aos entes públicos, houve a necessidade de enrijecer o controle sobre as finanças públicas e fortalecer os instrumentos de planejamento, estabelecendo metas, objetivos e resultados a serem atingidos pelos administradores públicos, principalmente, no âmbito dos municípios de pequeno porte. Pois, nestes, certamente, a população é a que mais sente os reflexos de uma gestão irresponsável e o não cumprimento dos resultados planejados, se for considerado que quanto menor o município maior a dependência da população pela estrutura de serviços públicos municipais. Assim, com o objetivo de mudar a situação das

contas públicas entrou em vigor a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo Sena e Rogers (2007), a Lei de Responsabilidade Fiscal surgiu em face aos grandes déficits públicos e ao acúmulo de dívidas resultante deles. As dificuldades de gestão dos recursos públicos vinham-se arrastando de um governo a outro. Um ordenador de despesa assumia determinado cargo político e mesmo sabendo das condições financeiras precárias da entidade, postergava ações concretas e efetivas, transferindo para outros mandatos o peso do desequilíbrio das contas públicas. Assim, os governos se viam obrigados a recorrer repetidas vezes aos endividamentos para cobrir as deficiências orçamentárias, submetendo-se a altos juros para continuar financiando sua dívida. Isto resultava, conseqüentemente, na incerteza de saldar os compromissos assumidos. Desta forma, dois limites impostos pela lei ganharam destaques para controlar os gastos públicos: limite de endividamento e limite de gasto com pessoal. Mesma linha de argumentação de Matias-Pereira (2006, p. 305) que afirma “[...] com a Lei de Responsabilidade Fiscal foi deflagrado o processo para combater o crônico desequilíbrio fiscal da administração pública brasileira, tanto em nível federal, estadual, como municipal; por meio de um rígido controle do endividamento público [...].”

A LRF, ao dispor sobre finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, tem como objetivos: melhorar a qualidade das ações de gestão fiscal dos recursos públicos confiados aos administradores públicos e coibir os abusos que provocam danos ou prejuízos ao patrimônio público (MATIAS-PEREIRA, 2006, p. 303).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu novas funções à contabilidade pública objetivando o controle orçamentário e financeiro, garantindo-lhe um caráter mais gerencial. Com essa Lei enfatizou-se o interesse das informações contábeis não apenas à Administração Pública e aos seus gestores, mas também à sociedade que se tornou mais ativa no processo de acompanhamento e fiscalização das contas governamentais (SENA; ROGERS, 2007).

Catelli e Santos (2004) argumentam que a gestão pública torna-se cada vez mais uma preocupação cotidiana dos cidadãos. Estes estimulados a participar da vida sociopolítica, são continuamente informados, pelos meios de comunicação, sobre os impactos dos planos, das políticas, dos orçamentos, dos déficits e superávits dos governos na qualidade de vida de cada membro e setor da sociedade. Com isso, demandam para que cada vez mais que os gestores públicos não apenas se atenham com disciplina aos limites dos escassos recursos orçados, mas

otimizem a aplicação desses recursos em políticas que atendam efetivamente as necessidades da sociedade.

Para Matias-Pereira (2007), os administradores públicos deverão seguir as regras e limites claros para conseguir administrar as finanças públicas de maneira transparente e equilibrada. Com o descumprimento das normas os gestores públicos estarão sujeitos às penalidades impostas pela LRF e legislação complementar. Neste sentido, argumenta o referido autor, a Lei de Responsabilidade Fiscal é um código de conduta para os administradores públicos na gestão das finanças públicas de todas as esferas de governo. A Lei visa melhorar a administração das contas públicas do Brasil.

Observa-se, com isso, que os gestores públicos, principalmente, no âmbito municipal, vêm convivendo com novas responsabilidades que vão além da necessidade de manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas, uma das principais premissas dessa nova ordem dentro das administrações públicas, mas também, precisam desenvolver ações que visem melhores resultados na aplicação dos recursos existentes, para que desta forma, possam suprir as novas e crescentes demandas por serviços públicos da população. Situação esta, certamente, agravada quando são abordados os municípios de pequeno porte.

Dentre os três níveis, o municipal é que possui ligações mais diretas com o cidadão brasileiro, pois assume todas as responsabilidades na ordenação da cidade e na organização dos serviços públicos locais, sendo considerado uma rede de relações sociais, econômicas e políticas agindo em favor da população. Assim, torna-se imprescindível a conscientização da importância do município e as consequências da LRF sobre os mesmos (SENA; ROGERS, 2007).

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece mecanismos norteadores para fomentar grandes avanços na política de planejamento brasileira, inserindo no seu texto o elo entre orçamento, a programação financeira e o fluxo de caixa, além de instrumento de acompanhamento, avaliação e ajuste do que foi planejado e orçado, evidenciando assim novas visões sobre como racionalizar os gastos públicos em nível de União, Estados e Municípios. Para os municípios de pequeno porte, no entanto, parecem, de modo geral, estar distantes de um planejamento eficiente, eficaz e efetivo capaz de incorporar as novas práticas. Parece existirem dificuldades, até mesmo, para elaborar de forma adequada o próprio orçamento, uma das principais ferramentas de planejamento e de controle utilizada pela administração pública brasileira (SANTANA *et al*, 2007).

A situação vivenciada pela maioria dos municípios brasileiros é de grande falta de recursos financeiros, comprometendo em muito suas administrações. O estrangulamento na

capacidade de tributar e a elasticidade da demanda por serviços públicos, decorrente da situação econômica e social do País são fatores cruciais, responsáveis por boa parte da enorme pressão a que estão sujeitos os gestores municipais.

Matias-Pereira (2006) relata que mesmo decorrido já algum tempo da vigência da LRF, evidencia-se diversos Estados e Municípios, com problemas sérios em suas finanças públicas, resultado de várias décadas de descontrole na gestão da coisa pública.

A LRF estabelece que os entes públicos, de todas as esferas de governo, prestem os serviços necessários à população mantendo equilíbrio entre receitas e despesas. A inexistência de déficits orçamentários é a situação considerada ideal segundo os preceitos da LRF. Porém, percebe-se que nem sempre o cumprimento dessas diretrizes é possível, conforme relatam Luque e Silva (2004), pois em função dos inúmeros problemas sociais de nosso País, o setor público vê-se obrigado a realizar uma série de gastos. É importante acentuar que, dada a realidade econômica e social da população e a ampla gama de ações que se espera do setor público, torna-se muito difícil evitar que sejam gerados déficits orçamentários.

Neste contexto, nota-se certa distância entre o que é preconizado pela LRF, como ideal para as contas públicas, e o que é possível ser efetivado pelas administrações públicas, diante das enormes necessidades enfrentadas pela população de modo geral, situação que é, certamente, mais aguda nos pequenos municípios.

1.2 PROBLEMA

Segundo Matias e Campello (2000), as relações que se processam no ambiente municipal constituem-se, em sua grande maioria, em fatos financeiros. Em virtude da complexidade de tais relações, a gestão financeira não pode ser analisada apenas por meio de seus processos internos, devendo-se ampliar o espectro da discussão para além das fronteiras fazendárias, abordando as relações entre governo e sociedade.

Em geral, observa-se que a gestão financeira municipal refere-se a duas grandes frentes: receitas e despesas. Colocado dessa forma, os problemas parecem simplistas, porém constituem-se em um complexo conjunto de decisões e alternativas, que envolvem aspectos organizacionais, legais, políticos, econômicos, sociais e ambientais (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 15).

As inter-relações existentes e o contexto vivenciado no ambiente municipal refletem-se, diretamente sobre as finanças públicas, elevando quantitativa e qualitativamente a demanda por serviços públicos, tendo por consequência a escassez dos recursos financeiros utilizados para suprir a procura existente. Com isso, cresce a importância da gestão financeira nos pequenos municípios, visto que a demanda é crescente e os recursos públicos, aplicados para atendê-la são escassos. Assim, a gestão financeira municipal tem por objetivo auxiliar a administração na busca otimizada dos resultados planejados, visando o aumento dos recursos financeiros e a diminuição da demanda existente pelos serviços públicos municipais.

As administrações públicas em geral convivem com outros aspectos que impactam na gestão das entidades públicas, além da escassez de recursos financeiros, como o princípio da legalidade e os limites constitucionais mínimos exigidos para a aplicação de recursos nas áreas de educação e saúde. Pelo princípio da legalidade os gestores públicos no desenvolvimento de suas ações devem observar, estritamente, o que a legislação determina; os limites constitucionais mínimos de aplicação na educação e saúde, 25% e 15% respectivamente, referem-se às receitas provenientes dos impostos municipais e as transferidas aos municípios pela União e pelo Estado e que foram arrecadadas por estes, na forma de impostos. Fatores que certamente atuam como restritivo à capacidade administrativa dos gestores frente aos entes públicos. Porém, tais aspectos, não são em hipótese alguma impeditivos para que os gestores públicos possam aplicar sua capacidade de gerenciamento frente às entidades públicas.

Na verdade, o que as administrações públicas, de todas as esferas de governo, têm buscado é uma mudança na forma de se administrar as entidades públicas, saindo do enfoque legalista passando para o enfoque dos resultados, ou seja, busca-se, com a adoção de práticas gerenciais, algumas provenientes da administração privada, atingir melhores resultados; em detrimento à postura administrativa burocrática que tem por finalidade apenas o cumprimento da legislação (OSBORNE; GAEBLER, 1995); (BRESSER-PEREIRA, 1998); MATIAS-PEREIRA, 2007).

Com essas fortes vinculações restritivas, com o enfoque na administração pública gerencial e a importância que os municípios têm dentro da estrutura público-administrativa brasileira, o espaço de manobra que o gestor municipal tem para atuar e as formas como são empregados os recursos decorrentes desse espaço, em prol da coletividade, reveste-se de importância no contexto da administração pública municipal. Visto que, a existência de espaços de manobra na gestão dos recursos financeiros nas administrações municipais e a utilização destes pelos gestores dos municípios, mesmo com toda a interferência da

legalidade, das vinculações existentes no setor público e da entrada em da vigência da LRF, é que justificam a existência das administrações a nível municipal, pois, se decisões não são tomadas quanto à destinação ou forma de aplicação dos recursos públicos, não existe razão para a existência de tal estrutura administrativa.

Admite-se que exista na administração pública municipal, espaço de manobra dentro da gestão financeira e que os gestores municipais utilizam-no para realizar suas administrações. Adota-se o pressuposto de que a LRF trouxe condicionamentos novos à gestão financeira dos municípios e isso certamente se refletiu em alterações de seu espaço de manobra, o qual é caracterizado como o montante de recursos financeiros sobre os quais os gestores públicos municipais têm certa liberdade para exercer sua capacidade administrativa. Tendo em vista esses pressupostos o presente estudo visa responder a seguinte questão de pesquisa: **De que forma e em que extensão a LRF se refletiu em alteração no espaço de manobra da gestão financeira dos municípios pequenos e extremamente pequenos do Estado do Paraná?**

Assume-se, nesta pesquisa, que os municípios extremamente pequenos são aqueles que têm população com até cinco mil habitantes, os municípios com população entre 5 e 10 mil habitantes são denominados muito pequenos e como pequenos municípios aqueles cuja população se encontra entre 10 mil e 20 mil habitantes.

1.3 OBJETIVOS

Para prover resposta à questão de pesquisa, o objetivo geral proposto é avaliar e mensurar os reflexos restritivos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de vinte mil habitantes e verificar se tais reflexos são mais intensos sobre os menores.

Segundo Richardson (2008, p. 63) os objetivos específicos definem “[...] etapas que devem ser cumpridas para alcançar o objetivo geral”. Como objetivos específicos têm-se os seguintes:

1. Organizar os principais conceitos sobre os temas administração pública e gestão financeira municipal;

2. Estabelecer o constructo de espaço de manobra da gestão financeira municipal, definir sua forma de representação e mensurá-lo para os exercícios financeiros de 1998 e 2006;
3. Analisar o comportamento do espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes diante da LRF;
4. Identificar dentre as variáveis explicativas, envolvendo aspectos financeiros e de gestão, quais explicam melhor o comportamento do espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes;
5. Verificar se a LRF influenciou o tamanho e a estrutura do espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes;
6. Verificar se os menores municípios paranaenses apresentam reflexos restritivos mais intensos da LRF sobre seu espaço de manobra da gestão financeira.

1.4 HIPÓTESES

Segundo Cervo e Bervian (1996, p. 26) “Em linguagem científica, a hipótese equivale, habitualmente, à suposição verossímil, depois comprovável ou denegável pelos fatos, os quais não de decidir, em última instância, sobre a verdade ou falsidade dos fatos que se pretende explicar”. Para Martins e Theóphilo (2007, p. 30) a hipótese de pesquisa é “[...] uma proposição, com sentido de conjectura, de suposição, de antecipação de resposta para um problema, que pode ser aceita ou rejeitada pelo resultado da pesquisa”. Marconi e Lakatos (2007, p. 28) afirmam que “[...], a hipótese sempre conduz a uma verificação empírica”.

Neste sentido, propõem-se as seguintes hipóteses para o problema de pesquisa levantado:

H₁ = O espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes tornou-se estrangido diante da LRF.

H₂ = Dentre os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, os menores têm seu espaço de manobra mais reduzido em função da LRF.

Na metodologia da presente pesquisa está definido o constructo do espaço de manobra da gestão financeira municipal, com o objetivo de viabilizar os testes das hipóteses levantadas no estudo.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 29) “Delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação”. Diante do tema tratado a pesquisa limita-se a duas abordagens, uma teórica e outra empírica.

Na abordagem teórica a pesquisa se limitará aos conceitos tratados na literatura especializada sobre a administração pública municipal, as novas suposições introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre a gestão financeira no ambiente público municipal e o estabelecimento do constructo sobre o espaço de manobra da gestão financeira municipal.

A abordagem empírica foi realizada com os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes e que disponibilizaram informações junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, nos exercícios financeiros de 1998 e 2006; os indicadores utilizados na pesquisa referem-se ao espaço de manobra da gestão financeira municipal e a coeficientes vinculados a aspectos financeiros e de gestão dos pequenos municípios paranaenses relativos aos exercícios pesquisados.

O período da pesquisa utiliza os exercícios de 1998 e 2006. Como o objetivo central do estudo é verificar os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a gestão financeira municipal procurou-se eliminar do estudo as possíveis interferências que as adaptações à LRF exigiram dos municípios. Como em 1998, não se discutia a LRF, entende-se que este exercício se apresenta livre de seus efeitos. O ano de 2006 é bem posterior à entrada em vigor da LRF, e levando em consideração que o primeiro mandato municipal sob sua vigência foi encerrado em 2004, pode-se supor que todas as adaptações à nova legislação já tivessem ocorrido. Desta forma o estudo está limitado ao ambiente dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes e aos exercícios analisados.

1.6 JUSTIFICATIVA

Para Richardson (2008) na justificativa explicitam-se os motivos de ordem teórica e prática que justificam a pesquisa.

Em relação aos entes públicos municipais, o que predomina são municípios de pequeno porte, entendidos como aqueles que possuem população até 20 mil habitantes. Conforme é percebido pelos dados da contagem da população realizada pelo IBGE em 2007, existem, atualmente, no País 5.564 municípios, desses, 4.004, tem população inferior a 20 mil habitantes, ou seja, 72% dos municípios brasileiros são considerados de pequeno porte. Em relação ao Estado do Paraná 317 de seus 399 municípios têm população com até 20 mil habitantes, representando um percentual de pouco mais de 79%. Percebe-se que os municípios de pequeno porte predominam tanto no Estado do Paraná como no âmbito nacional.

Segundo, ainda, dados do IBGE (2007) em relação ao Paraná e com o objetivo de propiciar uma visão estruturada dos municípios que se encontram na faixa populacional abordada, tem-se o seguinte cenário: a) 100 (cem) municípios com população até cinco mil habitantes que representam 25,1% dos municípios paranaenses; b) com população entre 5 e 10 mil habitantes existem 111 (cento e onze) municípios, o que equivale a 27,8% de todos os municípios; e c) 106 (cento e seis) municípios, 26,6% do total, encontram-se na faixa entre 10 e 20 mil habitantes.

Percebe-se desta forma, tanto no âmbito nacional como no do Estado do Paraná, a importância dos pequenos municípios para o setor público, acrescentando que em seus ambientes as organizações públicas locais, com raras exceções, configuram-se como os maiores e mais importantes agentes econômicos que atuam no espaço geográfico municipal, envolvendo movimentação financeira, aspectos econômicos e sociais. Segundo Brose (2002) parece haver um consenso na sociedade brasileira de que a qualidade de vida do cidadão depende cada vez mais do governo local. Mesmo entendimento de Matias e Campello (2000) e Menezes (2002).

Considerando-se que os recursos públicos são escassos diante das necessidades exigidas, no ambiente municipal a falta de recursos e o aumento da demanda por mais e novas modalidade de serviços públicos colocam a gestão financeira como um condicionante para o desenvolvimento da eficiência administrativa no ambiente público local.

O advento da LRF é considerado com um marco nas finanças públicas, com isso a presente pesquisa visa contribuir no sentido de identificar e mensurar o impacto da referida lei

na gestão financeira dos pequenos municípios paranaenses mediante a utilização de indicadores associados aos aspectos financeiros e de gestão, com o objetivo de auferir se ocorreram mudanças significativas nas finanças públicas municipais com o advento da LRF.

Há escassez de referencial teórico sobre gestão financeira municipal. Matias e Campello (2000, p. 14) argumentam que os pesquisadores têm voltado suas pesquisas para o tratamento de problemas que envolvem grandes agregados econômicos que dizem respeito à União e aos Estados, configurando-se um aparente desinteresse por estudos na esfera municipal. E que os estudos voltados a organizações públicas municipais focalizam problemas específicos – transportes, saneamento, urbanismo, educação, saúde –, não tratando, com exceção do planejamento, de questões relacionadas com a gestão.

Entende-se revestir-se de importância estudos que envolvam a administração pública dos pequenos municípios, pela expressiva parcela destas organizações na estrutura-político administrativa brasileira; pela crescente responsabilidade que os pequenos municípios têm assumido quanto à prestação de serviços públicos a sua população; pela escassez de recursos financeiros em contrapartida da crescente demanda da sociedade local por mais e novos serviços públicos; e porque a gestão financeira municipal impacta diretamente na vida dos municípios. E quando coerentemente realizada, seus reflexos geram uma boa situação financeira do ente municipal, e também impactam, positivamente, sobre os indicadores de gestão.

Desta forma, a presente pesquisa contribuirá na verificação dos impactos da LRF sobre a gestão financeira dos pequenos municípios paranaenses e seus reflexos sobre os indicadores financeiros e de gestões dos referidos municípios. Contribuindo no debate sobre as questões municipais, principalmente, no sentido de aumentar o conhecimento dos impactos da LRF sobre os municípios, bem como, contribuir para aumentar o referencial teórico sobre a gestão financeira municipal.

1.7 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além desta seção, que trata da introdução, a presente dissertação está estruturada em mais quatro partes descritas abaixo.

A segunda seção aborda a fundamentação teórica da pesquisa, enfocando os principais conceitos e outras informações identificadas na literatura sobre o tema administração pública, lei de responsabilidade fiscal, administração pública gerencial, contabilidade gerencial e gestão financeira municipal.

A terceira trata da metodologia, que caracteriza o estudo, os métodos utilizados na pesquisa, o objeto do estudo e as variáveis empregadas, as técnicas estatísticas utilizadas e, também, a definição do constructo do problema de pesquisa e sua forma de mensuração.

A quarta seção refere-se à análise dos dados, descrevem-se os resultados obtidos pela pesquisa empírica e são apresentados os testes das hipóteses propostas na pesquisa.

Na última seção, estão relatadas as conclusões a que se chegou por meio do resultado e da análise dos dados, as limitações que surgiram durante a pesquisa e as contribuições e sugestões para futuros estudos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica aborda os conceitos relacionados à administração no setor público brasileiro, a lei de responsabilidade fiscal, administração pública gerencial, gestão municipal e gestão financeira municipal.

2.1 ADMINISTRAÇÃO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

O presente tópico enfoca a organização administrativa do setor público no Brasil, a administração pública, o município e a administração pública municipal e o sistema de planejamento público municipal.

2.1.1 Organização político-administrativa do setor público no Brasil

A estrutura político-administrativa brasileira é formada pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme definido no artigo 1º, da Constituição Federal de 1988. Pressupõe-se, assim, que a organização do setor público brasileiro, abrange as esferas: Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, todas autônomas entre si, com direitos e deveres perante aos cidadãos. Para Nascimento (2006, p. 2) a autonomia dos entes públicos brasileiros caracteriza-se pelo poder de “[...] organização política, administrativa, tributária, orçamentária e institucional de cada um desses entes, [...]”.

Segundo Kohama (2008, p. 12) “[...], pode-se afirmar que a Organização Político-administrativa Brasileira é a de um Estado Federal e caracterizada pela união indissolúvel dos Estados-membros, dos Municípios e do Distrito Federal, [...]”.

As esferas públicas, responsáveis em propiciar, executar ou disponibilizar a população as condições e/ou atividades entendidas como necessárias para atender suas necessidades

básicas e de direito, estão estruturadas em poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Ressaltando que no caso dos Municípios o Poder Judiciário não faz parte de sua estrutura administrativa, o qual é disponibilizado no âmbito municipal pelo Estado.

A vontade estatal se apresenta e se manifesta pelos denominados Poderes de Estado, que na clássica tripartição de Montesquieu, até hoje adotado nos Estados de Direito, são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos. A função precípua do Poder Legislativo é a elaboração da lei (função normativa); a do Poder Executivo é a conversão da lei em ato individual e concreto (função administrativa); e a do Poder Judiciário é a aplicação coativa da lei aos litigantes (função judicial) (MEIRELLES, 2003, p. 59).

A estrutura administrativa do setor público brasileiro, em cada nível de governo, pode compreender duas instâncias, conforme (MEIRELLES, 2003); (NASCIMENTO, 2006); (KOHAMA, 2008):

(1) a administração direta, regida pelo direito público e exercendo as funções clássicas de governo a partir dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; as atividades públicas são exercidas diretamente pelos Poderes por intermédio de sua estrutura funcional e/ou administrativa;

(2) a administração indireta, regulada por normas de direito público e do direito privado, podendo assumir a forma de autarquia, empresas pública, sociedade de economia mista ou fundação, assim, determinadas atividades públicas são transferidas da incumbência direta do Governo e são realizadas por outra(s) entidade(s) por ele criada(s) ou que tenha autorizado a sua criação.

A finalidade da existência da estrutura político-administrativa, da divisão dos poderes dentro das esferas governamentais e da possibilidade de execução das atividades públicas diretamente ou indiretamente pelos entes públicos, é satisfazer as necessidades da população por meio dos serviços públicos.

2.1.2 Administração pública

Matias-Pereira (2008, p. 60) conceitua administração pública como “[...] o conjunto de serviços e entidades incumbidos de concretizar as atividades administrativas, ou seja, da execução das decisões políticas e legislativas”. O autor define que o propósito da

administração pública é “[...] a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual ou municipal, [...]”.

Os objetivos dos Entes Públicos (Federal, Estaduais e Municipais) são os de atender as necessidades da população, que são crescentes, mediante a administração dos recursos públicos existentes, que são escassos, em ações organizacionais que levem a realização de seus objetivos. Para Bobbio (1998 *apud* Matias-Pereira, 2008, p. 61) a administração pública “[...] designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal”.

Matias-Pereira (2007, p. 3) relata que de um lado está o Estado e do outro a sociedade, e a administração pública no meio. Para Meirelles (2003, p. 63), o Governo é responsável pela condução dos negócios públicos, utilizando os Poderes e órgãos que o integram para atingir seus objetivos. O autor afirma, também, que “A Administração é o instrumental de que dispõem o Estado para pôr em prática suas opções de Governo.” (MEIRELLES, 2003, p. 64). Assim, o Estado, que tem a responsabilidade de atender às demandas da sociedade, com serviços públicos de qualidade, os realiza por meio da administração pública.

Meirelles (2003, p.60) enfoca que a administração pública:

[...] em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Motta (1991 *apud* Matias-Pereira, 2008, p. 59) argumenta que governar significa tomar decisões sobre alternativas de ação para a sociedade. Tais alternativas têm como base, em princípio, o interesse público expressado coletivamente, de acordo com um processo administrativo onde demandas e apoios são convertidos em normas, produtos e serviços.

Matias-Pereira (2007, p. 5) afirma que a administração pública deve ser entendida como “[...] todo o sistema de governo, todo o conjunto de idéias, atitudes, normas, processos, instituições e outras formas de conduta humana, que determinam a forma de distribuir e de exercer a autoridade política e como se atendem os interesses públicos”.

A administração pública é a soma de todo o aparelho estatal, estruturado para realizar os serviços públicos, visando a satisfação das necessidades da população. Assim, administrar é gerir, por meio da prestação e execução, os serviços públicos. A administração pública,

dessa forma, deve atuar como um eixo de transmissão entre o governo e a sociedade com o objetivo de concretizar o bem comum (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Kohama (2008, p. 8) afirma que existe “[...] uma íntima sintonia entre a Administração Pública e o Serviço Público, fazendo pressupor, clara e nitidamente, que a execução deste seja feita privativamente por aquela, quer diretamente, quer por delegação.”

Meirelles (2006, p. 341) conceitua serviço público como “[...] todo aquele prestado pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Poder Público”.

A administração pública, neste sentido, caracteriza-se como a estrutura administrativa criada e mantida para a execução dos serviços públicos de competência do Ente Público, para atender de forma permanente ou emergencial as necessidades coletivas.

Para Slomski (2003, p. 366), serviço público é “[...] o conjunto de atividades-meio e de atividades-fins exercidas ou colocadas à disposição, prestadas diretamente, permitidas ou concedidas pelo Estado, visando proporcionar o maior grau possível de bem-estar social da coletividade.” O Quadro 1 exemplifica as atividades-meio e as atividades-fins desenvolvidas pela administração pública.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
ATIVIDADES-MEIO	ATIVIDADES-FINS
FUNÇÕES DE ASSESSORAMENTO <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa • Planejamento • Organização FUNÇÕES DE CHEFIA <ul style="list-style-type: none"> • Comando • Coordenação • Controle SERVIÇOS AUXILIARES <ul style="list-style-type: none"> • Administração de Pessoal • Administração de Material • Administração Financeira • Administração Patrimonial • Administração Orçamentária • Administração Documental • Administração do Cadastro Geral de Cidadãos 	ESSENCIAIS <ul style="list-style-type: none"> • Segurança • Defesa Nacional • Justiça COMPLEMENTARES <ul style="list-style-type: none"> • Proteção à Saúde • Proteção à Agricultura • Proteção à Educação • Promoção do Bem-Estar Social • Desenvolvimento Urbano • Desenvolvimento Econômico • Incremento de Obras Públicas SERVIÇOS PÚBLICOS <ul style="list-style-type: none"> • Transportes Coletivos • Iluminação • Limpeza Pública • Abastecimento, etc.

QUADRO 1 – DIVISÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FONTE: Slomski (2003, p. 366)

Pelo exposto no Quadro 1 observa-se que as atividades-meio são realizadas pela estrutura administrativa das entidades públicas e visam auxiliar os gestores públicos, por meio

de um conjunto de atividades técnicas com o objetivo de dar suporte administrativos para que as entidades públicas possam desenvolver e obter informações sobre os serviços públicos realizados por intermédio das atividades-fins. Às funções de assessoramento cabe orientação sobre o planejamento e as diretrizes a serem cumpridas pela administração pública no desenvolvimento de suas atribuições. As funções de chefia têm por objetivo comandar e controlar o desenvolvimento das atividades realizadas pelos serviços auxiliares em conformidade com as orientações e diretrizes do assessoramento superior. E os serviços auxiliares, que envolvem áreas específicas dentro da estrutura administrativa, desenvolvem funções técnicas com a finalidade de realizar os serviços administrativos incumbidos a cada setor. Por seu turno, as atividades-fins, representam os serviços realizados pelas administrações públicas e que têm por finalidade atender as necessidades da população, caracterizados como: essenciais, complementares e serviços públicos.

Segundo ensinamentos de Slomski (2003), as atividades-meio tem o objetivo de assegurar os controles internos da administração pública mediante as funções de assessoramento, chefia e dos serviços auxiliares. Já as atividades-fins têm como objetivo assegurar os serviços caracterizados como essenciais, complementares e públicos, cuja finalidade é a de promover o bem-estar social da coletividade, as atividades-meio dão suporte à realização das atividades fins, objetivo final dos serviços públicos.

A administração pública no Brasil envolve a participação de representantes da comunidade, de um administrador-chefe (presidente da República, governador de Estado ou prefeito municipal) e de outros administradores. E ao administrador-chefe cabe o papel de coordenar os esforços da entidade e gerir o patrimônio público, de forma a promover o bem-estar da sociedade, coordenando a alocação dos recursos públicos às diversas atividades gerenciadas, conforme prioridades expressas por meio de planos de ação, voltados ao alcance dos resultados desejados num determinado período (LIMA *et al. in* Catelli, 2001, p. 521-522).

A administração dos entes públicos impõem aos gestores o cumprimento de princípios constitucionais, que tem por objetivo reger suas condutas a frente das organizações públicas as quais administram. Conforme artigo 37 da CF/1988, os princípios que norteiam a administração pública são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O princípio da Legalidade significa que o administrador público somente pode fazer aquilo que a lei o autoriza realizar, por esta razão, por exemplo, que a execução do orçamento público é precedido da elaboração, discussão e aprovação de uma lei, a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Impessoalidade proíbe o tratamento diferenciado entre iguais, ou seja, a atividade administrativa deve estar voltada para o coletivo sem beneficiar ou prejudicar cidadãos ou grupos de cidadãos específicos, bem como, não pode haver promoção pessoal do administrador público por suas realizações.

O princípio da Moralidade estabelece que os atos administrativos praticados no âmbito do setor público, além de atenderem o que a lei determina devem estar amparados na lei ética.

A Publicidade determina que os atos praticados pelos administradores públicos devem ser revestidos de ampla divulgação para terem validade perante os interessados e a coletividade, busca-se a transparência às ações administrativas.

E o princípio da Eficiência rege que as ações executadas pela administração pública devem buscar sempre os melhores resultados e não realizar suas ações a qualquer custo, deve ser observado a relação custo-benefício. Para Matias-Pereira (2008), representa uma relação entre os recursos aplicados e o produto final obtido, é a razão entre o esforços e o resultado, entre a despesa e a receita.

Na administração pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer o que lei autoriza (MEIRELLES, 2003, p. 86). O administrador público, para realizar determinada ação, primeiro precisa verificar se a lei o autoriza, ou seja, a lei precisa autorizá-lo a fazer algo; diferentemente do administrador do setor privado, que é facultado a realizar aquilo que a lei não proíbe.

A estrutura político-administrativa brasileira compreende os três níveis de governo, cada qual com sua autonomia e responsabilidades para cumprir com suas atribuições institucionais perante a sociedade, devendo nesta finalidade utilizar adequadamente e de forma eficiente os recursos públicos existentes.

2.1.3 O município e a administração pública municipal

O Município, como unidade político-administrativa, surgiu com a República Romana, interessada em manter a dominação pacífica das cidades conquistadas pela força de seus exércitos. Os vencidos ficavam sujeitos, desde a derrota, às imposições do Senado, mas, em troca de sua sujeição e fiel obediência às leis romanas, a República concedia-lhes certas prerrogativas, que variavam de simples direitos privados até o privilégio político de eleger seus governantes e dirigir a própria cidade (MEIRELLES, 2003, p. 31-32).

Segundo Slomski (2003), o município, no Brasil, nasceu no Brasil-Colônia e foi aprimorado nas Constituições promulgadas desde então, e que tem na Constituição de 1988 seu ápice no que diz respeito à autonomia.

Para Menezes (2002), o município é reconhecido como a instituição que pode levar de forma mais eficiente e eficaz a presença do poder público ao interior do País, além de poder desempenhar o papel de agente do desenvolvimento econômico local.

Matias e Campello (2000) corroboram esse entendimento afirmando que é no município, a menor unidade administrativa da federação, que se encontram as condições mais adequadas para que seja formado um quadro nacional democrático e onde são geradas as situações mais favoráveis de intervenção, buscando alcançar padrões mais compatíveis com os considerados ideais. O poder local, por estar mais próximo dos problemas e por ser suscetível ao controle da sociedade, mostra-se mais adequado para atender às demandas sociais.

Os autores relatam, também, que por meio da evolução histórica percebe-se que os Municípios estão concentrando cada vez mais responsabilidade pela atuação governamental. O Município vem agregando atividades que, geralmente, eram de responsabilidade dos Estados e da União. Essa tendência deve manter-se ou aumentar, devido à exaustão do modelo centralizado e da carência econômica das demais esferas governamentais (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p.22).

Pode-se argüir que as proximidades das administrações públicas municipais com a sociedade, transformam-nas em principais responsáveis pela prestação de serviços públicos no espaço municipal, sendo cobradas, inclusive, por aqueles que não são de sua competência.

Para atender às demandas e aos anseios da população, os municípios utilizam serviços públicos, entendidos como aqueles realizados pelo ente público local, direta ou indiretamente, dentro de suas competências e dos seus limites territoriais.

Segundo Meirelles (2003, p. 330), os serviços de competência municipal são “[...] todos aqueles que se enquadrem na atividade social reconhecida ao Município, segundo o critério da predominância de seu interesse em relação às outras entidades estatais”.

A administração pública municipal caracteriza-se como a gestão dos recursos públicos financeiros, humanos e os que integram o patrimônio municipal, mediante a estrutura administrativa existente visando o desenvolvimento, manutenção e ampliação das atividades governamentais, pela realização dos serviços públicos em prol da coletividade local, presumindo-se a adoção de ações envolvendo planejamento.

Para Matias-Pereira (2007), o planejamento é um processo interativo que se desdobra em etapas diferenciadas, entendido como a racionalização do processo decisório, essas etapas têm o mesmo sentido daquelas identificadas no processo de decisão. E as fases do planejamento são: a) diagnóstico – mostra o conhecimento da realidade; b) política – sua função é definir os objetivos; c) estratégia – indicação das opções para se alcançar os objetivos; d) planos – têm como propósito viabilizar os objetivos e as estratégias; e) execução – esforço orientado para a implementação das ações programadas; f) controle – acompanhar a execução e avaliar os resultados alcançados, permitindo a comparação com os objetivos anteriormente definidos.

2.1.4 O sistema de planejamento público municipal

Nas administrações públicas, tanto Federal, Estadual como Municipal, os instrumentos de gestão estão consubstanciados no Sistema de Planejamento Integrado, o qual contempla o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, mais conhecida com Orçamento Público, apresentado na Figura 1.

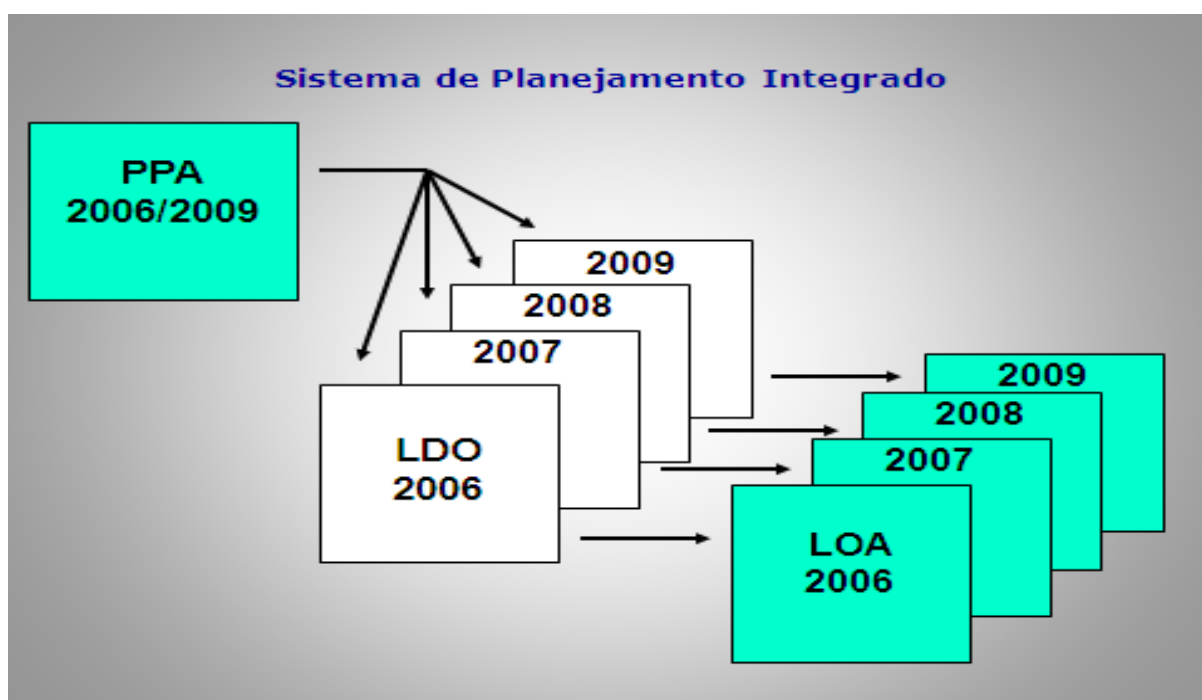


FIGURA 1 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

FONTE: Gerigk *et al* (2007)

O Plano Plurianual – PPA conterà as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capitais e outras despesas que delas decorram, bem como, para as despesas relativas aos programas de duração continuada. O PPA terá duração de quatro anos e configura-se como planejamento de médio prazo nas entidades públicas.

No PPA são especificadas as diretrizes, definidos os programas, explicitando os objetivos e ações, e estas são detalhadas em metas a serem cumpridas pelo governo (ANDRADE, 2007, p. 21)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, por sua vez, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, e compreende as metas e prioridades da administração pública para determinado exercício financeiro. Desta forma, ela estabelece o que será contemplado no orçamento público anual. As diretrizes da LDO são anuais e têm por base o planejamento de médio prazo PPA.

Segundo Andrade (2007) a LDO, após a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF passou ainda a versar sobre: o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e formas de limitação de empenho, visando o cumprimento de metas fiscais e do resultado primário e nominal, dos gastos com pessoal, limites de dívidas, sobre o uso da reserva de contingência, avaliação dos passivos contingentes e outro riscos que possam afetar o equilíbrio das contas públicas, e a inclusão de anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais.

Por fim, para que a administração pública municipal possa materializar seus objetivos e metas, necessita elaborar e aprovar a Lei Orçamentária Anual – LOA, mais conhecida como orçamento público, conterà as ações governamentais e as metas financeiras que o ente público municipal pretende realizar no decorrer do exercício financeiro que fizer referência, atendendo o que foi definido na LDO.

No orçamento anual serão contemplados os programas de governo com suas respectivas ações, devidamente custeadas, bem como, o montante de receitas que farão frente às despesas consignadas. O orçamento público é o instrumento de execução das metas e objetivos da administração municipal para determinado exercício, é por seu intermédio que o planejamento concretiza-se. A Figura 2 demonstra as funções de cada um dos instrumentos do sistema de planejamento integrado frente às políticas públicas municipais.



FIGURA 2 – FUNÇÕES DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 FONTE: Gerigk *et al* (2007)

A finalidade precípua das administrações públicas municipais é a prestação de serviços públicos locais aos cidadãos. Para tanto se utilizam do Sistema de Planejamento Integrado (PPA, LDO e LOA), caracterizando o instrumento de gestão das entidades públicas municipais. Os serviços públicos estão contemplados nas políticas públicas e nos programas governo, estipulados pelo ente público para determinado período de tempo.

Salienta-se que os instrumentos que compõem o modelo de gestão nas entidades públicas, têm finalidades específicas. O PPA contempla o planejamento municipal para quatro anos; a LDO tem por função orientar a execução do planejamento anteriormente previsto no PPA para um determinado exercício, e a LOA tem a incumbência de executar o planejamento. Desta forma, têm-se os programas e ações planejadas pelas administrações públicas municipais, que atendem as necessidades da população.

2.2 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Este tópico enfatiza os conceitos e as principais introduções trazidas pela lei de responsabilidade fiscal às administrações públicas de ambas as esferas governo, abordando o contexto, as origens e suas premissas; sua relação com a administração pública e seus efeitos

sobre o planejamento municipal; sua integração com a contabilidade pública e com a administração pública gerencial.

2.2.1 Contexto brasileiro, origens e premissas da LRF

Até 1929 a gestão econômica exigia orçamentos equilibrados, despesas nunca maiores que as receitas, tendo o Poder Público funções limitadas, o que predominava era o pensamento clássico da economia política. Com a crise da bolsa de 1929, que levou a depressão mundial, com falências em série e desemprego generalizado, foi colocado em prática o modelo keynesiano, pensado para combater a crise, que se baseava no déficit governamental. Os gastos deficitários estimularam a atividade econômica, atenuando as frequentes crises do regime de mercado e garantiram investimentos em infra-estrutura, modelo que perdurou até década de 1980 (TOLEDO JR; ROSSI, 2005, p. 7-8).

Na metade da década de 1980, entra em crise o modelo político do Estado provedor do bem-estar social (*welfare state*), baseado no modelo keynesiano, que mostrou as insuficiências das concepções que enxergavam no Estado o provedor direto do bem-estar da população, incluindo o emprego, desencadeou um processo no mundo, no sentido de repensar a administração pública, tendo como referência suas reais possibilidades orçamentárias, bem como suas finalidades principais (MATIAS-PEREIRA, 2006, p.95).

Na década de 1980, o Brasil passou por uma transição de Governo, do militar para o civil. No encerramento do governo militar 1984, a situação econômica e financeira do País era uma das mais graves. O primeiro governo civil, após o período governado pelos militares, do Presidente Sarney foi marcado por vários planos econômicos visando controlar a inflação e fomentar o crescimento econômico, os quais não deram resultados. O segundo governo, Collor, também, implementou planos econômicos sem sucesso, não conseguindo conter a inflação nem promover o crescimento do país, e como agravante, houve o *impeachment* do presidente, assumindo o vice-presidente em 1992. O governo de Itamar Franco assumiu afirmando que o combate à inflação deveria começar pelo controle do déficit público e de outras reformas necessárias, como a administrativa. As medidas adotadas pelo Plano Real promoveram a estabilidade econômica no País e a derrubada da inflação, o que garantiram a eleição de seu idealizador, Fernando Henrique Cardoso, como presidente da República, em 1994 (NASCIMENTO, 2006).

Durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, foram promovidas várias reformas visando o fortalecimento da economia, das finanças públicas e da estrutura do Estado brasileiro com o objetivo de adaptá-lo às novas realidades da economia mundial. Tais como, reforma administrativa e previdenciária, desregulamentação de mercados, flexibilização das regras de contratação de mão-de-obra, privatizações (NASCIMENTO 2006). Foram criados e regulamentados os programas: de Estabilidade Fiscal – PEF, de Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Proer, de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados, Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, medidas que objetivavam manter a estabilidade fiscal.

No resto do mundo, também ocorreram profundas mudanças exigindo que os governantes empreendessem esforços para obter uma maior eficiência, eficácia e efetividade da administração pública, assim, agilizar e modernizar o Estado tem sido objetivo político de diversos países. A tarefa de gerar um Estado mais barato e eficiente exige um maior controle dos gastos públicos e uma maior transparência na aplicação dos recursos públicos. O Brasil também vem desenvolvendo medidas para alcançar um Estado menor, ágil e inteligente. A proposta da elaboração e aprovação da LRF surgiu nesse contexto (MATIAS-PEREIRA, 2006, p. 306).

A partir de maio de 2000, o plano de estabilização fiscal recebeu um reforço importante, a partir da publicação da Lei Complementar nº 101, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A lei fiscal veio intensificar o controle da dívida pública, expandido as premissas do Plano Real a todas as esferas de governo. A partir do equilíbrio das contas públicas, Estados e Municípios, assim como o Governo Federal foram inseridos dentro de um programa de desenvolvimento auto-sustentável, o que implica gastar apenas aquilo que as receitas permitirem (NASCIMENTO, 2006, p. 31).

Segundo Nascimento e Debus (2002), a LRF traz uma nova noção de equilíbrio para as contas públicas: o equilíbrio das chamadas “contas primárias”, traduzidas no Resultado Primário equilibrado. Significa, em outras palavras, que o equilíbrio a ser buscado é o equilíbrio auto-sustentável, ou seja, aquele que prescinde de operações de crédito e, portanto, sem aumento da dívida pública¹.

Para os autores, a dívida pública é o principal problema de ordem macroeconômica enfrentado pelo País nos últimos tempos, em todos os níveis de governo. O controle da dívida pública é o principal motivo que podemos invocar para a elaboração de uma lei como a LRF.

¹ Na administração pública as operações de crédito são empréstimos realizados para serem pagos a longo prazo.

Assim, diante dos constantes desequilíbrios das contas públicas e das administrações irresponsáveis frente aos entes públicos, houve a necessidade de enrijecer o controle sobre as finanças públicas e fortalecer os instrumentos de planejamento, estabelecendo metas, objetivos e resultados a serem obedecidos pelos administradores públicos, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, segundo Nascimento e Debus (2002), Toledo Jr e Rossi (2005) e Nascimento (2006), incorpora alguns princípios e normas, decorrentes de experiências internacionais aplicadas na correção de problemas semelhantes aos enfrentados pelo setor público brasileiro, como:

- a. Fundo Monetário Internacional – FMI – *Fiscal Transparency*;
- b. Comunidade Econômica Européia – CEE – Tratado de Maastricht;
- c. Nova Zelândia – *Fiscal Responsibility Act*;
- d. Estados Unidos da América – EUA – *Budget Enforcement Act*.

Para Nascimento e Debus (2002); Toledo Jr e Rossi (2005), as principais características das experiências internacionais são:

1. FMI – *Fiscal Transparency*: a) transparência dos atos que envolvam atividades fiscais passadas, presentes e programadas ou futuras; b) reforça o planejamento; c) informações orçamentárias apresentadas periodicamente aumentando a publicidade e a prestação de contas.
2. CEE – Tratado de Maastricht: a) critério para verificação da sustentabilidade financeira dos Estados-membros; b) comprometimento dos membros com metas fiscais e com déficits fiscais excessivos; c) metas orçamentárias e para o endividamento, monitorados por uma comissão.
3. Nova Zelândia – *Fiscal Responsibility Act*: a) o Executivo tem liberdade para orçar e gastar, porém, exige-se forte transparência sobre esses itens; b) redução das dívidas públicas a níveis prudentes; c) alcançar e manter níveis de patrimônio líquido para enfrentar possíveis riscos fiscais; d) gerenciamento dos riscos fiscais existentes.
4. EUA – *Budget Enforcement Act*: a) aplicado apenas ao Governo Federal; b) Congresso fixa metas de superávit e os mecanismos de controle seguem as regras do *Budget Enforcement Act*; c) *Sequestration*: limitação de empenho para garantir limites e metas orçamentárias; d) compensação orçamentária: atos que levem ao

aumento das despesas devem ser compensados com redução de outras despesas ou aumento de receitas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece às administrações públicas de todas as esferas de governo, o conceito de gestão fiscal responsável, que pressupõe a ação planejada e transparente; a prevenção de riscos; o equilíbrio das contas públicas; o cumprimento de metas e de resultados; e, o cumprimento de vários limites, dentre os quais se destacam os limites com gastos de pessoal e com o montante do endividamento público.

A responsabilidade na gestão fiscal induz na correta aplicação dos recursos disponíveis por parte das entidades públicas nos três níveis de governo, nos três Poderes e no Ministério Público, com senso de responsabilidade e fiel observância dos preceitos constitucionais e legais. Tem como objetivo prevenir os déficits nas contas públicas, manter sob controle o nível de endividamento público, impedindo que os gestores assumam obrigações e encargos sem a correspondente fonte de receita ou a redução da despesa, e impõe a imediata correção dos desvios na conduta fiscal, com a finalidade de assegurar o equilíbrio das finanças públicas.

2.2.2 A LRF, o planejamento e a administração pública

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige dos gestores públicos responsabilidade na gestão fiscal dos entes públicos, seja qual for sua esfera de governo. Cruz *et al* (2001, p.16) identificam os seguintes pontos componentes do conceito de gestão fiscal responsável, com base no § 1º, do artigo 1º, da LRF:

- a) ação planejada e transparente;
- b) prevenção de riscos e correção de desvios;
- c) afetação do equilíbrio das contas públicas;
- d) cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas;
- e) obediência a limites, visando ao equilíbrio das contas públicas;
- f) condições no que tange a renúncia de receita;
- g) condições no que tange a geração de despesas com pessoal;
- h) condições no que tange a geração de despesas com a seguridade social;
- i) condições no que tange a geração de despesas com as dívidas consolidadas e mobiliárias;
- j) condições no que tange as operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;
- k) condições no que tange a concessão de garantias;
- l) condições no que tange a inscrição em restos a pagar.

A ação planejada é aquela baseada em planos previamente traçados pelos Executivos e que estão sujeitos à apreciação e aprovação dos Legislativos. Os instrumentos preconizados pela LRF para o planejamento do gasto público são os mesmos adotados na Constituição Federal: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O que a LRF reforça é o papel da atividade de planejamento e de execução do gasto público (NASCIMENTO; DEBUS, 2002, p. 19-20).

O planejamento deve estar associado à transparência na administração, que segundo a LRF será alcançada por meio do conhecimento e da participação da sociedade, sobre os instrumentos de planejamento e da própria transparência pública, incentivada pela ampla publicidade que deve cercar todos os atos ligados à arrecadação de receitas e à realização de despesas. E os mecanismos instituídos para esta finalidade são: a) participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos (PPA, LDO e LOA); b) disponibilidade das contas dos administradores, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade; c) emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, com acesso público e ampla divulgação (NASCIMENTO; DEBUS, 2002); (NASCIMENTO, 2006).

Para Nascimento (2006, p. 178) a prevenção de riscos, da mesma forma que a correção de desvios, deve estar presente em todo processo de planejamento confiável. A LRF preconiza a adoção de mecanismos para neutralizar o impacto de situações contingentes, tais como ações judiciais e outros eventos não corriqueiros, instituiu a reserva de contingência para essas finalidades, que deve obrigatoriamente ser prevista na LDO e incluída no orçamento anual. As correções de desvios requerem a adoção de providências à eliminação dos fatores que lhe deram causa, para tanto a LRF institui novos conceitos, limites e restrições ao planejamento em si e à sua execução.

Em relação ao Orçamento Público a LRF exige a necessidade de comprovar a capacidade de arrecadação de receitas do ente público, por meio da estimativa da receita orçamentária que servirá de suporte financeiro para as despesas a serem computadas na LOA de determinado exercício financeiro, com as respectivas memórias e fundamentos dos cálculos realizados. Ou seja, primeiro as organizações públicas precisam comprovar sua capacidade de arrecadação para depois se preocupar com a forma que estas serão gastas, a preocupação é não abrir margem para a elaboração e aprovação de orçamentos que não estejam de acordo com a realidade fiscal dos entes públicos.

A LRF instituiu o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), que é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços,

transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais de receitas de um ente para o outro, a contribuição dos servidores públicos destinada ao custeio do sistema previdenciário e as receitas de compensação financeira entre fundos previdenciários. O cálculo do montante da RCL abrange um período de 12 (doze) meses, o mês de referência e os onze meses anteriores a este.

A RCL é utilizada como parâmetro comum aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre ela é que serão calculados os percentuais de gasto de pessoal, de despesas previdenciárias, da reserva de contingência e da dívida consolidada (TOLEDO JR; ROSSI, 2005). Além, dos limites para realização de novos empréstimos (operações de crédito), para o pagamento dos serviços da dívida, das operações de antecipação de receita orçamentária (AROs) e do fornecimento de garantias, conforme definido pelo Senado Federal (NASCIMENTO; DEBUS, 2002).

Dentro dos preceitos definidos pela LRF, outro requisito que contribui para uma conduta responsável na gestão fiscal, por parte de todos os entes públicos é instituição, previsão e a efetiva arrecadação de tributos de sua competência. Segundo Cruz *et al* (2001) a pretensão é impor um parâmetro comportamental no estilo gerencial da receita dos entes públicos. Assim, a lei exige a efetiva arrecadação de todos os tributos, ou seja, faz-se necessário ter alguma arrecadação concreta que justifique monetariamente a existência do tributo.

A LRF estipulou regras para a renúncia de receita por parte dos entes públicos, caracterizando-a como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, como: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquotas, modificação de base de cálculo; que quando caracterizadas deverão ser acompanhadas do impacto orçamentário-financeiro da renúncia durante três exercícios financeiros; demonstração de que a renúncia não afetará as metas fiscais da LDO; e adoção de medidas de compensação (BRASIL, 2000).

O entendimento de que a renúncia fiscal fere uma situação normal, que já foi estampado tanto na LDO, quanto na LOA, sobre a expectativa de arrecadação e recolhimento da receita e, por conseqüência, resulta de maneira indireta numa frustração de atendimento de alguma necessidade social, exigindo uma compensação junto à receita (CRUZ *et al*, 2001, p. 56).

A LRF, também, estabelece o conceito de despesa obrigatória de caráter continuado. Caracterizada como despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, geradora de obrigação legal por um período superior a dois exercícios

(NASCIMENTO, 2006). Para Toledo Jr e Rossi (2005) a despesa obrigatória continuada é, por natureza incompressível e inadiável, diferente tratamento despendido a outras naturezas de despesas, nas quais prevalece a discricionariedade do mandatário. Assim, a diferença entre as despesas obrigatórias de caráter continuado e as demais despesas contempladas na LOA, é que as primeiras devem ser obrigatoriamente realizadas e as outras dependem das decisões da administração para serem efetivadas.

Antes da vigência da LRF já existia a preocupação com os gastos públicos envolvendo pessoal, pois, diante da finalidade de prestar serviços públicos à população das administrações públicas, é perfeitamente normal que o montante de gastos com essa natureza de despesas seja elevado, quando comparado com os outros tipos de gastos, razão pela qual recebe atenção especial, pois, é considerada a principal fonte de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Com a entrada em vigor da LRF as normatizações que versavam sobre os gastos com pessoal foram revogadas, passando a valer o que nela está estabelecido. A LRF estabelece, para cada Ente da Federação os limites dos gastos com pessoal com base em percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL), e seu cálculo segue os mesmos preceitos da RCL (mês de referência mais os onze meses anteriores), os limites foram fixados por esfera de governos – Federal, Estadual e o Distrito Federal e Municipal – que foi subdividido entre os Poderes e entre seus órgãos. Também, foi fixado um limite prudencial para tais gastos, que representa 95% do limite fixado, que se for extrapolado, as entidades públicas passam a sofrer restrições envolvendo as despesas com pessoal com o objetivo de não ultrapassar o limite geral, conforme apresentado no Quadro 2.

LC nº 101 de 04 de maio de 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)								
LIMITES PARA OS GASTOS COM DESPESAS DE PESSOAL COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL								
União			Estados e Distrito Federal			Municípios		
	Máximo	Prudencial		Máximo	Prudencial		Máximo	Prudencial
Gasto Geral	50,00%	47,50%	Gasto Geral	60,00%	57,00%	Gasto Geral	60,00%	57,00%
Subdivisão entre os Poderes e o MP			Subdivisão entre os Poderes e o MP			Subdivisão entre os Poderes		
Legislativo e TC	2,50%	2,38%	Legislativo e TC	3,00%	2,85%	Legislativo	6,00%	5,70%
Judiciário	6,00%	5,70%	Judiciário	6,00%	5,70%	Executivo	54,00%	51,30%
Executivo	40,90%	38,86%	Executivo	49,00%	46,55%			
Ministério Público	0,60%	0,57%	Ministério Público	2,00%	1,90%			

QUADRO 2 - LIMITES PARA AS DESPESAS COM PESSOAL CONFORME A LRF

FONTE: LC nº 101/2000, Art. 19, Incisos I, II e III; Art. 20, Inciso I, II e III e suas respectivas alíneas; e o § único do Art. 22.

Entram no cômputo do montante dos gastos com pessoal, evidenciados no Quadro 2, todas as despesas vinculadas ao pessoal, inclusive as despesas com serviços de terceiros que visem à substituição de pessoal efetivo, e podem ser excluídas as despesas com indenizações por demissões, incentivo à demissão voluntária – PDV, convocações extraordinárias do Legislativo, sentenças judiciais e despesas com inativos custeados com recursos de fundos próprios de previdência (BRASIL, 2000).

A LRF estabelece que quando o Ente Público ultrapassa o limite prudencial (95% do limite máximo) fica vedada à concessão de vantagens e reajustes de qualquer natureza, criação de cargos, empregos ou funções, alteração da estrutura funcional que aumente as despesas, provimento de cargos públicos e contratação de horas extras. E estabelece ainda, que no caso de ser extrapolado o limite máximo permitido, os excessos deverão ser eliminados nos dois quadrimestres seguintes, sendo que pelo menos 1/3 (um terço) no primeiro. Caso o gasto com pessoal excedente não for reduzido aos limites permitidos, o infrator sofrerá as sanções previstas².

O endividamento público foi outro ponto abordado pela LRF e por normatizações decorrentes de sua vigência, como as Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43/2001, que tratam dos limites das dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios e sobre a realização de operações de crédito, respectivamente.

Considera-se dívida pública consolidada o montante total das obrigações financeiras do ente da Federação, com prazo de pagamento superior a doze meses. Compreende: a) dívida pública mobiliária, representada pela emissão de títulos; b) operações de crédito, obrigações financeiras assumidas pelo ente público, que serão amortizadas futuramente; c) concessão de garantia, compromisso de adimplência com obrigação financeira ou contratual; d) refinanciamento da dívida mobiliária, emissão de títulos para o pagamento do principal e da atualização monetária; e) as confissões de dívidas do ente público; e f) os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e ainda pendentes de pagamento (BRASIL, 2000).

Em relação aos municípios as Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43/2001, estabelecem que o limite máximo das dívidas de longo prazo é de 120% da RCL; que a contratação de operações de crédito é limitada a 16% da RCL ao ano; que as despesas realizadas com os serviços da dívida têm como limite 11,5%; e para a realização de antecipação de receitas orçamentárias (AROs) o limite estabelecido é de 7% da RCL.

² As sanções estão previstas no § 3º do artigo 23 da LRF.

Além, dos limites para o endividamento, os gestores públicos, também, devem apresentar, com os instrumentos de planejamento, metas a serem cumpridas anualmente envolvendo o endividamento público, por meio das metas de resultado nominal, que corresponde à diferença entre o saldo da dívida pública líquida (total da dívida pública menos as disponibilidades financeiras) no período de referência e o saldo do período anterior ao da referência, que consta de anexo próprio na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na LDO, também, deverá ser apresentado o percentual da RCL que será destinado no orçamento anual para a reserva de contingência, tal reserva tem por finalidade atender aos passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, de acordo com o previsto no anexo de riscos fiscais quantificados na LDO.

Matias-Pereira (2007, p.75) afirma que:

O planejamento é uma prática essencial na administração – pública ou privada –, devido aos benefícios que a utilização desta ferramenta traz às organizações. Entre eles, podemos destacar a elevação da eficiência, eficácia e efetividade da organização, pois contribui para evitar a desorganização nas operações, bem como para o aumento da racionalidade de alcançar os objetivos da organização.

O planejamento possibilita a coordenação de diferentes pessoas, projetos e ações em curso; a aplicação racional (otimizada) dos recursos disponíveis ou escassos; e o aumento da responsabilidade ao lidar com mudanças, na medida em que faz parte do processo de planejar e especular sobre fatores do ambiente que afetam a organização.

O planejamento é o ponto de partida da Lei de Responsabilidade Fiscal e é constituído por três instrumentos, que já existiam, sendo a LDO e a LOA, aprimoradas. Esses instrumentos devem ser compatíveis entre si. A LDO com o PPA e a LOA com a LDO e o PPA (KHAIR, 2000, p. 67). Mesmo entendimento de Nascimento (2006) quando afirma que a LDO é o elo entre o PPA e os orçamentos anuais, compatibilizando as diretrizes do plano às estimativas das disponibilidades financeiras para determinado exercício. Sendo que Andrade *et al* (2006, p. 29) ressalta que inclusive as novas despesas a serem executadas por meio do orçamento público devem seguir os mesmos procedimentos “A compatibilização de nova despesa com o PPA e com a LDO deverá ser observada constantemente durante a elaboração e execução da LOA, demonstrando que a mesma foi previamente planejada pelo administrador”.

Com a vigência da LRF o planejamento nos entes públicos, de todas as esferas de governo, ganhou força e destaque, e os instrumentos de planejamento do setor público – PPA, LDO e LOA – diante das novas normas precisam manter estreita sintonia, devendo as ações entendidas como prioritárias, para determinado exercício, estarem contempladas na execução

do planejamento, bem como, as metas fiscais e de resultado devem ser compatíveis entre os instrumentos, inclusive as novas despesas, reforçando o papel da ação de planejar.

Segundo Toledo Jr e Rossi (2005, p. 42) “No contexto desenhado pela LRF, a lei de diretrizes orçamentárias é, de longe, o meio mais importante de planejar a contenção do déficit e da dívida. Grande parte das inovações tem previsão nesse instrumento orçamentário”. Mesma visão de Andrade *et al* (2006, p. 67) que afirmam “Com a edição da LRF, a importância da LDO aumentou significativamente, pois essa passou a ter novas e importantes funções, agregando ao seu conteúdo regras de planejamento que convergem para o equilíbrio entre receitas e despesas durante a execução do orçamento [...]”.

Na LDO são definidas as diretrizes que orientarão a administração na elaboração da proposta orçamentária e na sua execução, sendo selecionadas dentre as diversas ações governamentais constantes no PPA aquelas que serão prioritárias durante a elaboração da LOA e da sua execução, compatibilizando-as com os recursos públicos arrecadados, proporcionando assim condições para que as demandas específicas da sociedade sejam priorizadas e realizadas (ANDRADE *et al*, 2006, p. 69)

Sendo o PPA, o planejamento de médio prazo, das administrações públicas, nele constam todos os programas e ações do governo, cabe aos gestores públicos, por meio, da LDO estabelecer, dentre estes programas e ações, quais são prioritárias, normatizar procedimentos a serem seguidos quando o equilíbrio das contas públicas estiver ameaçado e estabelecer metas fiscais e de resultado que serão executadas em determinado exercício financeiro pela LOA, e esta deverá apresentar demonstrativo confirmando a compatibilidade com as metas e resultados especificados na LDO, comprovando a integração entre os instrumentos de planejamento da administração pública.

Em relação à administração dos entes públicos a LRF supriu importante lacuna para a obtenção do equilíbrio fiscal, ao estabelecer regras claras para adequação das despesas e das dívidas públicas em níveis compatíveis com as receitas de cada ente da Federação, envolvendo todos os Poderes. Permite melhor avaliação da gestão ao reduzir fortemente os passivos financeiros, que, do contrário, poderiam ser repassados ao sucessor ou herdados do antecessor (KHAIR, 2000).

Para Khair (2000), como resultados da efetividade da LRF pode-se apontar: a) estabelecimento do realismo fiscal – gasta-se o que se arrecada; b) os Municípios passarão a ter importantes instrumentos de planejamento e de controle de gestão; c) a sociedade poderá controlar a ação governamental pelas novas informações disponibilizadas e pelos espaços à participação popular quando do planejamento público.

Matias-Pereira (2006) afirma que a LRF está em processo de consolidação e que existem diversos entes públicos com problemas sérios em suas finanças públicas, decorrente de várias décadas de descontrole. Mas, que a LRF é responsável por uma nova cultura nas administrações públicas, visando à erradicação da má gestão da coisa pública, ao combate sistemático à corrupção, ao equilíbrio nas contas estatais, na perspectiva de melhoria na prestação dos serviços públicos. Gerou-se a consciência da necessidade de um controle eficiente sobre os recursos públicos existentes para evitar que estes sejam mal geridos.

2.2.3 A Lei Federal nº 4.320/64 e a LRF

A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos públicos; normas e procedimentos de escrituração envolvendo aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais; bem como, define as estruturas e conteúdos dos balanços públicos, evidenciando os resultados alcançados com os recursos públicos colocados sob a responsabilidade dos gestores públicos.

A LRF versa sobre normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal responsável, tem forte enfoque no planejamento das administrações públicas em geral, visa melhorar a qualidade das ações efetivadas pelos gestores públicos, com o objetivo de manter em equilíbrio as contas públicas e preservar o patrimônio público.

A LRF tem suas regras baseada nas premissas do planejamento, controle, transparência e responsabilidade. A Lei nº 4.320 estimula, mediante essas mesmas normas, o planejamento, o controle, a transparência nas informações contábeis orçamentárias, financeiras e patrimoniais sobre as operações realizadas pelas entidades governamentais e sobre a responsabilidade de seus agentes (MATIAS-PEREIRA, 2006, p. 303).

Percebe-se, assim, que não existem confrontos entre a Lei Federal nº 4.320/64 e a LRF. Enquanto a primeira propicia meios para a geração de informações aos gestores públicos; a segunda enfoca a utilização destas informações com o objetivo de melhorar o planejamento e a implementação de decisões que levem as administrações públicas a melhores resultados e ao cumprimento das exigências quanto às premissas da gestão fiscal responsável, assim, ambas contribuem cada qual com seu enfoque, para melhorar a qualidade da gestão e para a transparência na aplicação dos recursos públicos.

2.2.4 A LRF e a administração pública gerencial

A administração pública gerencial, diferente da administração burocrática, caracteriza-se por decisões e ações voltadas para resultados, baseando-se nas demandas da sociedade, valendo-se do planejamento contínuo e transparência dos resultados atingidos (BRESSER-PEREIRA, 1998); (GONÇALVES, 2001); (MATIAS-PEREIRA, 2007).

A administração pública gerencial surgiu como estratégia para reduzir custos e tornar mais eficiente a administração dos bens/serviços públicos e para amenizar a insatisfação existente contra a administração pública burocrática. A administração pública, a partir da adoção do modelo gerencial, passou a preocupar-se com os custos da máquina pública, por meio da busca da eficiência operacional, bem como da avaliação da efetividade dos serviços públicos (MATIAS-PEREIRA, 2007).

Neste sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, diante das novas premissas, dos vários limites impostos e pelo estabelecimento de metas de receitas e despesas para as administrações públicas, deixa explícito que os entes públicos devem estruturar suas administrações na busca de resultados e não mais o puro cumprimento dos aspectos legais que envolvem as gestões públicas.

Matias-Pereira (2006, p. 298) afirma que, a LRF propiciou mudanças no papel das administrações públicas, que permitiram introduzir alterações na sistemática de planejamento e orçamentação reorientando a alocação dos recursos públicos para a busca de resultados, por meio de uma administração pública gerencial.

Lopes e Slomski (2007) argumentam que o planejamento dará suporte técnico à gestão fiscal, por meio do Sistema de Planejamento Integrado (PPA, LDO e LOA) haverá condições objetivas de programar a execução orçamentária e atuar no sentido do alcance de objetivos e metas prioritárias. A transparência colocará à disposição da sociedade diversos mecanismos de cunho democrático, dentre eles a participação em audiências públicas e a ampla divulgação das informações gerenciais, como os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, dos Relatórios de Gestão Fiscal e os Anexos de Metas e Riscos Fiscais.

A LRF introduziu alguns aspectos gerenciais às administrações públicas, com o objetivo de otimizar os recursos públicos por meio do cumprimento de metas e objetivos estabelecidos nos instrumentos de planejamento inerentes ao setor público, conforme a seguir comentados.

Enfatiza o planejamento na administração pública reforçando o modelo de gestão – PPA, LDO e LOA, estabelecendo a necessidade de compatibilidade entre o planejado e o executado.

O planejamento e a sua execução devem seguir metas e resultados, estabelecidos por meio dos Anexos Fiscais e do cumprimento de metas bimestrais de arrecadação e desembolso.

O controle deve ser baseado nos resultados e nas metas estabelecidas e devem antecipar-se aos riscos durante a execução orçamentária, com o objetivo de manter o equilíbrio entre as demandas da sociedade e as contas públicas.

Estabelece a RCL com parâmetro para as principais naturezas de despesas nas administrações públicas – pessoal, endividamento (inclusive novos empréstimos) – exigindo gestão equilibrada sobre esses aspectos.

Reforça o conceito de eficiência no desenvolvimento das atividades da administração pública, objetivando a redução dos custos e a melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados.

Ênfase das atividades meio – procedimentos internos – em prol das atividades fins, para que possam ser atingidos os resultados planejados por intermédio dos serviços públicos.

Preocupação sistemática com a geração de informações, tanto para os gestores, como para o acompanhamento por parte da sociedade sobre o planejamento e os resultados alcançados pelas administrações públicas em certos períodos de tempo.

Possibilita transparência às administrações públicas, mediante a participação da sociedade na discussão do planejamento do governo; pela divulgação dos relatórios de execução orçamentária, da prestação de contas anual e dos relatórios de gestão fiscal; realização de audiências públicas quadrimestrais usadas para divulgar os resultados atingidos diante das metas pré-estabelecidas, estimulando, com isso, o controle social sobre as atividades governamentais e a busca de melhores resultados por parte das entidades públicas.

2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL

Neste tópico são abordados conceitos envolvendo os modelos administrativos do setor público com ênfase no modelo gerencial, sobre a contabilidade pública e a contabilidade gerencial e a relação desta com a administração pública gerencial.

2.3.1 Evolução dos modelos da administração pública

Para Bresser-Pereira (1998) existem três formas de administrar os Entes Públicos: a administração patrimonialista, a administração pública burocrática e a administração pública gerencial.

A administração patrimonialista é estatal, mas não é pública, na medida em que não visa ao interesse público. É a administração que confunde o patrimônio privado com o patrimônio público. Sobrevive nos regimes democráticos imperfeitos por meio do clientelismo (BRESSER-PEREIRA, 1998).

A administração pública burocrática, que surgiu no final do Século XIX na Europa; nos Estados Unidos, na primeira metade do Século XX e, no Brasil, na década de 1930, se contrapôs à administração patrimonialista. Baseada no modelo burocrático weberiano caracteriza-se pela centralização das decisões, a hierarquia baseada no princípio da unidade de comando, a adoção de estruturas piramidais de poder, a rigidez e impessoalidade das rotinas, e o controle dos processos administrativos (BRESSER-PEREIRA, 1998); (GONÇALVES, 2001).

A administração pública gerencial surgiu na segunda metade do Século XX, contrapondo-se ao modelo burocrático, caracteriza-se por decisões e ações orientadas para resultados, tendo como foco as demandas dos clientes/usuários, baseadas no planejamento permanente e executada de forma descentralizada e transparente (GONÇALVES, 2001).

2.3.2 Administração pública gerencial

Gonçalves (2001) argumenta que com a modernização da sociedade, o aumento da máquina estatal e dos serviços ofertados à população fez transparecer a ineficiência do modelo burocrático, devido às suas próprias características, que engessam a Administração Pública, tornando-a morosa, impedindo-a de atender às demandas na hora em que se apresentam.

Bresser-Pereira (*in* Bresser-Pereira; Spink, 1998, p. 28) relata que a administração pública gerencial emergiu na segunda metade do Século XX como modo de enfrentar a crise fiscal, como estratégia para reduzir o custo e tornar mais eficiente a administração pública e, também, como instrumento de proteção ao patrimônio público.

A adoção da administração pública gerencial começou na Inglaterra no governo de Margareth Thatcher em 1979 e em seguida nos Estado Unidos da América com Ronald Reagan em 1980 (BRESSER-PEREIRA *in* BRESSER-PEREIRA; SPINK, 1998, p. 30); (MATIAS-PEREIRA, 2006, p.110); (MATIAS-PEREIRA, 2007, p.20).

Para Gonçalves (2001), o marco sobre a administração pública gerencial no Brasil foi a edição do Decreto-lei nº 200/67, o qual desloca todo o enfoque da Administração Pública para a eficiência e a descentralização, institui os princípios da racionalidade, do planejamento, da descentralização administrativa e do controle dos resultados.

O segundo momento que se configura, também, como marco visando à transformação da administração pública brasileira, de burocrática, em gerencial, foi em 1995, com a elaboração e divulgação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, proposto pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE (BRESSER-PEREIRA *in* BRESSER-PEREIRA; SPINK, 1998, p.30); (MATIAS-PEREIRA, 2006, p.112). Matias-Pereira (2006) argumenta que muitas das diretrizes do Plano proposto para a administração federal foram aplicadas em nível estadual e municipal.

Existem três dimensões da reforma gerencial segundo Bresser-Pereira (*in* Bresser-Pereira; Spink, 1998, p. 265-266), a institucional-legal, a cultural e a dimensão-gestão. A dimensão institucional-legal é composta pelas mudanças necessárias no arcabouço normativo e legal da administração pública; a cultural é baseada na mudança de valores burocráticos para gerenciais; e a dimensão-gestão coloca em prática as novas idéias gerenciais e oferece à sociedade um serviço público efetivamente mais barato, mais bem controlado e com melhor qualidade.

Para Matias-Pereira (2007) o modelo da administração pública gerencial tem como pressupostos: descentralização das decisões e funções do Ente Público, autonomia no que diz respeito à gestão de recursos humanos, materiais e financeiro e ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público. No Quadro 3 é apresentado comparativo entre os modelos da administração pública burocrática e gerencial.

Administração Pública Burocrática	Administração Pública Gerencial
1.Apóia-se na noção geral de interesse público	1.Procura obter resultados valorizados pelos cidadãos
2.Garante cumprimento de responsabilidade	2.Gera <i>accountability</i> . Eleva as relações de trabalho
3.Obedece às regras e aos procedimentos	3.Compreende e aplica normas. Identifica e resolve problemas. Melhora continuamente os processos
4.Opera sistemas administrativos	4.Separa serviços e controle. Cria apoio para normas. Amplia a escolha do usuário. Encoraja ação coletiva. Cria incentivos. Define, mede e analisa resultados
5.Concentra-se no processo	5.Orienta-se para resultados
6.É auto-referente	6.Foca o cidadão
7.Define procedimentos para a contratação de pessoal, compra de bens e serviços	7.Luta contra o nepotismo e a corrupção
8.Satisfaz às demandas dos cidadãos	8.Evita adotar procedimentos rígidos
9.Controla procedimentos	9.Define indicadores de desempenho – utiliza contrato de gestão
10.Define cargos rígida e fragmentadamente. Tem alta especialização	10.É multifuncional. Flexibiliza as relações de trabalho

QUADRO 3 – COMPARATIVO ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA E GERENCIAL

FONTE: Matias-Pereira (2007, p. 20)

O modelo administrativo gerencial procura restabelecer as funções intrínsecas ao gestor público – seu poder de decisão, sua capacidade de discernir, seu poder discricionário – fornecendo-lhe o ferramental necessário para que, de fato, possa administrar. Para isso, é necessária certa maleabilidade para que, diante da realidade de cada momento, possa o gestor público capitanear seu órgão/entidade pelo caminho mais reto, que o leve mais facilmente ao alcance do sucesso da sua missão institucional (GONÇALVES, 2001).

A efetiva utilização dos aspectos gerenciais nas administrações públicas, necessariamente passa pela geração de informações, que devem ser úteis e tempestivas, servindo como ferramental para que os administradores públicos as utilizem para atingir as metas e os resultados de suas organizações e, conseqüentemente, atinjam a eficiência e a eficácia tão almejadas.

As informações contábeis possuem essas características, mas devido suas vinculações às normas e princípios fundamentais da contabilidade, têm como fundamento a objetividade, a praticabilidade e a materialidade, deixando um pouco a desejar quanto sua utilidade às tomadas de decisões. É nessa lacuna que a contabilidade gerencial assume papel

preponderante, utilizando-se das informações da contabilidade pública e adequando-as às necessidades gerenciais das administrações públicas, auxiliando no processo decisório e contribuindo na busca da eficiência e eficácia governamental.

2.3.3 Contabilidade pública e a contabilidade pública gerencial

As administrações públicas, de todas as esferas de governo, desenvolvem suas atividades em prol da sociedade mediante a execução do orçamento público, que consiste, basicamente, em arrecadar as receitas orçamentárias e aplicá-las por meio das despesas orçamentárias na realização dos serviços públicos ou na expansão das ações governamentais, por intermédio de novos bens públicos. Esses fatos econômico-financeiros gerados pelas organizações públicas são registrados pela contabilidade pública.

A contabilidade pública é uma especialização da Ciência Contábil que registra, controla e estuda os atos e fatos administrativos e econômicos operados no patrimônio de uma entidade pública, possibilitando a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, auferidos por sua administração e pelos usuários (ANDRADE, 2007, p. 5).

O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público e suas variações. E seus objetivos são produzir com oportunidade e fidedignidade, informações por meio de relatórios que sirvam aos administradores públicos como ferramenta no processo de tomada de decisões e que essas possam ser tomadas de forma segura (ANDRADE, 2007); (KOHAMA, 2008).

Com base no artigo 85, da Lei Federal nº 4.320/64, que versa sobre normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e elaboração dos balanços públicos, de ambas as esferas de governo, estabelece como devem ser organizados os serviços da contabilidade pública.

Art. 85 – Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros (BRASIL, 1964).

A finalidade dos serviços contábeis nas administrações públicas, além, de auxiliar os gestores com suas informações no processo de tomada de decisões, também, buscam

evidenciar a situação destes gestores quanto à arrecadação das receitas, a realização de despesas e a situação dos bens públicos que estão sob sua administração, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento do *accountability*.

Na administração pública, segundo Slomski (2003, p. 367) “[...] é, certamente, onde mais deve estar presente a filosofia da *accountability* (dever de prestar contas), pois, quando a sociedade elege seus representantes, espera que os mesmos ajam em seu nome, de forma correta, e que prestem conta de seus atos”.

Os gestores públicos administram recursos públicos que são custeados e formados pela população, desta forma, é primordial que a gestão destes recursos seja feita de forma eficiente e eficaz, para que possam ser otimizados, trazendo mais e melhores retornos à coletividade, por meios das ações governamentais, suprimindo as demandas sociais e cumprindo com a missão institucional dos entes públicos. Porém, a plenitude da competência de gerir os recursos públicos, somente será efetivada se houver informações que contribuam com o processo de gestão.

Segundo Oliveira (1992) o propósito básico da informação é o de habilitar a organização a alcançar seus objetivos pelo uso eficiente dos recursos disponíveis, nos quais se inserem pessoas, materiais, equipamentos, tecnologia, dinheiro, além da própria informação.

Afonso (1999, p. 7) defende a necessidade de se desenvolver “[...] um sistema de informações capaz de criar um ambiente gerencial onde a informação se torne um elemento indutor e facilitador das ações dos gestores para a otimização do resultado”. Diante da premissa que a contabilidade é um sistema de informações, o ambiente gerencial sugerido pelo autor pode ser propiciado pela contabilidade gerencial.

Iudícibus (1998, p. 21) conceitua contabilidade gerencial como sendo “[...] todo procedimento, técnica, informação ou relatório contábil feito ‘sob medida’ para que a administração os utilize na tomada de decisões [...]”.

Atkinson *et al* (2000, p. 67) trazem a definição de contabilidade gerencial do *Institute of Management Accounting*, como sendo “[...] o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras usadas pela administração para planejar, avaliar e controlar dentro de uma empresa e assegurar o uso apropriado e responsável de seus recursos”.

Segundo Horngren, Sundem e Stratton (2004) tanto os usuários internos (gestores) como os externos utilizam a informação contábil, mas a maneira como o fazem difere. O tipo de informação contábil que eles demandam também pode diferir. A contabilidade gerencial refere-se à informação contábil desenvolvida para gestores dentro da organização. Em outras

palavras, a contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir seus objetivos organizacionais.

A principal meta da contabilidade gerencial é fornecer informações que ajudem os gerentes a planejar, a controlar as atividades da empresa e a tomar decisões (JIAMBALVO, 2002).

Embora, tradicionalmente a informação contábil gerencial tem sido tratada como financeira, com o passar dos tempos ela passou a incorporar também informações operacionais ou físicas, ou seja, informações não financeiras. Hongren, Foster e Datar (2000, p. 2) afirmam que a “[...] Contabilidade Gerencial mensura e relata informações financeiras, bem como, outros tipos de informações que ajudam os gerentes a atingirem as metas da organização”. Mesma conotação de Hansen e Mowen (2001, p. 28) quando expõem que “A contabilidade gerencial se preocupa especificamente com a forma como informações [...] financeiras e não-financeiras devem ser usadas para o planejamento, controle e tomadas de decisão”.

Ricardino (2005, p. 10) corrobora expondo que contabilidade gerencial é:

[...] um conjunto de demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, que é disponibilizado para que grupos de pessoas, com objetivos comuns, voltados à gestão [...], possam receber informações que permitam planejar, avaliar e controlar o emprego de recursos próprios ou de terceiros, com vistas a atingir uma determinada meta.

A contabilidade gerencial está atrelada às necessidades dos gerentes e não às do público externo, ela é substancialmente diferente da contabilidade financeira. A contabilidade gerencial está voltada mais para o futuro, dá menos importância à precisão, enfatiza os segmentos da organização, em vez da organização como um todo, não é limitada pelos princípios contábeis geralmente aceitos e nem é obrigatória (GARRISON; NOREEN, 2001, p. 20).

Iudicibus (1998, p. 15) afirma que a contabilidade gerencial pode ser caracterizada como:

[...] um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços, etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

A contabilidade pública gerencial tem por finalidade gerar informações sobre: os custos de produção e/ou prestação de serviços públicos; a aplicação dos recursos disponíveis;

o desempenho dos departamentos ou setores que compõem a entidade pública e da entidade como um todo; a execução orçamentária, financeira e patrimonial; bem como, subsidiar o planejamento e o controle das organizações públicas visando atingir os melhores resultados possíveis com os recursos que estão sob o seu controle.

A contabilidade pública gerencial não se prende as questões legais, normativas e formais, seu objetivo é gerar informação que contribuam para o processo de tomada de decisões e para este fim tem ampla liberdade. Porém, a principal base que a contabilidade pública gerencial utiliza para cumprir com suas funções é a contabilidade pública, como ocorre nas entidades privadas, em que a base da contabilidade gerencial é a contabilidade societária. O Quadro 4, abaixo, estabelece as principais diferenças entre a contabilidade pública e contabilidade pública gerencial.

	Contabilidade Pública	Contabilidade Pública Gerencial
Propósito	Demonstrar a execução orçamentária, financeira e patrimonial ocorrida com o ente público no desenvolvimento de suas atividades perante seus usuários externos: a sociedade.	Demonstrar os reflexos das decisões internas tomadas pelos gestores públicos diante das metas e resultados especificados, envolvendo, além, dos aspectos financeiros, informações relativas ao desempenho financeiro e operacional da entidade, bem como, o retorno sobre as decisões anteriormente tomadas.
Usuário das informações	Externo: Legislativo, Tribunais de Contas, sociedade e demais órgãos de controle externo.	Interno: gestores públicos, funcionários e demais agentes internos.
Tipo de Informações	Atrrelada a execução orçamentária, caráter orçamentário, financeiro e patrimonial.	Mensuração física e financeira das metas e resultados alcançados pela organização pública.
Características das Informações	Objetiva, confiável, auditável, consistente.	Mais subjetiva e sujeita a juízo de valor, válida, relevante e tempestiva.
Escopo	Agregada, demonstra as informações da entidade como um todo.	Desagregada, informa as decisões e ações por unidades e/ou órgãos.
Restrições	Regulamentada: dirigida por regras, como a Lei 4320/64, e segue os princípios fundamentais da contabilidade e demais normas vigentes, grande interferência da Legislação.	Desregulamentada: sistemas e informações determinadas pela administração para satisfazer suas necessidades estratégicas e operacionais. Atrrelada aos resultados orçados.
Enfoque da Informação no Tempo	Histórica, atrasadas (informações passadas).	Atualizada, tempestiva e orientada para decisões futuras.
Prazos de geração da informação	Segue o estabelecido na legislação vigente e nas normas editadas pelos órgãos fiscalizadores externos, segue uma periodicidade.	Não segue um padrão pré-estabelecido, depende das necessidades dos usuários, não está atrrelada a periodicidade.
Relatórios gerados	Sintéticos, visam resumir os resultados da execução orçamentária e seus reflexos no patrimônio da entidade, segue uma normatização para sua apresentação.	Detalhados, preocupam-se com partes da entidade, serviços ofertados, resultados e metas por eles atingidos, não são padronizados.

QUADRO 4 – CONTABILIDADE PÚBLICA *VERSUS* CONTABILIDADE PÚBLICA GERENCIAL

FONTE: O autor (2008)

No entendimento de Reis, Slomski e Ribeiro (2005) a aplicação gerencial nas administrações públicas seria o processo pelo qual os gestores da coisa pública passariam a se preocupar não só com a aplicação dos recursos de forma correta, sob o aspecto legal, mas também sob a ótica da eficácia e da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A adoção de aspectos gerenciais na administração pública representa a mudança nos métodos de controle, eliminando o controle *a posteriori* e punitivo para uma abordagem preventiva e orientadora, mediante a análise sistemática e permanente dos programas de governo (SILVA, 2004, p. 216).

A contabilidade pública deve assegurar que a informação seja completa, objetiva, confiável, cumprindo o que determina a legislação, inclusive quanto a sua divulgação. E a contabilidade pública gerencial utiliza-se de várias técnicas que permitam a geração de informações relevantes, tempestivas que atendam as necessidades dos gestores públicos e os auxiliem no processo decisório, objetivando a eficiência e a eficácia das ações públicas e, conseqüentemente, que os resultados esperados sejam atingidos. Contribuindo, dessa forma, para a o fortalecimento da Administração Pública Gerencial.

2.3.4 Administração pública gerencial e a contabilidade pública gerencial

As administrações públicas, de modo geral, vêm vivenciando uma crescente tendência à adoção de padrões de eficiência e eficácia comparáveis aos aplicados no setor privado, que se caracterizam pelo emprego de medidas de desempenho e práticas de administração gerencial, em vez do processo burocrático, até pouco tempo entendido como modelo para as administrações públicas.

Para Seabra (2001), no que tange às mudanças intra-organizacionais no setor público, a principal tônica tem sido a primazia de princípios gerenciais – baseados em conceitos modernos de administração do setor privado – sobre o modelo burocrático tradicional.

A administração pública gerencial preocupa-se com a melhoria de desempenho na aplicação dos recursos públicos aplicados nos bens e serviços públicos destinados à sociedade, busca a otimização de tais recursos, sem perder de vista a qualidade do que a coletividade utiliza. Enfatiza a busca por resultados em vez de controles formais e o estrito cumprimento das leis.

A administração pública gerencial, denominada por Osborne e Gaebler (1995) de empreendedora, preocupa-se com a eficiência nas administrações públicas, buscando o gerenciamento dos custos e a qualidade dos serviços públicos. Para os autores a gestão pública empreendedora adota princípios da gestão de negócios – como atendimento ao cidadão como cliente, pró-atividade, iniciativa e autonomia gerencial, controle por objetivos e metas ou governo por parcerias.

A mudança da administração pública burocrática para a gerencial cria a necessidade, por parte dos gestores públicos, de mais e novos tipos de informações sobre a administração pública. Assim, faz-se necessário criar meios no ambiente público, com o objetivo de suprir essas demandas informacionais. Neste contexto, a contabilidade pública gerencial tem papel preponderante na gestão das organizações públicas, visto que sua finalidade é gerar informações, conforme a necessidade dos administradores, contribuindo significativamente para o processo de tomada de decisões e, conseqüentemente, com a gestão das entidades públicas federais, estaduais e municipais.

2.4 GESTÃO MUNICIPAL

Neste tópico são abordados conceitos referentes à gestão pública municipal, sobre a gestão financeira municipal, são enfocados os aspectos das finanças públicas municipais envolvendo o conjunto de receitas e despesas públicas e, por fim, a relação entre a LRF e a gestão financeira municipal.

2.4.1 Gestão pública municipal

Pereira (*in* Catelli, 2001, p. 57) caracteriza a gestão no setor privado com sendo a atuação em nível interno da empresa que procura otimizar as relações recursos-operação-produto/serviços. Considerando as variáveis dos ambientes externo e interno que impactam as atividades da empresa, em seus aspectos operacionais, financeiros, econômicos e patrimoniais.

A gestão pública envolve a interpretação de objetivos a fim de transformá-los em ação organizacional por meio do planejamento, da organização, da direção e do controle, devendo ser entendida como o conjunto de idéias, atitudes, normas, processos que determinam a forma de distribuir e de exercer a autoridade política e como se atendem aos interesses públicos (MATIAS-PEREIRA, 2007, p. 5).

Para Silva (2004, p. 179), a gestão na administração pública está relacionada com “[...] os processos que visam à obtenção, transformação, circulação, aplicação e consumo de bens com o fito de atingir a finalidade proposta pela administração”.

Nas administrações públicas a gestão vincula-se a atuação dos administradores públicos, com vistas à alocação dos recursos existentes às diversas atividades de responsabilidade do ente público, levando em consideração as prioridades expressas no planejamento estabelecido, com o objetivo de atingir os resultados almejados para determinado exercício.

A função da gestão pública é disponibilizar os serviços públicos necessários à população, mediante a execução do orçamento público. Em relação aos municípios, a gestão está associada às questões de interesse local, englobando aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais, conforme demonstrado na Figura 3.



FIGURA 3 – GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

FONTE: O Autor (2008)

A gestão orçamentária refere-se ao ato de gerir o que foi anteriormente planejado, pelos instrumentos públicos de planejamento, contemplando as receitas orçamentárias que serão empregadas nas despesas orçadas com o objetivo cumprir com as metas e resultado previstos no processo orçamentário.

A gestão pública patrimonial reveste-se dos meios utilizados pelos gestores públicos municipais na conservação, ampliação e emprego do patrimônio público em prol da população local, quando da prestação dos serviços públicos.

A gestão pública financeira diz respeito aos processos que envolvem a movimentação de receitas e despesas das entidades públicas municipais e como os administradores públicos controlam esse fluxo financeiro, visando à maximização dos escassos recursos financeiros existentes, e o controle sobre sua aplicação na execução dos serviços públicos e na conservação do patrimônio público.

Certamente, quando abordado o termo gestão no setor público municipal, outros aspectos podem ser incluídos, como a gestão de recursos humanos, a gestão ambiental, a gestão de planejamento urbano, por exemplo. Porém, para os fins deste estudo, em que o tema versa sobre a administração financeira, busca-se focar a gestão municipal sob os aspectos e os reflexos da execução do orçamento público e o desdobramento financeiro e patrimonial dessa execução, por tal motivo que a gestão pública municipal demonstrada restringe-se aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

2.4.2 Finanças públicas municipais

Segundo D'Auria (1962), as finanças públicas referem-se ao conhecimento generalizado das origens e gestão da receita e despesa destinadas ao serviço do Estado e suas divisões político-administrativas; como aplicação prática, é a ação desenvolvida pelo governo em suas fases de previsão e realização, e no respectivo movimento monetário.

Para D'Auria (1962, p. 63) as finanças públicas “[...], em sua vasta e ilimitada atuação, enfrentam e resolvem os problemas de natureza econômica que se desencadeiam da função de governo, donde se conclui que a função financeira se enquadra na ordem política e econômica do Estado”.

As Finanças públicas tratam da despesa e da renda dos poderes públicos, bem como da coordenação entre ambas, coordenação que não visa, necessariamente, a igualdade, mas a relação aritmética mais indicada, de acordo com as condições dadas (DALTON, 1980, p. 29).

Segundo Matias e Campello (2000, p. 40) “[...] finanças públicas refere-se ao conjunto de problemas relacionados ao processo de Receitas-Despesas Governamentais e dos fluxos monetários”.

Para Matias-Pereira (2006, p.133) finanças públicas “[...] é a atividade financeira do Estado. Essa atividade está orientada para a obtenção e o emprego dos meios materiais e de serviços para a realização das necessidades da coletividade, de interesse geral, satisfeitas por meio do processo do serviço público”.

Os Entes Públicos tem a responsabilidade de viabilizar o funcionamento dos serviços públicos essenciais demandados pela coletividade. Para atingir esse objetivo necessitam de recursos financeiros, que são obtidos por meio de várias fontes, a fim de promover os serviços indispensáveis ao perfeito funcionamento das atividades estatais e ao bem comum da população. O custeio das necessidades públicas realiza-se por meio da transferência de parcelas dos recursos dos indivíduos e das empresas para os governos, completando assim o círculo financeiro entre sociedade e Estado (MATIAS-PEREIRA, 2006, p. 133-134). Caracterizando-se esta relação como a principal preocupação das finanças públicas.

Segundo Matias-Pereira (2006) o objeto precípua das finanças públicas é o estudo da atividade fiscal, caracterizada por aquela desempenhada pelos poderes públicos com o propósito de obter e aplicar recursos para o custeio dos serviços públicos, sendo orientada em duas direções:

1. Política tributária: que se materializa na captação de recursos, para atendimento das funções da administração pública, por meio de suas distintas esferas (União, Estados e Distrito Federal e os Municípios).
2. Política orçamentária: que se refere especificamente aos gastos, ou seja, os atos e medidas relacionados com a forma da aplicação dos recursos, levando em consideração a dimensão e a natureza das atribuições do poder público, bem como a capacidade e a disposição para seu financiamento pela população.

Musgrave e Musgrave (1980) definem como funções fiscais do Estado às seguintes: alocativa, distributiva e estabilizadora. Entendidas como funções do orçamento público. A função alocativa visa prover ajustamentos na alocação dos recursos públicos. A distributiva tem por finalidade promover ajustamentos na distribuição de renda. E a função estabilizadora objetiva manter a estabilidade econômica.

As finanças públicas a nível municipal referem-se aos meios utilizados pelos municípios na arrecadação das receitas, por meio de sua própria competência tributária; pelas transferências, constitucionais e voluntárias, realizadas pela União e pelos Estados; ou pelos financiamentos obtidos. E a forma que esses recursos serão aplicados nas despesas fixadas no orçamento público municipal, visando atender as necessidades da população por intermédio

dos serviços públicos. O objeto de estudo das finanças públicas municipais é as receitas e as despesas públicas municipais.

A melhoria envolvendo aspectos financeiros, econômicos, sociais e de gestão, conseguida pelas administrações públicas municipais e externada em prol dos munícipes, dependem de uma correta e persistente gestão dos recursos financeiros disponíveis, pelo fato, que as relações existente, no ambiente público municipal, estão ligadas às receitas e às despesas públicas, ou seja, revelam-se em relações estritamente financeiras.

2.4.2.1 Receitas públicas municipais

As receitas públicas, em seu sentido mais amplo, referem-se aos recolhimentos de valores aos cofres públicos (ANGÉLICO, 1994), essas receitas públicas distinguem-se em receitas orçamentárias e receitas extra-orçamentárias. As extra-orçamentárias são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, não pertencem aos entes públicos. Já as receitas orçamentárias são aquelas que de fato pertencem à entidade pública e se classificam economicamente em Receitas Correntes e Receitas de Capital (SLOMSKI, 2003); (KOHAMA, 2008).

Diante dos efeitos produzidos ou não no patrimônio líquido das entidades públicas, as receitas orçamentárias podem ser Efetivas e Não-efetivas. As receitas orçamentárias efetivas são aquelas que provocam alteração positiva na situação líquida patrimonial, no momento do seu reconhecimento. As receitas orçamentárias não-efetivas são aquelas que não alteram a situação líquida patrimonial no momento do seu recolhimento (BRASIL, 2007).

As receitas orçamentárias correntes e de capital são desdobradas em fontes, assim, o somatório dessas fontes compõem as receitas correntes e as de capital, que se distinguem, basicamente, quanto ao custeamento das despesas. As receitas correntes são destinadas a cobrir as despesas correntes e as receitas de capital as despesas de capital.

As receitas correntes são recursos financeiros que regularmente ingressam nos cofres públicos – não esporádicos – para financiar, a princípio, as despesas correntes – custeio da máquina pública, juros/encargos de dívidas e transferências legais. As receitas de capital são os recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas, da conversão em espécie de seus bens e direitos – alienação –, pelos recursos recebidos de outras pessoas de direito público e

privado – convênios e doações –, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital (BEZERRA FILHO, 2006, p. 50-51).

Salientando que as receitas correntes podem ser aplicadas em despesas de capital, geralmente, por meio do superávit corrente, diferença positiva do confronto entre as receitas correntes menos das despesas correntes.

As receitas correntes podem ser classificadas em: a) Originárias: resultante da venda de produtos ou serviços colocados à disposição dos usuários ou da cessão remunerada de bens e valores. b) Derivadas: são obtidas pelos entes públicos em função de sua autoridade coercitiva, mediante a arrecadação de tributos e multas (BRASIL, 2007).

As categorias econômicas das receitas orçamentárias são divididas em fontes ou subcategorias econômicas que tem a finalidade de classificar as receitas conforme sua origem. As fontes das receitas correntes são caracterizadas da seguinte forma:

- a. Receitas tributárias decorrem da capacidade do ente público instituir e arrecadar tributos de sua competência. Nos Municípios temos como exemplos: Impostos como o IPTU, ISSQN e ITBI.
- b. Receitas de contribuições são as arrecadadas de contribuições sociais ou econômicas, como por exemplo: contribuições previdenciárias ao regime próprio e a contribuição para o custeio da iluminação pública.
- c. Receitas patrimoniais são as provenientes da exploração do patrimônio de propriedade do ente público, como: as receitas de aluguéis, dividendos e os rendimentos auferidos com aplicações financeiras em instituições bancárias.
- d. As agropecuárias decorrem da exploração de atividades agropecuárias, como: venda de mudas e sementes.
- e. As receitas industriais são as arrecadadas pelo desenvolvimento de atividades industriais, tais como: indústria extrativa mineral, de transformação ou de construção.
- f. As de serviços são as receitas advindas da exploração das atividades de prestação de serviços, como: taxas de serviços de transportes, com terminais rodoviários, serviços de fotocópia, vendas de editais.
- g. Transferências correntes são as receitas provenientes de recursos recebidos de outros entes públicos ou privados. Nos municípios: transferências do FPM, do ICMS, do FUNDEB, do FNDE, do SUS, do FNAS, de convênios e outras.

- h. As outras receitas correntes envolvem a arrecadação de receitas não classificadas nas fontes anteriores, como: multas, indenização, juros de mora, dívida ativa, receitas diversas e outras.

As receitas de capital se classificam nas seguintes fontes:

- a. Operações de crédito são as receitas que geram para o ente recebedor uma dívida classificada como de longo prazo, ou seja, existe a entrada do recurso financeiro, em contrapartida, constitui-se uma dívida pelo recebimento da receita.
- b. Alienações de bens são receitas provenientes da venda de bens móveis e imóveis pertencentes ao ente público, após, o atendimento da legislação pertinente.
- c. Amortizações de empréstimos são ingressos decorrentes do recebimento de valores anteriormente emprestados a outro(s) ente(s), o retorno de empréstimos realizados no passado.
- d. Transferências de capital são recursos recebidos de outros entes públicos ou privados destinados a serem aplicados em despesas de capital, geralmente, convênios com finalidades específicas.
- e. Outras receitas de capital são fontes onde são classificadas as receitas de capital que não se enquadrem nas anteriores, como se fosse uma classificação genérica.

As administrações públicas municipais, como as das demais esferas de governo, para atender suas finalidades perante a sociedade, necessitam de receitas para custear suas despesas. Conforme afirmam Matias e Campello (2000) as receitas públicas são constituídas pelos fluxos monetários arrecadados dos vários agentes e formam os recursos financeiros utilizados para o financiamento das despesas públicas.

As receitas públicas municipais seguem várias legislações específicas, mas basicamente se dividem em quatro grupos: o primeiro contempla as oriundas da própria capacidade do município arrecadar receitas de seus contribuintes, como o IPTU e as provenientes do próprio patrimônio municipal; o segundo são as decorrentes da participação do município nas receitas de competência do Estado e da União, onde podem ou não haver contribuições de seus munícipes, como é o caso do imposto de renda que compõem o FPM; o terceiro grupo refere-se às transferências voluntárias de recursos de entidades públicas ou privadas para os municípios, geralmente com finalidades específicas, como é o caso das receitas de convênios; e o quarto grupo contempla os empréstimos obtidos.

Segundo Angélico (1994); Bezerra Filho (2006); Andrade (2007) e Kohama (2008) a receita orçamentária passa por quatro estágios: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento, conforme demonstrado na Figura 4.

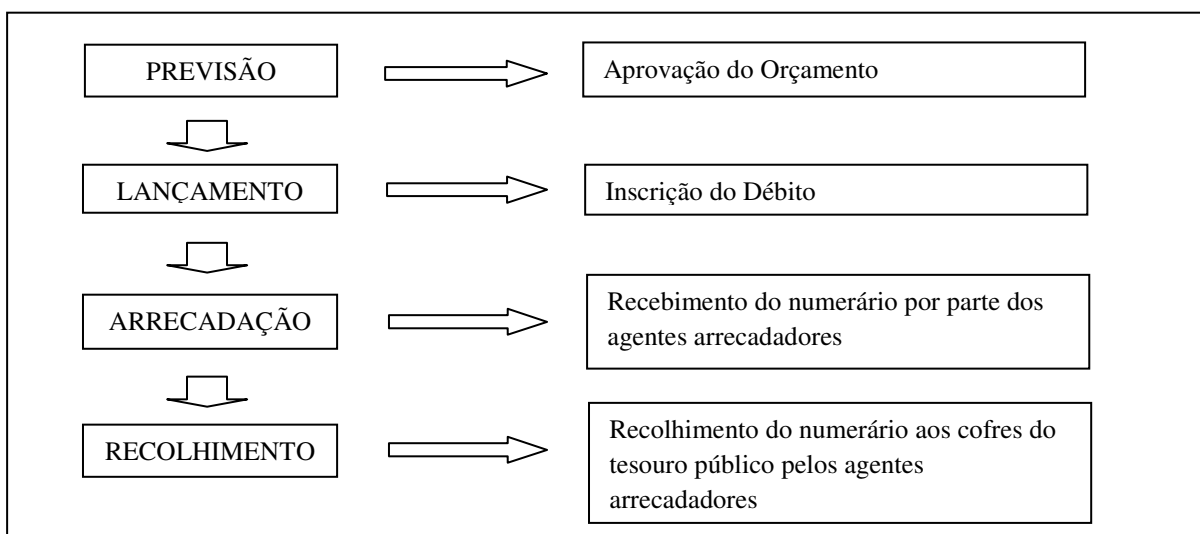


FIGURA 4 – FASES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

FONTE: Bezerra Filho (2004, p. 63)

A fase da previsão da receita orçamentária consiste nos estudos realizados pela administração municipal sobre sua capacidade de arrecadação, confecção e aprovação da LOA, é a estimativa da receitas para determinado exercício financeiro.

A do lançamento refere-se à identificação do crédito fiscal que a entidade pública tem sobre os contribuintes e sua materialização, que pode ser feita pelo próprio ente público ou pelo próprio contribuinte, observando-se as formas de lançamentos definidas no Código Tributário Municipal.

A arrecadação consiste no recebimento dos valores das receitas que o ente público tem direito, por meio do pagamento dos tributos ou outras situações que geram o direito de arrecadar valores dos contribuintes ou pelos repasses efetuados por outras esferas governamentais, realizada nos agentes arrecadadores.

Por fim, o recolhimento que é a fase da transferência das receitas arrecadadas pelos agentes arrecadadores, públicos ou privados, às repartições ou bancos oficiais, ficando os valores disponíveis ao Tesouro Municipal.

2.4.2.2 Despesas públicas municipais

As despesas públicas constituem-se como os gastos ou consumo de recursos efetuados pelos entes públicos a qualquer título. As despesas públicas classificam-se em despesas

orçamentárias e extra-orçamentárias (ANGÉLICO, 1994); (SLOMSKI, 2006); (ANDRADE, 2007).

Bezerra Filho (2006, p. 80) afirma que as despesas orçamentárias “[...], constituem o conjunto dos gastos públicos autorizados por intermédio do orçamento ou de créditos adicionais, devendo evidenciar a política econômico-financeira e o programa do Governo, destinado a satisfazer as necessidades da comunidade”. Para Lima e Castro (2000, p. 51) correspondem “[...] à distribuição e ao emprego das receitas para o custeio de diferentes setores da Administração e para os investimentos”.

Dentro da execução dos orçamentos públicos as despesas orçamentárias são utilizadas na concretização das ações governamentais previstas para determinado exercício financeiro, ou seja, é por intermédio das despesas orçamentárias que a administração pública realiza os serviços públicos, mantém as unidades administrativas, conserva o patrimônio público, honra os compromissos contratuais e faz novos investimentos. E as despesas extra-orçamentárias referem-se às saídas das receitas extra-orçamentárias.

As despesas orçamentárias, assim como, as receitas orçamentárias, também são classificadas em categorias econômicas: correntes e de capital. As despesas correntes, segundo Kohama (2008, p. 90-91), “[...] são os gastos de natureza operacional, realizados pela administração pública, para a manutenção e o funcionamento dos seus órgãos”.

As despesas de capital são os gastos realizados pela administração pública, cujo propósito é o de criar novos bens de capital – investimentos – ou mesmo de adquirir bens de capital já em uso – inversões financeiras –, que constituirão, em última análise, incorporações ao patrimônio público de forma efetiva ou por mutação patrimonial (KOHAMA, 2008, p. 91).

Diante dessas conceituações fica evidente que enquanto às despesas correntes têm por finalidade manter funcionando a estrutura pública existente, para atender as necessidades dos cidadãos; as despesas de capital, geralmente, têm por objetivo aumentar o patrimônio público, pela aquisição ou construção de novos bens de capital, com o intuito de expandir a ação governamental.

As despesas consignadas no orçamento público seguem a seguinte classificação: Institucional, Funcional e Estrutural Programática, conforme apresentada na Figura 5.

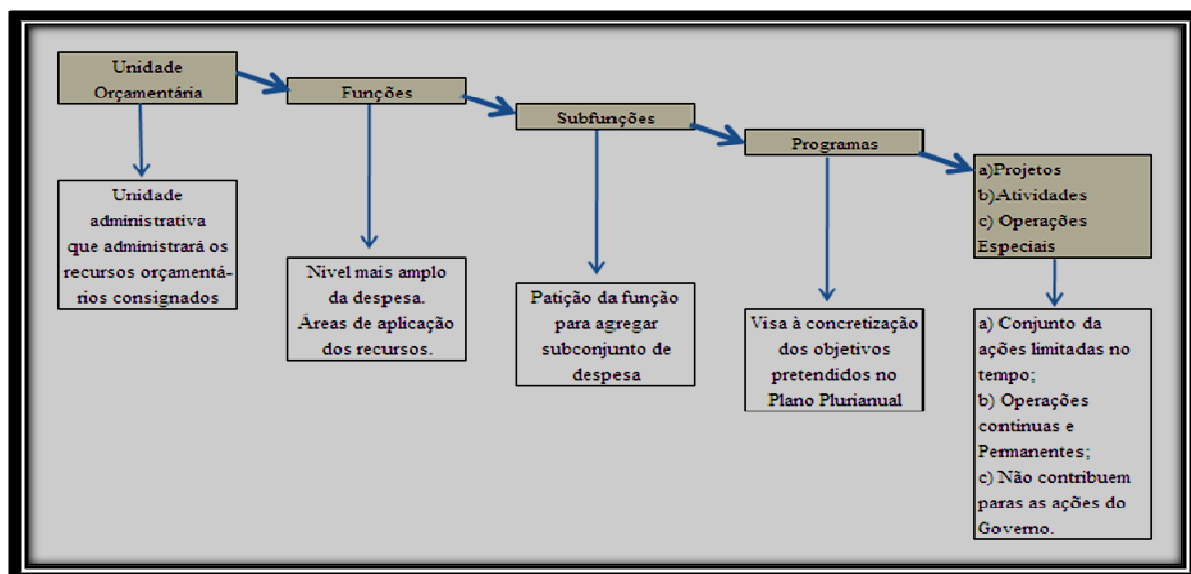


FIGURA 5 – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL, FUNCIONAL E PROGRAMÁTICA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

FONTE: Adaptado de Andrade (2007, p. 78)

A classificação institucional corresponde à estrutura organizacional e administrativa da entidade, permite o agrupamento dos créditos orçamentários nos órgãos e/ou unidades que integram a estrutura administrativa do ente público (secretarias, departamentos, setores), cabendo-lhes executar as atividades, os projetos e/ou as operações especiais que lhe forem vinculados, visando atingir os objetivos dos programas criados (ANDRADE, 2007).

A classificação funcional tem por finalidade delimitar a despesa, definindo-a por sua função e subfunções, é uma classificação normativa dada pela Portaria nº 42/99 da SOF, tem como escopo principal a identificação das áreas nas quais as despesas estão sendo realizadas. As funções devem ser entendidas como o maior nível de agregação das despesas públicas que competem ao setor público. As subfunções representam partições das funções, são níveis mais específicos onde são aplicados os recursos públicos (ANDRADE, 2007).

A classificação estrutural programática é originária do processo de planejamento desenvolvido pelo ente público durante a formulação do PPA, os programas agem como integradores entre o planejamento e sua execução no orçamento. Os programas criados, no PPA, possuem ações que devem ser desenvolvidas para atingir seus objetivos, essas ações são executadas no orçamento público por meio das Atividades, Projetos e Operações Especiais, sua execução leva ao cumprimento dos objetivos das ações, que contribuem para atingir os objetivos dos programas, que tem por finalidade suprir determinadas demandas da população e por consequência melhorar a realidade diagnosticada (ANDRADE, 2007).

As despesas correntes são divididas nas seguintes naturezas de despesas:

- a. Despesas com pessoal e encargos sociais: são as despesas que a entidade pública tem com seus funcionários, efetivos ou em comissão, bem como, os encargos sociais que são de obrigação da administração pública relacionados a estes mesmos funcionários e, também, a remuneração e os encargos sociais dos cargos eletivos.
- b. Juros e encargos das dívidas: são as despesas relacionadas com os juros e outros encargos decorrentes das dívidas de longo prazo assumidas pela administração pública com outras entidades, geralmente, decorrentes de operações de créditos, que podem ser internas ou externas.
- c. Outras despesas correntes: são todos os demais gastos que a entidade pública realiza para a prestação dos serviços públicos e a manutenção de suas unidades administrativas, como por exemplo: a aquisição de material de consumo (combustíveis, gêneros de alimentação, material odontológico, farmacológico, de limpeza), a contratação de serviços de outras empresas ou pessoas (locação de imóveis; mão-de-obra aplicada na manutenção e conservação de equipamentos, veículos e máquinas; serviços de telecomunicações).

As despesas de capital apresentam as seguintes naturezas de despesa:

- d. Investimentos: são aplicações de recursos na obtenção de um novo bem de capital resultante de obras e/ou aquisição de materiais ou equipamentos permanentes novos, visando à expansão ou melhorias na prestação dos serviços públicos prestados à população (construção de escolas, creches, postos de saúde, equipamentos médicos, odontológicos, de processamento de dados; máquinas; veículos), ou que adicionam novo valor aos bens já existentes.
- e. Inversões financeiras: são as despesas que resultam na aquisição de terrenos, urbanos ou rurais, e na aquisição de bens usados.
- f. Amortizações da dívida: referem-se ao pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial das dívidas de longo prazo assumidas pelo ente público, geralmente, decorrentes de operações de crédito.

As despesas têm a finalidade de executar as ações planejadas pela administração pública para determinado exercício financeiro, visando disponibilizar a população os serviços públicos de sua competência. Assim, existem despesas que são obrigatórias e continuadas, como o pagamento dos salários dos funcionários, bem como, as aplicadas na manutenção do

patrimônio público existente. E as que são realizadas visando o crescimento do patrimônio da entidade, com a finalidade de expandir os serviços públicos, ou, melhorar da infra-estrutura municipal.

Segundo Bezerra Filho (2006) e Andrade (2007), a despesa orçamentária passa pelos seguintes estágios: autorização, programação, licitação, empenho, liquidação e pagamento, demonstrados na Figura 6.

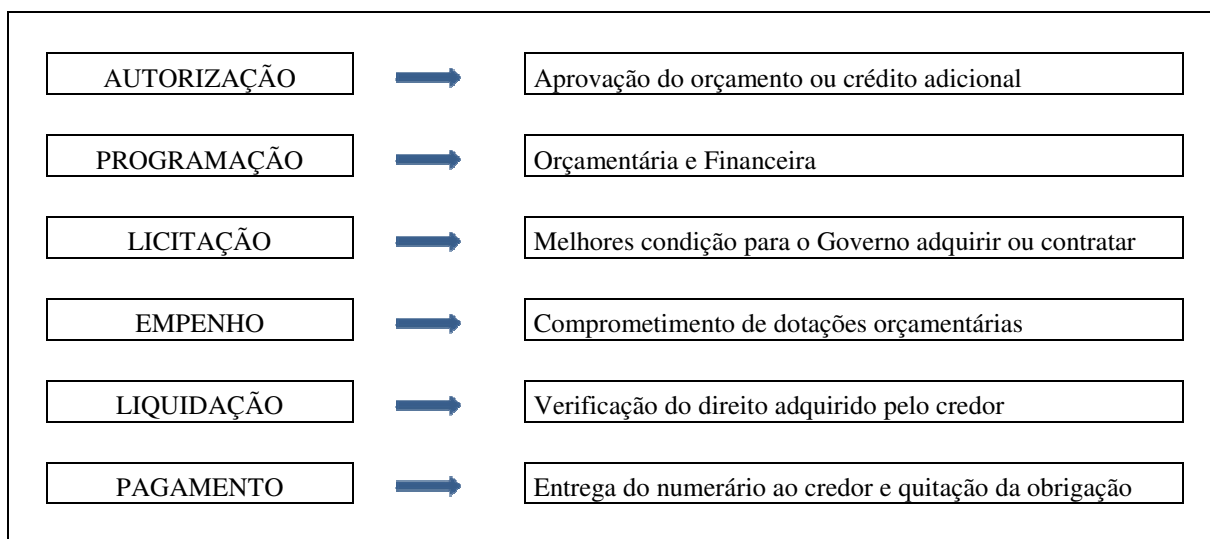


FIGURA 6 – FASES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

FONTE: Bezerra Filho (2006, p. 102)

A execução das ações governamentais previstas nos orçamentos públicos é realizada por meio das despesas públicas e a sua efetivação segue as etapas descritas na Figura 9. A autorização para executar as despesas é dada ao gestor público pela aprovação da LOA e pelos créditos adicionais, que são mecanismos utilizados para ajustar as despesas orçamentárias seguindo o que determina a legislação.

A programação refere-se à fase seguinte a da aprovação do orçamento público, é o planejamento dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis durante o exercício em que se dará sua execução.

A licitação é uma regra geral, que deve ser seguida pelas administrações públicas, tem por objetivo levar a administração a adquirir ou contratar com terceiros em melhores condições mediante a promoção de concorrência entre estes.

O empenho refere-se ao comprometimento de recursos consignados no orçamento público, criando para a administração uma obrigação de pagamento futuro que pode ou não depender do cumprimento de alguma condição. A liquidação é fase em que é verificado, pela

documentação existente, se o fornecedor tem direito sobre a dívida criada, para a entidade pública, por meio do empenho. E a fase do pagamento é aquela que a administração pública quita suas obrigações com terceiros.

Essas etapas levam a administração pública a executar orçamentária e financeiramente o que foi previsto em seu planejamento para determinado exercício financeiro.

2.4.2.3 Execução orçamentária e financeira municipal

Aprovada a Lei Orçamentária Anual – LOA ou orçamento público e elaborada a programação financeira para as receitas e o cronograma de desembolso para as despesas, ocorre sua execução, por meio da arrecadação das receitas previstas e da realização das despesas fixadas para exercício financeiro em questão.

A execução orçamentária tem por função demonstrar quais as receitas orçamentárias foram arrecadadas no exercício e em que montantes; como estão sendo realizadas as despesas orçamentárias, evidenciando os montantes gastos por unidade orçamentária; por função e subfunção; por programas, projetos, atividades e operações especiais; por natureza de despesas e as alterações orçamentárias efetivadas no período. A finalidade da execução orçamentária é comparar o que foi planejado com o executado e gerar informações que possam contribuir para que os objetivos planejados possam ser atingidos.

A execução financeira demonstra a movimentação dos recursos financeiros da entidade municipal, evidenciando as mudanças, as evoluções e as reduções das disponibilidades financeiras. O principal objetivo da execução financeira é o registro da execução do orçamento público em função das disponibilidades dos recursos financeiros, bem como, a implementação de normas para a distribuição desses recursos. Pode-se entendê-la como a demonstração das movimentações financeiras ocorridas durante todo o exercício, onde se evidenciam os saldos remanescentes do exercício anterior, os saldos que vão para o próximo exercício, assim como todo o ingresso e o desembolso de recursos públicos (ANDRADE, 2007, p. 130).

A Figura 7 demonstra as etapas da execução orçamentária e financeira do orçamento público municipal.

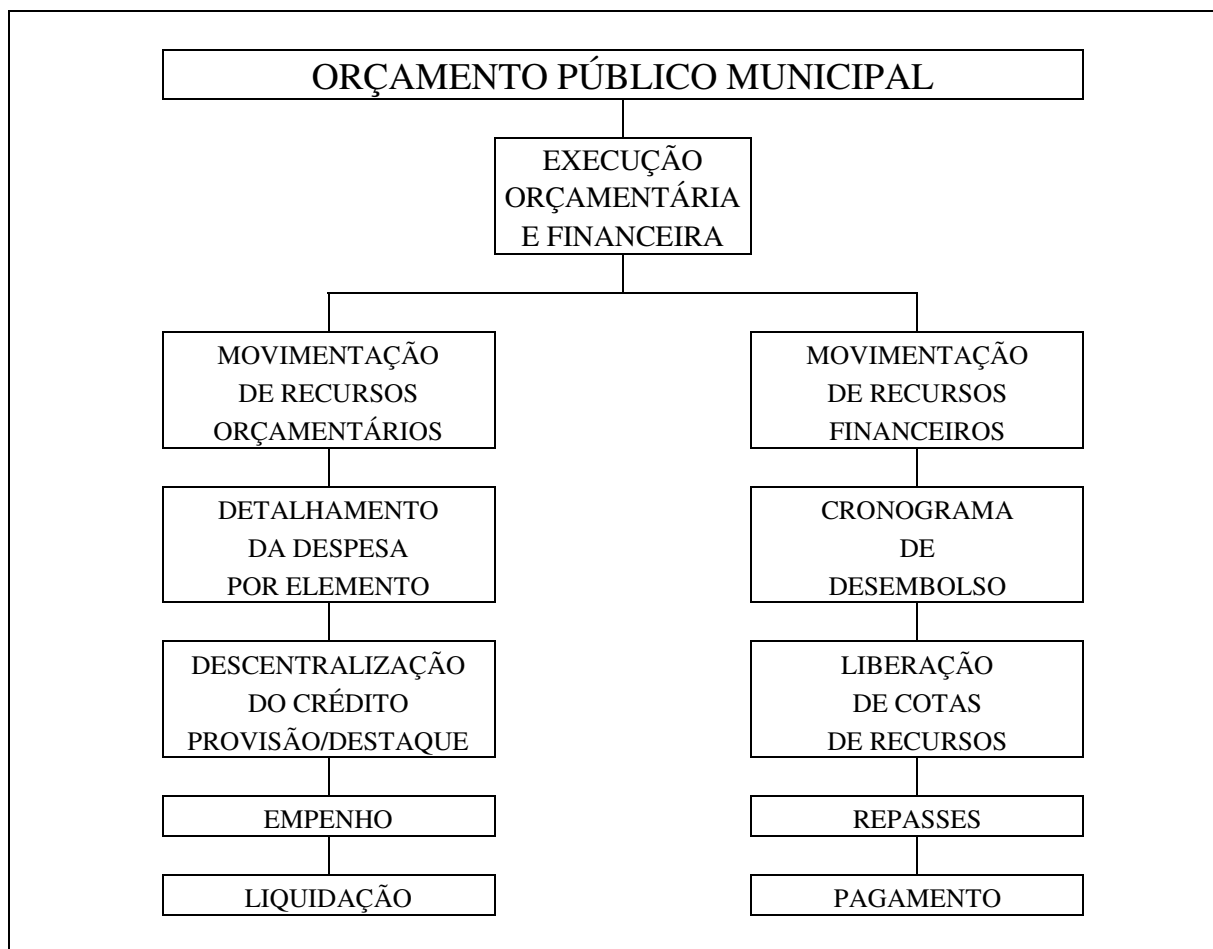


FIGURA 7 – ETAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA MUNICIPAL

FONTE: Adaptado de Silva (2004)

As execuções, orçamentária e financeira do orçamento público, estão intimamente ligadas e contribuem cada uma dentro de suas características, para que o planejamento previsto para determinado exercício atinja os resultados almejados sem extrapolar o montante de recursos financeiros disponíveis para esta finalidade.

A execução orçamentária preocupa-se em dar suporte às movimentações das despesas, garantindo os créditos orçamentários necessários à sua execução. A execução financeira enfoca os recursos monetários, identificando as disponibilidades e as necessidades financeiras para a cobertura das obrigações geradas pelo consumo dos créditos orçamentários.

Nota-se que a gestão financeira mantém estreita relação com a execução orçamentária e financeira municipal e contribui ativamente, por meio da gestão dos recursos financeiros, para que a eficiência e a eficácia estejam presentes nas ações governamentais realizadas.

2.4.3 Gestão financeira municipal

A gestão financeira consiste em obter e gerir os recursos financeiros indispensável às necessidades da coletividade, cuja satisfação os Entes Públicos assumiram ou delegaram a outras organizações ou pessoas. Segundo D'Auria (1962, p. 68) gestão financeira é a “[...] apreciação de meios para prover os serviços financeiros, a divisão e distribuição destes e dos meios pecuniários, a organização e execução dos serviços administrativos, [...]”.

Para Silva (2004, p. 95) a gestão financeira na administração pública “[...] é definida como o conjunto de operações que visam diretamente alcançar os fins próprios da administração governamental”.

Souza (*apud* Silva, 2004, p. 99) afirma que a gestão financeira desenvolve-se “[...] fundamentalmente em três campos: a receita, isto é, a obtenção de recursos patrimoniais; a gestão, que é a administração e conservação do patrimônio público; e, finalmente, a despesa, ou seja, o emprego de recursos patrimoniais para realização dos fins do Estado”.

Segundo Silva (2004) a gestão financeira deve ser estruturada no sentido de obter o máximo de recursos financeiros para que o Governo possa atingir os resultados planejados e, desta forma, atender as demandas da sociedade. Empregando os meios disponíveis para a gestão desses recursos, visando à obtenção dos resultados planejados.

A administração financeira compreende o conjunto de princípios, normas e procedimentos que intervém diretamente no processo de identificação das fontes de arrecadação, assim como das aplicações de tais recursos na liquidação dos compromissos da administração pública (SILVA, 2004, p. 198).

No âmbito municipal, a gestão financeira refere-se aos procedimentos empregados na obtenção e administração dos recursos financeiros – receitas públicas – necessários para a realização dos serviços públicos e dos programas de governo de interesse local, que estão consignados no orçamento municipal, e são executados e/ou desenvolvidos por intermédio da realização de despesas públicas, que, conseqüentemente, consomem os recursos financeiros disponíveis.

Os municípios no desempenho de suas atividades e realização de seus fins precisam obter meios financeiros decorrentes, quer da exploração de seu próprio patrimônio, quer das contribuições de várias espécies efetuadas por particulares, diretamente ao erário municipal por meio dos tributos municipais, ou, indiretamente relativos à participação nas receitas do

Estado e da União. Sendo que uma vez obtidos tais recursos financeiros, cabe aos municípios aplicá-los na criação ou manutenção dos diversos serviços públicos.

Essa atividade que os municípios desenvolvem para atendimento das necessidades públicas é denominada por Silva (2004) de Gestão e Administração Financeira e consiste em obter, criar, gerir e despende os recursos financeiros indispensáveis àquelas necessidades.

A gestão financeira municipal preocupa-se com os recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades inerentes a administração pública municipal, tanto no que tange as atividades-meio com as atividades-fins, que devem ser geridas pelo ente local.

Os Entes Públicos Municipais no desenvolvimento de suas funções interagem com diversos agentes. Ao relacionar-se determinam um ciclo de operações que define uma sequência de etapas, que compreende todos os processos e relações que permitem aos entes municipais realizem suas atividade e cumprirem com sua missão institucional. Nas administrações públicas, o ciclo operacional é a sequência de processos pelos quais os bens e serviços são disponibilizados à comunidade (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 28-29). Os mesmos autores sugerem e descrevem o ciclo operacional conforme apresentado na Figura 8.

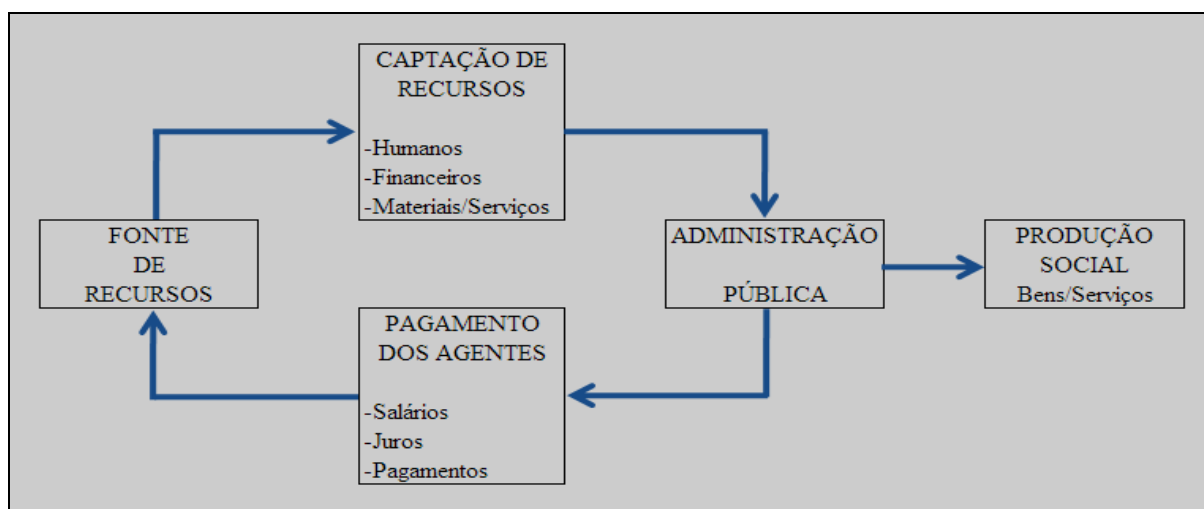


FIGURA 8 – CICLO OPERACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FONTE: Matias e Campello (2000, p. 33)

As fontes de recursos são os agentes que fornecem recursos, ou fatores de produção. A captação de recursos é realizada junto às fontes de recursos e pode ter amplitude geográfica local, nacional ou internacional, sendo classificados em financeiros (captados junto a instituições financeiros e os arrecadados pelos tributos, são valores monetários); humanos (refere-se à contratação de mão-de-obra junto ao mercado de trabalho, considera também o pessoal contratado anteriormente); e materiais/serviços (são as obtenções de diversos tipos de

materiais necessários para a execução dos serviços públicos e a contratação de serviços de terceiros). A produção social de bens e serviços consiste no conjunto de atividades que são realizadas pelos diversos órgãos da administração pública, que permitem o exercício das funções governamentais e a satisfação das necessidades públicas. O pagamento dos agentes representa a contrapartida da administração pública, na forma de salários, remuneração de capital financeiro ou pela contração de serviços, junto aos vários agentes com quem se relacionam e que passam a figurar como fontes de recursos (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 30-32).

Matias e Campello (2000, p. 33) enfatizam que o ciclo financeiro na administração pública é reflexo do ciclo operacional. Origina-se no momento da captação de recursos, pois ao ser realizada a captação criam-se vínculos e obrigações à administração e termina com a contrapartida aos agentes. Tal reflexo é parcial, pois o ciclo operacional envolve todas as relações, enquanto o ciclo financeiro abrange apenas as relações financeiras. Na Figura 9 é apresentado o ciclo financeiro municipal.

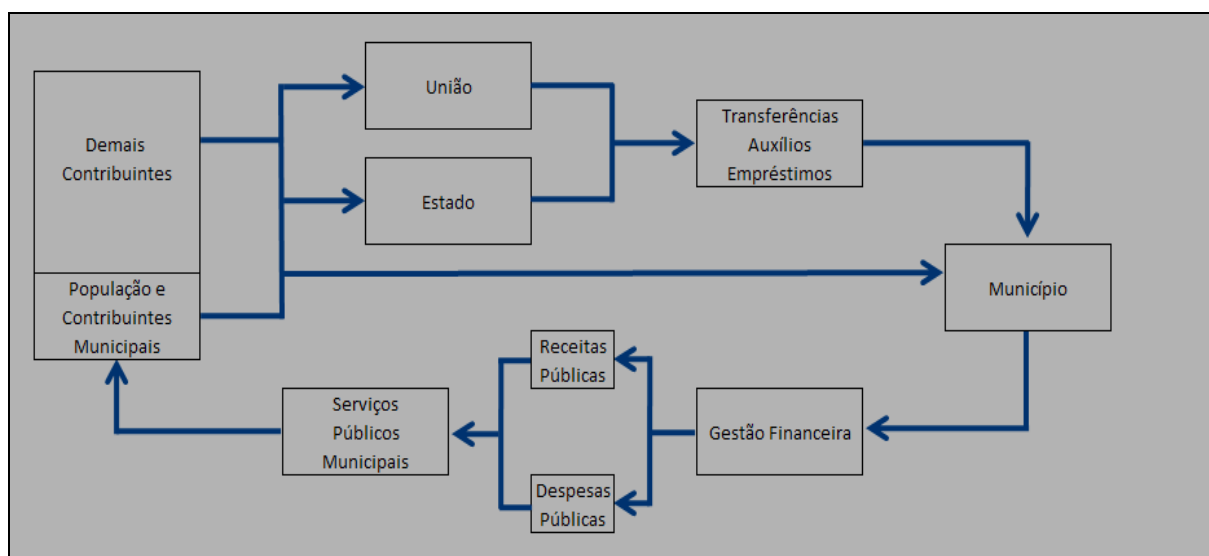


FIGURA 9 – CICLO FINANCEIRO MUNICIPAL

FONTE: O autor (2008)

A gestão financeira municipal é baseada na relação receitas e despesas, as receitas são administradas com a finalidade de promover a realização dos serviços públicos municipais, que são efetivados por meio das despesas. Nos pequenos municípios as receitas têm origem tanto dentro do seu espaço geográfico como fora dele, mediante os direitos constitucionais de participar das receitas arrecadas pela União e pelos Estados, ressaltando, que no caso dos pequenos municípios, tais participações representam a base de suas arrecadações.

O ciclo financeiro municipal tem dois tipos de contribuinte os que estão dentro e os que estão fora do território municipal. Os municipais contribuem tanto diretamente para as receitas dos municípios, pelos tributos, contribuições e serviços cobrados, como em conjunto com os demais contribuintes para as receitas da União e dos Estados, que são repassadas aos municípios na forma de transferências (constitucionais ou voluntárias) ou ainda na forma de empréstimos. Uma vez arrecada as receitas as mesmas são geridas pelos municípios e aplicadas nas despesas públicas produzindo os serviços públicos municipais, que são usufruídos pela população e pelos contribuintes municipais.

Matias e Campello (2000) enfatizam que existe uma inter-relação entre os processos de planejamento e orçamentário, embora ambos busquem solucionar os problemas identificados, as soluções encontradas são divergentes. E citam Bittencourt (1967) que aponta que tal divergência esta relacionada à natureza dos fatos que ocorrem na administração pública, que se classificam em: políticos, administrativos, econômicos e financeiros.

A gestão financeira refere-se aos processos de movimentação de recursos financeiros através do tempo, ou seja, da captação e aplicação monetária (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 160). A Figura 10 descreve os objetivos da gestão financeira municipal, conforme situação prevista como ideal pela LRF.

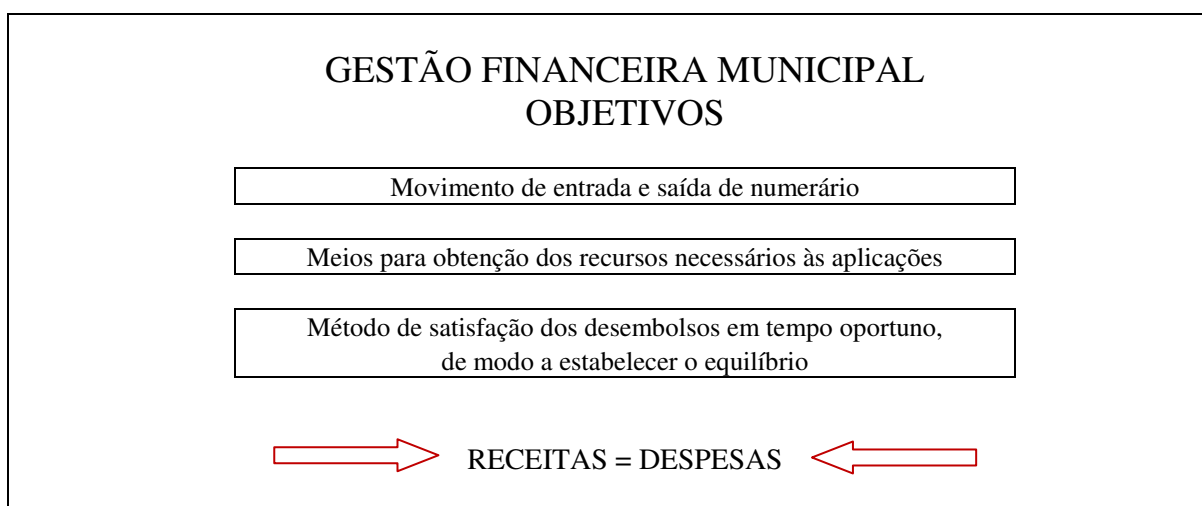


FIGURA 10 – OBJETIVOS DA GESTÃO FINANCEIRA MUNICIPAL
FONTE: Bezerra Filho (2006, p.32)

Conforme caracterizado na Figura 6 os objetivos da gestão financeira municipal é controlar o fluxo de entrada e aplicação dos recursos financeiros municipais, com a finalidade subsidiar financeiramente meios para a realização dos serviços públicos à população, mantendo o equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas.

2.4.4 A LRF e a gestão financeira municipal

A LRF enfatiza o planejamento nos entes públicos, fortalecendo os instrumentos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 para esta finalidade, seu enfoque recai sobre o desenvolvimento das atividades financeiras, quando estabelece a necessidade das administrações públicas realizarem:

- a. previsão antecipada de suas receitas que darão suporte financeiro às despesas a serem consignadas no orçamento público;
- b. programação financeira estabelecendo metas de arrecadação das receitas orçadas e cronograma de desembolso para as despesas orçamentárias, com o objetivo de manter o equilíbrio entre receitas e despesas;
- c. estabelecimento de metas de resultados entre as receitas e as despesas públicas por meio do resultado primário;
- d. definição de metas de resultados para o endividamento público por intermédio do resultado nominal;
- e. previsão nos instrumentos de planejamento de margem de expansão para as despesas públicas consideradas de caráter obrigatório e continuadas.

Segundo Silva (2004), a LRF está apoiada em quatro eixos: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização, que, em seu conjunto, são orientadores para a implantação do modelo de informações gerenciais, pois o planejamento e o controle são instrumentos fundamentais para a geração de informações úteis não só para o atendimento da Lei, como também para auxiliar o processo decisório e conseqüentemente melhorar os demais eixos: a transparência e a responsabilização.

Os indicadores de desempenho ou de resultados, nas administrações públicas, estão definidos no programas de governo previstos no Plano Plurianual – PPA, desta forma, a execução dos programas constantes nos orçamentos anuais, por meio da realização das despesas orçamentárias, que são custeadas pela receitas arrecadadas, determina-se o grau de desempenho e/ou o resultado alcançado pelas administrações no desenvolvimento de suas atividades em prol da coletividade.

Considerando-se a gestão financeira municipal como o conjunto de ações implementadas pelos municípios com o objetivo de otimizar os recursos financeiros; levando-se em conta o processo pelo qual as atividades e a prestação dos serviços públicos são realizadas nas administrações públicas municipais, que envolvem a efetivação das receitas e

despesas orçamentárias, pode-se afirmar que os objetivos da LRF e os resultados planejados pelas administrações públicas municipais serão, com maior facilidade, atingidos com uma coerente gestão financeira.

3 METODOLOGIA

A metodologia segundo Richardson (2008) é o conjunto dos procedimentos e regras utilizadas por determinado método. Por exemplo, o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo. A metodologia compreende as regras estabelecidas para o método científico.

A metodologia é utilizada para se definir quais caminhos serão percorridos para produzir conhecimento científico. Para Vergara (1997, p.11), ciência é uma das formas de acesso ao conhecimento. Segundo Richardson (2008) o conceito de ciência está ligado ao conceito de método científico. Lakatos e Marconi (2004) afirmam que todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos e que não há ciência sem o emprego de métodos científicos.

A finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, por intermédio da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade. O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança permitem alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2004, p. 46).

Para Bufrem (2006), a metodologia é o conjunto de procedimentos utilizados pelos investigadores que inclui estratégias, abordagens ou posturas metodológicas, métodos explícitos ou não, técnicas e instrumentos de coleta de dados. Recebe uma gama variada de denominações como metodologia, material e métodos, trajetória, estratégia, técnica ou método de trabalho, entre outras, que traduzem mais ou menos explicitamente, o caminho seguido pelo investigador.

Baseando-se nos ensinamentos de Cervo e Bervian (1996); Andrade (2002); Maroco (2003); Raupp e Beuren (2003); Corrar, Theóphilo e Bergmann (2004); Lakatos e Marconi (2004); Collis e Hussey (2005); Hair Jr *et al* (2005a); Hair Jr *et al* (2005b); Barros e Lehfeld (2007); Cunha e Coelho (2007); Gil (2007); Martins e Theóphilo (2007); Richardson (2008) e levando em consideração o tema de pesquisa proposto, o problema de pesquisa levantado, os objetivos definidos, as hipóteses construídas e a fundamentação teórica abordada, a metodologia empregada no estudo é a caracterizada nos tópicos seguintes.

3.1 CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO MÉTODO DE PESQUISA

Segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 37), método “[...] é o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo”. Para Barros e Lehfeld (2007, p. 67) os métodos científicos “[...] são as formas mais seguras inventadas pelo homem para controlar o movimento das coisas que cerceiam um fato e montar formas de compreensão adequada dos fenômenos”.

Segundo Cervo e Bervian (1996) toda investigação nasce de algum problema observado ou sentido, de tal modo que não pode prosseguir, a menos que se faça uma seleção da matéria a ser tratada. Essa seleção requer alguma hipótese ou pressuposição que irá guiar e, ao mesmo tempo, delimitar o assunto a ser investigado.

Percebe-se, com isso, que a definição do método de pesquisa deve levar em consideração o objeto da pesquisa, o problema, os objetivos e as hipóteses do estudo.

Lakatos e Marconi (2004, p. 90-91) classificam os métodos de pesquisa em: a) **método indutivo** – cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente); b) **método dedutivo** – que, partindo das leis e teorias, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente); c) **método hipotético-dedutivo** – origina-se da percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese; e d) **método dialético** – penetra o mundo dos fenômenos tendo em vista sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

O presente estudo busca verificar os impactos da vigência da LRF sobre a gestão financeira dos pequenos municípios paranaenses, mediante o estabelecimento de um problema de pesquisa e da elaboração de hipóteses a serem testadas. Assim, quanto à lógica da investigação o método de pesquisa é caracterizado como hipotético-dedutivo.

O método hipotético-dedutivo é explicado por Lakatos e Marconi (2004, p. 73-74) baseadas no pensamento de Popper. Para Popper toda pesquisa tem sua origem num problema para o qual se procura uma solução, por meio de tentativas (conjecturas, hipóteses, teorias) e eliminação de erros.

As autoras descrevem as etapas do método hipotético dedutivo proposto por Popper, no momento do processo investigatório:

- a. Problema – que surge, em geral, de conflitos diante de expectativas e teorias existentes;
- b. Solução proposta consistindo numa conjectura (nova teoria) – dedução de consequências na forma de proposições passíveis de teste;
- c. Testes de falseamento – tentativa de refutação, entre outros meios, pela observação, pela experimentação e pelo raciocínio lógico.

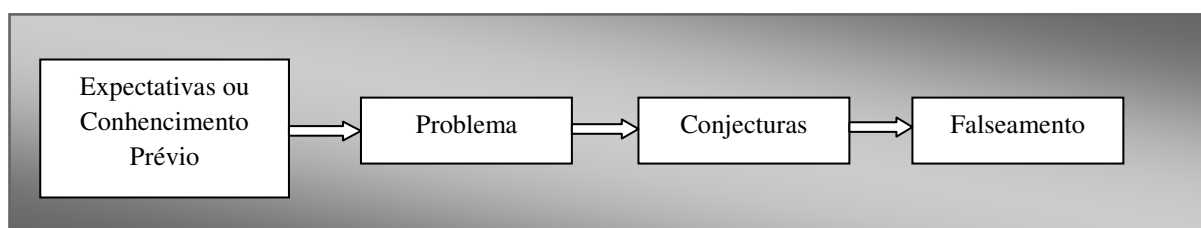


FIGURA 11 – ETAPAS DO MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO SEGUNDO POPPER
 FONTE: Lakatos e Marconi (2004, p. 74)

Se a hipótese não supera os testes, estará falseada, refutada, e existe nova reformulação do problema e da hipótese, que, se superar os referidos testes, estará corroborada, confirmada provisoriamente, pois poderá surgir um fato que a invalide (LAKATOS; MARCONI, 2004).

3.2 CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO TIPO DE PESQUISA

Cervo e Bervian (1996) argumentam que existem inumeráveis tipos de pesquisas, e que cada tipo possui, além do núcleo comum de procedimentos, suas peculiaridades próprias. E destacam a pesquisa pura e a aplicada.

Na pesquisa pura ou básica, o pesquisador tem como meta o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual pelo conhecimento. Já na pesquisa aplicada, o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 47). Segundo Hair Jr *et al* (2005b, p. 32) a pesquisa aplicada é motivada “[...] por uma tentativa de resolver um determinado problema [...]”.

A presente pesquisa é caracterizada quanto ao tipo como aplicada, pelo fato de buscar respostas ao problema empírico proposto, que versa sobre os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios paranaenses.

3.3 CARACTERIZAÇÃO QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Segundo Gil (2007, p. 41) sobre as pesquisas, “[...] é usual a classificação com base em seus objetivos gerais. Assim, é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas”.

Para o autor, as pesquisas exploratórias são empregadas normalmente quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada; pesquisas descritivas objetivam descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis; e as pesquisas explicativas como aquelas que visam identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007).

Cervo e Bervian (1996, p. 49) afirmam que “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Andrade (2002, p. 106) argumenta que nas pesquisas descritivas “[...] os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador”.

Segundo Collis e Hussey (2005, p. 24), nas pesquisas descritivas “Os dados compilados costumam ser quantitativos e técnicas estatísticas são geralmente usadas para resumir as informações”.

Hair Jr *et al* (2005b) argumentam que nos estudos descritivos os dados coletados são categorizados em transversais e longitudinais. Nos transversais os dados são coletados em um único ponto no tempo; e que nos longitudinais os dados descrevem eventos ao longo do tempo. Os autores afirmam que os estudos longitudinais “[...] são adequados quando as questões de pesquisa e as hipóteses são afetadas pela variação das coisas com o decorrer do tempo” (HAIR JR *et al*, 2005b, p. 88).

Segundo Collis e Hussey (2005), nas pesquisas explicativas o pesquisado vai além da descrição das características, analisando e explicando porque ou como os fatos estão

acontecendo, portanto, tem como objetivo entender fenômenos, descobrindo e mensurando relações causais entre eles.

A pesquisa quanto aos objetivos é caracterizada como descritiva e explicativa, pois, visa descrever o comportamento do espaço de manobra da gestão financeira municipal diante da vigência da LRF e explicar, por meio, de variáveis associadas a aspectos financeiros e de gestão o reflexo do aumento ou diminuição do espaço de gerenciamento financeiro nos pequenos municípios paranaenses com o advento da LRF, mediante a análise dos exercícios financeiros de 1998 e 2006, sendo quanto ao horizonte de tempo categorizado com estudo longitudinal.

3.4 CARACTERIZAÇÃO QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Os procedimentos utilizados neste estudo são: pesquisa bibliográfica e documental. Para Martins e Theóphilo (2007, p. 54) a pesquisa bibliográfica é uma estratégia “[...] necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. [...] procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas [...]”. Os autores afirmam ainda que a pesquisa bibliográfica “[...] é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte integrante de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo”.

A pesquisa documental é caracterizada pelos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 55). Para Marconi e Lakatos (2007, p. 62) a característica da pesquisa documental é que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

A pesquisa documental tem semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre elas decorre da natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, isto é, materiais transcritos de publicações disponíveis na forma de livros, artigos, etc. Por sua vez, a pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerados os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 55). Como é o caso dos dados utilizados na presente pesquisa, retirados das bases de dados da STN (FINBRA – Finanças do Brasil), do IPARDES

(BDE) e dos demonstrativos da LRF dos municípios paranaenses pesquisados, disponíveis no *site* Portal do Controle Social, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Para Raupp e Beuren (*in* BEUREN, 2003, p. 90) a contabilidade “[...], utiliza-se com certa frequência a pesquisa documental, sobretudo quando se deseja analisar o comportamento de determinado setor da economia, como os aspectos relacionados à situação patrimonial, econômica e financeira”.

A pesquisa bibliográfica propiciou a sustentação teórica da pesquisa, envolvendo aspectos sobre: o ambiente da administração pública municipal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a administração pública gerencial e os conceitos e aspectos da gestão financeira municipal, subsidiando, também, a formulação do constructo do espaço de manobra da gestão financeira municipal. E a pesquisa documental envolveu o levantamento dos dados, sobre as finanças públicas dos municípios paranaenses estudados, contribuindo para a mensuração do constructo da pesquisa e na composição das variáveis explicativas necessárias à pesquisa empírica proposta.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Na definição dos métodos de pesquisa segundo Richardson (2008) deve-se focar o problema de pesquisa e como este será abordado no estudo, enfatizando que quanto à abordagem do problema, destacam-se os métodos: quantitativos e os qualitativos.

O método qualitativo visa descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2008, p. 80).

Para Richardson (2008), o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação e análise de regressão.

O método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, para evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências. É freqüentemente aplicado nos estudos

descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos (RICHARDSON, 2008, p. 70).

A pesquisa quanto à abordagem do problema é caracterizada como quantitativa, com o emprego de estatísticas descritivas – média, desvio-padrão e coeficiente de variação – e estatística multivariada com a utilização de análise de regressão múltipla.

3.5.1 Estatística descritiva

As estatísticas descritivas utilizadas na análise dos dados coletados foram média, desvio-padrão e coeficiente de variação, conforme as fórmulas (1), (2) e (3) descritas abaixo, respectivamente.

$$\overline{x} = \frac{\sum x_i}{n} \quad (1)$$

$$S = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \overline{x})^2}{n - 1}} \quad (2)$$

$$CV = \frac{S}{\overline{x}} \quad (3)$$

Nas pesquisas, muitas vezes, faz-se necessário sintetizar e condensar as informações para melhor compreendê-las. As medidas de tendência central podem ser utilizadas para esta finalidade, as medidas de tendência central localizam o centro da distribuição, bem como outras informações úteis. A média é uma das medidas mais utilizadas de tendência central. A média não é sensível a valores de dados que estão sendo adicionados ou apagados, por essa razão é considerada uma medida “robusta” de tendência central (HAIR JR *et al* (2005b).

Para se ter um panorama completo das distribuições da amostra é necessário examinar as medidas de dispersão associadas com a distribuição da amostra na pesquisa, ou seja, como os dados variam a partir da média. A variância é freqüentemente usada em estatística,

determina a distância que a observação se encontra da média, mas sua mensuração é dada ao quadrado, por isso, usa-se a raiz quadrada da variância, chamada de desvio-padrão, que descreve a dispersão da variabilidade dos valores de distribuição da amostra a partir da média (HAIR JR *et al* (2005b)).

O coeficiente de variação é uma medida de dispersão relativa, dado pela divisão do desvio-padrão amostral pela média amostral. Quando $CV < 0,15$ tem-se baixa dispersão; se $0,15 < CV < 0,30$ tem-se média dispersão; e quando o $CV \geq 0,30$ a dispersão é elevada (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

3.5.2 Análise de regressão múltipla

A análise de regressão múltipla é uma técnica estatística usada para analisar a relação entre uma única variável dependente e várias variáveis independentes (HAIR JR *et al*, 2005a). Para Cunha e Coelho (*in* Corrar, Paulo e Dias Filho, 2007, 132) “[...] a idéia chave da regressão múltipla é a existência de dependência estatística de uma variável denominada dependente, ou variável prevista ou explicada, em relação a uma ou mais variáveis independentes, explanatórias ou preditoras”.

Nesta pesquisa, busca-se por meio da análise de regressão múltipla encontrar, ou não, relações entre o comportamento do espaço de manobra da gestão financeira, variável dependente, dos municípios paranaenses com até 20 mil habitantes diante da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, levando em consideração as variáveis independentes utilizadas para explicá-lo.

Segundo Hair Jr *et al* (2005a, p. 136), o objetivos da análise de regressão múltipla “[...] é usar as variáveis independentes cujos valores são conhecidos para prever os valores da variável dependente selecionada pelo pesquisador”. O modelo estatístico da regressão linear múltipla, segundo Cunha e Coelho (*in* Corrar, Paulo e Dias Filho, 2007, p. 135) é dado por:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_n x_n + \varepsilon$$

Onde:

Y é a variável dependente

$X_1, X_2 \dots X_n$ são as variáveis independentes

$\beta_0, \beta_1, \beta_2 \dots \beta_n$ são denominados parâmetros da regressão

ε é o termo que representa o resíduo ou erro da regressão

O objetivo da regressão linear múltipla é determinar quais as variáveis independentes que melhor explicam a variação da dependente, bem como, determinar a proporção explicada de tal variação. Com base no conjunto de variáveis explicativas o modelo de regressão linear múltipla irá atribuir valores aos parâmetros da regressão (β), que multiplicados pelos valores das variáveis independentes contribuíram para explicar a variação da variável dependente (Y).

A explicação estatística de um fenômeno fundamenta-se na análise dos erros ou resíduos, que se caracterizam pela diferença entre as observações reais e os valores estimados para cada observação da amostra. A estimativa mais adequada será aquela que apresentar o menor resíduo estatístico, ou seja, a menor diferença entre os valores reais observados e os valores estimados pelo modelo (CUNHA; COELHO *in* CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

A estimação, na regressão linear múltipla, realizada por meio do Método dos Mínimos Quadrados (MMQ), busca a menor soma de quadrados dos resíduos (SQR) possível (HAIR JR *et al* 2005a); (CUNHA; COELHO *in* CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

Para cada valor de x , podem existir um ou mais valores de y na amostra, chamado de y observado; e para cada valor de x existirá um único valor de y pertencente à reta de regressão, denominado y estimado (\hat{y}). Portanto, para cada valor de x pode-se ter um ou mais valores de y observado diferentes de \hat{y} estimado. Essas diferenças são chamadas de resíduos. O método dos mínimos quadrados (MMQ) parte do princípio de que a reta que melhor se ajusta aos dados é aquela para a qual as diferenças entre os valores observados e os estimados são as menores possíveis (CORRAR; THEÓPHILO; BERGMANN *in* CORRAR; THEÓPHILO, 2004). Conforme demonstrado na representação gráfica demonstrada na Figura 12 e calcula na forma das equações (4) e (5) apresentadas.

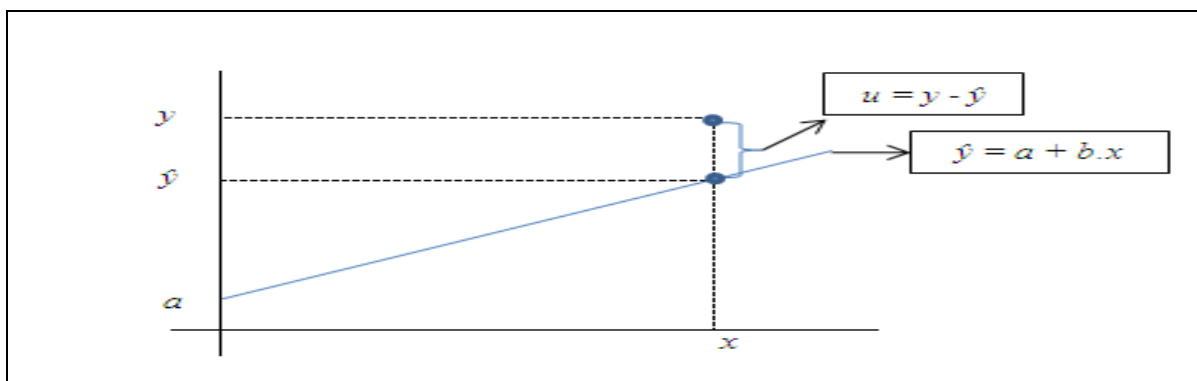


FIGURA 12 – REPRESENTAÇÃO DO RESÍDUO

FONTE: Corrar; Theóphilo; Bergmann *in* Corrar; Theóphilo (2004)

$$\sum u^2 = \sum (y - \hat{y})^2 \quad (4)$$

$$\sum u^2 = \sum (y - a + b.x)^2 \quad (5)$$

3.5.3 Avaliação do modelo de regressão

Após estimada a regressão faz-se necessário avaliar a precisão do modelo estimado. Devem ser avaliados: o coeficiente de determinação (R^2), no caso de regressão múltipla o (R^2 ajustado); a estatística F ; a estatística t e os coeficientes da regressão padronizados (betas padronizados).

Segundo Hair Jr *et al* (2005a, p. 132), o coeficiente de determinação (R^2) é uma medida “[...] da proporção da variância da variável dependente em torno de sua média que é explicada pelas variáveis independentes ou preditoras. O coeficiente pode variar entre 0 e 1”. Quanto maior o valor do coeficiente de determinação (R^2) melhor é a explicação da variável dependente. E seu cálculo é feito conforme equação (6).

$$R^2 = \frac{\text{Soma de quadrados da regressão}}{\text{Soma total de quadrados}} = \frac{\sum_{i=1}^n (\hat{y}_i - \bar{y})^2}{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2} \quad (6)$$

Sendo que:

$$\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2 = \sum_{i=1}^n (y_i - \hat{y}_i)^2 + \sum_{i=1}^n (\hat{y}_i - \bar{y})^2$$

Soma total de quadrados = Soma de quadrados dos erros + Soma de quadrados da regressão

Onde:

\bar{y} = média de todas as observações

y_i = valor da observação individual i

\hat{y} = valor previsto da observação i

É recomendado que na regressão múltipla se utilize o coeficiente de determinação ajustado (R^2_{ajustado}) em vez do coeficiente R^2 . Isso porque, quando uma variável explicativa é adicionada ao modelo, o R^2 tem seu valor majorado, ou pelo menos mantido, mesmo que essa variável não seja estatisticamente significativa. O R^2_{ajustado} compensa os efeitos desses aumentos indevidos no valor do coeficiente R^2 (CORRAR; THEÓPHILO; BERGMANN *in* CORRAR; THEÓPHILO, 2004). Segundo Hair Jr *et al* (2005a) o R^2_{ajustado} torna-se menor que o R^2 pelo fator de ter-se menos observações por variável independente; e o coeficiente leva em consideração o número específico de variáveis independentes e o tamanho da amostra utilizados no modelo. O coeficiente R^2_{ajustado} é apurado por meio da expressão (7).

$$R^2_{\text{ajustado}} = 1 - \left(\frac{n-1}{n-k} \right) (1 - R^2) \quad (7)$$

Onde:

n = número de observações

k = número de coeficientes da equação da regressão

Maroco (2003, p. 385) afirma em relação ao coeficiente de determinação que “No caso das ciências exactas, $R^2 > 0,9$ são geralmente aceites como indicadores de um bom ajustamento, enquanto que para as ciências sociais valores de $R^2 > 0,5$ consideram já aceitável o ajustamento do modelo aos dados”.

O modelo de regressão estimado deve ser avaliado em termos de sua significância geral. Para Corrar, Theóphilo e Bergmann (*in* Corrar; Theóphilo, 2004), é necessário verificar se a variável dependente se relaciona com o conjunto das variáveis independentes, ou seja, deve-se testar a regressão como um todo. Para essa finalidade utiliza-se o teste estatístico da razão F , que segundo Hair Jr *et al* (2005a) testa a hipótese de que a quantia de variação explicada pelo modelo de regressão é maior que a variação explicada pela média, ou seja, que o coeficiente de determinação é maior que zero. A fórmula é expressa na equação (8).

$$F_{\text{teste}} = \frac{\text{Variância Explicada}}{\text{Variância Não Explicada}} = \left(\frac{\frac{R^2}{k-1}}{\frac{1-R^2}{n-k}} \right) \quad (8)$$

Em que:

R^2 = coeficiente de determinação

n = número de observações

k = número de coeficientes da equação da regressão

As hipóteses testadas na razão F são: $H_0: R^2 = 0$ ou $H_1: R^2 > 0$. Calcula-se o F_{teste} e compara-se o resultado com o $F_{tabelado}$, levando em consideração o nível de significância estabelecido, se o F_{teste} for maior que o $F_{tabelado}$, rejeita-se a hipótese de que o coeficiente angular R^2 é igual a zero e pode-se concluir que a regressão como um todo é significativa.

Hair Jr *et al* (2005a) argumentam que é necessário, na análise de regressão, testar a significância estatística dos coeficientes estimados pelo modelo, quando a análise é baseada em uma amostra da população. O teste de significância dos coeficientes de regressão fornece uma estimativa estatística baseada na probabilidade de que os coeficientes estimados sejam de fato diferentes de zero. O teste apropriado é o teste t (*Student*). O valor t de um coeficiente é o próprio coeficiente dividido pelo seu erro padrão. A fórmula é demonstrada na equação (9).

$$t = \frac{\beta}{S_{\beta}} \quad (9)$$

Onde:

β = estimativa do coeficiente angular

S_{β} = erro padrão do coeficiente angular

O teste t (*Student*) consiste em aceitar ou rejeitar a $H_0: \beta=0$, com determinado nível de confiança. Para fazer o teste calcula-se o t do coeficiente ($t_{calculado}$) e compara-se com o $t_{tabelado}$ levando em consideração o número de observações e o nível de significância utilizado. Se o $t_{calculado}$ for maior que o $t_{tabelado}$ pode-se assumir que o coeficiente estimado tem efeito estatisticamente significativo na regressão no nível de significância estabelecido.

Maroco (2003), Hair Jr *et al* (2005a) argumentam que por meio da análise dos coeficientes betas padronizados é possível concluir quais das variáveis independentes utilizadas na pesquisa mais contribuem para explicar o comportamento da variável dependente analisada. Os betas padronizados são resultantes de dados padronizados, eliminando assim o problema de lidar com diferentes unidades de medida na análise do impacto dos coeficientes gerados sobre a variável dependente.

3.5.4 Pressupostos da análise de regressão múltipla

Segundo Cunha e Coelho (*in* CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007, p. 151-157), a análise multivariada requer testes de suposições para as variáveis separadas e em conjunto e

cada técnica apresenta seu conjunto de suposições ou pressupostos. A aplicação apropriada de um procedimento estatístico depende do cumprimento desse conjunto de pressupostos. Os principais requeridos na análise de regressão são:

- a. normalidade dos resíduos – acontece quando o conjunto dos resíduos produzidos em todo o intervalo das observações apresenta distribuição normal, indicando que os casos amostrados se dispõem normalmente em toda a extensão da população;
- b. homoscedasticidade dos resíduos – o conjunto de resíduos referentes a cada observação de X deve ter variância constante ou homogênea em toda a extensão das variáveis independentes, a dispersão de Y em relação às observações de X deve manter consistência ou ser constante em todas as dimensões desta variável. Quando as variâncias não são homogêneas essa violação é conhecida como heteroscedasticidade;
- c. linearidade dos coeficientes – é o grau em que a variação na variável dependente é associada com a variável independente de forma estritamente linear, na estimação de Y feita de forma matemática e proporcional a variação de uma unidade em qualquer das variáveis independentes gera impacto proporcional equivalente ao seu respectivo coeficiente na variável dependente;
- d. ausência de autocorrelação serial nos resíduos – que a correlação entre os resíduos, ao longo do espectro das variáveis independentes, é zero; o efeito de uma observação de dada variável X é nulo sobre as observações seguintes, não há causalidade entre os resíduos e a variável X , e, por consequência, a variável Y só sofre influência da própria variável X considerada e não dos efeitos defasados de X_1 sobre X_2 e desta sobre Y . Ou seja, os resíduos devem ser independentes entre si e só se observa o efeito de X sobre Y ;
- e. ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes – a multicolinearidade ocorre quando duas ou mais variáveis independentes do modelo, explicando o mesmo fato são altamente correlacionadas, levam a dificuldade na separação dos efeitos de cada uma, sozinha, sobre a variável dependente, fazendo que uma delas perca a significância na explanação. A multicolinearidade tende a distorcer os coeficientes angulares estimados para as variáveis que a apresentam, prejudicando o modelo estimado.

Para a execução dos cálculos estatísticos necessários foi utilizado o SPSS, versão 13.0, com nível de significância de 5%.

3.6 OBJETO DA PESQUISA E SEGMENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O objeto da presente pesquisa são os municípios paranaenses com população menor que 20 mil habitantes, denominados municípios de pequeno porte. Sendo segmentados por faixas populacionais, caracterizando-se três segmentos. O primeiro é formado pelos municípios paranaense com população até cinco mil habitantes, denominados extremamente pequenos. O segundo segmento compreende os municípios paranaenses com população entre 5 e 10 mil habitantes, chamados de muito pequenos. E o terceiro é formado pelos municípios paranaenses com população entre 10 e 20 mil habitantes, denominados pequenos.

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 41) “Universo ou população: é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelos menos uma característica em comum”. As autoras também definem amostra como sendo “[...] uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

A presente pesquisa tem como população os municípios paranaenses com até 20 mil habitantes que disponibilizaram informações junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nos exercícios financeiros de 1998 e 2006, mas não concomitantemente. Na Tabela 2 são apresentados os segmentos da presente pesquisa.

TABELA 1 - SEGMENTOS DA PESQUISA

Municípios	Total Municípios	População		Total Municípios	População	
	Censo 2000	1998	% do Total	Censo 2007	2006	% do Total
População até 5 mil habitantes	95	89	93,68	100	84	84,00
População entre 5 e 10 mil habitantes	121	102	84,30	111	86	77,48
População entre 10 e 20 mil habitantes	102	99	97,06	106	77	72,64
Total	318	290	91,19	317	247	77,92

FONTE: O autor (2008)

A opção em utilizar os exercícios de 1998 e 2006 visa eliminar os efeitos da adaptação à LRF. Em 1998, não se discutia a LRF, por isso entende-se que este exercício se apresenta livre de seus efeitos. O ano de 2006 é bem posterior à entrada em vigor da LRF, e levando em consideração que o primeiro mandato municipal sob sua vigência foi encerrado em 2004, pode-se supor que todas as adaptações à LRF já tivessem ocorrido. Salientando que a partir de 1998 nenhum novo município foi criado no Estado do Paraná.

3.7 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS E DAS FONTES DOS DADOS

Com os dados coletados, foi mensurado o constructo da pesquisa – variável dependente – e também compostos os coeficientes das variáveis independentes empregadas no estudo. As variáveis independentes estão separadas em duas dimensões: financeira e de gestão.

A dimensão financeira aborda indicadores que envolvem as receitas e as despesas públicas municipais, conforme as variáveis apresentadas no Quadro 5.

Variáveis		Objetivo
F1	<u>Receita Total</u> Despesa Total	Fornecer o índice do resultado geral entre as receitas e despesas municipais, demonstrando o déficit ou superávit da entidade municipal. Demonstra quanto da receita arrecadada serve de cobertura à despesa realizada.
F2	<u>Passivo Permanente</u> Receitas Correntes	Indicar a relação entre o montante das dívidas de longo prazo do município e as receitas correntes, indicando o grau de endividamento do município, bem como, demonstrar sua evolução.
F3	<u>Receita Tributária</u> Receita Total	Indicar a relação entre as receitas tributárias próprias municipais e o total das receitas.
F4	<u>Receitas Próprias</u> Receita Total	Indicar a relação entre as receitas geradas pelos municípios e suas receitas totais. É um indicador de eficiência da gestão tributária.
F5	<u>Participação nas Receitas da União</u> Receita Total	Indicar a relação entre as receitas de transferências Federal e o total das receitas, é um indicador de dependência do Governo Federal.
F6	<u>Participação nas Receitas do Estado</u> Receita Total	Indicar a relação entre as receitas de transferências Estadual e o total das receitas, é um indicador de dependência do Governo do Estado.
F7	Receita Líquida de Empréstimos = <u>Operações de Crédito –</u> <u>(Juros+Amortizações)</u> Receita Total	Fornecer a relação entre as receitas de empréstimos, deduzidos os encargos das dívidas existentes, e as receitas totais, indicando a participação dos empréstimos tomados na composição da receita total municipal.
F8	<u>Despesas com Pessoal</u> Receitas Correntes	Fornecer a relação entre as despesas com pessoal ativo e inativo e as receitas correntes, indicando a parcela das receitas correntes comprometidas com despesas de pessoal.
F9	<u>Despesas com Juros</u> Receitas Correntes	Fornecer a relação entre as despesas com a dívida fundada e as receitas correntes, indicando a parcela das receitas correntes que são utilizadas para financiar o custo da dívida fundada.
F10	<u>Despesas com Serviços de Terceiros</u> Receitas Correntes	Fornecer a relação entre as despesas com contratação de mão-de-obra terceirizada e as receitas correntes, indicando a parcela das receitas correntes aplicadas em despesas para a contratação de terceiros.
F11	<u>Outras Despesas Correntes</u> Receitas Correntes	Fornecer a relação entre as despesas destinadas à manutenção da máquina administrativa e as receitas correntes, indicando a parcela das receitas correntes aplicadas em despesas visando a custear a estrutura administrativa existente.

QUADRO 5 – VARIÁVEIS INDEPENDENTES DA DIMENSÃO FINANCEIRA

FONTE: Adaptado de Matias e Campello (2000); Kohama e Kohama (2000); Andrade (2007)

A dimensão de gestão, por seu turno, sintetiza índices que refletem aspectos de liquidez, endividamento e a forma de aplicação dos recursos financeiros municipais, demonstrados no Quadro 6.

Variáveis		Objetivo
G1	<u>Ativo Financeiro</u> Passivo Financeiro	Fornecer a relação entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, representa a parcela das obrigações que as disponibilidades podem saldar. Demonstra o quanto de créditos, valores realizáveis e numerários existem em relação às obrigações exigíveis a curto prazo.
G2	<u>Ativo Financeiro + Ativo Permanente</u> Passivo Financeiro + Passivo Permanente	Verificar o resultado patrimonial apresentado pelo ente público no exercício
G3	<u>Passivo Financeiro - Ativo Financeiro</u> Ativo Real	Fornecer a parcela dos ativos que estão comprometidos com o endividamento de curto prazo.
G4	<u>Despesas de Capital - Receitas de Capital</u> Receitas Correntes	Fornecer a relação entre o déficit de capital e as receitas correntes, indicando a parcela das receitas correntes utilizadas para o financiamento de despesas de capital.
G5	<u>Receitas Próprias</u> Despesas Correntes	Fornecer a relação entre as receitas geradas pelo próprio município e suas despesas correntes, indicando a participação das receitas próprias municipais no custeio das despesas correntes.
G6	<u>Passivo Permanente</u> Ativo Real	Fornecer a relação entre o total da dívida consolidada e o total do ativo do ente público.
G7	<u>Passivo Permanente</u> Ativo Financeiro	Indicar a relação entre o total da dívida consolidada do ente público e o total das disponibilidades financeiras existentes.
G8	<u>Superávit Corrente</u> Receita Total	Indicar o percentual da poupança corrente gerada em relação às receitas totais.
G9	<u>Superávit Corrente</u> População	Estabelecer a relação entre a poupança corrente gerada e a população do município, indicando a poupança corrente <i>per capita</i> .
G10	<u>Superávit Corrente</u> Receitas Correntes	Fornecer quanto das receitas correntes totais foram poupadas no exercício na forma de superávit corrente.
G11	<u>Dívida Ativa</u> Ativo Real	Indicar a relação entre os créditos da dívida ativa municipal e o total do ativo, indicando o percentual de participação dos créditos a receber na composição do ativo do município.

QUADRO 6 – VARIÁVEIS INDEPENDENTES DA DIMENSÃO DE GESTÃO

FONTE: Adaptado de Matias e Campello (2000); Kohama e Kohama (2000); Andrade (2007)

Os dados necessários para realizar a presente pesquisa, bem como, para compor a variável dependente e as independentes utilizadas no estudo, foram obtidos junto às bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (FINBRA – Finanças Brasil), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (Base de Dados do Paraná – BDE) e do *site* Portal de Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativos aos exercícios financeiros de 1998 e 2006.

Da base da FINBRA foram coletados os demonstrativos envolvendo receita, despesa, ativo e passivo dos municípios estudados; do Portal de Controle Social foram retirados os dados sobre os gastos dos Poderes Legislativos no exercício de 2006 e da BDE do IPARDES coletou-se os demais dados necessários.

As variáveis independentes são indicadores utilizados visando retratar a realidade financeira das administrações públicas dos municípios, com população de até 20 mil habitantes, do Estado do Paraná, por meio das dimensões financeira e de gestão. As variáveis selecionadas e relacionadas às dimensões foram baseadas e adaptadas de Matias e Campello (2000); Kohama e Kohama (2000); Andrade (2007).

Como os dados sobre a população dos municípios são divulgados periodicamente, nas variáveis independentes que envolveram a população total foram utilizados os seguintes dados: para 1998 a população censitária de 2000; e para 2006 a população censitária de 2007.

As receitas próprias dos municípios foram formadas pelo somatório das seguintes receitas: tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, outras receitas correntes e alienação de bens.

O estudo objetiva avaliar os impactos do advento da LRF sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaense com menos de 20 mil habitantes, com base nas variáveis independentes especificadas, busca-se verificar de que forma e em que extensão a LRF alterou o espaço de manobra e que relacionamento as variáveis explicativas tem com a variável explicada ou dependente. O modelo empregado nesta finalidade é o expresso na equação 10.

$$EM = \alpha + \sum_{i=1}^k \beta_i X_i + \mu_i \quad (10)$$

Onde:

α = Constante

X_i = Variáveis explanatórias

μ_i = Termo de perturbação

O método empregado nas análises multivariadas foi o *stepwise* ou passo a passo. O *stepwise*, na estimação da regressão múltipla, seleciona primeiro a variável independente que mais contribui à explicação da dependente, repetindo o procedimento até que a inclusão de nova variável não represente melhoria significativa ao modelo estimado.

3.8 CONSTRUCTO DA PESQUISA

Para verificar os impactos da vigência da LRF sobre a gestão financeira municipal será utilizado o constructo do espaço de manobra da gestão financeira municipal (EM), definido e mensurado conforme estabelecido neste tópico.

3.8.1 Definição do constructo

Nas administrações públicas tudo está vinculado ao aspecto legal, assim, o gestor público sempre deverá agir de acordo com os preceitos da legalidade, porém, existem situações em que lhe cabe a escolha sobre “em que”, “em que momento” e “de que forma” realizar a aplicação dos recursos financeiros existentes. Mesmo quando estejam envolvidos recursos com destinação obrigatória, existe espaço para que decisões possam ser tomadas quanto à aplicação das receitas públicas.

Item	Caracterização
EM QUE APLICAR	Vincula-se a escolha da natureza de despesa que será feita a aplicação dos recursos financeiros: materiais, insumos, serviços, contratação de terceiros, repasse a entidades, equipamentos, construções, ou seja, dentre todas as despesas possíveis, exceto as com pessoal, serviços das dívidas, PASEP e os repasses ao Legislativo Municipal.
EM QUE MOMENTO APLICAR	Refere-se à periodicidade em que os recursos financeiros são aplicados, o gestor público pode escolher o momento, considerado por ele, mais apropriado para efetuar as despesas, sem que as aplicações se realizem em momentos previamente definidos e constantes.
DE QUE FORMA APLICAR	Diz respeito à forma como serão empregados os recursos financeiros, se de forma direta ou descentralizada, tem estreita relação com a natureza de despesa e leva em consideração a liberdade de escolha do gestor público em buscar na iniciativa privada, empresas, entidades (ONGs) ou indivíduos que realizem o que se deseja, ou, utilizar-se da própria estrutura da administração na finalidade desejada.

QUADRO 7 - ELEMENTOS DEFINIDORES DO ESPAÇO DE MANOBRA DA GESTÃO FINANCEIRA

FONTE: O Autor (2008)

O espaço de manobra da gestão financeira municipal (EM), para os fins desta pesquisa, é caracterizado pelo resultado da diferença entre o total das receitas correntes

municipais menos a soma das despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida (juros e amortizações), as efetuadas pelo Legislativo Municipal e as decorrentes das contribuições para o PASEP – Programa de formação do patrimônio do servidor público. O resultado alcançado representa o montante de recursos financeiros que o administrador público municipal tem certa liberdade para realizar sua destinação, ou seja, sobre esses recursos o gestor pode fazer escolhas.

Os recursos financeiros nas administrações públicas municipais vêm das receitas orçamentárias, que são classificadas em receitas correntes e de capital. Na composição do espaço de manobra da gestão financeira municipal, utiliza-se a receita corrente e não a receita total, que seria o somatório das receitas correntes mais as de capital, pelo fato de que as receitas correntes podem ser aplicadas tanto no custeio de despesas destinadas a manter atividades já existentes, na expansão destas, na criação de novas atividades a serem desenvolvidas ou na construção/aquisição de bens para a administração pública. Diferentemente das receitas de capital que somente podem ser aplicadas em despesas que resultem em bens de capital para a entidade pública, ou seja, as receitas correntes propiciam ampla liberdade na sua gestão, enquanto as receitas de capital têm aplicações bem restritas.

Os serviços públicos, decorrentes dos programas e ações previstas no orçamento municipal, são efetivados e mantidos por intermédio da realização das despesas públicas, que podem ser correntes e de capital. Dentro da categoria das despesas correntes existem diversos elementos de despesas que os administradores têm mais liberdade para gerir. Porém, as despesas decorrentes da folha de pagamento dos servidores municipais, incluindo os cargos eletivos e comissionados, e os encargos sociais incidentes; as despesas com os juros e as amortizações das dívidas contratuais; as despesas realizadas pelo Poder Legislativo; e as contribuições para o PASEP, representam consumos dos recursos financeiros oriundos das receitas correntes, sobre os quais o gestor municipal tem pouquíssimo espaço de decisão.

As despesas com pessoal e encargos sociais representam a maior fonte de consumo de receitas correntes nos pequenos municípios e decorrem do provimento dos cargos efetivos, comissionados e dos eletivos. Os cargos de provimento efetivo são aqueles que visam preencher a estrutura administrativa da entidade pública objetivando a realização dos serviços públicos à população. Os cargos comissionados são caracterizados pela livre nomeação e exoneração e visam assessorar a administração superior. E os eletivos são ocupados pelos mandatários eleitos.

Partindo-se do pressuposto que os cargos comissionados são necessários para o andamento das atividades da entidade pública, por tal fato é que são criados e, posteriormente

providos, assume-se que pode ocorrer a troca de ocupantes nesses cargos, mas, não a sua vacância perene. E que, sem os servidores efetivos não existem serviços públicos. A liberdade existente para decisão quanto às despesas com pessoal e encargos sociais, está vinculada à decisão de prover ou não determinada vaga ou cargo, mas uma vez ocorrida à efetivação, e dentro de uma normalidade esperada, caracterizam-se como despesas obrigatórias de caráter continuado, cabendo ao administrador público somente realizá-las de acordo com a legislação pertinente.

As despesas com os encargos decorrentes da dívida pública, juros e amortizações, são estipuladas nos contratos de empréstimos, nos quais são definidos os prazos e a forma de pagamento das parcelas, os juros e correção monetária incidente sobre o saldo devedor e o tempo que serão efetivadas as amortizações. Assim, levando em conta os preceitos da LRF, dentre estes, o controle sobre o endividamento público exige que tais dívidas sejam honradas, inclusive para que as metas de resultado nominal planejadas possam ser atingidas, não restando ao administrador público, outra decisão a não ser quitar os compromissos conforme previsto em contrato.

Quanto às despesas do Legislativo, partindo-se da premissa que as receitas municipais foram devidamente previstas e sua execução segue ao planejado, somente cabe ao Executivo transferir os recursos financeiros para que a Câmara Municipal possa executar suas despesas, pois, essa não tem competência legal para arrecadar receitas, recebendo transferências financeiras oriundas do Executivo Municipal para executar seu orçamento.

A contribuição dos municípios para o PASEP – programa de formação do patrimônio do servidor público é proveniente do emprego da alíquota de 1% (um por cento) sobre as receitas correntes municipais, seu recolhimento é mensal, conforme previsto na legislação vigente. O Quadro 8 relaciona os limites e exigências impostas às administrações públicas no que tange as despesas.

Legislação	Finalidade	Limite
Artigo 212, da Constituição Federal	Estabelece os gastos mínimos com as atividades da Educação	25% das receitas municipais de impostos e originárias de impostos
Inciso III, do artigo 77, dos ADCT, da Constituição Federal	Estabelece os gastos mínimos com as atividades da Saúde	15% das receitas municipais de impostos e originárias de impostos
Inciso I, do artigo 29-A, da Constituição Federal.	Estabelece o limite máximo para as despesas do Poder Legislativo	8% das receitas tributárias e das transferências constitucionais, realizadas no exercício anterior, para municípios com até 100 mil habitantes
Inciso III, do artigo 2º, artigo 7º e inciso III do artigo 8º, da Lei Federal nº 9.715/1998	Contribuição para formação do patrimônio do servidor público	1% sobre as receitas correntes e das transferências correntes e de capital recebidas

QUADRO 8 – LEGISLAÇÃO QUE TRATA DOS LIMITES PARA AS DESPESAS MUNICIPAIS

Fonte: Constituição Federal de 1988 e Lei Federal 9.715/1998

Pode-se argumentar que nas administrações públicas municipais, parte das receitas de impostos municipais e as receitas transferidas pela União e pelo Estado aos municípios, e que foram arrecadadas por aqueles na forma de impostos, devem ser aplicadas em despesas com educação e saúde, 25% e 15%, respectivamente; bem como, as receitas decorrentes de transferências voluntárias tem destinação específica. Denominadas receitas vinculadas. Porém, apesar dessas receitas terem suas aplicações vinculadas a algumas áreas ou a determinados fins, os gestores municipais podem fazer escolhas quando de suas aplicações, ou seja, existe espaço para a tomada de decisão envolvendo: a) o momento mais apropriado de sua aplicação; b) em que tipo de despesas será aplicado; e c) de que forma vai ser feita sua aplicação, direta ou indireta. Diferente das despesas excluídas das receitas correntes para compor o espaço de manobra da gestão financeira municipal, que a cada mês devem ser objeto de realização de despesa, ou seja, continuamente e de forma semelhante sem que exista liberdade para escolha.

Quando se aborda a aplicação obrigatória mínima nas áreas de educação e saúde, existem diversas maneiras de serem efetivadas essas destinações, como as despesas com pessoal e encargos sociais representam grande parcela dessas aplicações. E as despesas que envolvem juros e amortizações de dívidas vinculadas a essas áreas, também entram no computo dos percentuais mínimos. Levando em conta que na definição do espaço de manobra da gestão financeira municipal, as naturezas das despesas citadas são excluídas em sua mensuração, entende-se que outras formas de despesas, mesmo que vinculadas a determinadas fontes de recursos, dependem de decisões por parte do administrador público sobre no que aplicar, quando aplicar e de que forma aplicar.

Da mesma forma ocorre com os recursos de auxílios, programas ou convênios originários de repasses intergovernamentais da União e dos Estados para os Municípios. As aplicações dessas receitas, apesar de serem vinculadas, não estão sujeitas a mesma rigidez que as despesas com pessoal, juros, amortizações, PASEP e dos repasses ao Legislativo, ou seja, existe a possibilidade de se fazer algum tipo de escolha em suas aplicações.

3.8.2 Mensuração do constructo

Busca-se por intermédio do constructo estabelecido na pesquisa, aferir as alterações ocorridas na gestão financeira dos pequenos municípios paranaenses diante do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal e de que forma ocorreram essas alterações.

O cálculo do espaço de manobra da gestão financeira é realizado pela equação:

$$\begin{aligned} &\text{Total das Receitas Correntes} \\ &(-) \text{ Despesas com Pessoal e Encargos Sociais} \\ &(-) \text{ Despesas com Serviços das Dívidas} \\ &(-) \text{ Despesas com Legislativo Municipal} \\ &(-) \text{ Contribuição para o PASEP} \\ &= \text{Espaço de Manobra da Gestão Financeira Municipal - EM} \end{aligned}$$

Em 1998, as informações prestadas pelos municípios à STN continham dados consolidados do Poder Executivo e do Legislativo, porém em 2006, tal procedimento não foi seguido por todos os municípios, sendo que em alguns somente foram informados os dados do Poder Executivo. Assim, para se mensurar o EM, tanto para o exercício de 1998 como para o de 2006, foram seguidos os seguintes parâmetros:

- a. Em relação às despesas com pessoal, como em 1998 não existe informação disponível sobre os gastos com pessoal do Poder Legislativo na base da FINBRA; e como os dados estão consolidados, Executivo e Legislativo, retirou-se do total das despesas consolidadas de pessoal o total informado como despesas com a Função Legislativa, assumindo-se que o grande volume de despesas realizadas pelos Legislativos está associado aos gastos com pessoal e os encargos sociais decorrentes. Em 2006, usou-se o mesmo critério, porém, para os municípios que não havia dados disponíveis na FINBRA sobre o Legislativo Municipal, estes foram retirados do *site* Portal de Controle Social, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que disponibiliza informações sobre os municípios a partir do exercício de 2002.
- b. As despesas com juros e amortizações foram retiradas da base de dados FINBRA da STN.
- c. Como despesas com o Legislativo Municipal em 1998 foram utilizados os valores informados, na base de dados da FINBRA no item despesas da Função Legislativa. E em 2006 usou-se o mesmo item, porém, os dados foram retirados dos demonstrativos exigidos pela LRF e disponibilizados no *site* Portal de Controle Social, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- d. O valor das despesas municipais com contribuição para o PASEP, tanto em 1998 como em 2006, foram calculadas com base na Lei Federal nº 9.715/98. Estabeleceu-se a base de cálculo com os dados das receitas informados pelos municípios à FINBRA, e mediante a aplicação da alíquota de 1%, chegou-se ao

valor da despesa da contribuição, tal procedimento foi utilizado pelo fato de que em 1998 na base de dados da STN não existia essa informação especificada em separado.

O EM foi mensurado em valores reais e também na forma de indicadores relativos. Os indicadores relativos referem-se aos percentuais do espaço de manobra sobre as receitas e as despesas municipais e, também, foi calculado o EM *per capita*, para os dois períodos analisados.

EM/RT – representa o percentual de representação do espaço de manobra em relação à receita total dos municípios.

EM/RC – expressa o percentual que o espaço de manobra representa em relação às receitas correntes.

EM/DT – refere-se ao percentual de representação do espaço de manobra em relação ao total das despesas municipais.

EM/DC – evidencia o percentual que o espaço de manobra representa em relação às despesas correntes.

EM *per capita* – estabelece a relação do espaço de manobra com a população municipal.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentadas as análises e as interpretações dos resultados alcançados pelo estudo. Empregou-se técnicas estatísticas, com o objetivo de testar as hipóteses propostas e responder o problema de pesquisa levantado. Os dados foram processados por meio do *software SPSS for Windows*, versão 13.0, pelo método *stepwise*.

4.1 TRATAMENTO DOS DADOS

No estudo empírico, os municípios foram divididos em três grupos: 1) municípios com até cinco mil habitantes, denominados extremamente pequenos; 2) municípios com população entre 5 e 10 mil habitantes, chamados de muito pequenos; e 3) municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes, denominados pequenos.

Diante do objetivo geral da pesquisa que visa verificar os reflexos da LRF sobre espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaense com menos de 20 mil habitantes, os dados referem-se aos exercícios financeiros de 1998 e 2006, tanto para mensurar o constructo da pesquisa como para compor as variáveis independentes utilizadas no estudo.

Com os dados, foram formadas nove bases de dados envolvendo a mensuração do espaço de manobra da gestão financeira municipal e as variáveis independentes, sendo três para cada grupo de municípios, uma para 1998, outra para 2006 e a terceira agrupando os dados dos dois exercícios. Também, foram compostas mais três bases de análise juntando os dados dos três grupos de municípios em cada um dos exercícios separadamente e em conjunto.

Compostas as bases necessárias às análises, os dados foram avaliados com o objetivo de identificar possíveis observações atípicas ou *outliers*. Segundo Hair Jr *et al* (2005a, p. 71) “Observações atípicas são observações com uma combinação única de características identificáveis como sendo notavelmente diferentes das outras observações”. Os autores argumentam que as observações atípicas podem ser divididas em quatro classes. A primeira surge de erros de procedimentos, como na entrada dos dados. A segunda decorre de um evento extraordinário o que explica a peculiaridade da observação. A terceira classe refere-se

a observações extraordinárias para as quais não se tem explicação. E a última classe de observações atípicas são as que estão no intervalo usual de valores para cada variável, mas são únicas em sua combinação de valores entre as variáveis (HAIR JR *et al*, 2005a).

Analizados os dados foram eliminadas as observações atípicas tal procedimento foi realizado por meio de inspeção dos gráficos de dispersão de cada uma das variáveis em cada um dos grupos de municípios. Com tal procedimento eliminaram-se as seguintes quantidades de observações: 30 observações dos municípios extremamente pequenos em 1998 e 25 em 2006; dos municípios muito pequenos: 43 em 1998 e 25 em 2006; e dos municípios pequenos: 34 em 1998 e 18 em 2006. A quantidade remanescente de observações utilizadas na pesquisa é demonstrada no Quadro 9.

Municípios	Exercício de 1998	Exercício de 2006
	Sem Observações Atípicas	Sem Observações Atípicas
Com população até 5 mil habitantes	59	59
Com população entre 5 e 10 mil habitantes	59	61
Com população entre 10 e 20 mil habitantes	65	59
Total	183	179

QUADRO 9 - SEGMENTOS DA PESQUISA SEM OBSERVAÇÕES ATÍPICAS

FONTE: O autor (2008)

Após, a retirada das observações atípicas passou-se à análise estatística dos dados com o objetivo de realizar o teste das hipóteses. Conforme especificado na seção inicial do presente estudo, estabeleceram-se duas hipóteses de pesquisa relacionadas ao comportamento do espaço de manobra da gestão financeira municipal diante da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.2 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Procedeu-se, primeiramente, análise descritiva do espaço de manobra da gestão financeira municipal (EM), tanto em valores constantes como em indicadores relativos. As técnicas usadas foram: média, desvio-padrão e coeficiente de variação. Comparou-se o que

ocorreu com o EM dos três grupos de municípios, separadamente, nos exercícios financeiros de 1998 e de 2006.

Os valores de 1998 foram atualizados para o exercício financeiro de 2006, pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas. O procedimento consistiu em dividir o IGP-DI/FGV de dezembro de 2006, de 343,384, pelo de dezembro de 1998, 147,231, obtendo-se o coeficiente 2,33228056591343, que foi usado para atualizar os valores de 1998 para 2006.

O Quadro 10 apresenta as estatísticas descritivas do EM dos municípios paranaenses com população até cinco mil habitantes em valores constantes de 2006.

Estatísticas Descritivas	1998	2006
Média	R\$ 2.342.297,30	R\$ 3.587.911,86
Desvio-padrão	558.753,83	638.277,80
Coeficiente de Variação	0,2385	0,1779

QUADRO 10 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 5 MIL HABITANTES – VALORES CONSTANTES – BASE IGP-DI: 2006=100

FONTE: O autor (2008)

Pelos valores do Quadro 10, nota-se que o valor médio do EM de 1998 para 2006 aumentou 53,17%. O desvio-padrão entre os dois períodos cresceu 14,23%. E o coeficiente de variação diminuiu no período 25,42%. Segundo Martins e Theóphilo (2007) quando coeficiente de variação é maior que 0,30 têm-se elevada dispersão; quando se encontra entre 0,15 e 0,30 têm-se média dispersão; e quando o coeficiente de variação é menor do que 0,15 têm-se baixa dispersão.

Os resultados demonstram que ocorreram mudanças no EM com o advento da LRF, para os municípios com população até cinco mil habitantes, e que os valores apresentados por estes municípios em 2006 estão mais homogêneos, ou seja, menos dispersos em relação a média, isso é verificado pela diminuição dos coeficiente de variação, de 0,2385 em 1998, para 0,1779 em 2006; mesmo com o aumento do desvio-padrão entre os períodos, entretanto, os dados continuam em média dispersão.

No Quadro 11 são demonstradas as estatísticas descritivas do EM dos municípios paranaense com população entre 5 e 10 mil habitantes em valores constantes de 2006.

Estatísticas Descritivas	1998	2006
Média	3.536.131,05	4.506.059,89
Desvio-padrão	1.039.882,94	1.035.933,84
Coeficiente de Variação	0,2941	0,2299

QUADRO 11 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES - VALORES CONSTANTES – BASE IGP-DI: 2006=100

FONTE: O autor (2008)

Verifica-se pelo Quadro 11 que o valor médio do EM de 1998 para 2006 aumentou 27,42%. O desvio-padrão entre os dois períodos diminuiu 0,38%. E o coeficiente de variação apresentou redução no período de 21,82%. Nota-se que o EM dos municípios com população entre 5 e 10 mil habitantes, está mais homogêneos no exercício de 2006, quando comparado com o de 1998, ou seja, menos dispersos em relação a média, isso é verificado pela diminuição do coeficiente de variação de 1998 para 2006 de 0,2941 para 0,2236, porém, permanecendo na faixa da média dispersão.

As estatísticas descritivas dos municípios paranaenses com população entre 10 e 20 mil habitantes em valores constantes são mostradas no Quadro 12.

Estatísticas Descritivas	1998	2006
Média	5.779.459,66	7.396.766,97
Desvio-padrão	1.780.517,35	1.484.437,30
Coeficiente de Variação	0,3081	0,2007

QUADRO 12 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – VALORES CONSTANTES – BASE IGP-DI: 2006=100

FONTE: O autor (2008)

Os resultados do Quadro 12 evidenciam que o valor médio do EM, dos municípios pequenos, de 1998 para 2006 aumentou 27,98%. O desvio-padrão entre os dois períodos diminuiu 16,62%. E o coeficiente de variação, também, apresentou diminuição de 34,85% entre os períodos.

Os resultados demonstram que o EM sofreu mudanças com o advento da LRF, para os municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes, e que os valores de 2006 estão mais homogêneos, ou seja, menos dispersos em relação à média. Isso é verificado pela diminuição do coeficiente de variação de 0,3081 para 0,2007, passando de alta para média dispersão.

Além da análise dos valores constantes, o espaço de manobra foi analisado pelos seus indicadores relativos e pelo coeficiente *per capita*, nos períodos de 1998 e 2006. O espaço de manobra foi comparado em relação: a receita total, as receitas correntes, a despesa total e as

despesas correntes, dos respectivos anos; com o objetivo de avaliar a representação do espaço de manobra em relação aos itens de receitas e despesas utilizados, também, foi evidenciado o *EM per capita*.

O Quadro 13 apresenta os resultados das estatísticas descritivas do EM dos municípios paranaenses com população até cinco mil habitantes referente aos indicadores relativos e o indicador *per capita* do espaço de manobra.

Estatísticas	Participação do EM sobre								EM per capita R\$ - valores constantes base: IGP-DI 2006=100	
	Receita Total (%)		Receita Corrente (%)		Despesa Total (%)		Despesa Corrente (%)			
	1998	2006	1998	2006	1998	2006	1998	2006		
Descritivas	1998	2006	1998	2006	1998	2006	1998	2006	1998	2006
Média	47,46	56,03	53,26	57,96	40,77	64,40	56,51	72,77	671,99	1.004,85
Desvio-padrão	7,99	5,35	9,07	5,12	15,92	6,89	11,38	7,87	183,46	220,30
C. V.	16,84	9,55	17,03	8,83	39,05	10,69	20,14	10,82	27,30	21,92

QUADRO 13 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 5 MIL HABITANTES – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO EM E *EM PER CAPITA*
FONTE: O autor (2008)

Diante dos resultados do Quadro 13, evidencia-se que, na média, o EM dos municípios paranaenses extremamente pequenos, em 1998 representava 47,46% da receita total, passando a representar 56,03% em 2006, crescimento de 18,04%. Houve redução do desvio-padrão no período, e o coeficiente de variação diminuiu de 0,1684 em 1998 para 0,0955 em 2006, passando de média para baixa dispersão.

Quando comparado o EM com as receitas correntes, na média o percentual em 1998 era de 53,26% passou a ser de 57,96% em 2006, aumento de 8,82%; o desvio-padrão diminuiu no mesmo período. O coeficiente de variação que era de 0,1703 em 1998 passou a ser de 0,0883 em 2006, também, saiu da média para baixa dispersão.

Comparou-se, também, o EM com as despesas. Em 1998 o EM representava 40,77% das despesas totais e em 2006, 64,40%, aumento de 57,94%. O desvio-padrão diminuiu de 1998 para 2006. E o coeficiente de variação passou de alta dispersão (0,3905) em 1998 para baixa dispersão (0,1069) em 2006. Com relação às despesas correntes, o EM na média representava 56,51% dessas despesas em 1998 e passou a representar, em 2006, 72,77%, crescimento de 28,72%. Houve redução nos valores do desvio-padrão de 1998 para 2006; e o coeficiente de variação, também, reduziu-se de 0,2014 em 1998 para 0,1082 em 2006, passando de média para baixa dispersão.

O último indicador do EM refere-se ao coeficiente *per capita*, verifica-se que de 1998 para 2006 ocorreu aumento de 49,53% nos valores médios. O desvio-padrão cresceu no mesmo período pouco mais de 20%; e o coeficiente de variação passou de 0,2730 em 1998 para 0,2192 em 2006, apresentando uma redução de 19,69%, mas, continua evidenciando média dispersão.

Nota-se que, nos municípios extremamente pequenos, o crescimento do espaço de manobra da gestão financeira municipal, verificado em relação aos valores constantes é, também, percebido quando avaliado os indicadores relativos. E que, os indicadores relativos demonstram-se mais homogêneos, em 2006 quando comparados com 1998, diante dos valores apresentados pelos coeficientes de variação, que passaram a expressar baixa dispersão. Com exceção do indicador do EM *per capita*, que continuou de um período para outro, a apresentar média dispersão.

Os valores das estatísticas descritivas dos municípios paranaenses com população entre 5 e 10 mil habitantes são demonstrados no Quadro 14.

Estatísticas Descritiva	Participação do EM sobre								EM per capita R\$ - valores constantes base: IGP-DI 2006=100	
	Receita Total (%)		Receita Corrente (%)		Despesa Total (%)		Despesa Corrente (%)			
	1998	2006	1998	2006	1998	2006	1998	2006	1998	2006
Média	49,25	52,63	51,57	54,75	48,00	60,66	55,83	68,51	493,87	653,80
Desvio-padrão	20,23	7,06	7,91	6,77	19,55	10,11	11,86	10,78	129,62	160,96
C. V.	41,08	13,41	15,34	12,37	40,74	16,66	21,24	15,73	26,25	24,62

QUADRO 14 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 5 MIL E 10 MIL HABITANTES – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO EM E EM PER CAPITA

FONTE: O autor (2008)

Os resultados apresentados no Quadro 14 indicam que, em relação à receita total o EM, em 1998, representava 49,25% e passou a representar 52,63%, em 2006, crescimento de 6,86%. O desvio-padrão diminuiu de 1998 para 2006. E o coeficiente de variação saiu de 0,4108 em 1998 para 0,1341 em 2006, passando de alta para baixa dispersão.

O EM comparado com as receitas correntes representava, pela média, em 1998 51,57%, passando para 54,75% em 2006, aumento de 6,16%. Houve redução do desvio-padrão de 1998 para 2006; e o coeficiente de variação que era de 0,1534 em 1998 passou a ser de 0,1237 em 2006.

Comparado com a despesa total o EM representava em 1998, 48,00% e em 2006, 60,66%, aumento de 26,35%. Ocorreu diminuição do desvio-padrão de 1998 para 2006; e o

coeficiente de variação passou de 0,4074 para 0,1666 em 2006, passando a representar média dispersão. Com relação às despesas correntes, o EM, na média, representava 55,83% em 1998 e passou a representar 68,51% em 2006, crescimento de 22,71%. O desvio-padrão reduziu-se de 1998 para 2006; e o coeficiente de variação diminuiu no período de 0,2124 em 1998 para 0,1573 em 2006, porém, ainda expressa média dispersão.

O coeficiente *per capita* do EM apresentou, na média, crescimento de 32,38% de 1998 para 2006. O desvio-padrão aumentou no mesmo período, e o coeficiente de variação modificou-se pouco, de 0,2635 em 1998, para 0,2462 em 2006.

O EM dos municípios paranaenses muito pequenos, cresceu tanto em valores constantes quanto em relação aos indicadores relativos; nota-se que os indicadores relativos estão mais homogêneos após a vigência da LRF, diante dos valores demonstrados pelos coeficientes de variação, evidenciam mudanças para baixa dispersão em três indicadores e um deles se manteve com média dispersão. E o EM *per capita* continuou apresentando média dispersão.

No Quadro 15 são apresentadas as estatísticas descritivas dos municípios paranaenses com população entre 10 e 20 mil habitantes.

Estatísticas Descritiva	Participação do EM sobre								EM per capita R\$ - valores constantes base: IGP-DI 2006=100	
	Receita Total (%)		Receita Corrente (%)		Despesa Total (%)		Despesa Corrente (%)			
	1998	2006	1998	2006	1998	2006	1998	2006	1998	2006
Média	46,22	52,41	50,67	54,34	46,17	59,30	55,32	66,77	405,02	532,36
Desvio-padrão	9,59	5,36	9,78	4,93	11,13	7,14	13,82	7,80	116,54	80,93
C. V.	20,75	10,22	19,31	9,07	24,10	12,05	24,99	11,69	0,2877	0,1520

QUADRO 15 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 10 MIL E 20 MIL HABITANTES – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO EM E EM *PER CAPITA*

FONTE: O autor (2008)

Os resultados dos municípios pequenos, conforme Quadro 15, indicam que o espaço de manobra em relação à receita total, pela média, em 1998, representava 46,22%, e passou a representar 52,41% em 2006, crescimento de 13,39%. O desvio-padrão diminuiu de 1998 para 2006; e o coeficiente de variação que era de 0,2075 em 1998 passou a ser de 0,1022 em 2006, representando baixa dispersão.

Com referência às receitas correntes o EM, na média, expressava em 1998, 50,67%, passando a expressar 54,34%, no exercício de 2006, aumento de 7,23%. Houve redução do

desvio-padrão no período e o coeficiente de variação de 0,1931 em 1998 passou para 0,0907 em 2006.

O percentual do espaço de manobra sobre as despesas totais era de 46,17% em 1998, passou a ser de 59,30%, em 2006, aumento de 28,44%. Ocorreu diminuição do desvio-padrão de 1998 para 2006; e o coeficiente de variação passou de 0,2410 em 1998 para 0,1205 em 2006. Em relação às despesas correntes, o EM, na média, representava 55,32% em 1998 e em 2006 passou a representar 66,77%, crescimento de 20,69%. O desvio-padrão reduziu-se de um período para o outro; e o coeficiente de variação diminuiu de 0,2499 em 1998 para 0,1169 em 2006, passando a expressar baixa dispersão dos dados.

O coeficiente do EM *per capita*, dos municípios pequenos, apresentou crescimento de 31,44% de 1998 para 2006. O desvio-padrão diminuiu no mesmo período 30,56%, e o coeficiente de variação passou de 0,2877 em 1998 para 0,1520 em 2006, redução de 47,17% entre os períodos, porém, ainda evidencia média dispersão.

Percebe-se, também, que no grupo dos municípios pequenos o crescimento do espaço de manobra da gestão financeira municipal, constatado nos valores constantes é da mesma forma percebido quando analisados os indicadores relativos, e que estes estão mais homogêneos após a vigência da LRF, conforme se verifica pelos valores dos coeficientes de variação dos indicadores, que de 1998 para 2006, passaram a apresentar baixa dispersão. Sendo que o indicador do EM *per capita*, apresentou uma redução significativa, apresentando maior homogeneidade, de 1998 para 2006.

4.4 TESTES ESTATÍSTICOS MULTIVARIADOS

O objetivo deste tópico é apresentar e analisar os testes estatísticos multivariados desenvolvidos na pesquisa. A técnica estatística empregada foi à regressão linear múltipla, a variável explicada é o EM e as variáveis independentes são as caracterizadas na metodologia deste estudo, compostas por 22 coeficientes, conforme as dimensões utilizadas.

Os testes foram realizados, primeiro, com o conjunto dos três grupos de municípios, no exercício de 1998, no de 2006 e por fim, englobando os dois exercícios, com a finalidade de verificar os reflexos do advento da LRF sobre o EM dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes.

Posteriormente, foram feitas análise com os grupos dos municípios pequenos e dos extremamente pequenos, também, no exercício de 1998, no de 2006 e os dois anos em

conjunto, para avaliar os impactos da LRF sobre o espaço de manobra da gestão financeira destes dois segmentos de municípios.

Os cálculos estatísticos foram realizados no *software* SPSS, versão 13.0, com nível de significância de 5%, com o emprego do método *stepwise*.

4.4.1 Definição da variável dependente

Para realizar o estudo foi mensurado o valor do espaço de manobra da gestão financeira municipal e depois foram definidos indicadores relativos e, também, o indicador *per capita* do EM, totalizando cinco, caracterizados na metodologia da pesquisa, apresentados e discutidos no tópico das análises descritivas. As variáveis independentes especificadas na pesquisa referem-se a coeficientes, desta forma, é aconselhável que a variável dependente, também, seja na forma de coeficientes. Os indicadores do EM definidos foram: EM/RT, EM/RC, EM/DT, EM/DC e EM *per capita*.

Na definição de qual indicador utilizar para representar a variável dependente, empregou-se a correlação de *Pearson*. Optou-se por não incluir o EM *per capita* na seleção, visto que, esse reflete valores relativos diferente dos demais indicadores. O Quadro 16 mostra a matriz de correlação entre os indicadores relativos do EM dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, englobando os exercícios de 1998 e 2006.

Indicadores Relativos		EM/RC	EM/RT	EM/DT	EM/DC
EM/RC	Correlação de <i>Pearson</i>	1,000	0,720	0,645	0,897
	Sig. (2-tailed)		0,000	0,000	0,000
	Observações	362	362	362	362
EM/RT	Correlação de <i>Pearson</i>	0,720	1,000	0,825	0,684
	Sig. (2-tailed)	0,000		0,000	0,000
	Observações	362	362	362	362
EM/DT	Correlação de <i>Pearson</i>	0,645	0,825	1,000	0,739
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000		0,000
	Observações	362	362	362	362
EM/DC	Correlação de <i>Pearson</i>	0,897	0,684	0,739	1,000
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	
	Observações	362	362	362	362

QUADRO 16 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS INDICADORES RELATIVOS AO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Diante dos resultados, que constam no Quadro 16, da matriz de correlação observa-se que dos quatro indicadores usados o que apresenta melhor grau de associação com os demais,

comparando-se os valores das correlações dos indicadores duas a duas, é o EM/DC, sendo utilizado com variável dependente nas análises de regressão dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes.

No Quadro 17 é demonstrada a matriz de correlação entre os indicadores relativos do EM dos municípios paranaenses extremamente pequenos envolvendo os exercícios de 1998 e 2006.

Indicadores Relativos		EM/RC	EM/RT	EM/DT	EM/DC
EM/RC	Correlação de <i>Pearson</i>	1,000	0,892	0,578	0,862
	Sig.		0,000	0,000	0,000
	Observações	118	118	118	118
EM/RT	Correlação de <i>Pearson</i>	0,892	1,000	0,697	0,876
	Sig.	0,000		0,000	0,000
	Observações	118	118	118	118
EM/DT	Correlação de <i>Pearson</i>	0,578	0,697	1,000	0,724
	Sig.	0,000	0,000		0,000
	Observações	118	118	118	118
EM/DC	Correlação de <i>Pearson</i>	0,862	0,876	0,724	1,000
	Sig.	0,000	0,000	0,000	
	Observações	118	118	118	118

QUADRO 17 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS INDICADORES RELATIVOS AO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998 e 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados do Quadro 17, o indicador que apresenta maior grau de associação com os demais, comparando-se os valores das correlações dos indicadores duas a duas, é o EM/DC, definido como variável dependente nas análises de regressão dos municípios paranaenses extremamente pequenos.

A matriz de correlação entre os indicadores relativos do EM dos municípios paranaenses pequenos, com os exercícios de 1998 e 2006, é apresentada no Quadro 18.

Indicadores Relativos		EM/RC	EM/RT	EM/DT	EM/DC
EM/RC	Correlação de <i>Pearson</i>	1,000	0,949	0,866	0,929
	Sig.		0,000	0,000	0,000
	Observações	124	124	124	124
EM/RT	Correlação de <i>Pearson</i>	0,949	1,000	0,936	0,936
	Sig.	0,000		0,000	0,000
	Observações	124	124	124	124
EM/DT	Correlação de <i>Pearson</i>	0,866	0,936	1,000	0,959
	Sig.	0,000	0,000		0,000
	Observações	124	124	124	124
EM/DC	Correlação de <i>Pearson</i>	0,929	0,936	0,959	1,000
	Sig.	0,000	0,000	0,000	
	Observações	124	124	124	124

QUADRO 18 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS INDICADORES RELATIVOS AO ESPAÇO DE MANOBRA - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Os resultados evidenciados no Quadro 18 indicam que o indicador EM/DC, também, é o que tem maior grau de associação com os demais indicadores, comparando-se os valores das correlações duas a duas, sendo utilizado como variável dependente nas análises de regressão dos municípios paranaenses pequenos.

Definido o coeficiente para representar a variável dependente foram calculadas as regressões para os grupos de municípios estudados, visando testar as hipóteses propostas na pesquisa, os resultados das regressões são apresentados e discutidos na sequência.

4.4.2 Análise de regressão dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes

Primeiramente, foram analisados os grupos de municípios, no ano de 1998, no ano de 2006, e posteriormente, as análises recaíram sobre os dois períodos em conjunto, com a inclusão de uma variável *dummy* para representá-los. Utilizando-se o coeficiente EM/DC como variável dependente.

4.4.2.1 Análise de regressão dos municípios com menos de 20 mil habitantes em 1998

O Quadro 19 demonstra as estatísticas da regressão para os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, no ano de 1998. Foram estimadas oito regressões para chegar-se ao melhor modelo para esse grupo de municípios no exercício analisado.

Modelo	R	R ²	R ² _{ajustado}	Erro padrão da estimativa
8	0,9822	0,9648	0,9636	0,0236

QUADRO 19 – ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998
FONTE: O autor (2008)

Consta no Quadro 19 o coeficiente de correlação (R) que reflete o grau de associação entre a variável dependente e as variáveis independentes selecionadas pelo método. O coeficiente de determinação (R^2) que indica o percentual de variação da variável dependente que é explicada pelas variações ocorridas nas variáveis independentes. Também é evidenciado o coeficiente de determinação ajustado (R^2_{ajustado}), que se configura como uma medida de ajuste para o coeficiente de determinação, compensando prováveis elevações do R^2 , quando se utiliza mais de uma variável explicativa para estimar a regressão, sua interpretação é a mesma do coeficiente de determinação. Ainda, é demonstrado o erro padrão da estimativa, que é uma medida de precisão para os modelos estimados, quanto menor seu valor melhor o ajuste da regressão.

Verifica-se pelos resultados, que o coeficiente de correlação de 0,9822 demonstra um forte grau de associação entre a variável dependente e as independentes incluídas na regressão. O R^2_{ajustado} mostra-se bastante significativo, com 0,9636, indicando que 96,36% da variação ocorrida no EM é explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão, deixando, apenas, 3,64% da variação sem explicação.

No Quadro 20 é apresentada a análise de variância da regressão, para os municípios paranaenses com até 20 mil habitantes no exercício de 1998.

Modelo	Soma dos quadrados	<i>df</i>	Quadrados médios	Razão <i>F</i>	<i>Sig.</i>
8 Regressão	2,70	6	0,4496	803,90	0,000
Resíduo	0,10	172	0,0005		
Total	2,80	182			

QUADRO 20 – ANOVA - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998

FONTE: O autor (2008)

A soma total dos quadrados refere-se aos resíduos que ocorreriam se fosse utilizada apenas a média da variável dependente na predição; o valor demonstrado na linha Resíduo indica o total dos resíduos quadrados produzidos pela regressão com a inclusão das variáveis independentes.

A razão F é uma medida para avaliar a regressão como um todo; o teste consiste em verificar as seguintes hipóteses: $H_0: R^2 = 0$ ou $H_1: R^2 > 0$. Para realizar o teste compara-se o $F_{\text{calculado}}$ pela regressão com o F_{tabelado} , levando em conta os graus de liberdade e o nível de significância estabelecido na pesquisa. Assim, no último modelo estimado, com 6 e 172 de graus de liberdade e 5% de significância, o F_{tabelado} é de 2,02, a Razão F de 803,90 apresenta-

se acima do tabelado; diante da $Sig. = 0,000$ da regressão, menor que o nível estabelecido para a pesquisa de 0,05, pode-se rejeitar a hipótese nula de que o R^2 é igual a zero, com isso, assume-se que as variáveis independentes selecionadas exercem influência sobre o EM e que a regressão apresenta significância estatística.

O Quadro 21 mostra as variáveis independentes selecionadas para compor a regressão para o grupo de municípios com menos de 20 mil habitantes no exercício de 1998. São apresentados os coeficientes betas, o erro padrão dos coeficientes, os betas padronizados, a estatística t e a significância das variáveis independentes selecionadas.

Variáveis	Coeficiente β	Erro padrão do Coeficiente	Beta Padronizado	Estatística t	$Sig.$
Constante	1,054013	0,017809		59,18	0,000
F8 Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	-1,139746	0,025946	-0,7701	-43,92	0,000
G8 Superávit Corrente/Receita Total	0,649937	0,034778	0,3261	18,68	0,000
F7 Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,332848	0,044558	0,1111	7,46	0,000
F2 Passivo Permanente/Receitas Correntes	-0,055309	0,008632	-0,0936	-6,40	0,000
F9 Despesas com Juros/Receitas Correntes	-0,958804	0,208241	-0,0683	-4,60	0,000
F10 Despesas com Serviços Terceiros/Receitas Correntes	-0,078395	0,037503	-0,0351	-2,09	0,038

QUADRO 21 – COEFICIENTES - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998

FONTE: O autor (2008)

Os coeficientes betas são utilizados para compor a regressão múltipla e o valor atribuído aos coeficientes é que determina a variação provocada na variável dependente, levando em conta a variação observada na variável independente a qual o coeficiente está associado.

Os betas padronizados possibilitam determinar quais variáveis independentes que apresentam maior impacto sobre a variável dependente. A estatística t testa as hipóteses: $H_0: \beta_i = 0$ ou $H_1: \beta_i \neq 0$ para os coeficientes selecionados, comparando o t_{tabelado} com o $t_{\text{calculado}}$ e observando o nível de significância ($Sig.$) dos coeficientes.

Para que a regressão múltipla estimada possa ser considerada adequada às variáveis independentes, selecionadas para integrá-la, devem relacionar-se significativamente com a variável dependente. Para aferir essa situação deve-se verificar se os coeficientes angulares (β_i) são diferentes de zero, para tanto, testa-se as seguintes hipóteses: $H_0: \beta = 0$ ou $H_1: \beta \neq 0$. O teste consiste em comparar o $t_{\text{calculado}}$ na regressão com o t_{tabelado} , se o calculado for maior que o tabelado e o nível de significância ($Sig.$) de cada uma das variáveis explicativas for

menor que o estabelecido no estudo, rejeita-se a hipótese nula de que os coeficientes angulares são iguais a zero.

O t_{tabelado} para 5% de nível de significância e com 172 graus de liberdade é 1,9600 bicaudal, comparado com a estatística t de cada uma das variáveis independentes selecionadas. Conforme Quadro 21, nota-se que os valores calculados estão acima do valor tabelado e a significância de todas as variáveis explicativas selecionadas está abaixo do nível de significância estabelecido 0,05 ($\text{Sig.} < 0,05$). Pelo exposto, pode-se concluir que as variáveis independentes selecionadas contribuem para aumentar a habilidade preditiva da regressão e que no conjunto apresentam resultado significativo para a explicação do comportamento da variável dependente.

Também, são apresentados os valores dos betas padronizados que, segundo Maroco (2003, p. 391), “[...] permitem concluir quais as variáveis independentes que mais contribuem para explicar o comportamento da variável dependente”. Assim, as variáveis explicativas que mais contribuem para a explicação da dependente são: F8 - Despesas com Pessoal/Receitas Correntes (-0,7701) e G8 - Superávit Corrente/Receita Total (0,3261). A variável F8 produz o dobro do impacto sobre a variável dependente do que a G8, que é a segunda mais influente; e em relação às demais variáveis seu impacto é pelo menos sete vezes maior, com isso, a F8 apresenta-se como a mais representativa variável independente incluída na regressão.

Com base nas variáveis independentes selecionadas a equação da regressão é composta da seguinte forma:

$$\text{EM} = 1,05412 - 1,139746 * \text{F8} + 0,649937 * \text{G8} + 0,332848 * \text{F7} - 0,055309 * \text{F2} - 0,958804 * \text{F9} - 0,078395 * \text{F10}$$

Onde:

F8 = Despesas com Pessoal/Receitas Correntes

G8 = Superávit Corrente/Receita Total

F7 = Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total

F2 = Passivo Permanente/Receitas Correntes

F9 = Despesas com Juros/Receitas Correntes

F10 = Despesas com Serviços Terceiros/Receitas Correntes

Os sinais associados às variáveis explicativas, incluídas na regressão, determinam o tipo de relacionamento existente com a variável dependente.

O sinal da variável F8 é negativo, indica que quanto maior forem as despesas com pessoal e encargos sociais, menor o montante de receitas correntes disponível e, conseqüentemente, menor o EM, desta forma a variável contribui para diminuir o espaço de manobra.

A variável G8 mede a relação da poupança corrente com as receitas totais, com sinal positivo, expressa que quanto maior a poupança corrente maior será o espaço de manobra da gestão financeira municipal, contribuindo para aumentar o EM.

Quanto a F7 seu sinal é positivo aumentando o espaço de manobra, desta forma, quanto maior for o montante de receitas obtidas maior o EM, pois, os novos investimentos são custeados por capitais de terceiros em vez das receitas correntes municipais.

O sinal da variável F2 é negativo, com isso quanto maior for o montante do passivo permanente municipal menor será o EM, pois os pagamentos das despesas com amortizações serão custeadas pelas receitas correntes, assim a variável contribuiu para a diminuição do EM.

A variável F9 apresenta sinal negativo que diminui o EM existente, assim, quanto maior as despesas com juros da dívida maior o consumo de receitas correntes, menor será o espaço de manobra.

A variável F10, com sinal negativo, indica que quanto maior as despesas com a contratação de mão-de-obra de terceiros menor o EM, diante do consumo das receitas correntes para custear este tipo de despesa, com isso, a variável contribui para diminuir o espaço de manobra.

Por fim, a constante ou intercepto, que apresenta sinal positivo, assim, assume-se que as demais variáveis independentes não selecionadas à regressão não impactam, significativamente sobre a dependente.

Depois de estimada a regressão múltipla faz-se necessário avaliar os seus pressupostos, as suposições avaliadas são: multicolinearidade e homoscedasticidade.

Segundo Hair Jr *et al* (2005a), a multicolinearidade existe quando qualquer variável independente é altamente correlacionada com outras variáveis independentes. Duas medidas comuns para avaliar a multicolinearidade são: (1) o valor de tolerância e (2) seu inverso o fator de inflação de variância – VIF (*Variance Inflation Factor*). Por essas medidas pode-se verificar o grau em que cada variável independente é explicada pelas demais variáveis independentes.

A Tolerância é a proporção da variação nas variáveis independentes, não explicada pelas variáveis que já estão no modelo ou função, é calculada por $1 - R_i^2$, onde R_i^2 é a parcela de variância da variável i explicada por todas as outras variáveis independentes. E o VIF é calculado por $1/\text{Tolerância}$. Um valor de referência comum é Tolerância igual a 0,10, o que corresponde a um valor VIF acima de 10 (HAIR JR *et al* 2005a).

No Quadro 22 são apresentados os valores da Tolerância e do Fator de Inflação de Variância – VIF, das variáveis independentes incluídas na regressão dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes no exercício de 1998.

Variáveis		Tolerância	VIF
F8	Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	0,6508	1,5364
G8	Superávit Corrente/Receita Total	0,6567	1,5226
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,9040	1,1061
F2	Passivo Permanente/Receitas Correntes	0,9371	1,0670
F9	Despesas com Juros/Receitas Correntes	0,9085	1,1006
F10	Despesas com Serviços Terceiros/Receitas Correntes	0,7083	1,4117

QUADRO 22 – TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados apresentados, no Quadro 22, admite-se que não existem problemas de multicolinearidade com as variáveis independentes incluídas na regressão, visto que, os valores relativos à Tolerância encontram-se bem acima da referência comumente utilizada de 0,10 e os valores do VIF estão abaixo do parâmetro normalmente empregado de 10.

A avaliação da homoscedasticidade dos resíduos da regressão tem por finalidade, segundo Hair Jr. *et al* (2005a) examinar se a variância dos resíduos mantém-se constante ao longo dos valores das variáveis independentes. Será usado o exame gráfico para determinar se os resíduos são homoscedásticos ou heteroscedásticos.

O Gráfico 1 mostra os resíduos padronizados pelo espaço de manobra da gestão financeira municipal, dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes no exercício de 1998, com o objetivo de verificar a presença de heteroscedasticidade.

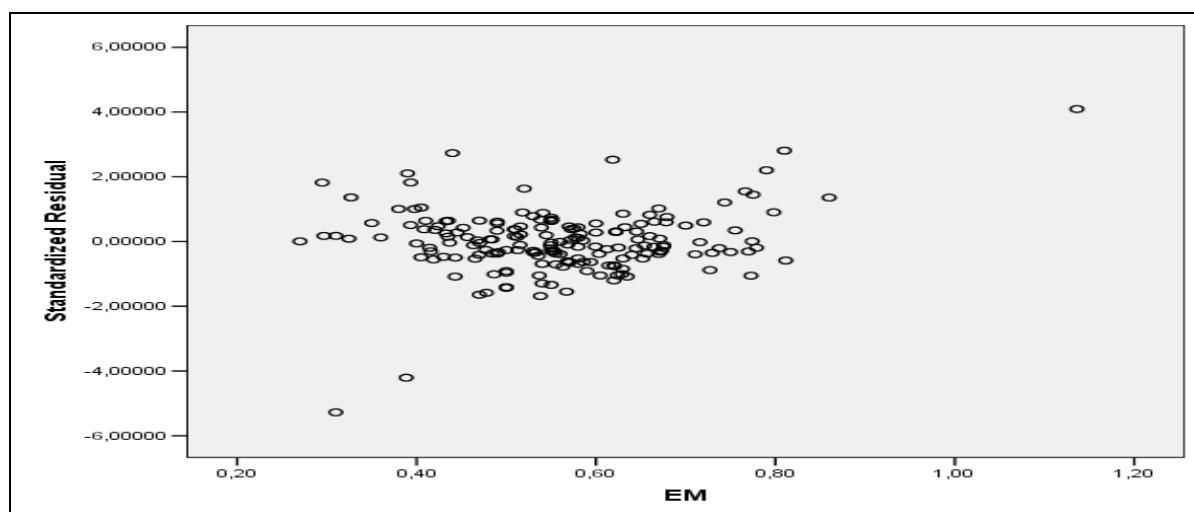


GRÁFICO 1 – HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998

FONTE: O autor (2008)

Analisando o Gráfico 1 verifica-se que os resíduos da regressão são homoscedásticos, pelo fato, de que os resíduos (eixo vertical) apresentam comportamento aleatório em relação ao EM (eixo horizontal). Desta forma, pode-se afirmar que a variância dos resíduos da variável dependente é constante para todas as observações referentes ao conjunto de valores das variáveis independentes incluídas na regressão, para os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes no ano de 1998.

4.4.2.2 Análise de regressão dos municípios com menos de 20 mil habitantes em 2006

Neste tópico são apresentados os resultados dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes no exercício de 2006. No Quadro 23 estão demonstradas as estatísticas da regressão.

Modelo	R	R ²	R ² _{ajustado}	Erro padrão da estimativa
5	0,9768	0,9543	0,9530	0,0200

QUADRO 23 – ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 2006

FONTE: O autor (2008)

Nota-se pelos resultados evidenciados no Quadro 23 que o coeficiente de correlação de 0,9768 demonstra um forte grau de associação entre a variável dependente e as independentes incluídas no modelo. O R²_{ajustado} de 0,9530 indica que 95,30%, da variação ocorrida no EM é explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão, deixando de ser explicada, apenas, 4,70% da variação da variável dependente.

O Quadro 24 apresenta os resultados da análise de variância da regressão para os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes no exercício de 2006.

Modelo	Soma dos quadrados	df	Quadrados médios	Razão F	Sig.
5 Regressão	1,45	5	0,2905	722,91	0,000
Resíduo	0,07	173	0,0004		
Total	1,52	178			

QUADRO 24 – ANOVA - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 2006

FONTE: O autor (2008)

Diante dos resultados do Quadro 24 verifica-se pelo valor da Razão F calculada, de 722,91, e diante da $Sig. = 0,000$ da regressão, menor que o nível estabelecido para a pesquisa de 0,05, que os coeficientes das variáveis independentes, em conjunto, são diferentes de zero, com isso, assume-se que as variáveis explicativas selecionadas exercem influência sobre o EM, e que a regressão como um todo apresenta significância estatística.

Os resultados e as estatísticas dos coeficientes da regressão, para os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes no exercício de 2006, são demonstrados no Quadro 25.

Variáveis	Coeficiente	Erro padrão do	Beta Padronizado	Estatística t	Sig.
	β	Coeficiente			
Constante	1,063447	0,018234		58,32	0,000
F8 Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	-1,292001	0,033251	-0,7312	-38,85	0,000
G8 Superávit Corrente/Receita Total	0,752396	0,037904	0,3676	19,84	0,000
F7 Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,365289	0,071168	0,0875	5,13	0,000
F2 Passivo Permanente/Receitas Correntes	-0,039854	0,011971	-0,0659	-3,32	0,001
G2 AF+AP/PF+PP	0,001510	0,000461	0,0665	3,27	0,001

QUADRO 25 – COEFICIENTES - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos valores do Quadro 25 pode-se afirmar que as variáveis selecionadas apresentam significância estatística, pois, o t_{tabelado} para 5% de nível de significância e com 173 graus de liberdade é 1,9799 bi-caudal, comparado com a estatística t de cada uma das variáveis independentes selecionadas, nota-se que os valores calculados estão acima do valor tabelado e a significância de todas as variáveis explicativas selecionadas está abaixo do nível de significância estabelecido 0,05 ($Sig. < 0,05$). Pelo exposto, pode-se concluir que as variáveis independentes selecionadas explicam de forma relevante o comportamento do EM.

Diante dos valores dos betas padronizados, verifica-se que as variáveis explicativas que mais contribuem para a explicação da dependente são: F8 - Despesas com Pessoal/Receitas Correntes (-0,7312) e G8 - Superávit Corrente/Receita Total (0,3676). Nota-se que a variável F8 tem o dobro de influência do que a G8 sobre a dependente, e em relação às demais variáveis explicativas seu impacto é pelo menos oito vezes maior, se observadas às variáveis individualmente, desta forma, a F8 é a variável explicativa mais representativa incluída na regressão.

A equação da regressão, conforme as variáveis explicativas selecionadas, é especificada da seguinte maneira:

$$EM = 1,063447 - 1,292001 * F8 + 0,752396 * G8 + 0,365289 * F7 - 0,039854 * F2 + 0,001510 * G2$$

Onde:

F8 = Despesas com Pessoal/Receitas Correntes

G8 = Superávit Corrente/Receita Total

F7 = Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total

F2 = Passivo Permanente/Receitas Correntes

G2 = AF+AP/PF+PP

A análise dos sinais dos coeficientes associados às variáveis explicativas, usadas na regressão, revela o tipo de relacionamento existente com a variável dependente.

O sinal da variável F8 é negativo, indica que quanto maior forem as despesas com pessoal e encargos sociais, menor o montante de receitas correntes disponível e, conseqüentemente, menor o EM. Desta forma, a variável contribui para diminuir o espaço de manobra.

A variável G8 mede a relação da poupança corrente com as receitas totais, com sinal positivo, expressa que quanto maior a poupança corrente maior será o espaço de manobra da gestão financeira municipal, contribuindo para aumentar o EM.

Quanto a F7 seu sinal é positivo aumentando o espaço de manobra. Desta forma, quanto maior for o montante de receitas obtidas maior o EM, pois, os novos investimentos são custeados por capitais de terceiros em vez das receitas correntes municipais.

O sinal da variável F2 é negativo, com isso quanto maior for o montante do passivo permanente municipal menor será o EM, pois os pagamentos das despesas com amortizações serão custeadas pelas receitas correntes, assim a variável contribui na diminuição do EM.

A variável G2, com sinal positivo, indica que quanto maior o ativo frente ao passivo municipal, maior o valor do EM, assim, a variável contribui para o aumento do espaço de manobra.

A constante ou intercepto apresenta sinal positivo, assim, assume-se que as demais variáveis independentes não selecionadas para a regressão não impactam, significativamente, sobre a variável dependente.

Foram avaliadas as suposições da regressão quanto à multicolinearidade e a homoscedasticidade. O Quadro 26 apresenta a Tolerância e a VIF dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes no exercício de 2006.

Variáveis		Tolerância	VIF
F8	Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	0,7454	1,3413
G8	Superávit Corrente/Receita Total	0,7694	1,2995
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,9084	1,1007
F2	Passivo Permanente/Receitas Correntes	0,6735	1,4845
G2	AF+AP/PF+PP	0,6367	1,5704

QUADRO 26 - TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 2006
FONTE: O autor (2008)

Os resultados da tolerância, demonstrados no Quadro 26, evidenciam que não existem problemas de multicolinearidade com as variáveis independentes incluídas na regressão, visto que os valores da Tolerância encontram-se bem acima da referência comumente utilizada de 0,10 e os valores do VIF estão abaixo do parâmetro normalmente empregado de 10.

Na avaliação da homoscedasticidade dos resíduos usou-se o exame gráfico para determinar se os resíduos são homoscedásticos ou heteroscedásticos. O Gráfico 2 mostra os resíduos padronizados sobre o espaço de manobra da gestão financeira, dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes em 2006, com o objetivo de verificar a presença ou não de heteroscedasticidade.

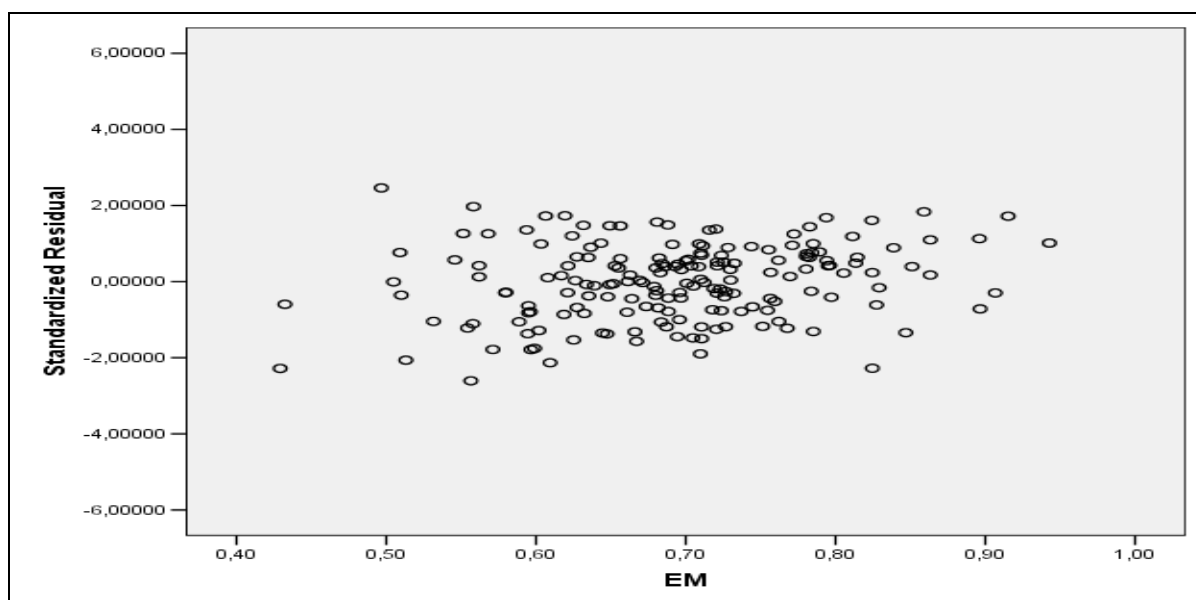


GRÁFICO 2 – HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 2006
FONTE: O autor (2008)

Diante da inspeção do Gráfico 2 nota-se que os resíduos da regressão são homoscedásticos, pois não apresentam padrão de comportamento. Desta forma, pode-se

afirmar que a variância dos resíduos da variável dependente é constante para todas as observações referentes ao conjunto de valores das variáveis independentes incluídas na regressão, para os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes no exercício de 2006.

4.4.2.3 Análise de regressão dos municípios com menos de 20 mil habitantes - 1998 e 2006

Após a análise dos municípios, em cada exercício financeiro, separadamente, procederam-se os testes englobando os dados dos dois anos, dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes em uma mesma regressão.

O objetivo nesta fase é avaliar se a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal impactou sobre o espaço de manobra da gestão financeira municipal e em que proporção ocorreu essa interferência. Para isso, além, das variáveis independentes já utilizadas, incluiu-se uma *dummy* para representar o período antes o após a LRF, sendo: 1998 = 0; e 2006 = 1. Efetuou-se a regressão múltipla pelo método *stepwise*, usando-se como dependente o EM/DC.

No Quadro 27 constam as estatísticas da regressão dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, referente aos exercícios financeiros de 1998 e 2006.

Modelo	R	R ²	R ² _{ajustado}	Erro padrão da estimativa
8	0,9846	0,9696	0,9689	0,0226

QUADRO 27 – ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos valores do Quadro 27 verifica-se que o grau de associação da variável dependente com as independentes selecionadas apresenta-se expressivo, com coeficiente de correlação de 0,9846. O R²_{ajustado} de 0,9689 representa que 96,89% da variação ocorrida do EM é explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão, ficando sem explicação, apenas, 3,11%, da variação da dependente.

A análise da variância dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes dos anos de 1998 e 2006 é apresentada no Quadro 28.

Modelo	Soma dos quadrados	df	Quadrados médios	Razão <i>F</i>	Sig.
8 Regressão	5,77	8	0,72	1407,86	0,000
Resíduo	0,18	353	0,00		
Total	5,95	361			

QUADRO 28 – ANOVA - MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Os resultados da Anova, demonstrados no Quadro 28, indicam a rejeição da hipótese nula de que os coeficientes das variáveis independentes em conjunto sejam iguais a zero. Diante do valor da Razão *F* da regressão de 1407,86 e da Sig. = 0,000, menor que o nível estabelecido para a pesquisa de 0,05, assume-se que as variáveis explicativas selecionadas exercem influência sobre o EM, e que o modelo com um todo se apresenta estatisticamente significativo.

O Quadro 29 demonstra os resultados e as estatísticas dos coeficientes da regressão para os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes nos anos de 1998 e 2006.

Variáveis	Coefficiente β	Erro padrão do Coeficiente	Beta Padronizado	Estatística <i>t</i>	Sig.
Constante	1,032082	0,009961		103,61	0,000
F8 Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	-1,156468	0,018955	-0,6550	-61,01	0,000
G8 Superávit Corrente/Receita Total	0,719954	0,024652	0,4718	29,20	0,000
F7 Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,320176	0,037938	0,0857	8,44	0,000
F2 Passivo Permanente/Receitas Correntes	-0,047778	0,007330	-0,0717	-6,52	0,000
LRF <i>Dummy</i> antes e depois da LRF	-0,013475	0,0040718	-0,0525	-3,31	0,001
F9 Despesas com Juros/Receitas Correntes	-0,832886	0,179753	-0,0500	-4,63	0,000
G2 AF+AP/PF+PP	0,001905	0,000454	0,0489	4,19	0,000
G3 PF-AF/Ativo Real	0,008332	0,003929	0,0224	2,12	0,034

QUADRO 29 – COEFICIENTES – MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Os valores da estatística *t* indicam que as variáveis selecionadas apresentam relevância estatística, pois o t_{tabelado} para 5% de nível de significância e com 353 graus de liberdade é 1,9600 bi-caudal, comparado com a estatística *t* de cada uma das variáveis independentes selecionadas, nota-se que os valores calculados estão acima do valor tabelado e a significância de todas as variáveis explicativas está abaixo do nível estabelecido na pesquisa de 0,05 (Sig. < 0,05). Pelo exposto, pode-se concluir que as variáveis independentes incluídas na regressão

contribuem para aumentar a habilidade preditiva do modelo, explicando de forma relevante o comportamento do EM.

Diante dos valores dos betas padronizados, verifica-se que as variáveis que mais contribuem para a explicação da dependente são: F8 - Despesas com Pessoal/Receitas Correntes (-0,6550) e a G8 - Superávit Corrente/Receita Total (0,4718). A variável F8 é de maior impacto sobre a dependente, porém, com a inclusão da *dummy* LRF a variável G8 aumentou sua influência sobre o EM. Quando comparados os resultados obtidos por essa mesma variável nas análises dos exercícios separadamente, em 1998 o beta padronizado foi de (0,3261) e em 2006 alcançou (0,3676), demonstrando com isso os efeitos da nova legislação. O aparecimento da variável LRF, como uma das variáveis da regressão, indica que o espaço de manobra da gestão financeira municipal está sendo impactado de forma diferenciada pela nova Lei, e que o impacto dessa variável é negativo sobre o EM. Entretanto, percebe-se que a intensidade com que variável F8 influenciava o EM diminuiu e a influência da G8 aumentou, após, a vigência da LRF.

Diante das variáveis independentes selecionadas a equação da regressão múltipla é formada da seguinte maneira:

$$EM = 1,032082 - 1,156468 * F8 + 0,719954 * G8 + 0,320176 * F7 - 0,047778 * F2 - 0,013475 * LRF - 0,832886 * F9 + 0,001905 * G2 + 0,008332 * G3$$

Onde:

F8 = Despesas com Pessoal/Receitas Correntes

G8 = Superávit Corrente/Receita Total

F7 = Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total

F2 = Passivo Permanente/Receitas Correntes

LRF = *Dummy* antes e depois da LRF

F9 = Despesas com Juros/Receitas Correntes

G2 = AF+AP/PF+PP

G3 = PF-AF/Ativo Real

Foram analisados os sinais associados às variáveis independentes incluídas na regressão para verificar tipo de relacionamento existente com a variável explicada.

O sinal da variável F8 é negativo, indica que quanto maior forem as despesas com pessoal e encargos sociais, menor o montante de receitas correntes disponível e, conseqüentemente, menor o EM, desta forma, a variável contribui para diminuir o espaço de manobra.

A variável G8 mede a relação da poupança corrente com as receitas totais, com sinal positivo, expressa que quanto maior a poupança corrente maior será o espaço de manobra da gestão financeira municipal, contribuindo para aumentar o EM.

Quanto a F7 seu sinal é positivo aumentando o espaço de manobra, desta forma, quanto maior for o montante de receitas obtidas maior o EM, pois, os novos investimentos são custeados por capitais de terceiros em vez das receitas correntes municipais.

A variável F2 apresenta sinal negativo, com isso quanto maior for o montante do passivo permanente municipal menor será o EM, pois os pagamentos das despesas com amortizações serão custeadas pelas receitas correntes, assim a variável contribuiu na diminuição do EM.

O sinal negativo da variável *dummy* LRF indica que o conjunto de normas restritivas impostas aos municípios com menos de 20 mil habitantes pela Lei de Responsabilidade Fiscal provou impacto negativo sobre o EM contribuindo para sua redução. O aumento das restrições sobre o endividamento público tanto a obtenção de novos empréstimos como quanto à necessidade de se atingir resultados visando à diminuição dos montantes existentes, o maior controle sobre os gastos com pessoal, inclusive com a incorporação de alguns tipos de contratações realizadas junto a terceiros como gasto com pessoal e a necessidade de se honrar os compromissos assumidos, inclusive os de exercícios anteriores, mantendo o equilíbrio entre as receitas e as despesas. Observa-se que os municípios estão mais responsáveis com a gestão dos recursos financeiros municipais, evidenciada pelo aumento do superávit corrente, porém, o crescimento das restrições tem forçado a aplicação dos recursos arrecadados e poupados nas obrigações assumidas e existentes.

A variável F9 apresenta sinal negativo que diminui o EM, assim, quanto maior as despesas com juros da dívida maior o consumo de receitas correntes, menor será o espaço de manobra.

A variável G2, com sinal positivo, indica que quanto maior o ativo frente ao passivo municipal, maior o valor do EM, assim, a variável contribui para o aumento do espaço de manobra.

A variável G3 apresentou sinal positivo, provavelmente pelo fato de o ativo financeiro ser maior que o passivo financeiro, com isso, seu reflexo é favorável ao EM.

Por sua vez, a constante expressa sinal positivo, com isso, assume-se que as demais variáveis, não selecionada para o modelo não impactam, significativamente, sobre a variável dependente.

Depois de estimada a regressão múltipla foi avaliada a multicolinearidade e a homoscedasticidade. No Quadro 30 são apresentados os valores da Tolerância e do Fator de Inflação de Variância – VIF, das variáveis independentes incluídas na regressão para os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes nos anos de 1998 e 2006.

Variáveis		Tolerância	VIF
F8	Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	0,7467	1,3391
G8	Superávit Corrente/Receita Total	0,3297	3,0325
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,8347	1,1979
F2	Passivo Permanente/Receitas Correntes	0,7099	1,4084
LRF	Dummy antes e depois da LRF	0,3419	2,9245
F9	Despesas com Juros/Receitas Correntes	0,7370	1,3567
G2	AF+AP/PF+PP	0,6308	1,5851
G3	PF-AF/Ativo Real	0,7709	1,2970

QUADRO 30 - TOLERÂNCIA E VIF – MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Diante dos resultados da tolerância, demonstrados no Quadro 30, percebe-se que não existem problemas de multicolinearidade com as variáveis independentes incluídas na regressão, pois, apresentaram valores inferiores ao valor de referência estabelecido de 0,10 para a Tolerância e de 10 para o VIF.

A avaliação da homoscedasticidade dos resíduos da regressão foi realizada mediante exame gráfico, para determinar se os resíduos são homoscedásticos ou heteroscedásticos. O Gráfico 3 demonstra os resíduos padronizados pela variável dependente dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes nos exercícios de 1998 e 2006.

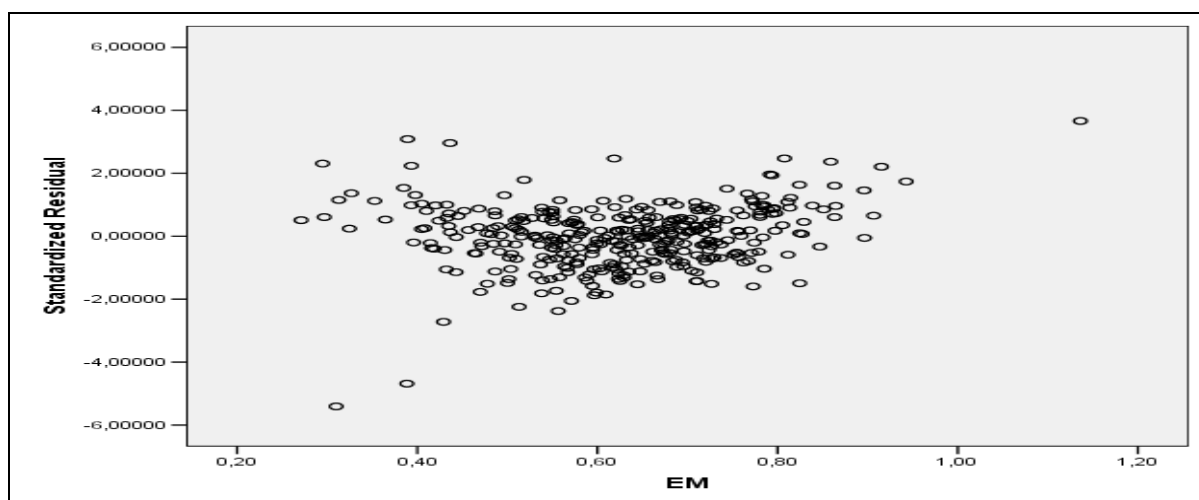


GRÁFICO 3 – HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES - 1998 e 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados da inspeção gráfica percebe-se que os resíduos da regressão são homoscedásticos, pelo fato, de que os resíduos (eixo vertical) apresentam comportamento aleatório em relação ao EM (eixo horizontal), não apresentando variância crescente. Desta forma, pode-se afirmar que a variância dos resíduos da variável dependente é constante para todas as observações referentes ao conjunto de valores das variáveis independentes incluídas na regressão, para os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes nos anos de 1998 e 2006.

4.4.3 Análise de regressão dos municípios paranaenses com até cinco mil habitantes

Neste tópico são apresentados e analisados os resultados da análise de regressão dos municípios paranaenses extremamente pequenos, primeiro foi analisado o exercício de 1998, depois o de 2006 e, posteriormente, foram agrupados os dois exercícios com a inclusão de uma variável *dummy* para representá-los. Utilizou-se o coeficiente EM/DC como variável dependente.

4.4.3.1 Análise de regressão dos municípios extremamente pequenos em 1998

Os resultados da análise de regressão dos municípios paranaenses extremamente pequenos no exercício de 1998 são apresentados e discutidos neste tópico. No Quadro 31 estão demonstradas as estatísticas da regressão.

Modelo	R	R ²	R ² _{ajustado}	Erro padrão da estimativa
5	0,9853	0,9709	0,9681	0,0203

QUADRO 31 – ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998
FONTE: O autor (2008)

Os valores apresentados no Quadro 31 revelam que existe forte grau de associação entre a variável dependente e as independentes incluídas na regressão, diante do coeficiente de correlação de 0,9853. O valor do R²_{ajustado} de 0,9681 indica que 96,81% da variação ocorrida do EM é explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão, deixando de ser explicada, apenas, 3,19% da variação da dependente.

O Quadro 32 mostra os resultados da análise de variância dos municípios paranaenses extremamente pequenos no ano de 1998.

Modelo	Soma dos quadrados	df	Quadrados médios	Razão <i>F</i>	Sig.
6 Regressão	0,73	5	0,1459	353,74	0,000
Resíduo	0,02	53	0,0004		
Total	0,75	58			

QUADRO 32 – ANOVA - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998
FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados apresentados na Anova, conforme Quadro 32, nota-se que a regressão como um todo é estatisticamente significativa. Diante dos valores da Razão *F* de 353,74 e da *Sig.* = 0,000, pode-se afirmar que variáveis independentes selecionadas exercem influência sobre o EM, pois, o R^2 é maior do que zero, com isso, assume-se que a regressão em seu conjunto apresenta significância estatística.

No Quadro 33 são apresentados os resultados e as estatísticas dos coeficientes da regressão para os municípios paranaenses extremamente pequenos no exercício de 1998.

Variáveis	Coeficiente β	Erro padrão do Coeficiente	Beta Padronizado	Estatística <i>t</i>	Sig.
Constante	1,034675	0,016898		61,22	0,000
F8 Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	-1,108727	0,039473	-0,7625	-28,08	0,000
G10 Superávit Corrente/Receitas Correntes	0,554746	0,046120	0,3059	12,02	0,000
F2 Passivo Permanente/Receitas Correntes	-0,086806	0,016783	-0,1224	-5,17	0,000
F7 Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,293107	0,060313	0,1192	4,85	0,000
F3 Receita Tributária/Receita Total	-0,642077	0,204789	-0,0778	-3,13	0,002

QUADRO 33 – COEFICIENTES - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998
FONTE: O autor (2008)

Os valores, evidenciados no Quadro 33, da estatística *t* indicam que as variáveis selecionadas apresentam relevância estatística, pois o t_{tabelado} para 5% de nível de significância e com 52 graus de liberdade é 2,0066 bi-caudal, comparado com a estatística *t* de cada uma das variáveis independentes selecionadas, observa-se que os valores calculados estão acima do valor tabelado e a significância de todas as variáveis explicativas selecionadas está abaixo do nível estabelecido na pesquisa de 0,05 (*Sig.* < 0,05). Pelo exposto, pode-se concluir que as variáveis independentes incluídas na regressão contribuem para aumentar a habilidade preditiva do modelo, explicando de forma relevante o comportamento do EM.

Pelos valores dos betas padronizados, verifica-se que as variáveis explicativas que mais contribuem para a explicação da dependente são: F8 = Despesas com Pessoal/Receitas Correntes (-0,7625) e a G10 = Superávit Corrente/Receitas Correntes (0,3059). A variável F8 é a de maior influência sobre a dependente, produzindo duas vezes e meia mais impacto, sobre o EM, do que a segunda variável mais influente, G10, e, ainda, impacta seis vezes mais que a terceira variável mais importante, F2. Com isso, a F8 apresenta-se como a variável explicativa mais representativa selecionada na regressão.

Com base nas variáveis independentes selecionadas a equação da regressão é formada da seguinte maneira:

$$EM = 1,034675 - 1,108727 * F8 + 0,554746 * G10 - 0,086806 * F2 + 0,293107 * F7 - 0,642077 * F3$$

Onde:

F8 = Despesas com Pessoal/Receitas Correntes

G10 = Superávit Corrente/Receitas Correntes

F2 = Passivo Permanente/Receitas Correntes

F7 = Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total

F3 = Receita Tributária/Receita Total

Foram analisados os sinais associados às variáveis independentes incluídas na regressão para verificar o tipo de relacionamento existente com a dependente.

O sinal da variável F8 é negativo, indica que quanto maior forem as despesas com pessoal e encargos sociais, menor o montante de receitas correntes disponível e, conseqüentemente, menor o EM, desta forma, a variável contribui para diminuir o espaço de manobra.

A variável G10 mede a relação da poupança corrente com as receitas correntes, com sinal positivo contribui para aumentar o EM. Assim, quanto maior a poupança corrente maior será o espaço de manobra da gestão financeira municipal.

A variável F2 apresenta sinal negativo, com isso quanto maior for o montante do passivo permanente municipal menor será o EM, pois os pagamentos das despesas com amortizações serão custeadas pelas receitas correntes, assim a variável contribuiu na diminuição do EM.

Quanto a F7 seu sinal é positivo aumentando o espaço de manobra. Desta forma, quanto maior for o montante de receitas obtidas maior o EM, pois, os novos investimentos são custeados por capitais de terceiros em vez das receitas correntes municipais.

A variável F3 apresenta sinal negativo, com isso contribuiu para diminuir o EM, ou seja, quanto menor o percentual das receitas tributárias sobre as receitas totais menor será o espaço de manobra existente.

A constante expressa sinal positivo, com isso, verifica-se que as demais variáveis, não selecionada para a regressão não impactam, significativamente, sobre a variável dependente.

Foram testadas as suposições referentes à multicolinearidade e homoscedasticidade da regressão estimada. No Quadro 34 são apresentados os valores da Tolerância e do Fator de Inflação de Variância – VIF, das variáveis independentes incluídas na regressão, dos municípios paranaenses extremamente pequenos no exercício de 1998.

Variáveis		Tolerância	VIF
F8	Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	0,7448	1,3426
G10	Superávit Corrente/Receitas Correntes	0,8483	1,1787
F2	Passivo Permanente/Receitas Correntes	0,9798	1,0205
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,9116	1,0969
F3	Receita Tributária/Receita Total	0,8898	1,1237

QUADRO 34 - TOLERÂNCIA E VIF – MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados apresentados no Quadro 34 admite-se que não existem problemas de multicolinearidade com as variáveis independentes incluídas na regressão, visto que, os valores relativos à Tolerância encontram-se bem acima da referência comumente utilizada de 0,10 e os valores do VIF estão abaixo do parâmetro normalmente utilizado de 10.

O Gráfico 4 demonstra os resíduos da regressão sobre a variável dependente, a sua análise tem por objetivo determinar se os resíduos do grupo de municípios extremamente pequenos no exercício de 1998 são homoscedásticos ou heteroscedásticos.

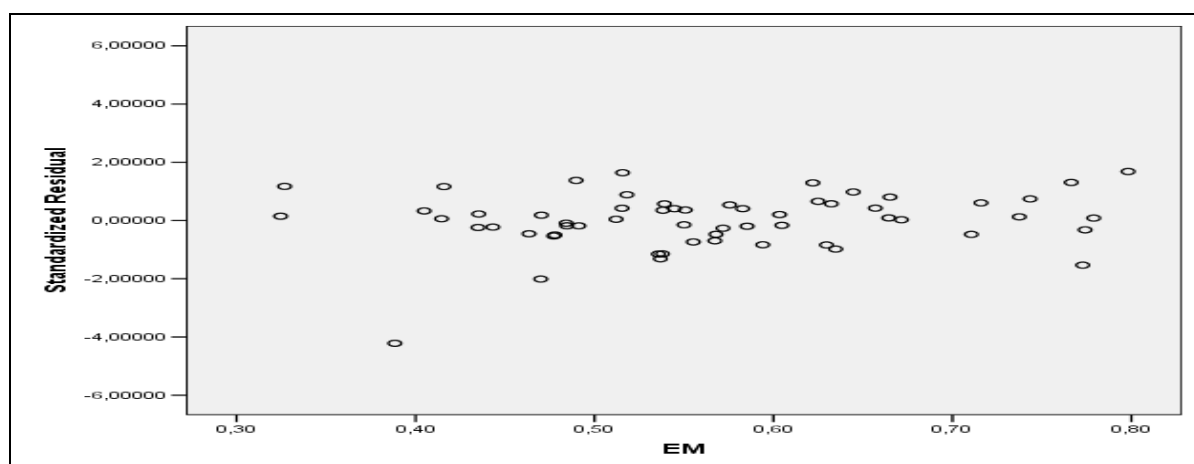


GRÁFICO 4 – HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados da inspeção gráfica observa-se que os resíduos são homoscedásticos, pois apresentam comportamento aleatório em relação ao EM. Desta forma, pode-se afirmar que a variância dos resíduos da variável dependente é constante para todas as observações referentes ao conjunto de valores das variáveis independentes incluídas na regressão, para os municípios paranaenses extremamente pequenos no exercício de 1998.

4.4.3.2 Análise de regressão dos municípios extremamente pequenos em 2006

A segunda análise dos municípios paranaenses extremamente pequenos refere-se ao exercício financeiro de 2006, ou seja, após a vigência da LRF. No Quadro 35 constam os resultados das estatísticas da regressão.

Modelo	R	R ²	R ² _{ajustado}	Erro padrão da estimativa
5	0,9776	0,9558	0,9517	0,0172

QUADRO 35 – ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 2006
FONTE: O autor (2008)

Verifica-se pelo valor do coeficiente de correlação de 0,9776, forte grau de associação entre a variável dependente e as independentes selecionadas para o modelo. O coeficiente de determinação ajustado indica que 95,17%, da variação ocorrida no espaço de manobra em 2006 é explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão, deixando sem explicação, apenas, 4,83% da variação da dependente.

O Quadro 36 apresenta o resultado da Anova dos municípios paranaenses extremamente pequenos no exercício de 2006.

Modelo	Soma dos quadrados	df	Quadrados médios	Razão <i>F</i>	Sig.
5 Regressão	0,34	5	0,0686	229,74	0,000
Resíduo	0,01	53	0,0002		
Total	0,35	58			

QUADRO 36 – ANOVA – MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 2006
FONTE: O autor (2008)

Observa-se pelo valor da Razão *F* de 229,74 e da significância de 0,000, que a regressão em seu conjunto é estatisticamente significativa, e pode-se afirmar que as variáveis independentes selecionadas exercem influência sobre a variável dependente.

O Quadro 37 mostra as variáveis independentes selecionadas para compor a regressão para o grupo dos municípios paranaenses extremamente pequenos no exercício de 2006. São apresentados os coeficientes betas, o erro padrão dos coeficientes, os betas padronizados, a estatística *t* e a significância das variáveis independentes selecionadas.

Variáveis	Coeficiente β	Erro padrão do Coeficiente	Beta Padronizado	Estatística <i>t</i>	Sig.
Constante	1,059628	0,026734		39,63	0,000
F8 Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	-1,258319	0,050315	-0,7881	-25,00	0,000
G10 Superávit Corrente/Receitas Correntes	0,645384	0,055900	0,3633	11,54	0,000
G7 Passivo Permanente/Ativo Financeiro	-0,005117	0,001548	-0,1087	-3,30	0,001
G2 AF+AP/PF+PP	0,001301	0,000514	0,0877	2,52	0,014
F3 Receita Tributária/Receita Total	0,323413	0,141036	0,0685	2,29	0,025

QUADRO 37 – COEFICIENTES - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados demonstrados no Quadro 37, observa-se que os valores da estatística *t* indicam que as variáveis selecionadas apresentam relevância estatística, pois o t_{tabelado} para 5% de nível de significância e com 53 graus de liberdade é 2,0057 bi-caudal, comparado com a estatística *t* de cada uma das variáveis independentes selecionadas, observa-se que seus valores calculados estão acima do valor tabelado e a significância de todas as variáveis explicativas selecionadas está abaixo do nível estabelecido na pesquisa de 0,05 (*Sig.* < 0,05). Pelo exposto, pode-se concluir que as variáveis independentes incluídas na regressão contribuem para aumentar a habilidade preditiva do modelo, explicando de forma relevante o comportamento do EM.

Diante dos valores dos betas padronizados, nota-se que as variáveis independentes que mais contribuem para a explicação da dependente são: F8 - Despesas com Pessoal/Receitas Correntes (-0,7881) e a G10 - Superávit Corrente/Receitas Correntes (0,3633). A variável F8 é a que produz maior impacto sobre a dependente, o dobro da influência segunda variável mais relevante, G10. Desta forma, a F8 apresenta-se como a variável explicativa mais representativa incluída na regressão.

A equação da regressão, conforme as variáveis explicativas selecionadas é especificada da seguinte maneira:

$$\text{EM} = 1,059628 - 1,258319 \cdot \text{F8} + 0,645384 \cdot \text{G10} - 0,005117 \cdot \text{G7} + 0,001301 \cdot \text{G2} + 0,323413 \cdot \text{F3}$$

Onde:

F8 = Despesas com Pessoal/Receitas Correntes

G10 = Superávit Corrente/Receitas Correntes

G7 = Passivo Permanente/Ativo Financeiro

G2 = AF+AP/PF+PP

S1 = Receita Tributária/Receita Total

Os sinais associados às variáveis independentes incluídas na regressão múltipla foram analisados para verificar o tipo de relacionamento existente com a variável dependente.

O sinal da variável F8 é negativo, indica que quanto maior forem as despesas com pessoal e encargos sociais, menor o montante de receitas correntes disponível e, conseqüentemente, menor o EM, desta forma, a variável contribui para diminuir o espaço de manobra.

A variável G10 mede a relação da poupança corrente com as receitas correntes, com sinal positivo aumenta o EM, assim, quanto maior a poupança corrente maior será o espaço de manobra da gestão financeira municipal.

A variável G7 apresenta um relacionamento negativo com o EM, assim, quanto maior o montante do passivo permanente sobre o ativo financeiro menor o espaço de manobra, pois seu sinal é negativo, o impacto da variável é no sentido de diminuir o EM.

A variável G2, com sinal positivo, indica que quanto maior o ativo frente ao passivo municipal maior o valor do EM, assim, a variável contribui para o aumento do espaço de manobra existente.

Diante do sinal positivo da variável F3, assume-se que quanto maior as receitas tributárias no município maior o impacto sobre o espaço de manobra da gestão financeira municipal provocando seu aumento.

A constante expressa sinal positivo, isso evidencia que as demais variáveis, não selecionada para o modelo não impactam, significativamente, sobre a variável dependente.

Após, especificada a regressão, foram avaliadas as suposições quanto à multicolinearidade e a homoscedasticidade da regressão. O Quadro 38 demonstra os valores da Tolerância e do VIF das variáveis independentes incluídas no modelo para os municípios extremamente pequenos no exercício de 2006.

Variáveis		Tolerância	VIF
F8	Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	0,8379	1,1934
G10	Superávit Corrente/Receitas Correntes	0,8400	1,1904
G7	Passivo Permanente/Ativo Financeiro	0,7682	1,3015
G2	AF+AP/PF+PP	0,6900	1,4491
F3	Receita Tributária/Receita Total	0,9304	1,0747

QUADRO 38 - TOLERÂNCIA E VIF – MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados apresentados, no Quadro 38, admite-se que não existem problemas de multicolinearidade com as variáveis independentes incluídas na regressão, visto que os valores relativos à Tolerância encontram-se acima da referência, comumente, utilizada de 0,10 e os valores do VIF estão abaixo do parâmetro, normalmente, utilizado de 10.

A avaliação da homoscedasticidade dos resíduos da regressão foi realizada por meio de exame gráfico, para determinar se os resíduos são homoscedásticos ou heteroscedásticos. O Gráfico 5 apresenta os resíduos padronizados pelo espaço de manobra da gestão financeira, dos municípios paranaenses extremamente pequenos em 2006, com o objetivo de verificar a presença de heteroscedasticidade.

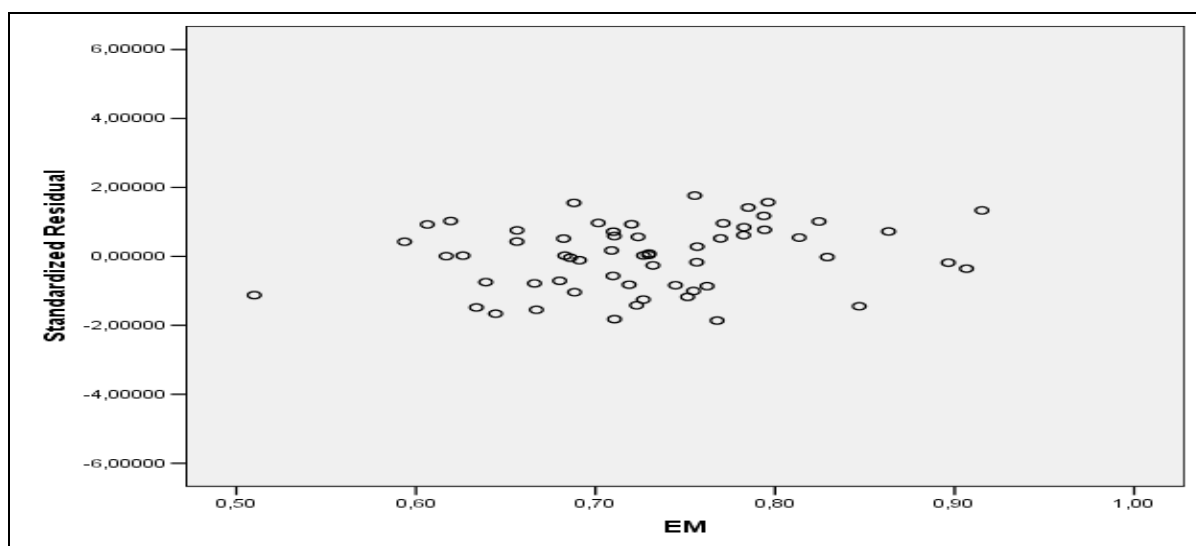


GRÁFICO 5 – HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 2006

FONTE: O autor (2008)

Diante da análise do Gráfico 5 nota-se que os resíduos da regressão são homoscedásticos, por apresentaram um comportamento aleatório em relação ao espaço de manobra. Desta forma, verifica-se que a variância dos resíduos da variável dependente é constante para todas as observações referentes ao conjunto de valores das variáveis

independentes incluídas na regressão, para os municípios paranaenses extremamente pequenos no ano de 2006.

4.4.3.3 Análise de regressão dos municípios extremamente pequenos – 1998 e 2006

Após, a análise dos municípios separadamente em cada exercício financeiro, procedeu-se a verificação englobando os dados dos exercícios antes e depois da vigência da LRF em uma mesma regressão.

O objetivo nesta fase é avaliar se a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal impactou sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses extremamente pequenos, e em que proporção ocorreu essa interferência. Para isso, foram agrupados os dados dos anos de 1998 e 2006, numa mesma base e, além, das variáveis independentes já utilizadas, incluiu-se uma *dummy* para representar o período antes e após a LRF, sendo: 1998 = 0; e 2006 = 1.

No Quadro 39 constam as estatísticas da regressão dos municípios paranaenses extremamente pequenos, referente os exercícios financeiros de 1998 e 2006.

Modelo	R	R ²	R ² _{ajustado}	Erro padrão da estimativa
6	0,9881	0,9764	0,9751	0,0201

QUADRO 39 – ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelo valor do coeficiente de correlação de 0,9881, percebe-se que existe forte associação entre a variável dependente e as independentes incluídas no modelo. O R²_{ajustado} de 0,9751 indica que 97,51%, da variação ocorrida no EM, entre os exercícios de 1998 e 2006, é explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão, deixando de ser explicada, apenas, 2,49% da variação da variável dependente.

O Quadro 40 demonstra o resultado da análise de variância dos municípios paranaenses extremamente pequenos entre os exercícios financeiros de 1998 e 2006.

Modelo	Soma dos quadrados	<i>df</i>	Quadrados médios	Razão <i>F</i>	<i>Sig.</i>
6 Regressão	1,85	6	0,3076	764,47	0,000
Resíduo	0,04	111	0,0004		
Total	1,89	117			

QUADRO 40 – ANOVA - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Observa-se pelo valor da Razão *F* de 764,47 e da significância de 0,000, conforme evidenciados no Quadro 41, que a regressão em seu conjunto é estatisticamente significativa, assumindo, com isso, que as variáveis independentes selecionadas exercem influência sobre a variável dependente.

As variáveis independentes incluídas na regressão são apresentadas no Quadro 41, junto com os coeficientes betas, o erro padrão dos coeficientes, os betas padronizados, a estatística *t* e a significância das respectivas variáveis.

Variáveis	Coefficiente β	Erro padrão do Coeficiente	Beta Padronizado	Estatística <i>t</i>	<i>Sig.</i>
Constante	1,055559	0,014066		75,04	0,000
F8 Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	-1,181615	0,030682	-0,6371	-38,51	0,000
G8 Superávit Corrente/Receita Total	0,652477	0,026226	0,4635	24,87	0,000
F2 Passivo Permanente/Receitas Correntes	-0,073040	0,012979	-0,0873	-5,62	0,000
F7 Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,232648	0,053259	0,0675	4,36	0,000
F9 Despesas com Juros/Receitas Correntes	-0,943926	0,295949	-0,0518	-3,18	0,001
G1 Ativo Financeiro/Passivo Financeiro	0,000492	0,000216	0,0350	2,27	0,025

QUADRO 41 – COEFICIENTES - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos valores constantes no Quadro 41 percebe-se que as variáveis selecionadas apresentam relevância estatística, pois, o t_{tabelado} para 5% de nível de significância e com 111 graus de liberdade é 1,9818 bi-caudal, comparado com a estatística *t* de cada uma das variáveis independentes selecionadas, observa-se que os valores calculados estão acima do valor tabelado e a significância de todas as variáveis explicativas selecionadas está abaixo do nível estabelecido na pesquisa de 0,05 (*Sig.* < 0,05). Pelo exposto, pode-se concluir que as variáveis independentes incluídas na regressão contribuem para aumentar a habilidade preditiva da regressão, explicando de forma relevante o comportamento do EM.

Diante dos valores dos betas padronizados, nota-se que as variáveis explicativas que mais contribuem para a explicação da dependente são: F8 - Despesas com Pessoal/Receitas

Correntes (-0,6371) e a G8 - Superávit Corrente/Receitas Totais (0,4635). A variável F8 é a mais influente sobre o EM, porém, diante da vigência da LRF a variável G8, que não emergiu nas análises dos exercícios em separado, apresenta-se com um valor significativo em comparação com a F8 e, também, em relação às demais variáveis explicativas, inclusive sobre o efeito conjunto destas. Pode-se supor que diante da vigência da LRF os municípios paranaenses extremamente pequenos passaram a gerar superávits correntes mais significativos do que os conseguidos antes da vigência da nova lei, razão pela qual a variável G8 apresenta-se estatisticamente significativa nas análises que envolveram os dois exercícios em conjunto.

Na análise foi incluída a variável dummy LRF, para representar o exercício de 1998 e de 2006, antes e depois da vigência da Lei, entretanto, a referida variável não foi selecionada para compor a regressão, demonstrando, assim, que o advento da LRF não provou alterações no comportamento do espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos, evidenciando que o EM desses municípios não sofreu os efeitos restritivos da LRF, provavelmente, pelo fato de que já se encontrava restringido.

Diante das nas variáveis independentes selecionadas a equação da regressão é formada conforme segue:

$$EM = 1,055559 - 1,181615 * F8 + 0,652477 * G8 - 0,073040 * F2 + 0,232648 * F7 - 0,943926 * F9 + 0,000492 * G1$$

Onde:

F8 = Despesas com Pessoal/Receitas Correntes

G8 = Superávit Corrente/Receita Total

F2 = Passivo Permanente/Receitas Correntes

F7 = Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total

F9 = Despesas com Juros/Receitas Correntes

G1 = Ativo Financeiro/Passivo Financeiro

Com o objetivo de indicar a forma de relacionamento existente entre a variável dependente e as independentes utilizadas na regressão múltipla, procedeu-se a análise dos sinais dos coeficientes.

O sinal da variável F8 é negativo, indica que quanto maior forem as despesas com pessoal e encargos sociais, menor o montante de receitas correntes disponível e, conseqüentemente, menor o EM, desta forma, a variável contribui para diminuir o espaço de manobra.

A variável G8 mede a relação da poupança corrente com as receitas totais, com sinal positivo, expressa que quanto maior a poupança corrente maior será o espaço de manobra da gestão financeira municipal, contribuindo para aumentar o EM.

O sinal da variável F2 é negativo, com isso quanto maior for o montante do passivo permanente municipal menor será o EM, pois os pagamentos das despesas com amortizações serão custeadas pelas receitas correntes, assim a variável contribuiu na diminuição do EM.

Quanto a F7 seu sinal é positivo aumentando o espaço de manobra, desta forma, quanto maior for o montante de receitas obtidas maior o EM, pois, os novos investimentos são custeados por capitais de terceiros em vez das receitas correntes municipais.

A variável F9 apresenta sinal negativo que diminui o EM, assim, quanto maior as despesas com juros da dívida maior o consumo de receitas correntes, menor será o espaço de manobra.

A variável G1, com sinal positivo, contribui para aumentar o espaço de manobra, indica que quanto maior o ativo frente ao passivo municipal maior o valor do EM.

Por fim o intercepto da reta que apresenta sinal positivo, assim, assume-se que as demais variáveis independentes não selecionadas para a regressão não impactam, significativamente, sobre a variável dependente.

Depois de estimada a regressão múltipla procedeu-se a avaliação das suposições quanto à multicolinearidade e a homoscedasticidade. No Quadro 42 são apresentados os valores da Tolerância e do VIF das variáveis independentes incluídas na regressão para os municípios paranaenses extremamente pequenos nos exercícios de 1998 e 2006.

Variáveis		Tolerância	VIF
F8	Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	0,7776	1,2859
G8	Superávit Corrente/Receita Total	0,6132	1,6307
F2	Passivo Permanente/Receitas Correntes	0,8837	1,1315
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,8913	1,1219
F9	Despesas com Juros/Receitas Correntes	0,8048	1,2424
G1	Ativo Financeiro/Passivo Financeiro	0,8938	1,1187

QUADRO 42 – TOLERÂNCIA E VIF - MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos valores da Tolerância e do VIF, que constam no Quadro 42, admite-se que não existem problemas de multicolinearidade com as variáveis independentes selecionadas na regressão, visto que, os valores da Tolerância encontram-se bem acima da referência, comumente, utilizada de 0,10 e os valores do VIF estão abaixo do parâmetro, normalmente, utilizado de 10.

Para avaliar a suposição quanto à homoscedasticidade dos resíduos da regressão foi utilizada inspeção gráfica, visando determinar se os resíduos são homoscedásticos ou heteroscedásticos.

O Gráfico 6 apresenta os resíduos padronizados pelo espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses extremamente pequenos em 1998 e 2006, com o objetivo de verificar a presença de heteroscedasticidade.

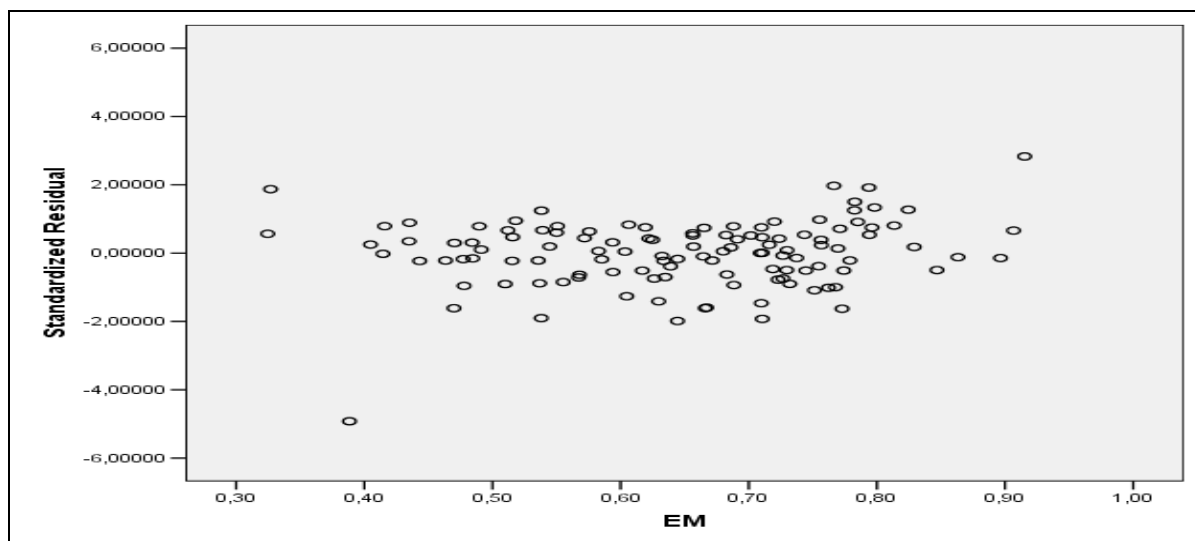


GRÁFICO 6 – HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGERESSÃO – MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS - 1998 e 2006

FONTE: O autor (2008)

Pela análise do Gráfico 6 nota-se que os resíduos da regressão são homoscedásticos, por apresentarem um comportamento aleatório em relação ao EM. Desta forma, verifica-se que a variância dos resíduos da variável dependente é constante para todas as observações referentes ao conjunto de valores das variáveis independentes, para os municípios paranaenses extremamente pequenos nos exercícios de 1998 e 2006.

4.4.4 Análise de regressão dos municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes

Neste tópico são apresentados e analisados os resultados das análises de regressão dos municípios paranaenses pequenos, no exercício de 1998, no de 2006 e depois os dois exercícios em conjunto, sendo utilizado o coeficiente EM/DC como variável dependente.

4.4.4.1 Análise de regressão dos municípios pequenos em 1998

O Quadro 43 apresenta as estatísticas da regressão para os municípios paranaenses pequenos, relativo ao exercício financeiro de 1998.

Modelo	R	R ²	R ² _{ajustado}	Erro padrão da estimativa
8	0,9825	0,9654	0,9631	0,0265

QUADRO 43 – ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998

FONTE: O autor (2008)

Pelos valores constantes no Quadro 43 evidencia-se que existe um forte grau de associação entre a variável dependente e as independentes incluídas na regressão, diante do coeficiente de correlação de 0,9825. O coeficiente de determinação ajustado indica que 96,31% da variação ocorrida no EM, em 1998, é explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão, deixando de ser explicada, apenas, 3,69% da variação da dependente.

A análise de variância da regressão dos municípios paranaenses pequenos é demonstrada no Quadro 44.

Modelo	Soma dos quadrados	df	Quadrados médios	Razão <i>F</i>	Sig.
9 Regressão	1,18	4	0,2951	419,32	0,000
Resíduo	0,04	60	0,0007		
Total	1,22	64			

QUADRO 44 – ANOVA - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998

FONTE: O autor (2008)

Diante do valor da Razão *F* de 419,32 e do valor da Sig. 0,000, avalia-se que a regressão como um todo é estatisticamente significativa e assume-se que as variáveis independentes incluídas na regressão exercem influência sobre o espaço de manobra (EM).

Os coeficientes da regressão apresentaram os resultados e as estatísticas constantes no Quadro 45, para os municípios paranaenses pequenos no exercício de 1998.

Variáveis		Coefficiente β	Erro padrão do Coeficiente	Beta Padronizado	Estatística t	Sig.
Constante		-0,090561	0,022168		-4,08	0,000
G8	Superávit Corrente/Receita Total	1,905169	0,062492	0,7364	30,48	0,000
F11	Outras Despesas Correntes/Receita Correntes	1,120286	0,044105	0,6155	25,40	0,000
F2	Passivo Permanente/Receitas Correntes	-0,054205	0,013723	-0,0988	-3,94	0,000
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,390003	0,099608	0,0983	3,91	0,000

QUADRO 45 – COEFICIENTES - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados do Quadro 45, percebe-se que as variáveis selecionadas apresentam relevância estatística, pois o t_{tabelado} para 5% de nível de significância e com 60 graus de liberdade é 2,0010 bi-caudal, comparado com a estatística t de cada uma das variáveis independentes selecionadas, observa-se que os valores calculados estão acima do valor tabelado e a significância de todas as variáveis explicativas selecionadas está abaixo do nível estabelecido na pesquisa de 0,05 ($\text{Sig.} < 0,05$). Pelo exposto, pode-se concluir que as variáveis independentes incluídas na regressão contribuem para aumentar a habilidade preditiva da regressão, explicando de forma relevante o comportamento do EM.

Analisando os valores dos betas padronizados, observa-se que as variáveis explicativas que mais contribuem para a explicação da dependente são: G8 - Superávit Corrente/Receita Total (0,7364) e a F11 - Outras Despesas Correntes/Receitas Correntes (0,6155). A variável G8 é a mais influente sobre o EM, porém, a F11, também, apresenta-se relevante para a explicação da dependente. E ambas, individualmente, produzem mais impacto sobre a variável explicativa que o conjunto das outras duas variáveis independentes selecionadas.

Com base nas variáveis explicativas selecionadas a equação da regressão é composta conforme segue:

$$\text{EM} = -0,090561 + 1,905169 \cdot \text{G8} + 1,120286 \cdot \text{F11} - 0,054205 \cdot \text{F2} + 0,390003 \cdot \text{F7}$$

Onde:

G8 = Superávit Corrente/Receita Total

F11 = Outras Despesas Correntes/Receitas Correntes

F2 = Passivo Permanente/Receitas Correntes

F7 = Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total

Com o objetivo de identificar a forma de relacionamento existente entre a variável dependente e as independentes incluídas na regressão, procedeu-se a análise dos sinais dos coeficientes da regressão.

A variável G8 mede a relação da poupança corrente com as receitas totais, com sinal positivo, expressa que quanto maior a poupança corrente maior será o espaço de manobra da gestão financeira municipal, contribuindo para aumentar o EM.

Quanto à variável F11, que estabelece a relação entre as outras despesas correntes e sua fonte de custeio, as receitas correntes, apresentou sinal positivo, assim, a variável provoca efeitos que aumentam o espaço de manobra.

O sinal da variável F2 é negativo, com isso quanto maior for o montante do passivo permanente municipal menor será o EM, pois os pagamentos das despesas com amortizações serão custeadas pelas receitas correntes, assim a variável contribuiu na diminuição do EM.

Quanto a F7 seu sinal é positivo aumentando o espaço de manobra, desta forma, quanto maior for o montante de receitas obtidas maior o EM, pois, os novos investimentos são custeados por capitais de terceiros em vez das receitas correntes municipais.

A constante apresenta sinal negativo, com isso, verifica-se que outras variáveis independentes não selecionadas para o modelo podem impactar sobre a variável dependente, entretanto, como seu resultado é muito baixo, em comparação com os apresentados pelas variáveis selecionadas, assume-se que as variáveis incluídas na regressão explicam de forma significativa o comportamento do EM.

Foram avaliadas as suposições quanto à multicolinearidade e a homoscedasticidade da regressão estimada. No Quadro 46 são demonstrados os valores da Tolerância e do VIF das variáveis independentes incluídas na regressão para os municípios paranaenses pequenos no exercício de 1998.

Variáveis		Tolerância	VIF
G8	Superávit Corrente/Receita Total	0,9864	1,0137
F11	Outras Despesas Correntes/Receita Correntes	0,9802	1,0201
F2	Passivo Permanente/Receitas Correntes	0,9189	1,0881
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,9121	1,0963

QUADRO 46 - TOLERÂNCIA E VIF – MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998

FONTE: O AUTOR (2008)

Diante dos resultados apresentados no Quadro 46 admite-se que não existem problemas de multicolinearidade, com as variáveis independentes incluídas na regressão, visto que os valores relativos à Tolerância encontram-se acima da referência comumente utilizada de 0,10 e os valores do VIF estão abaixo do parâmetro normalmente utilizado de 10.

Na avaliação da suposição quanto à homoscedasticidade dos resíduos foi utilizado exame gráfico. O Gráfico 7 apresenta os resíduos padronizados sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses pequenos no exercício de 1998.

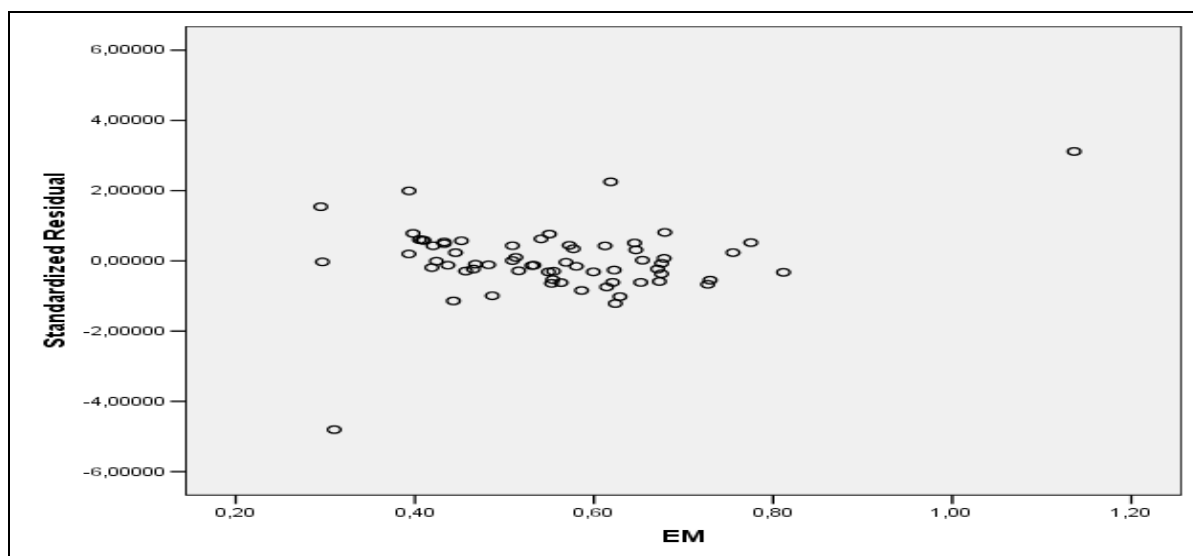


GRÁFICO 7 – HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998

FONTE: O autor (2008)

Pelo Gráfico 7 observa-se que os resíduos da regressão são homoscedásticos, pois apresentam comportamento aleatório. Desta forma, verifica-se que a variância dos resíduos da variável dependente é constante para todas as observações referentes ao conjunto de valores das variáveis independentes, para os municípios paranaenses pequenos no exercício de 1998.

4.4.4.2 Análise dos resultados dos municípios pequenos em 2006

Os resultados da análise de regressão dos municípios paranaenses pequenos, referente ao exercício financeiro de 2006, são apresentados a seguir. O Quadro 47 evidencia as estatísticas da regressão.

Modelo	R	R ²	R ² _{ajustado}	Erro padrão da estimativa
10	0,9836	0,9675	0,9637	0,0148

QUADRO 47 – ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 2006

FONTE: O autor (2008)

Os resultados indicam que existe forte grau de associação entre a variável dependente e as independentes incluídas na regressão. O R^2_{ajustado} de 0,9637 evidencia que 96,37% da variação ocorrida no EM, em 2006, é explicada pelas variáveis independentes incluídas no modelo, deixando sem explicação, apenas, 3,63% da variação da dependente.

No Quadro 48 mostra-se a análise de variância da regressão para os municípios paranaenses pequenos no ano de 2006

Modelo	Soma dos quadrados	df	Quadrados médios	Razão <i>F</i>	Sig.
10 Regressão	0,34	6	0,0569	258,04	0,000
Resíduo	0,01	52	0,0002		
Total	0,35	58			

QUADRO 48 – ANOVA - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 2006

FONTE: O autor (2008)

Diante dos resultados da Razão *F* de 258,04 e da significância, Sig. = 0,000, avalia-se que as variáveis independentes selecionadas exercem influência sobre o EM, e que, a regressão como um todo apresenta significância estatística.

As variáveis independentes incluídas na regressão são apresentadas no Quadro 49, junto com os coeficientes betas, o erro padrão dos coeficientes, os betas padronizados, a estatística *t* e a significância das respectivas variáveis.

Variáveis	Coeficiente β	Erro padrão do Coeficiente	Beta Padronizado	Estatística <i>t</i>	Sig.
Constante	-0,176671	0,027343		-6,46	0,000
G8 Superávit Corrente/Receita Total	1,926420	0,054543	1,1327	35,31	0,000
F11 Outras Despesas Correntes/Receita Correntes	1,259333	0,053670	0,8315	23,46	0,000
F7 Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,505570	0,105672	0,1299	4,78	0,000
G2 AF+AP/PF+PP	0,002962	0,000663	0,1227	4,46	0,000
F10 Despesas com Serviços Terceiros/Receitas Correntes	-0,180729	0,058958	-0,0924	-3,06	0,003
F4 Receitas Próprias/Receita Total	0,127277	0,056381	0,0646	2,25	0,028

QUADRO 49 – COEFICIENTES - MUNICÍPIOS PEQUENOS – 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados constantes no Quadro 49 percebe-se que as variáveis selecionadas apresentam relevância estatística, pois o t_{tabelado} para 5% de nível de significância e com 52 graus de liberdade é 2,0066 bi-caudal, comparado com a estatística *t* de cada uma das variáveis independentes selecionadas, observa-se que seus valores calculados estão acima do

valor tabelado e a significância de todas as variáveis explicativas selecionadas está abaixo do nível estabelecido na pesquisa de 0,05 (*Sig.* < 0,05). Pelo exposto, pode-se concluir que as variáveis independentes incluídas na regressão contribuem para aumentar a habilidade preditiva da regressão, explicando de forma relevante o comportamento do EM.

Analisando os valores dos betas padronizados, nota-se que as variáveis explicativas que mais contribuem para a explicação da dependente são: G8 - Superávit Corrente/Receita Total (1,1327) e a F11 - Outras Despesas Correntes/Receitas Correntes (0,8315). A variável G8 é a que mais produz impacto sobre o EM, entretanto, a F11, também, apresenta forte influência sobre a variável dependente. Mas, dentro da regressão estimada a variável G8 apresenta-se como a mais importante.

A equação da regressão, com base nas variáveis explicativas selecionadas é composta da seguinte maneira:

$$EM = - 0,176671 + 1,926420 \cdot G8 + 1,259333 \cdot F11 + 0,505570 \cdot F7 + 0,002962 \cdot G2 - 0,180729 \cdot F10 + 0,127277 \cdot F4$$

Onde:

G8 = Superávit Corrente/Receita Total

F11 = Outras Despesas Correntes/Receitas Correntes

F7 = Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total

G2 = AF+AP/PF+PP

F10 = Despesas com Serviços de Terceiros/Receitas Correntes

F4 = Receitas Próprias/Receita Total

Visando verificar a forma de relacionamento existente entre a variável dependente e as independentes selecionadas na regressão, procedeu-se a análise dos sinais dos coeficientes.

A variável G8 mede a relação da poupança corrente com as receitas totais, com sinal positivo, expressa que quanto maior a poupança corrente maior será o espaço de manobra da gestão financeira municipal, contribuindo para aumentar o EM.

Quanto à variável F11, que estabelece a relação entre as outras despesas correntes e sua fonte de custeio, as receitas correntes, apresentou sinal positivo, assim, a variável provoca efeitos que aumentam o espaço de manobra.

Quanto a F7 seu sinal é positivo aumentando o espaço de manobra, desta forma, quanto maior for o montante de receitas obtidas maior o EM, pois, os novos investimentos são custeados por capitais de terceiros em vez das receitas correntes municipais.

A variável G2, com sinal positivo, indica que quanto maior o ativo frente ao passivo municipal maior o valor do EM, assim, a variável contribui para o aumento do espaço de manobra.

A variável F10 apresenta sinal negativo e contribui para a diminuição do EM, assim, quanto maior as despesas com a contratação de mão-de-obra de terceiros menor o EM, diante do consumo das receitas correntes com esse tipo de despesa.

O sinal da variável F4 é positivo, indicando que quanto maior as receitas próprias do município maior o espaço de manobra, assim a variável contribui no sentido de aumentar o EM.

A constante apresenta sinal negativo, assim, assume-se que as demais variáveis não selecionadas para o modelo podem impactar sobre a variável dependente, entretanto, com seu valor apresenta-se relativamente baixo, demonstrando que as variáveis independentes selecionadas na regressão explicam de forma relevante a dependente.

Depois da regressão estimada foram analisadas as suposições quanto à multicolinearidade e a homoscedasticidade. Os valores da Tolerância e do VIF dos municípios paranaenses pequenos, relativo ao exercício de 2006, são mostrados no Quadro 50.

Variáveis		Tolerância	VIF
G8	Superávit Corrente/Receita Total	0,6075	1,6460
F11	Outras Despesas Correntes/Receita Correntes	0,4975	2,0099
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,8475	1,1798
G2	AF+AP/PF+PP	0,8270	1,2090
F10	Despesas com Serviços Terceiros/Receitas Correntes	0,6877	1,4541
F4	Receitas Próprias/Receita Total	0,7620	1,3122

QUADRO 50 - TOLERÂNCIA E VIF – MUNICÍPIOS PEQUENOS - 2006

FONTE: O autor (2008)

Diante dos resultados apresentados no Quadro 50, admite-se que não existem problemas de multicolinearidade, com as variáveis independentes incluídas na regressão, visto que os valores da Tolerância encontram-se bem acima da referência comumente utilizada de 0,10 e os valores do VIF estão abaixo do parâmetro normalmente utilizado de 10.

Na avaliação da homoscedasticidade dos resíduos usou-se o exame gráfico, para determinar se os resíduos são homoscedásticos ou heteroscedásticos.

O Gráfico 8 mostra os resíduos padronizados pelo espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses pequenos no exercício de 2006, com o objetivo de verificar a presença ou não de heteroscedasticidade.

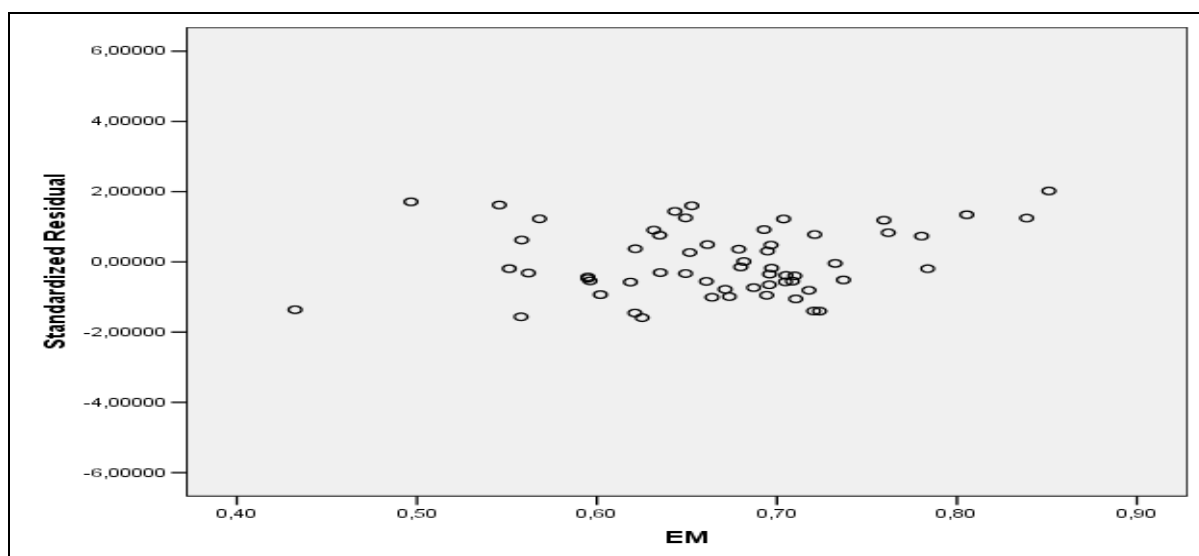


GRÁFICO 8 – HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS PEQUENOS - 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados da inspeção do Gráfico 8 nota-se que os resíduos da regressão são homoscedásticos, pois apresentam comportamento aleatório em relação ao EM. Com isso, verifica-se que a variância dos resíduos da variável dependente é constante para todas as observações referentes ao conjunto de valores das variáveis independentes, para os municípios paranaenses pequenos no exercício de 2006.

4.4.4.3 Análise de regressão dos municípios pequenos – 1998 e 2006

No presente tópico são demonstrados os resultados da análise de regressão dos municípios paranaenses pequenos, referente aos exercícios financeiros de 1998 e 2006 em conjunto. O Quadro 51 apresenta as estatísticas da regressão.

Modelo	R	R ²	R ² _{ajustado}	Erro padrão da estimativa
8	0,9858	0,9718	0,9704	0,0218

QUADRO 51 – ESTATÍSTICAS DA REGRESSÃO - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Diante dos valores do Quadro 51, percebe-se pelo coeficiente de correlação de 0,9858, forte associação entre a variável dependente e as independentes incluídas na regressão. O R²_{ajustado} de 0,9704 indica que 97,04% da variação ocorrida no EM, entre os exercício de 1998

e 2006, é explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão, deixando de ser explicada, somente, 2,96% da variação da dependente

A análise de variância, da regressão dos municípios paranaenses pequenos nos anos 1998 e 2006, é evidenciada no Quadro 52.

Modelo	Soma dos quadrados	df	Quadrados médios	Razão <i>F</i>	Sig.
8 Regressão	1,93	6	0,3209	674,37	0,000
Resíduo	0,05	117	0,0004		
Total	1,98	123			

QUADRO 52 – ANOVA - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Pelos resultados da Razão *F* de 674,37 e da significância, Sig. = 0,000, avalia-se que as variáveis independentes selecionadas exercem influência sobre o EM, e que, a regressão como um todo apresenta significância estatística

As variáveis independentes incluídas na regressão estão demonstradas no Quadro 53, junto com os coeficientes betas, o erro padrão dos coeficientes, os betas padronizados, a estatística *t* e a significância das respectivas variáveis, dos municípios paranaenses pequenos nos anos de 1998 e 2006.

Variáveis		Coeficiente β	Erro padrão do Coeficiente	Beta Padronizado	Estatística <i>t</i>	Sig.
Constante		-0,092645	0,016281		-5,69	0,000
G8	Superávit Corrente/Receita Total	1,866319	0,040711	1,0675	45,84	0,000
F11	Outras Despesas Correntes/Receita Correntes	1,171407	0,034299	0,6609	34,15	0,000
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,425610	0,070788	0,0995	6,01	0,000
F2	Passivo Permanente/Receitas Correntes	-0,048950	0,009677	-0,0861	-5,05	0,000
LRF	<i>Dummy</i> antes e depois da LRF	-0,015908	0,006040	-0,0628	-2,63	0,009
F10	Despesas com Serviços Terceiros/Receitas Correntes	-0,108146	0,047745	-0,0415	-2,26	0,025

QUADRO 53 – COEFICIENTES - MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Os resultados constantes no Quadro 53 evidenciam que as variáveis independentes selecionadas, relacionam-se significativamente com a variável dependente, pelo fato de que o t_{tabelado} para 5% de nível de significância e com 117 graus de liberdade é 1,9818 bi-caudal, comparado com a estatística *t* de cada uma das variáveis independentes selecionadas, nota-se que os valores calculados estão acima do valor tabelado e a significância (Sig.) de todas as

variáveis explicativas selecionadas encontra-se abaixo do nível de significância estabelecido na pesquisa, 0,05 (*Sig.* < 0,05). Com isso, assume-se que as variáveis independentes incluídas na regressão contribuem para aumentar a habilidade preditiva da regressão.

Com base nas variáveis explicativas selecionadas a equação da regressão é especificada conforme segue:

$$EM = - 0,092645 + 1,866319 * G8 + 1,171407 * F11 + 0,425610 * F7 - 0,048950 * F2 - 0,015908 * LRF - 0,108146 * F10$$

Onde:

G8 = Superávit Corrente/Receita Total

F11 = Outras Despesas Correntes/Receitas Correntes

F7 = Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total

F2 = Passivo Permanente/Receitas Correntes

LRF = *Dummy* antes e depois da LRF

F10 = Despesas com Serviços de Terceiros/Receitas Correntes

Objetivando identificar a forma de relacionamento existente entre a variável dependente e as independentes incluídas na regressão, foram analisados os sinais dos coeficientes.

A variável G8 mede a relação da poupança corrente com as receitas totais, com sinal positivo, expressa que quanto maior a poupança corrente maior será o espaço de manobra da gestão financeira municipal, contribuindo para aumentar o EM.

Quanto à variável F11, que estabelece a relação entre as outras despesas correntes e sua fonte de custeio, apresentou sinal positivo, assim, a variável provoca efeitos que aumentam o espaço de manobra.

Quanto a F7 seu sinal é positivo aumentando o espaço de manobra. Desta forma, quanto maior for o montante de receitas obtidas maior o EM, pois, os novos investimentos são custeados por capitais de terceiros em vez das receitas correntes municipais.

O sinal da variável F2 é negativo, com isso quanto maior for o montante do passivo permanente municipal menor será o EM, pois os pagamentos das despesas com amortizações serão custeadas pelas receitas correntes, assim a variável contribuiu na diminuição do EM.

A LRF = *Dummy* antes e após a LRF, apresenta sinal negativo, com isso assume-se que a vigência da LRF produziu impacto negativo sobre o EM existente, contribuindo para sua diminuição.

A variável F10, com sinal negativo, evidencia que quanto maior as despesas com a contratação de mão-de-obra de terceiros menor o EM, diante do consumo das receitas correntes, com isso a variável diminui o espaço de manobra.

A constante apresenta sinal negativo, assim, assume-se que as demais variáveis não selecionadas para o modelo podem impactar sobre a variável dependente, porém, como seu valor apresenta-se relativamente baixo e a significância é diferente de zero (0,038), com isso, pode-se assumir que as variáveis independentes selecionadas na regressão explicam de forma relevante a dependente.

Conforme os valores dos betas padronizados constantes do Quadro 53, as variáveis independentes mais importantes na regressão, para os municípios pequenos, quando analisados os exercícios de 1998 e 2006 em conjunto, são: G8 - Superávit Corrente/Receita Total (1,0675) e a F11 - Outras Despesas Correntes/Receitas Correntes (0,6609). Sendo a variável G8 a mais importante dentro da regressão especificada. Percebe-se que a variável LRF provocou mudanças na estrutura explicativa do EM, sua inclusão na regressão, provocou uma redução mais acentuada do impacto da variável F11 sobre o EM, quando observados os resultados das análises dos exercícios em separado e que não continham a variável *dummy* LRF.

Foram verificadas e avaliadas as suposições quanto à multicolinearidade e homoscedasticidade da regressão. Os valores da Tolerância e do VIF dos municípios paranaenses pequenos, relativos aos exercícios de 1998 e 2006, são apresentados no Quadro 54.

Variáveis		Tolerância	VIF
G8	Superávit Corrente/Receita Total	0,4428	2,2578
F11	Outras Despesas Correntes/Receita Correntes	0,6414	1,5590
F7	Receita Líquida de Empréstimos/Receita Total	0,8769	1,1403
F2	Passivo Permanente/Receitas Correntes	0,8276	1,2082
LRF	<i>Dummy</i> antes e depois da LRF	0,4218	2,3706
F10	Despesas com Serviços Terceiros/Receitas Correntes	0,7121	1,4041

QUADRO 54 - TOLERÂNCIA E VIF – MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998 E 2006

FONTE: O autor (2008)

Diante dos resultados demonstrados no Quadro 54 admite-se que não existem problemas de multicolinearidade com as variáveis independentes incluídas na regressão, visto que os valores relativos à Tolerância encontram-se acima da referência comumente utilizada de 0,10 e os valores do VIF estão abaixo do parâmetro normalmente utilizado de 10.

Para avaliar a suposição quanto à homoscedasticidade dos resíduos da regressão utilizou-se a inspeção gráfica, com o objetivo de avaliar se os resíduos são homoscedásticos ou heteroscedásticos.

O Gráfico 9 mostra os resíduos padronizados sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos pequenos municípios paranaenses englobando os exercícios financeiros de 1998 e 2006.

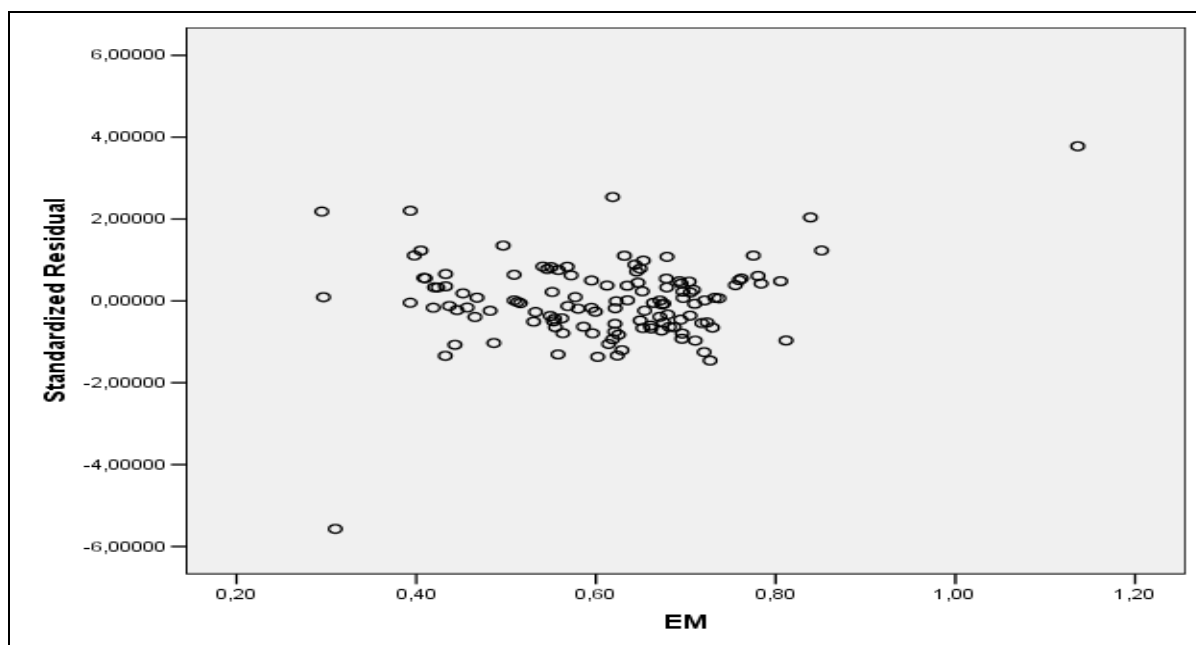


GRÁFICO 9 – HOMOSCEDASTICIDADE DOS RESÍDUOS DA REGRESSÃO – MUNICÍPIOS PEQUENOS - 1998 e 2006

FONTE: O autor (2008)

Analisando o Gráfico 9 observa-se que os resíduos da regressão são homoscedásticos, pois apresentam comportamento aleatório em relação ao espaço de manobra. Com isso, verifica-se que a variância dos resíduos da variável dependente é constante para todas as observações referentes ao conjunto de valores das variáveis independentes, para os municípios paranaenses pequenos nos exercícios de 1998 e 2006.

4.4.5 Teste das hipóteses da pesquisa

Baseando-se nos resultados e discussões decorrentes dos procedimentos estatísticos multivariados realizados, neste tópico, são testadas as hipóteses formuladas na pesquisa, que tem por objetivo avaliar e mensurar os reflexos restritivos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de vinte mil habitantes e verificar se tais reflexos são mais intensos sobre os menores.

A primeira hipótese estabelece que: **$H_1 = O$ espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes tornou-se constrangido diante da LRF.**

Para testar a H_1 foram realizadas análises de regressão, com os referidos municípios, nos anos de 1998 e 2006, separadamente, e uma terceira análise englobando os dois exercícios.

No exercício de 1998, os testes multivariados indicaram que as variáveis que mais produziram impacto sobre o espaço de manobra da gestão financeira municipal (EM) foram a F8 – Despesas com Pessoal/Receitas Correntes, com beta padronizado de $-0,7773$ (sinal negativo do coeficiente); e a G8 – Superávit Corrente/Receita Total, com beta padronizado de $0,3225$ (sinal positivo do coeficiente). O valor do $R^2_{ajustado}$ da regressão de $0,9665$ representa que 96,65% da variação ocorrida no EM foi explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão.

Os resultados do exercício de 2006 evidenciaram que as variáveis mais influentes sobre o comportamento do EM foram a F8 – Despesas com Pessoal/Receitas Correntes, com beta padronizado de $-0,7343$ (sinal negativo do coeficiente); e a G8 – Superávit Corrente/Receita Total, com beta padronizado de $0,3658$ (sinal positivo do coeficiente). O $R^2_{ajustado}$ apresentado na regressão foi de $0,9538$ indicando que 95,38% da variação ocorrida no EM foi explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão.

As análises envolvendo os exercícios 1998 e 2006, em conjunto, demonstraram que as variáveis mais importantes na explicação do comportamento do EM foram a F8 – Despesas com Pessoal/Receitas Correntes, com beta padronizado de $-0,6550$ (sinal negativo do coeficiente); e a G8 – Superávit Corrente/Receita Total, com beta padronizado de $0,4718$ (sinal positivo do coeficiente). A variável LRF – *Dummy* antes e depois da LRF, foi incluída na regressão, com beta padronizado de $-0,0525$ e com sinal negativo do coeficiente. O valor do $R^2_{ajustado}$ de $0,9689$ demonstra que 96,89% da variação ocorrida no EM foi explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão.

Os resultados das análises realizadas levaram a aceitação da H_1 , de que o espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaense com menos de 20 mil habitantes tornou-se constrangido com o advento da LRF, diante da inclusão da variável *Dummy* LRF como um dos coeficientes da regressão e por ter apresentado sinal negativo, indicando que seu relacionamento com o espaço de manobra da gestão financeira municipal é no sentido de diminuir o espaço existente. Também, verifica-se que a LRF alterou a influência sobre o EM das duas variáveis mais importantes observadas nas análises de regressão; a F8 – Despesas

com Pessoal/Receitas Correntes passou a ter menos impacto sobre o espaço de manobra e a G8 – Superávit Corrente/Receita Total aumento seu impacto sobre o EM existente, demonstrando que as fortes restrições quanto aos gastos com pessoal levou a melhoria no controle dessa natureza de despesa, bem como, contribuiu para o equilíbrio entre as receitas e despesas nos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, conforme demonstra o aumento de influência da variável G8.

A segunda hipótese levantada é de que: **H₂ = Dentre os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, os menores têm seu espaço de manobra mais reduzido em função da LRF.**

Com a finalidade de testar a H₂ foram efetuadas análises de regressão com os municípios paranaenses extremamente pequenos e os pequenos, nos exercícios de 1998 e 2006, separadamente, e, também, procederam-se análises para cada um dos grupos envolvendo os dois exercícios em conjunto.

Os testes multivariados realizados no exercício financeiro de 1998, para os municípios extremamente pequenos, demonstraram que as variáveis independentes que mais impactaram sobre o espaço de manobra foram a F8 – Despesas com Pessoal/Receitas Correntes, com beta padronizado de -0,7635 (sinal negativo do coeficiente); e a G10 – Superávit Corrente/Receitas Correntes, com beta padronizado de 0,2912 (sinal positivo do coeficiente). O R²_{ajustado} de 0,9732 indica que 97,32% da variação ocorrida no EM foi explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão.

No exercício de 2006 os resultados evidenciaram, que nos municípios paranaenses extremamente pequenos, as variáveis independentes que mais exerceram influência sobre a dependente foram a F8 – Despesas com Pessoal/Receitas Correntes, com beta padronizado de -0,8037 (sinal do coeficiente negativo); e a G10 – Superávit Corrente/Receitas Correntes, com beta padronizado de 0,3553 (sinal do coeficiente é positivo). O valor do R²_{ajustado} de 0,9525 representa que 95,25% da variação ocorrida no EM foi explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão.

As análises dos municípios paranaenses extremamente pequenos, envolvendo os dois exercícios, 1998 e 2006, com a inclusão da *dummy* LRF, para representar os exercícios antes e depois do advento da LRF, demonstraram que as variáveis mais importantes na explicação do comportamento do EM foram a F8 – Despesas com Pessoal/Receitas Correntes, com beta padronizado de -0,6372 (sinal negativo do coeficiente); e a variável G8 – Superávit Corrente/Receita Total, com beta padronizado de 0,4635 (sinal positivo do coeficiente). A variável LRF não foi selecionada para integrar a regressão. Desta forma, as normas impostas

pela LRF, a esse grupo de municípios não produziu efeitos sobre o EM, ou seja, os municípios paranaenses extremamente pequenos já apresentavam restrição em seu espaço de manobra antes mesmo da vigência da LRF. Diante do valor do R^2_{ajustado} verifica-se que 97,51% da variação ocorrida no EM foi explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão.

Os resultados das análises realizadas nos municípios paranaenses pequenos, no exercício de 1998, indicaram que as variáveis, G8 – Superávit Corrente/Receita Total, com beta padronizado de 0,7522 e sinal positivo do coeficiente; e a F11 – Outras Despesas Correntes/Receitas Correntes, com beta padronizado de 0,6015 e sinal positivo do coeficiente, foram às variáveis que mais impactaram sobre o comportamento do EM. O valor do R^2_{ajustado} de 0,9652 representa que 96,52% da variação ocorrida na variável dependente foi explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão.

No exercício de 2006, os testes multivariados realizados nos municípios paranaenses pequenos, evidenciaram que as variáveis que mais produziram impacto sobre o espaço de manobra da gestão financeira municipal foram a G8 – Superávit Corrente/Receita Total, com beta padronizado de 1,1088 sendo o sinal do coeficiente positivo, e a F11 – Outras Despesas Correntes/Receitas Correntes, com beta padronizado de 0,8091 e sinal do coeficiente positivo. O R^2_{ajustado} da regressão demonstra que 96,78% da variação ocorrida no EM foi explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão.

As análises, em conjunto dos exercícios de 1998 e 2006, dos municípios paranaenses pequenos, com a inclusão da *dummy* LRF, para representar os exercícios antes e depois do advento da LRF, apresentaram como variáveis mais importantes a G8 – Superávit Corrente/Receita Total, com beta padronizado de 1,0810 e sinal do coeficiente positivo, e a F11 – Outras Despesas Correntes/Receitas Correntes, com beta padronizado de 0,6517 e sinal do coeficiente positivo. A variável *dummy* LRF foi selecionada para compor a regressão e o sinal do coeficiente é negativo, indicando que a variável produziu redução no EM, neste grupo de municípios. O coeficiente de determinação ajustado da regressão de 0,9734 indicou que 97,34% da variação ocorrida no espaço de manobra da gestão financeira municipal foi explicada pelas variáveis independentes incluídas na regressão.

Pelos resultados das análises realizadas a H_2 , de que dentre os municípios paranaenses com menos de vinte mil habitantes, os menores têm seu espaço de manobra mais reduzido em função da LRF, não foi confirmada. O que se pode perceber é que os pequenos municípios paranaenses tiveram uma redução no seu espaço de manobra da gestão financeira, diante da

vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, em vez dos municípios paranaenses extremamente pequenos.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa teve por objetivo avaliar e mensurar os reflexos da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, por meio de variáveis explicativas envolvendo aspectos financeiros e de gestão.

Com base na revisão teórica realizada estabeleceu-se o constructo do espaço de manobra da gestão financeira municipal (EM), definiu-se a forma de sua representação, sendo mensurado para os exercícios financeiros de 1998 e 2006 e utilizado, na pesquisa, com variável dependente com a finalidade de verificar os impactos do advento da LRF sobre a gestão financeira municipal.

Pela análise, verificou-se que o comportamento do espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de vinte mil habitantes alterou-se com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante da redução da influência da variável F8 – Despesas com Pessoal/Receitas Correntes, que em todas as análises contribuiu para a diminuição do EM, e pelo aumento de importância da variável independente G8 – Superávit Corrente/Receita Total, que apresentou relacionamento positivo com o EM nas análises. A inclusão da variável explicativa *dummy* LRF na regressão e diante do sinal negativo de seu coeficiente, concluiu-se que a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal contribuiu para a redução do espaço de manobra da gestão financeira nos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, e que as normas restritivas impostas pela LRF alteraram o comportamento da gestão financeira dos municípios pesquisados. Com a vigência da LRF a variável F8 – Despesas com Pessoal/Receitas Correntes passou a ter menos impacto sobre o espaço de manobra e a G8 – Superávit Corrente/Receita Total aumentou seu impacto sobre o EM existente, demonstrando que as fortes restrições quanto aos gastos com pessoal levou a melhoria no controle dessa natureza de despesa, bem como, contribuiu para o equilíbrio entre as receitas e despesas nos municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes, conforme demonstra o aumento de influência da variável G8.

Com o objetivo de verificar se os menores municípios paranaenses apresentam reflexos restritivos mais intensos da LRF sobre seu espaço de manobra da gestão financeira, foram realizadas análises dos municípios com até cinco mil habitantes, denominados

extremamente pequenos, e os municípios com população entre dez e vinte mil habitantes, denominados pequenos.

Ao analisar o comportamento do espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses pequenos e extremamente pequenos, diante da vigência da LRF, verificou-se que ocorreram mudanças no espaço de manobra da gestão financeira municipal. Percebeu-se, também, que os dados dos municípios paranaenses estudados, após o advento da LRF, estão mais homogêneos, quando comparados os dois grupos de municípios nos exercícios de 1998 e 2006.

Pelos testes estatísticos realizados com os dois grupos de municípios, verificou-se que o EM dos municípios paranaenses pequenos foi mais reduzido com a vigência da LRF do que o dos municípios extremamente pequenos. Tal constatação decorre da inclusão da variável *dummy*, representativa dos períodos antes e depois da LRF, com sinal negativo do coeficiente somente na regressão especificada para os municípios pequenos, não figurando na regressão especificada para os municípios paranaenses extremamente pequenos. Pode-se argüir que o espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos já se encontrava restringido antes do advento da LRF, razão pela qual estes não sofreram as influências restritivas das novas normatizações referentes à gestão fiscal impostas aos entes públicos municipais.

Ressalta-se que todos os testes estatísticos realizados demonstraram coeficientes de determinação ajustados (R^2_{ajustado}) muito significativos, sempre explicando mais de 95% da variação observada. Com base nisso, pode-se afirmar que as variáveis independentes selecionadas nas regressões explicam com robustez a variação do espaço de manobra da gestão financeira municipal (EM).

Percebe-se pelas análises realizadas que, dois dos principais aspectos introduzidos na gestão dos entes públicos municipais, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o controle sobre os gastos com pessoal e o equilíbrio entre as receitas e as despesas, vem sendo observados pelos municípios paranaenses com menos de vinte mil habitantes de forma geral, visto que, o impacto da variável F8, sobre o EM, diminui entre os exercícios analisados e a influência da variável G8 aumentou no mesmo período, demonstrando controle sobre as despesas com pessoal e melhoria na gestão financeiras das receitas e despesas municipais.

Por tudo que foi exposto anteriormente e pelos resultados demonstrados nas análises dos dados é possível concluir que os municípios paranaenses com menos de vinte mil habitantes, quando analisados em conjunto, tem seu espaço de manobra da gestão financeira municipal impactado negativamente pela vigência da LRF. Quanto ao grupo dos municípios

paranaenses pequenos, conclui-se que o advento da LRF impactou de forma restritiva o seu espaço de manobra da gestão financeira municipal. E quando as análises recaem sobre os municípios paranaenses extremamente pequenos, não se observa mudanças no comportamento do EM.

Como limitação da pesquisa, destaca-se que as análises envolveram os municípios paranaenses com população até 20 mil habitantes nos períodos de 1998 e 2006. Desta forma, os resultados encontrados são limitados a este universo. Que as variáveis empregadas no estudo foram definidas diante de investigação bibliográfica, porém, isto não exime a possibilidade de ter-se ignorado variáveis importantes, para explicar o comportamento da gestão financeira dos municípios paranaenses de pequeno porte.

Sugerem-se estudos semelhantes a este envolvendo municípios de outros Estados ou regiões do País, quem sabe envolvendo variáveis distintas possibilitariam comparações de resultados e, quiçá, maior generalização das conclusões aqui apresentadas. Diante do comportamento apresentado pela variável G8 – Superávit Corrente/Receita Total, nesta pesquisa, sugere-se trabalhos com o objetivo de verificar que fatores mais influenciam o superávit corrente municipal e como este vem sendo aplicado pelos gestores municipais. Também, pesquisas para verificar o comportamento do endividamento público municipal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios e qual o impacto desses capitais de terceiros no ambiente público municipal.

REFERÊNCIAS

AFONSO, R. A. E. **O direcionamento dos recursos públicos para as atividades-fins do estado**, 4º Prêmio STN de Monografia. Brasília : ESAF, 1999.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE, N. A. (Organizador); AGUILAR, A. M.; MORAIS, E. M.; PEREIRA, R. C. M.; FONSECA, V. R. **Planejamento governamental para municípios**. 2. reimpr., São Paulo: Atlas, 2006.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANGÉLICO, J. **Contabilidade pública**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, S. M. **Contabilidade Gerencial**. Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. São Paulo: Atlas, 2000.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 300 questões**. Niterói: Impetus, 2004.

_____. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 21 set 2007.

_____. Lei 4.320/64, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 21 set 2007.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp101.htm>>. Acesso em: 21 set 2007.

_____. Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998. Dispõe sobre as contribuições para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público – PIS/PASEP, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9715.htm>>. Acesso em: 21 set 2007.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. FINBRA – Finanças do Brasil. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em 10/10/2007.

_____. Senado Federal. Resolução nº 43/2001. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/estados/Resolucao_do_Senado_2_nao_consolidada.pdf>. Acesso em: 21 set 2007.

_____. Senado Federal. Resolução nº 40/2001. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/estados/Resolucao_do_Senado_nao_consolidada.pdf>. Acesso em: 21 set 2007.
Acesso: 04/02/2007, às 21:30 h.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas públicas manual de procedimentos**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. – 4. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2007.

BRESSER PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Organizadores). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. São Paulo: FGV, 1998.

BROSE, M. Descentralização e *good government*: como aperfeiçoar o desempenho dos governos locais? **RSP – Revista do Serviço Público**. Ano 53, Número 3, Jul-Set 2002, 95-138p.

BUFREM, L. S. **Metodologia**. Curitiba, 2006. Slide 39. Mestrado em Contabilidade UFPR. Disciplina: Metodologia da pesquisa científica.

CATELLI, A.; SANTOS, E. S. Mensurando a criação de valor na gestão pública. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro: RJ, v.38, n.3, p. 423 – 449, Maio/Jun 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Tradução Lucia Simonini. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORRAR, L. J.; THEÓPHILO, C. R.; BERGMANN, D. R. Regressões. In CORRAR, L. J.; THEÓPHILO, C. R. **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração**: contabilometria. São Paulo: Atlas, 2004.

COSTA, D. M. D.; FARONI, W.; VIEIRA, R. S. Avaliação econômico-financeira dos municípios mineiros á luz da lei de responsabilidade fiscal no período de transição de governo. 2006. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Custos** – Belo Horizonte - MG, Brasil, 30 de outubro a 01 de novembro de 2006. CD-ROM.

CRUZ, F. (Coordenador); VACCARI JR, A.; GLOCK, J. °; HERZMANN, N.; TREMEL, R. V. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CUNHA, J. V. A.; COELHO, A. C. Regressão linear múltipla. *In* CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2007.

D'ÁURIA, F. **Ciência das finanças**: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

DALTON, H. **Princípios de finanças públicas**. Tradução Maria de Lourdes Modiano. Revisada por Aliomar Baleeiro. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980.

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W. **Contabilidade gerencial**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GERIGK, W.; TARIFA, M. R.; ALMEIDA, L. B.; ESPEJO, M. M. S. B. Controladoria pública municipal: uma perspectiva dos profissionais do controle externo. **Anais XIV Congresso Brasileiro de Custos**, João Pessoa-PB, 2007. CD-ROM.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, P. M. Contrato de gestão: instrumento fundamental na implantação do modelo gerencial na administração pública brasileira. **RBC – Revista Brasileira de Contabilidade**, Ano XXX, nº 131, Set/Out, 2001.

HAIR JR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Tradução Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005a.

HAIR JR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Tradução Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005b.

HANSEN, D. R.; MOWEN, M. M. **Gestão de custos**: contabilidade e controle. Tradução Robert Brian Taylor. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

HORNGREN, C. T.; FOSTER, G.; DATAR, S. M. **Introdução a contabilidade gerencial**. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

HORNGREN, C. T.; SUNDEM, G. L.; STRATTON, W. O. **Contabilidade gerencial**. Traduzido por Elias Pereira. 12 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007. Resultado contagem populacional de 2007 enviado ao Tribunal de Contas da União em 14/11/2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acesso: 04/02/2007, às 21:17 h.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Apresenta informações sobre dados estatísticos do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: 20 set 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

JIAMBALVO, J. **Contabilidade gerencial**. Traduzido por Tatiana Carneiro Quírico. Revisor técnico Samuel Cogan. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.

KHAIR, A. A. **Lei de responsabilidade fiscal**: guia de orientação para as prefeituras. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, BNDES, 2000.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOHAMA, H.; KOHAMA, N. A. **Balanços públicos**: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade pública**: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, I. S.; PEREIRA, C. A.; PARISI, C.; OLIVEIRA, A. B. S. Contrato de gestão: uma solução para estatais brasileiras. In: CATELLI, A. (Coord.). **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica – GECON. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, E. C. B.; SLOMSKI, V. Responsabilidade Fiscal *versus* Responsabilidade Social: um estudo nos municípios paulistas premiados pelo programa de incentivo a gestão fiscal responsável implementado pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Anais do 7º Congresso USP de Contabilidade e Controladoria**, São Paulo - SP, 2007. CD-ROM.

LUQUE, C. A.; SILVA, V. M. A lei de responsabilidade na gestão fiscal: combatendo falhas de governo à brasileira. **Revista de Economia Política**. v.24, n° 3, jul-set. 2004. Disponível em: <www.rep.org.br>. Acesso em 20 nov 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnica de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6 ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MARROCO, J. **Análise estatística**: com utilização do SPSS. 2. ed. Lisboa: Síbaló, 2003.

MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C. A. G. B. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Curso de administração pública:** foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro.** Atualizada por: Eurico de Andrade Azevedo, Dêlcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

_____. **Direito municipal brasileiro.** Atualizada por: Márcio S. Reis e Edgard Neves da Silva. 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MENEZES, A. M. F. **O processo de descentralização e as contas públicas:** um estudo sobre as bases financeiras municipais baianas. 2002. Tese de Doutorado. Curso de pós-graduação em administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MOURA NETO, J. S.; PALOMBO, P. E. M. Lei de responsabilidade fiscal, transferências e a arrecadação própria dos municípios brasileiros. 2006. ENANPAD 2006. **Anais ...** 30º encontro da Anpad, de 23 a 27 de setembro de 2006 – Salvador-BA/Brasil – CD-ROM.

MUSGRAVE, R. A., MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. **Lei complementar nº 101/2000:** entendendo a lei de responsabilidade fiscal. Brasília: ESAF, 2002.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública.** São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais:** estratégicas, táticas, operacionais. São Paulo: Atlas, 1992.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo:** como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Trad. Sérgio Fernando Guarischi Bath e Ewandro Magalhães Jr. 8. ed. Brasília: MH Comunicações, 1999.

PEREIRA, C. A. Ambiente, empresa, gestão e eficácia. In: CATELLI, A. (Coord.). **Controladoria:** uma abordagem da gestão econômica – GECON. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2001.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In BEURE, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

REIS, L. G.; SLOMSKI, V.; RIBEIRO, P. A. Custo no setor público: uma proposta de implementação de sistemas de custeio. **Anais do Congresso Internacional de Custos.** Florianópolis – SC, 2005. CD-ROM.

RICARDINO, A. **Contabilidade gerencial e societária:** origens e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (*et al.*). 3 ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTANA, W. F.; PESSOA, L. G. S. B.; CABRA, L. M. M. A. C.; SANTOS, S. R. B.; DINIZ, J. A. Eficácia orçamentária municipal: os impactos produzidos pela lei de responsabilidade fiscal. 2007. ENANPAD 2007. **Anais do XXXI Encontro da Anpad**, de 22 a 26 de setembro de 2007 – Rio de Janeiro-RJ/Brasil – CD-ROM.

SEABRA, S. N. A nova administração pública e mudanças organizacionais. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v.4, 19-43, Jul/Ago. 2001.

SENA, L. B.; ROGERS, P. Análise agregada dos municípios mineiros de grande porte quanto a adequação à lei de responsabilidade fiscal (LRF). 2007. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Custos** – João Pessoa - PB, Brasil, 05 de dezembro a 07 de dezembro de 2007. CD-ROM.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TOLEDO JR, F. C.; ROSSI, S. C. **Lei de responsabilidade fiscal: comentada artigo por artigo**. 3 ed. São Paulo: NDJ, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 –	RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM DADOS DISPONÍVEIS EM 1998.....	168
APÊNDICE 2 –	RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM DADOS DISPONÍVEIS EM 2006.....	172
APÊNDICE 3 –	RELAÇÃO MUNICÍPIOS ANALISADOS EM 1998.....	175
APÊNDICE 4 –	RELAÇÃO MUNICÍPIOS ANALISADOS EM 2006.....	178
APÊNDICE 5 –	ESPAÇO DE MANOBRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM ATÉ CINCO MIL HABITANTES – 1998.....	181
APÊNDICE 6 –	ESPAÇO DE MANOBRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM ATÉ CINCO MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO.	187
APÊNDICE 7 –	ESPAÇO DE MANOBRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM ATÉ CINCO MIL HABITANTES – 2006.....	193
APÊNDICE 8 –	ESPAÇO DE MANOBRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 1998.....	199
APÊNDICE 9 –	ESPAÇO DE MANOBRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO.....	205
APÊNDICE 10 –	ESPAÇO DE MANOBRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 2006.....	211
APÊNDICE 11 –	ESPAÇO DE MANOBRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 1998.....	217
APÊNDICE 12 –	ESPAÇO DE MANOBRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO.....	223
APÊNDICE 13 –	ESPAÇO DE MANOBRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 2006.....	229
APÊNDICE 14 –	VARIÁVEIS DOS MUNICÍPIOS COM ATÉ CINCO MIL HABITANTES – 1998.....	235
APÊNDICE 15 –	VARIÁVEIS MUNICÍPIOS COM ATÉ CINCO MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO.....	241
APÊNDICE 16 –	VARIÁVEIS MUNICÍPIOS COM ATÉ CINCO MIL HABITANTES – 2006.....	247
APÊNDICE 17 –	VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 1998.....	253
APÊNDICE 18 –	VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO.....	259
APÊNDICE 19 –	VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 2006.....	265
APÊNDICE 20 –	VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 1998.....	271
APÊNDICE 21 –	VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO.....	277
APÊNDICE 22 –	VARIÁVEIS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 2006.....	283

ANEXOS

ANEXO 1 –	RESULTADOS REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998.....	289
ANEXO 2 –	RESULTADOS REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 2006.....	292
ANEXO 3 –	RESULTADOS REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998 E 2006.....	295
ANEXO 4 –	RESULTADOS REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998.....	298
ANEXO 5 –	RESULTADOS REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 2006.....	301
ANEXO 6 –	RESULTADOS REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998 E 2006.....	304
ANEXO 7 –	RESULTADOS REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998.....	307
ANEXO 8 –	RESULTADOS REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS PEQUENOS – 2006.....	310
ANEXO 9 –	RESULTADOS REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998 E 2006.....	313

APÊNDICE 1 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM DADOS DISPONÍVEIS EM 1998

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
1 AMAPORA	1 ABATIA	1 ALTO PIQUIRI
2 ANAHY	2 AGUDOS DO SUL	2 ALTONIA
3 ANGULO	3 ALTAMIRA DO PARANA	3 AMPERE
4 ARIRANHA DO IVAI	4 ALVORADA DO SUL	4 ANTONINA
5 ATALAIA	5 ANTONIO OLINTO	5 ARARUNA
6 BARRA DO JACARE	6 BARRACAO	6 ASSAI
7 BELA VISTA DO CAROBA	7 BOA ESPERANCA	7 Balsa Nova
8 BOA ESPERANCA DO IGUAÇU	8 BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	8 BARBOSA FERREZ
9 BOM JESUS DO SUL	9 BOA VISTA DA APARECIDA	9 BELA VISTA DO PARAISO
10 BOM SUCESSO DO SUL	10 BOCAIUVA DO SUL	10 BITURUNA
11 BRASILÂNDIA DO SUL	11 BOM SUCESSO	11 CAFELÂNDIA
12 CAFEARA	12 BRAGANEY	12 CAMPINA DA LAGOA
13 CAFEZAL DO SUL	13 CALIFORNIA	13 CANDIDO DE ABREU
14 CAMPINA DO SIMÃO	14 CAMBIRA	14 CÂNDIO
15 CONSELHEIRO MAIRINCK	15 CAMPO BONITO	15 CANTAGALO
16 CORUMBATAI DO SUL	16 CAMPO DO TENENTE	16 CAPANEMA
17 CRUZEIRO DO IGUAÇU	17 CIDADE GAUCHA	17 CAPITÃO LEONIDAS MARQUES
18 CRUZEIRO DO SUL	18 CONGONHINHAS	18 CARAMBEI
19 CRUZMALTINA	19 CORONEL DOMINGOS SOARES	19 CARLOPOLIS
20 DIAMANTE DO SUL	20 DIAMANTE DO NORTE	20 CATANDUVAS
21 DIAMANTE D'OESTE	21 DOURADINA	21 CENTENÁRIO DO SUL
22 ENTRE RIOS DO OESTE	22 DOUTOR CAMARGO	22 CERRO AZUL
23 ESPERANCA NOVA	23 ENEAS MARQUES	23 CEU AZUL
24 FAROL	24 ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU	24 CLEVELÂNDIA
25 FENIX	25 FERNANDES PINHEIRO	25 CONTENDA
26 FLORIDA	26 FIGUEIRA	26 CORBELIA
27 GODOY MOREIRA	27 FLOR DA SERRA DO SUL	27 CRUZ MACHADO
28 GUAPIRAMA	28 FLORAI	28 CURIUVA
29 GUAPOREMA	29 FLORESTA	29 ENGENHEIRO BELTRÃO
30 GUARACI	30 FORMOSA DO OESTE	30 FAXINAL

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
31 IGUARACU	31 FOZ DO JORDAO	31 FLORESTOPOLIS
32 IGUATU	32 FRANCISCO ALVES	32 GENERAL CARNEIRO
33 INAJA	33 GOIOXIM	33 GUARANIACU
34 INDIANOPOLIS	34 GRANDES RIOS	34 ICARAIMA
35 IRACEMA DO OESTE	35 GUAMIRANGA	35 INACIO MARTINS
36 ITAGUAJE	36 GUARAQUECABA	36 IPIRANGA
37 ITAUNA DO SUL	37 HONORIO SERPA	37 IPORA
38 IVATUBA	38 IBEMA	38 IRETAMA
39 JABOTI	39 IMBAU	39 ITAPERUCU
40 JAPIRA	40 ITAIPULANDIA	40 IVAI
41 JARDIM OLINDA	41 ITAMBARACA	41 JAGUAPITA
42 JUNDIAI DO SUL	42 ITAMBE	42 JANDAIA DO SUL
43 LIDIANOPOLIS	43 ITAPEJARA D'OESTE	43 JARDIM ALEGRE
44 LOBATO	44 IVATE	44 JATAIZINHO
45 LUPIONOPOLIS	45 JANIOPOLIS	45 LOANDA
46 MANFRINOPOLIS	46 JAPURA	46 MALLET
47 MARUMBI	47 JESUITAS	47 MAMBORE
48 MATO RICO	48 JOAQUIM TAVORA	48 MANDAGUACU
49 MERCEDES	49 JURANDA	49 MANDIRITUBA
50 MIRASELVA	50 JUSSARA	50 MANGUEIRINHA
51 MUNHOZ DE MELO	51 KALORE	51 MANOEL RIBAS
52 NOSSA SENHORA DAS GRACAS	52 LARANJAL	52 MARILUZ
53 NOVA ALIANCA DO IVAI	53 LINDOESTE	53 MARMELEIRO
54 NOVA AMERICA DA COLINA	54 LUIZIANA	54 MATELANDIA
55 NOVA SANTA BARBARA	55 LUNARDELLI	55 MISSAL
56 NOVO ITACOLOMI	56 MARIA HELENA	56 MOREIRA SALES
57 OURIZONA	57 MARILANDIA DO SUL	57 MORRETES
58 PARANAPOEMA	58 MARILENA	58 NOVA AURORA
59 PATO BRAGADO	59 MARIOPOLIS	59 NOVA LARANJEIRA
60 PINHAL DE SAO BENTO	60 MARIPA	60 NOVA LONDRINA
61 PITANGUEIRAS	61 MARQUINHO	61 NOVA PRATA DO IGUACU
62 PLANALTINA DO PARANA	62 MAUA DA SERRA	62 PALMITAL

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
63 PORTO AMAZONAS	63 NOVA CANTU	63 PEABIRU
64 PORTO BARREIRO	64 NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	64 PLANALTO
65 PORTO RICO	65 NOVA FATIMA	65 PONTAL DO PARANA
66 PORTO VITORIA	66 NOVA OLIMPIA	66 PORECATU
67 PRADO FERREIRA	67 NOVA SANTA ROSA	67 PRIMEIRO DE MAIO
68 QUATRO PONTES	68 NOVA TEBAS	68 QUATRO BARRAS
69 RAMILANDIA	69 OURO VERDE DO OESTE	69 QUITANDINHA
70 RANCHO ALEGRE	70 PARAISO DO NORTE	70 REALEZA
71 RANCHO ALEGRE D,OESTE	71 PAULA FREITAS	71 REBOUCAS
72 RIO BOM	72 PAULO FRONTIN	72 RIBEIRAO CLARO
73 RIO BRANCO DO IVAI	73 PEROBAL	73 RIBEIRAO DO PINHAL
74 SANTA AMELIA	74 PEROLA	74 RIO AZUL
75 SANTA CECILIA DO PAVAO	75 PEROLA D'OESTE	75 RIO BONITO DO IGUACU
76 SANTA INES	76 PIEN	76 RONCADOR
77 SANTA LUCIA	77 PINHALAO	77 SALTO DO LONTRA
78 SANTA MONICA	78 PRANCHITA	78 SANTA IZABEL DO OESTE
79 SANTO ANTONIO DO CAIUA	79 QUARTO CENTENARIO	79 SANTA MARIA DO OESTE
80 SAO JOSE DAS PALMEIRAS	80 QUATIGUA	80 SANTA MARIANA
81 SAO MANOEL DO PARANA	81 QUINTA DO SOL	81 SANTA TEREZA DO OESTE
82 SAO PEDRO DO PARANA	82 RENASCENCA	82 SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
83 SAUDADE DO IGUACU	83 RESERVA DO IGUACU	83 SAO JERONIMO DA SERRA
84 SERRANOPOLIS DO IGUACU	84 RONDON	84 SAO JOAO
85 SULINA	85 ROSARIO DO IVAI	85 SAO JOAO DO IVAI
86 TAMBOARA	86 SABAUDIA	86 SAO JOAO DO TRIUNFO
87 TUNAS	87 SALGADO FILHO	87 SENES
88 UNIFLOR	88 SALTO DO ITARARE	88 SERTANOPOLIS
89 VIRMOND	89 SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	89 SIQUEIRA CAMPOS
	90 SANTA FE	90 TAPEJARA
	91 SANTA ISABEL DO IVAI	91 TERRA BOA
	92 SANTO INACIO	92 TERRA RICA
	93 SAO CARLOS DO IVAI	93 TERRA ROXA
	94 SAO JOAO DO CAIUA	94 TIBAGI

ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES		ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES	
95	SAO JORGE DO IVAI	95	TIJUCAS DO SUL
96	SAO JORGE DO PATROCINIO	96	TRES BARRAS DO PARANA
97	SAO JORGE D'OESTE	97	TURVO
98	SAO JOSE DA BOA VISTA	98	URAI
99	SAO PEDRO DO IGUACU	99	WENCESLAU BRAZ
100	SAO PEDRO DO IVAI		
101	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA		
102	SAO TOME		
103	SAPOPEMA		
104	SERTANEJA		
105	TAMARANA		
106	TAPIRA		
107	TEIXEIRA SOARES		
108	TOMAZINA		
109	TUNEIRAS DO OESTE		
110	TUPASSI		
111	VENTANIA		
112	VERA CRUZ DO OESTE		
113	VERE		
114	VITORINO		
115	XAMBRE		

APÊNDICE 2 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM DADOS DISPONÍVEIS EM 2006

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
1 ANAHY	1 ABATIA	1 ALTO PARANÁ
2 ARAPUÃ	2 ADRIANÓPOLIS	2 ALTÔNIA
3 ARIRANHA DO IVAÍ	3 AGUDOS DO SUL	3 AMPÉRE
4 ATALAIA	4 ALVORADA DO SUL	4 ARARUNA
5 BARRA DO JACARÉ	5 AMAPORÃ	5 ASSAÍ
6 BELA VISTA DA CAROBA	6 BARRACÃO	6 Balsa Nova
7 BOA ESPERANÇA	7 BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	7 BARBOSA FERRAZ
8 BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	8 BOCAIUVA DO SUL	8 BELA VISTA DO PARAÍSO
9 BOM JESUS DO SUL	9 BOM SUCESSO	9 BITURUNA
10 BOM SUCESSO DO SUL	10 BORRAZÓPOLIS	10 CAFELÂNDIA
11 BRASILÂNDIA DO SUL	11 CALIFÓRNIA	11 CÂNDIDO DE ABREU
12 CAFEARA	12 CAMBIRA	12 CANDÓI
13 CAFEZAL DO SUL	13 CAMPO DO TENENTE	13 CANTAGALO
14 CAMPINA DO SIMÃO	14 CONGONHINHAS	14 CAPANEMA
15 CORUMBATAÍ DO SUL	15 CORONEL DOMINGOS SOARES	15 CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES
16 CRUZEIRO DO IGUAÇU	16 DIAMANTE DO NORTE	16 CARLÓPOLIS
17 CRUZEIRO DO SUL	17 DOURADINA	17 CENTENÁRIO DO SUL
18 CRUZMALTINA	18 DOUTOR ULYSSES	18 CERRO AZUL
19 DIAMANTE DO SUL	19 ENÉAS MARQUES	19 CÉU AZUL
20 DIAMANTE D'OESTE	20 ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	20 CIDADE GAÚCHA
21 ENTRE RIOS DO OESTE	21 FERNANDES PINHEIRO	21 CLEVELÂNDIA
22 ESPERANÇA NOVA	22 FLORAÍ	22 CONTENDA
23 FAROL	23 FLORESTA	23 CORBÉLIA
24 FÊNIX	24 FORMOSA DO OESTE	24 CRUZ MACHADO
25 FLOR DA SERRA DO SUL	25 FOZ DO JORDÃO	25 ENGENHEIRO BELTRÃO
26 FLÓRIDA	26 FRANCISCO ALVES	26 FAXINAL
27 GODOY MOREIRA	27 GOIOXIM	27 GENERAL CARNEIRO
28 GUAPIRAMA	28 GRANDES RIOS	28 GUARANIAÇU
29 GUAPOREMA	29 GUAIRACÁ	29 IPIRANGA

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
30 GUARACI	30 GUAMIRANGA	30 IPORÃ
31 IGUARAÇU	31 HONÓRIO SERPA	31 IVAÍ
32 IGUATU	32 IBEMA	32 JAGUAPITÃ
33 INDIANÓPOLIS	33 ICARAÍMA	33 JARDIM ALEGRE
34 IRACEMA DO OESTE	34 ITAIPULÂNDIA	34 JATAIZINHO
35 ITAGUAJÉ	35 ITAMBARACÁ	35 MALLET
36 ITAÚNA DO SUL	36 ITAMBÉ	36 MAMBORÊ
37 JAPIRA	37 IVATÉ	37 MANDAGUAÇU
38 KALORÉ	38 JESUÍTAS	38 MANGUEIRINHA
39 LEÓPOLIS	39 JURANDA	39 MANOEL RIBAS
40 LIDIANÓPOLIS	40 JUSSARA	40 MARMELEIRO
41 LOBATO	41 LARANJAL	41 MATELÂNDIA
42 LUPIONÓPOLIS	42 LUIZIANA	42 MISSAL
43 MANFRINÓPOLIS	43 MARIA HELENA	43 MOREIRA SALES
44 MARUMBI	44 MARILENA	44 MORRETES
45 MATO RICO	45 MARIÓPOLIS	45 NOVA AURORA
46 MERCEDES	46 MARIPÁ	46 NOVA LARANJEIRAS
47 MIRADOR	47 MARQUINHO	47 NOVA LONDRINA
48 MIRASELVA	48 MAUÁ DA SERRA	48 PALMITAL
49 MUNHOZ DE MELO	49 NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	49 PARAÍSO DO NORTE
50 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	50 NOVA FÁTIMA	50 PEABIRU
51 NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	51 NOVA OLÍMPIA	51 PIÊN
52 NOVA SANTA BÁRBARA	52 NOVA SANTA ROSA	52 PLANALTO
53 NOVO ITACOLOMI	53 OURO VERDE DO OESTE	53 PONTAL DO PARANÁ
54 OURIZONA	54 PAULA FREITAS	54 PORECATU
55 PATO BRAGADO	55 PAULO FRONTIN	55 QUERÊNCIA DO NORTE
56 PINHAL DE SÃO BENTO	56 PEROBAL	56 QUITANDINHA
57 PITANGUEIRAS	57 PÉROLA	57 REALEZA
58 PLANALTINA DO PARANÁ	58 PÉROLA D'OESTE	58 REBOUÇAS
59 PORTO AMAZONAS	59 PRANCHITA	59 RIBEIRÃO CLARO

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
60 PORTO RICO	60 QUATIGUÁ	60 RIO AZUL
61 PORTO VITÓRIA	61 RENASCENÇA	61 RONCADOR
62 PRADO FERREIRA	62 RONDON	62 SALTO DO LONTRA
63 QUARTO CENTENÁRIO	63 ROSÁRIO DO IVAÍ	63 SANTA IZABEL DO OESTE
64 QUATRO PONTES	64 SABÁUDIA	64 SANTA MARIA DO OESTE
65 RAMILÂNDIA	65 SALTO DO ITARARÉ	65 SANTA MARIANA
66 RANCHO ALEGRE	66 SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	66 SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE
67 RANCHO ALEGRE D'OESTE	67 SANTA FÉ	67 SÃO JERÔNIMO DA SERRA
68 RIO BOM	68 SANTANA DO ITARARÉ	68 SÃO JOÃO DO IVAÍ
69 RIO BRANCO DO IVAÍ	69 SÃO CARLOS DO IVAÍ	69 SÃO JOÃO DO TRIUNFO
70 SALGADO FILHO	70 SÃO JOÃO DO CAIUÁ	70 SERTANÓPOLIS
71 SANTA AMÉLIA	71 SÃO JORGE DO IVAÍ	71 SIQUEIRA CAMPOS
72 SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	72 SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	72 TAMARANA
73 SANTA INÊS	73 SÃO JORGE D'OESTE	73 TAPEJARA
74 SANTA MÔNICA	74 SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	74 TERRA RICA
75 SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	75 SÃO PEDRO DO IGUAÇU	75 TERRA ROXA
76 SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO	76 SÃO PEDRO DO IVAÍ	76 TIBAGI
77 SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	77 SÃO TOMÉ	77 TIJUCAS DO SUL
78 SÃO MANOEL DO PARANÁ	78 SAPOPEMA	
79 SÃO PEDRO DO PARANÁ	79 SERTANEJA	
80 SAUDADE DO IGUAÇU	80 TEIXEIRA SOARES	
81 SULINA	81 TUNEIRAS DO OESTE	
82 TAMBOARA	82 TUPÃSSI	
83 UNIFLOR	83 VERA CRUZ DO OESTE	
84 VIRMOND	84 VERÊ	
	85 VITORINO	
	86 XAMBRE	

APÊNDICE 3 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS EM 1998

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
1 AMAPORA	1 ABATIA	1 ALTO PIQUIRI
2 ANAHY	2 ANTONIO OLINTO	2 ALTONIA
3 ANGULO	3 BOA ESPERANCA	3 AMPERE
4 ARIRANHA DO IVAI	4 BOA VISTA DA APARECIDA	4 ANTONINA
5 ATALAIA	5 BOM SUCESSO	5 ARARUNA
6 BARRA DO JACARE	6 BRAGANEY	6 ASSAI
7 BELA VISTA DO CAROBA	7 CALIFORNIA	7 BARBOSA FERRAZ
8 BOA ESPERANACA DO IGUACU	8 CAMBIRA	8 BELA VISTA DO PARAISO
9 BOM SUCESSO DO SUL	9 CAMPO BONITO	9 CAMPINA DA LAGOA
10 BRASILANDIA DO SUL	10 CAMPO DO TENENTE	10 CANDIDO DE ABREU
11 CAFEARA	11 CIDADE GAUCHA	11 CANTAGALO
12 CAFEZAL DO SUL	12 CONGONHINHAS	12 CAPANEMA
13 CONSELHEIRO MAIRINCK	13 DOUTOR CAMARGO	13 CAPITAO LEONIDAS MARQUES
14 CORUMBATAI DO SUL	14 FERNANDES PINHEIRO	14 CATANDUVAS
15 CRUZEIRO DO IGUACU	15 FIGUEIRA	15 CENTENARIO DO SUL
16 CRUZEIRO DO SUL	16 FLORAI	16 CLEVELANDIA
17 CRUZMALTINA	17 FLORESTA	17 CONTENDA
18 FAROL	18 FORMOSA DO OESTE	18 CORBELIA
19 FENIX	19 FRANCISCO ALVES	19 CURIUVA
20 FLORIDA	20 ITAPEJARA D'OESTE	20 ENGENHEIRO BELTRAO
21 GODOY MOREIRA	21 IVATE	21 FAXINAL
22 GUAPIRAMA	22 JAPURA	22 FLORESTOPOLIS
23 IGUARACU	23 JESUITAS	23 GENERAL CARNEIRO
24 IGUATU	24 JOAQUIM TAVORA	24 ICARAIMA
25 INAJA	25 JURANDA	25 IPIRANGA
26 INDIANOPOLIS	26 JUSSARA	26 IPORA
27 IRACEMA DO OESTE	27 LINDOESTE	27 ITAPERUCU

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
28 ITAGUAJE	28 LUNARDELLI	28 IVAI
29 ITAUNA DO SUL	29 MARIA HELENA	29 JAGUAPITA
30 IVATUBA	30 MARIOPOLIS	30 JARDIM ALEGRE
31 JABOTI	31 NOVA CANTU	31 JATAIZINHO
32 JUNDIAI DO SUL	32 NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	32 MALLET
33 LIDIANOPOLIS	33 NOVA FATIMA	33 MAMBORE
34 MARUMBI	34 NOVA OLIMPIA	34 MANDAGUACU
35 MATO RICO	35 NOVA SANTA ROSA	35 MANDIRITUBA
36 MERCEDES	36 NOVA TEBAS	36 MANOEL RIBAS
37 MUNHOZ DE MELO	37 OURO VERDE DO OESTE	37 MARILUZ
38 NOSSA SENHORA DAS GRACAS	38 PAULA FREITAS	38 MARMELEIRO
39 NOVA ALIANCA DO IVAI	39 PAULO FRONTIN	39 MATELANDIA
40 NOVA SANTA BARBARA	40 PEROLA	40 MORRETES
41 OURIZONA	41 PINHALAO	41 NOVA AURORA
42 PITANGUEIRAS	42 PRANCHITA	42 PALMITAL
43 PLANALTINA DO PARANA	43 QUATIGUA	43 PEABIRU
44 PORTO RICO	44 QUINTA DO SOL	44 QUITANDINHA
45 RAMILANDIA	45 RENASCENCA	45 REALEZA
46 RANCHO ALEGRE	46 SALTO DO ITARARE	46 RIBEIRAO CLARO
47 RANCHO ALEGRE D,OESTE	47 SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	47 RIBEIRAO DO PINHAL
48 RIO BRANCO DO IVAI	48 SANTA ISABEL DO IVAI	48 RONCADOR
49 SANTA AMELIA	49 SAO JOAO DO CAIUA	49 SALTO DO LONTRA
50 SANTA INES	50 SAO JOSE DA BOA VISTA	50 SANTA IZABEL DO OESTE
51 SANTA MONICA	51 SAO PEDRO DO IVAI	51 SANTA MARIA DO OESTE
52 SANTO ANTONIO DO CAIUA	52 SAPOPEMA	52 SANTA MARIANA
53 SAO JOSE DAS PALMEIRAS	53 TAPIRA	53 SANTA TEREZA DO OESTE
54 SAO PEDRO DO PARANA	54 TEIXEIRA SOARES	54 SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
55 SAUDADE DO IGUACU	55 TOMAZINA	55 SAO JERONIMO DA SERRA

ATÉ 5 MIL HABITANTES		ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES		ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES	
56	TAMBOARA	56	TUPASSI	56	SAO JOAO
57	TUNAS	57	VERA CRUZ DO OESTE	57	SAO JOAO DO TRIUNFO
58	UNIFLOR	58	VERE	58	SENGES
59	VIRMOND	59	XAMBRE	59	TAPEJARA
				60	TERRA BOA
				61	TERRA RICA
				62	TERRA ROXA
				63	TIBAGI
				64	TIJUCAS DO SUL
				65	WENCESLAU BRAZ

APÊNDICE 4 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS EM 2006

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
1 ANAHY	1 ADRIANÓPOLIS	1 ALTO PARANÁ
2 ARAPUÃ	2 AGUDOS DO SUL	2 AMPÉRE
3 ARIRANHA DO IVAÍ	3 ALVORADA DO SUL	3 ARARUNA
4 ATALAIA	4 AMAPORÃ	4 ASSAÍ
5 BARRA DO JACARÉ	5 BARRAÇÃO	5 BARBOSA FERRAZ
6 BELA VISTA DA CAROBA	6 BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	6 BELA VISTA DO PARAÍSO
7 BOA ESPERANÇA	7 BOCAIÚVA DO SUL	7 BITURUNA
8 BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	8 BOM SUCESSO	8 CÂNDIDO DE ABREU
9 BRASILÂNDIA DO SUL	9 BORRAZÓPOLIS	9 CANDÓI
10 CAFEZAL DO SUL	10 CALIFÓRNIA	10 CANTAGALO
11 CAMPINA DO SIMÃO	11 CAMBIRA	11 CAPANEMA
12 CORUMBATAÍ DO SUL	12 CAMPO DO TENENTE	12 CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES
13 CRUZEIRO DO IGUAÇU	13 CONGONHINHAS	13 CARLÓPOLIS
14 CRUZEIRO DO SUL	14 DIAMANTE DO NORTE	14 CENTENÁRIO DO SUL
15 CRUZMALTINA	15 DOURADINA	15 CERRO AZUL
16 DIAMANTE DO SUL	16 ENÉAS MARQUES	16 CIDADE GAÚCHA
17 DIAMANTE D'OESTE	17 ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	17 CLEVELÂNDIA
18 FAROL	18 FLORAÍ	18 CONTENDA
19 FÊNIX	19 FLORESTA	19 CORBÉLIA
20 FLOR DA SERRA DO SUL	20 FORMOSA DO OESTE	20 CRUZ MACHADO
21 GODOY MOREIRA	21 FRANCISCO ALVES	21 ENGENHEIRO BELTRÃO
22 GUAPIRAMA	22 GOIOXIM	22 GENERAL CARNEIRO
23 GUARACI	23 GUAIRAÇÁ	23 GUARANIAÇU
24 IGUAARAÇU	24 GUAMIRANGA	24 IPIRANGA
25 IGUATU	25 HONÓRIO SERPA	25 IPORÃ
26 INDIANÓPOLIS	26 IBEMA	26 IVAÍ
27 IRACEMA DO OESTE	27 ITAMBARACÁ	27 JAGUAPITÃ

ATÉ 5 MIL HABITANTES	ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES	ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES
28 ITAGUAJÉ	28 IVATÉ	28 JARDIM ALEGRE
29 ITAÚNA DO SUL	29 JESUÍTAS	29 JATAIZINHO
30 JAPIRA	30 LARANJAL	30 MALLET
31 LEÓPOLIS	31 LUIZIANA	31 MAMBORÊ
32 LOBATO	32 MARIA HELENA	32 MANOEL RIBAS
33 LUPIONÓPOLIS	33 MARILENA	33 MOREIRA SALES
34 MANFRINÓPOLIS	34 MAUÁ DA SERRA	34 MORRETES
35 MARUMBI	35 NOVA SANTA ROSA	35 NOVA AURORA
36 MATO RICO	36 PAULA FREITAS	36 NOVA LONDRINA
37 MUNHOZ DE MELO	37 PAULO FRONTIN	37 PALMITAL
38 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	38 PEROBAL	38 PARAÍSO DO NORTE
39 NOVA SANTA BÁRBARA	39 PÉROLA	39 PEABIRU
40 NOVO ITACOLOMI	40 PRANCHITA	40 PLANALTO
41 OURIZONA	41 QUATIGUÁ	41 QUERÊNCIA DO NORTE
42 PITANGUEIRAS	42 RENASCENÇA	42 QUITANDINHA
43 PLANALTINA DO PARANÁ	43 RONDON	43 REBOUÇAS
44 PORTO AMAZONAS	44 ROSÁRIO DO IVAÍ	44 RIBEIRÃO CLARO
45 PORTO RICO	45 SABÁUDIA	45 RONCADOR
46 PORTO VITÓRIA	46 SALTO DO ITARARÉ	46 SALTO DO LONTRA
47 PRADO FERREIRA	47 SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	47 SANTA IZABEL DO OESTE
48 QUARTO CENTENÁRIO	48 SANTA FÉ	48 SANTA MARIA DO OESTE
49 QUATRO PONTES	49 SANTANA DO ITARARÉ	49 SANTA MARIANA
50 RIO BRANCO DO IVAÍ	50 SÃO JOÃO DO CAIUÁ	50 SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE
51 SALGADO FILHO	51 SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	51 SÃO JERÔNIMO DA SERRA
52 SANTA AMÉLIA	52 SÃO PEDRO DO IGUAÇU	52 SÃO JOÃO DO IVAÍ
53 SANTA INÊS	53 SÃO PEDRO DO IVAÍ	53 SÃO JOÃO DO TRIUNFO
54 SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	54 SAPOPEMA	54 SIQUEIRA CAMPOS
55 SÃO MANOEL DO PARANÁ	55 SERTANEJA	55 TAMARANA

ATÉ 5 MIL HABITANTES		ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES		ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES	
56	SÃO PEDRO DO PARANÁ	56	TEIXEIRA SOARES	56	TAPEJARA
57	TAMBOARA	57	TUNEIRAS DO OESTE	57	TERRA RICA
58	UNIFLOR	58	TUPÃSSI	58	TERRA ROXA
59	VIRMOND	59	VERA CRUZ DO OESTE	59	TIJUCAS DO SUL
		60	VERÊ		
		61	VITORINO		

APÊNDICE 5 – ESPAÇO DE MANOBRA GESTÃO FINANCEIRA MUNICÍPIOS COM ATÉ 5 MIL HABITANTES - 1998

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
AMAPORA	4.655	1.969.747,95	1.093.215,48	980.777,16	211.199,34	112.438,32
ANAHY	3.011	1.708.706,49	572.263,19	487.921,57	52.571,60	84.341,62
ANGULO	2.840	1.690.423,81	569.879,94	503.085,85	67.050,14	66.794,09
ARIRANHA DO IVAÍ	2.883	1.559.389,11	608.133,20	532.021,65	1.536,06	76.111,55
ATALAIA	4.015	2.140.720,16	1.041.168,92	960.223,85	93.850,89	80.945,07
BARRA DO JACARE	2.723	1.842.032,00	896.223,00	801.715,00	30.508,00	94.508,00
BELA VISTA DO CAROBA	4.503	2.086.102,27	701.613,91	645.915,21	4.874,72	55.698,70
BOA ESPERANACA DO IGUAÇU	3.107	2.000.224,48	751.072,37	648.810,08	62.831,45	102.262,29
BOM SUCESSO DO SUL	3.392	1.904.897,15	920.804,53	865.663,41	57.821,60	55.141,12
BRASILÂNDIA DO SUL	3.889	1.616.525,81	714.915,05	583.864,77	9.975,79	131.050,28
CAFEARA	2.485	1.751.503,15	770.256,17	723.649,02	145.616,62	46.607,15
CAFEZAL DO SUL	4.648	1.753.570,00	882.748,00	743.953,00	63.520,00	138.795,00
CONSELHEIRO MAIRINCK	3.463	1.609.143,44	742.968,21	684.653,85	107.759,28	58.314,36
CORUMBATAI DO SUL	4.946	2.132.034,20	877.546,99	810.360,75	57.808,26	67.186,24
CRUZEIRO DO IGUAÇU	4.394	2.490.903,01	994.486,00	840.486,00	78.500,00	154.000,00
CRUZEIRO DO SUL	4.759	2.217.279,20	1.395.148,97	1.320.698,88	93.915,98	74.450,09
CRUZMALTINA	3.459	1.656.288,81	535.120,20	465.650,60	2.017,68	69.469,60
FAROL	3.963	2.038.967,90	1.040.114,73	927.142,40	63.752,40	112.972,33
FENIX	4.942	2.522.675,00	1.025.514,00	887.308,00	120.821,00	138.206,00
FLORIDA	2.434	1.861.342,66	696.842,72	630.956,70	94.333,81	65.886,02
GODOY MOREIRA	3.836	2.148.807,55	873.970,08	808.409,61	87.753,91	65.560,47
GUAPIRAMA	4.068	1.851.327,83	1.022.005,25	939.043,00	85.471,66	82.962,25
IGUARACU	3.598	2.059.687,04	1.069.384,83	982.867,23	279.403,34	86.517,60
IGUATU	2.255	1.349.482,32	462.330,59	382.187,22	18.925,65	80.143,37
INAJÁ	2.915	1.904.176,37	901.345,40	848.681,56	62.803,36	52.663,84
INDIANÓPOLIS	4.212	2.333.178,43	1.182.447,26	1.119.626,77	199.198,96	62.820,49
IRACEMA DO OESTE	2.951	1.695.355,74	729.057,38	628.757,44	86.569,15	100.299,94

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
ITAGUAJE	4.771	1.968.226,75	766.445,89	691.597,91	160.253,04	74.847,98
ITAUNA DO SUL	4.447	1.738.659,00	634.710,00	546.397,00	136.561,00	88.313,00
IVATUBA	2.796	1.587.228,81	368.951,61	287.618,67	118.787,30	81.332,94
JABOTI	4.590	1.790.798,00	746.838,00	702.039,00	41.265,00	44.799,00
JUNDIAI DO SUL	3.659	1.488.483,52	612.694,63	553.988,54	43.553,79	58.706,09
LIDIANOPOLIS	4.783	1.742.955,56	791.636,72	696.643,24	62.806,85	94.993,48
MARUMBI	4.612	1.993.494,01	678.856,57	628.719,92	14.074,63	50.136,65
MATO RICO	4.496	1.602.490,31	371.732,88	287.956,25	29.703,54	83.776,63
MERCEDES	4.608	3.313.597,13	1.162.383,84	978.349,65	47.896,33	184.034,19
MUNHOZ DE MELO	3.401	1.974.604,38	765.825,14	704.497,26	69.311,71	61.327,88
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	3.833	1.693.417,72	786.695,70	700.704,81	128.081,83	85.990,89
NOVA ALIANCA DO IVAI	1.338	1.333.559,16	543.800,95	457.110,69	68.592,97	86.690,26
NOVA SANTA BARBARA	3.611	1.613.239,35	447.842,37	357.243,05	29.294,86	90.599,32
OURIZONA	3.396	2.234.886,90	773.320,92	673.151,17	131.017,02	100.169,75
PITANGUEIRAS	2.418	1.739.754,98	658.552,38	575.522,14	67.656,88	83.030,24
PLANALTINA DO PARANA	3.992	1.905.698,62	802.055,94	720.901,34	23.346,14	81.154,60
PORTO RICO	2.550	1.622.731,00	764.294,00	682.764,00	66.976,00	81.530,00
RAMILANDIA	3.868	1.710.771,26	703.162,43	614.226,15	34.799,36	88.936,28
RANCHO ALEGRE	4.197	2.059.133,76	919.309,05	845.753,21	6.836,95	73.555,84
RANCHO ALEGRE D,OESTE	3.117	2.012.045,95	753.351,50	625.277,92	96.686,08	128.073,58
RIO BRANCO DO IVAI	3.758	1.728.092,90	619.163,96	514.916,12	0,00	104.247,84
SANTA AMELIA	4.407	1.924.817,72	1.012.341,02	910.781,53	139.618,48	101.559,49
SANTA INES	2.099	1.465.951,56	611.796,41	551.367,49	143.085,87	60.428,92
SANTA MONICA	3.190	1.811.308,82	480.465,50	411.296,78	52.388,53	69.168,72
SANTO ANTONIO DO CAIUA	2.878	1.746.053,12	694.665,20	625.686,59	94.912,85	68.978,61
SAO JOSE DAS PALMEIRAS	4.102	2.680.532,39	1.419.536,79	1.266.793,54	60.528,88	152.743,25
SAO PEDRO DO PARANA	2.738	1.750.143,42	769.959,61	701.425,10	66.774,75	68.534,51
SAUDADE DO IGUACU	4.608	2.492.290,68	1.039.946,74	913.026,17	29.900,47	126.920,57

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
TAMBOARA	4.255	1.652.518,04	639.917,70	529.131,35	74.788,90	110.786,35
TUNAS	3.611	1.823.898,32	789.692,83	732.692,83	26.226,41	57.000,00
UNIFLOR	2.362	1.611.803,45	807.897,36	692.631,89	83.404,82	115.265,47
VIRMOND	3.949	2.023.005,07	803.971,43	713.389,77	79.942,64	90.581,66

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
AMAPORA	19.937,48	645.395,65	0,31	0,33	0,28	0,32	138,65
ANAHY	20.761,67	1.063.110,03	0,49	0,62	0,49	0,77	353,08
ANGULO	18.565,44	1.034.928,29	0,48	0,61	0,48	0,71	364,41
ARIRANHA DO IVAI	15.593,89	934.125,96	0,54	0,60	0,52	0,59	324,01
ATALAIA	21.839,25	983.861,10	0,41	0,46	0,39	0,49	245,05
BARRA DO JACARE	18.420,32	896.880,68	0,47	0,49	0,43	0,49	329,37
BELA VISTA DO CAROBA	20.861,02	1.358.752,62	0,59	0,65	0,59	0,80	301,74
BOA ESPERANACA DO IGUACU	21.417,24	1.164.903,42	0,54	0,58	0,53	0,59	374,93
BOM SUCESSO DO SUL	21.117,80	905.153,22	0,42	0,48	0,38	0,48	266,85
BRASILANDIA DO SUL	19.024,45	872.610,52	0,43	0,54	0,43	0,55	224,38
CAFEARA	17.556,06	818.074,30	0,45	0,47	0,15	0,54	329,20
CAFEZAL DO SUL	19.069,91	788.232,09	0,38	0,45	0,35	0,47	169,59
CONSELHEIRO MAIRINCK	16.149,64	742.266,31	0,41	0,46	0,41	0,48	214,34
CORUMBATAI DO SUL	23.191,79	1.173.487,16	0,48	0,55	0,47	0,60	237,26
CRUZEIRO DO IGUACU	29.927,27	1.387.989,74	0,46	0,56	0,45	0,67	315,88
CRUZEIRO DO SUL	22.832,79	705.381,46	0,29	0,32	0,28	0,33	148,22
CRUZMALTINA	19.083,88	1.100.067,06	0,53	0,66	0,57	0,74	318,03
FAROL	20.929,86	914.170,91	0,43	0,45	0,39	0,44	230,68
FENIX	26.361,91	1.349.978,09	0,50	0,54	0,46	0,54	273,16
FLORIDA	18.613,43	1.051.552,70	0,54	0,56	0,05	0,72	432,03
GODOY MOREIRA	21.888,08	1.165.195,48	0,52	0,54	0,50	0,54	303,75
GUAPIRAMA	18.696,81	725.154,11	0,38	0,39	0,37	0,40	178,26
IGUARACU	20.596,87	690.302,00	0,30	0,34	0,30	0,39	191,86
IGUATU	14.794,76	853.431,32	0,53	0,63	0,03	0,67	378,46
INAJA	20.867,48	919.160,13	0,39	0,48	0,40	0,51	315,32
INDIANOPOLIS	25.491,13	926.041,08	0,36	0,40	0,33	0,41	219,86
IRACEMA DO OESTE	18.588,72	861.140,49	0,44	0,51	0,43	0,54	291,81
ITAGUAJE	20.534,46	1.020.993,36	0,49	0,52	0,53	0,60	214,00

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
ITAUNA DO SUL	18.402,56	948.985,44	0,50	0,55	0,48	0,57	213,40
IVATUBA	20.681,76	1.078.808,14	0,48	0,68	0,47	0,77	385,84
JABOTI	17.907,98	984.787,02	0,46	0,55	0,44	0,57	214,55
JUNDIAI DO SUL	15.157,65	817.077,45	0,54	0,55	0,50	0,54	223,31
LIDIANOPOLIS	19.209,21	869.302,78	0,43	0,50	0,39	0,48	181,75
MARUMBI	21.631,20	1.278.931,61	0,53	0,64	0,51	0,66	277,31
MATO RICO	19.253,60	1.181.800,29	0,61	0,74	0,60	0,77	262,86
MERCEDES	37.714,56	2.065.602,40	0,55	0,62	0,55	0,63	448,26
MUNHOZ DE MELO	20.625,51	1.118.842,02	0,48	0,57	0,45	0,62	328,97
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	16.934,18	761.706,01	0,42	0,45	0,38	0,47	198,72
NOVA ALIANCA DO IVAI	14.566,49	706.598,75	0,46	0,53	0,01	0,54	528,10
NOVA SANTA BARBARA	16.132,39	1.119.969,73	0,69	0,69	0,69	0,74	310,16
OURIZONA	23.076,75	1.307.472,21	0,53	0,59	0,53	0,63	385,00
PITANGUEIRAS	17.397,55	996.148,17	0,56	0,57	0,02	0,64	411,97
PLANALTINA DO PARANA	19.774,49	1.060.522,05	0,53	0,56	0,53	0,58	265,66
PORTO RICO	17.389,50	774.071,50	0,41	0,48	0,01	0,44	303,56
RAMILANDIA	17.607,71	955.201,76	0,54	0,56	0,46	0,55	246,95
RANCHO ALEGRE	22.291,52	1.110.696,24	0,50	0,54	0,47	0,52	264,64
RANCHO ALEGRE D,OESTE	23.423,24	1.138.585,13	0,44	0,57	0,43	0,63	365,28
RIO BRANCO DO IVAI	17.280,93	1.091.648,01	0,62	0,63	0,64	0,66	290,49
SANTA AMELIA	21.278,36	751.579,86	0,33	0,39	0,32	0,42	170,54
SANTA INES	14.899,52	696.169,76	0,45	0,47	0,01	0,46	331,67
SANTA MONICA	18.725,63	1.259.729,16	0,59	0,70	0,60	0,78	394,90
SANTO ANTONIO DO CAIUA	19.278,08	937.196,99	0,48	0,54	0,41	0,52	325,64
SAO JOSE DAS PALMEIRAS	26.805,32	1.173.661,40	0,44	0,44	0,44	0,48	286,12
SAO PEDRO DO PARANA	18.789,53	894.619,53	0,48	0,51	0,46	0,52	326,74
SAUDADE DO IGUACU	30.856,61	1.391.586,86	0,44	0,56	0,40	0,57	301,99
TAMBOARA	16.525,18	921.286,26	0,56	0,56	0,55	0,58	216,52

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
TUNAS	18.238,98	989.740,10	0,53	0,54	0,53	0,62	274,09
UNIFLOR	17.578,57	702.922,70	0,39	0,44	0,01	0,43	297,60
VIRMOND	23.285,00	1.115.806,00	0,45	0,55	0,42	0,56	282,55
	Média	1.004.294,82	0,4746	0,5326	0,4014	0,5651	288,1241
	Desvio-padrão	239.574,02	0,0799	0,0907	0,1688	0,1138	78,6621
	Coeficiente de Variação	0,2385	0,1684	0,1703	0,4206	0,2014	0,2730

APÊNDICE 6 – ESPAÇO DE MANOBRA GESTÃO FINANCEIRA MUNICÍPIOS COM ATÉ 5 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativo
AMAPORA	4.655	4.594.004,86	2.549.685,22	2.287.447,51	492.576,12	262.237,71
ANAHY	3.011	3.985.182,94	1.334.678,32	1.137.970,00	122.611,72	196.708,32
ANGULO	2.840	3.942.542,60	1.329.119,91	1.173.337,35	156.379,74	155.782,56
ARIRANHA DO IVAÍ	2.883	3.636.932,92	1.418.337,24	1.240.823,75	3.582,52	177.513,49
ATALAIA	4.015	4.992.760,03	2.428.298,04	2.239.511,42	218.886,61	188.786,61
BARRA DO JACARE	2.723	4.296.135,44	2.090.243,49	1.869.824,31	71.153,22	220.419,17
BELA VISTA DO CAROBA	4.503	4.865.375,78	1.636.360,49	1.506.455,49	11.369,21	129.905,00
BOA ESPERANACA DO IGUAÇU	3.107	4.665.084,68	1.751.711,49	1.513.207,14	146.540,57	238.504,35
BOM SUCESSO DO SUL	3.392	4.442.754,60	2.147.574,51	2.018.969,95	134.856,19	128.604,56
BRASILÂNDIA DO SUL	3.889	3.770.191,73	1.667.382,48	1.361.736,46	23.266,34	305.646,02
CAFEARA	2.485	4.084.996,76	1.796.453,50	1.687.752,55	339.618,81	108.700,95
CAFEZAL DO SUL	4.648	4.089.817,23	2.058.816,00	1.735.107,12	148.146,46	323.708,88
CONSELHEIRO MAIRINCK	3.463	3.752.973,97	1.732.810,32	1.596.804,87	251.324,87	136.005,45
CORUMBATAI DO SUL	4.946	4.972.501,93	2.046.685,79	1.889.988,63	134.825,08	156.697,16
CRUZEIRO DO IGUAÇU	4.394	5.809.484,68	2.319.420,37	1.960.249,16	183.084,02	359.171,21
CRUZEIRO DO SUL	4.759	5.171.317,19	3.253.878,83	3.080.240,33	219.038,41	173.638,50
CRUZMALTINA	3.459	3.862.930,20	1.248.050,44	1.086.027,84	4.705,80	162.022,60
FAROL	3.963	4.755.445,21	2.425.839,37	2.162.356,20	148.688,48	263.483,17
FENIX	4.942	5.883.585,88	2.391.786,37	2.069.451,20	281.788,47	322.335,17
FLORIDA	2.434	4.341.173,31	1.625.232,73	1.471.568,05	220.012,91	153.664,68
GODOY MOREIRA	3.836	5.011.622,09	2.038.343,43	1.885.438,02	204.666,74	152.905,41
GUAPIRAMA	4.068	4.317.815,92	2.383.602,98	2.190.111,74	199.343,89	193.491,24
IGUARACU	3.598	4.803.768,06	2.494.105,46	2.292.322,14	651.646,98	201.783,32
IGUATU	2.255	3.147.371,39	1.078.284,65	891.367,83	44.139,93	186.916,82
INAJÁ	2.915	4.441.073,54	2.102.190,36	1.979.363,51	146.475,06	122.826,85
INDIANÓPOLIS	4.212	5.441.626,71	2.757.798,76	2.611.283,76	464.587,86	146.515,01
IRACEMA DO OESTE	2.951	3.954.045,24	1.700.366,36	1.466.438,76	201.903,55	233.927,60

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativo
ITAGUAJE	4.771	4.590.457,00	1.787.566,85	1.613.000,36	373.755,05	174.566,49
ITAUNA DO SUL	4.447	4.055.040,60	1.480.321,80	1.274.351,10	318.498,57	205.970,69
IVATUBA	2.796	3.701.862,91	860.498,67	670.807,43	277.045,31	189.691,24
JABOTI	4.590	4.176.643,37	1.741.835,75	1.637.351,92	96.241,56	104.483,84
JUNDIAI DO SUL	3.659	3.471.561,19	1.428.975,78	1.292.056,71	101.579,66	136.919,07
LIDIANOPOLIS	4.783	4.065.061,38	1.846.318,94	1.624.767,49	146.483,20	221.551,45
MARUMBI	4.612	4.649.387,34	1.583.283,99	1.466.351,25	32.825,99	116.932,73
MATO RICO	4.496	3.737.457,01	866.985,37	671.594,77	69.276,99	195.390,61
MERCEDES	4.608	7.728.238,19	2.711.005,24	2.281.785,88	111.707,68	429.219,36
MUNHOZ DE MELO	3.401	4.605.331,42	1.786.119,09	1.643.085,27	161.654,35	143.033,82
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	3.833	3.949.525,24	1.834.795,09	1.634.240,21	298.722,76	200.554,88
NOVA ALIANCA DO IVAI	1.338	3.110.234,11	1.268.296,39	1.066.110,38	159.978,05	202.186,01
NOVA SANTA BARBARA	3.611	3.762.526,78	1.044.494,06	833.191,02	68.323,83	211.303,03
OURIZONA	3.396	5.212.383,28	1.803.601,35	1.569.977,39	305.568,45	233.623,96
PITANGUEIRAS	2.418	4.057.596,73	1.535.928,92	1.342.279,10	157.794,83	193.649,82
PLANALTINA DO PARANA	3.992	4.444.623,86	1.870.619,48	1.681.344,19	54.449,75	189.275,30
PORTO RICO	2.550	3.784.663,98	1.782.548,04	1.592.397,21	156.206,82	190.150,83
RAMILANDIA	3.868	3.989.998,56	1.639.972,07	1.432.547,71	81.161,87	207.424,36
RANCHO ALEGRE	4.197	4.802.477,65	2.144.086,63	1.972.533,78	15.945,69	171.552,86
RANCHO ALEGRE D,OESTE	3.117	4.692.655,67	1.757.027,06	1.458.323,54	225.499,07	298.703,52
RIO BRANCO DO IVAI	3.758	4.030.397,49	1.444.064,07	1.200.928,86	0,00	243.135,21
SANTA AMELIA	4.407	4.489.214,96	2.361.063,29	2.124.198,06	325.629,47	236.865,22
SANTA INES	2.099	3.419.010,33	1.426.880,88	1.285.943,68	333.716,39	140.937,20
SANTA MONICA	3.190	4.224.480,36	1.120.580,35	959.259,49	122.184,75	161.320,86
SANTO ANTONIO DO CAIUA	2.878	4.072.285,76	1.620.154,15	1.459.276,67	221.363,40	160.877,47
SAO JOSE DAS PALMEIRAS	4.102	6.251.753,60	3.310.758,07	2.954.517,95	141.170,33	356.240,11
SAO PEDRO DO PARANA	2.738	4.081.825,49	1.795.761,83	1.635.920,13	155.737,45	159.841,71
SAUDADE DO IGUACU	4.608	5.812.721,12	2.425.447,57	2.129.433,19	69.736,29	296.014,38

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativo
TAMBOARA	4.255	3.854.135,71	1.492.467,62	1.234.082,76	174.428,70	258.384,85
TUNAS	3.611	4.253.842,61	1.841.785,24	1.708.845,25	61.167,35	132.939,99
UNIFLOR	2.362	3.759.177,86	1.884.243,31	1.615.411,90	194.523,44	268.831,42
VIRMOND	3.949	4.718.215,41	1.875.086,94	1.663.825,10	186.448,67	211.261,85

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
AMAPORA	46.499,80	1.505.243,73	0,31	0,33	0,28	0,32	323,36
ANAHY	48.422,04	2.479.470,86	0,49	0,62	0,49	0,77	823,47
ANGULO	43.299,81	2.413.743,14	0,48	0,61	0,48	0,71	849,91
ARIRANHA DO IVAI	36.369,33	2.178.643,82	0,54	0,60	0,52	0,59	755,69
ATALAIA	50.935,26	2.294.640,12	0,41	0,46	0,39	0,49	571,52
BARRA DO JACARE	42.961,35	2.091.777,38	0,47	0,49	0,43	0,49	768,19
BELA VISTA DO CAROBA	48.653,76	3.168.992,32	0,59	0,65	0,59	0,80	703,75
BOA ESPERANACA DO IGUACU	49.951,02	2.716.881,60	0,54	0,58	0,53	0,59	874,44
BOM SUCESSO DO SUL	49.252,64	2.111.071,26	0,42	0,48	0,38	0,48	622,37
BRASILANDIA DO SUL	44.370,35	2.035.172,56	0,43	0,54	0,43	0,55	523,32
CAFEARA	40.945,66	1.907.978,79	0,45	0,47	0,35	0,54	767,80
CAFEZAL DO SUL	44.476,38	1.838.378,38	0,38	0,45	0,35	0,47	395,52
CONSELHEIRO MAIRINCK	37.665,50	1.731.173,28	0,41	0,46	0,41	0,48	499,91
CORUMBATAI DO SUL	54.089,75	2.736.901,31	0,48	0,55	0,47	0,60	553,36
CRUZEIRO DO IGUACU	69.798,79	3.237.181,50	0,46	0,56	0,45	0,67	736,73
CRUZEIRO DO SUL	53.252,48	1.645.147,47	0,29	0,32	0,28	0,33	345,69
CRUZMALTINA	44.508,95	2.565.665,01	0,53	0,66	0,57	0,74	741,74
FAROL	48.814,30	2.132.103,05	0,43	0,45	0,39	0,44	538,00
FENIX	61.483,37	3.148.527,66	0,50	0,54	0,46	0,54	637,10
FLORIDA	43.411,73	2.452.515,93	0,54	0,56	0,11	0,72	1.007,61
GODOY MOREIRA	51.049,13	2.717.562,78	0,52	0,54	0,50	0,54	708,44
GUAPIRAMA	43.606,21	1.691.262,84	0,38	0,39	0,37	0,40	415,75
IGUARACU	48.037,68	1.609.977,94	0,30	0,34	0,30	0,39	447,46
IGUATU	34.505,54	1.990.441,28	0,53	0,63	0,06	0,67	882,68
INAJA	48.668,82	2.143.739,30	0,39	0,48	0,40	0,51	735,42
INDIANOPOLIS	59.452,48	2.159.787,60	0,36	0,40	0,33	0,41	512,77
IRACEMA DO OESTE	43.354,10	2.008.421,24	0,44	0,51	0,43	0,54	680,59
ITAGUAJE	47.892,12	2.381.242,97	0,49	0,52	0,53	0,60	499,11

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
ITAUNA DO SUL	42.919,93	2.213.300,30	0,50	0,55	0,48	0,57	497,71
IVATUBA	48.235,66	2.516.083,26	0,48	0,68	0,47	0,77	899,89
JABOTI	41.766,43	2.296.799,63	0,46	0,55	0,44	0,57	500,39
JUNDIAI DO SUL	35.351,89	1.905.653,86	0,54	0,55	0,50	0,54	520,81
LIDIANOPOLIS	44.801,28	2.027.457,97	0,43	0,50	0,39	0,48	423,89
MARUMBI	50.450,03	2.982.827,34	0,53	0,64	0,51	0,66	646,75
MATO RICO	44.904,79	2.756.289,85	0,61	0,74	0,60	0,77	613,05
MERCEDES	87.960,94	4.817.564,33	0,55	0,62	0,55	0,63	1.045,48
MUNHOZ DE MELO	48.104,47	2.609.453,51	0,48	0,57	0,45	0,62	767,26
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	39.495,25	1.776.512,13	0,42	0,45	0,38	0,47	463,48
NOVA ALIANCA DO IVAI	33.973,14	1.647.986,53	0,46	0,53	0,03	0,54	1.231,68
NOVA SANTA BARBARA	37.625,27	2.612.083,63	0,69	0,69	0,69	0,74	723,37
OURIZONA	53.821,45	3.049.392,03	0,53	0,59	0,53	0,63	897,94
PITANGUEIRAS	40.575,97	2.323.297,02	0,56	0,57	0,04	0,64	960,83
PLANALTINA DO PARANA	46.119,65	2.473.434,98	0,53	0,56	0,53	0,58	619,60
PORTO RICO	40.557,19	1.805.351,92	0,41	0,48	0,03	0,44	707,98
RAMILANDIA	41.066,13	2.227.798,50	0,54	0,56	0,46	0,55	575,96
RANCHO ALEGRE	51.990,07	2.590.455,26	0,50	0,54	0,47	0,52	617,22
RANCHO ALEGRE D,OESTE	54.629,56	2.655.499,97	0,44	0,57	0,43	0,63	851,94
RIO BRANCO DO IVAI	40.303,97	2.546.029,44	0,62	0,63	0,64	0,66	677,50
SANTA AMELIA	49.627,10	1.752.895,11	0,33	0,39	0,32	0,42	397,75
SANTA INES	34.749,85	1.623.663,21	0,45	0,47	0,02	0,46	773,54
SANTA MONICA	43.673,43	2.938.041,83	0,59	0,70	0,60	0,78	921,02
SANTO ANTONIO DO CAIUA	44.961,88	2.185.806,34	0,48	0,54	0,41	0,52	759,49
SAO JOSE DAS PALMEIRAS	62.517,54	2.737.307,67	0,44	0,44	0,44	0,48	667,31
SAO PEDRO DO PARANA	43.822,47	2.086.503,73	0,48	0,51	0,46	0,52	762,05
SAUDADE DO IGUACU	71.966,27	3.245.570,99	0,44	0,56	0,40	0,57	704,33
TAMBOARA	38.541,36	2.148.698,04	0,56	0,56	0,55	0,58	504,98

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
TUNAS	42.538,43	2.308.351,59	0,53	0,54	0,53	0,62	639,26
UNIFLOR	40.998,17	1.639.412,94	0,39	0,44	0,02	0,43	694,08
VIRMOND	54.307,16	2.602.372,64	0,45	0,55	0,42	0,56	659,00
	Média	2.342.297,30	0,4746	0,5326	0,4077	0,5651	671,99
	Desvio-padrão	558.753,83	0,0799	0,0907	0,1592	0,1138	183,46
	Coeficiente de Variação	0,2385	0,1684	0,1703	0,3905	0,2014	0,2730

APÊNDICE 7 – ESPAÇO DE MANOBRA GESTÃO FINANCEIRA MUNICÍPIOS COM ATÉ 5 MIL HABITANTES – 2006

Municípios	População	Receitas Correntes	Pessoal Executivo	Pessoal Legislativo	Pessoal Consolidado	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações
Anahy	2.868	5.454.509,96	2.340.541,87		2.340.541,87	2.111.084,50	86.230,84
Arapuã	3.945	6.528.281,61	2.135.262,60		2.135.262,60	1.971.293,09	0,00
Ariranha do Ivaí	2.540	5.263.310,52	1.997.905,35		1.997.905,35	1.698.143,54	144.555,72
Atalaia	3.627	5.195.583,96	2.048.785,27	159.806,20	2.208.591,47	1.984.551,85	97.230,57
Barra do Jacaré	2.757	5.668.663,50	2.390.059,00	192.601,36	2.582.660,36	2.348.569,49	169.199,00
Bela Vista da Caroba	4.136	5.759.468,68	2.129.317,77	132.501,64	2.261.819,41	2.043.139,19	0,00
Boa Esperança	4.706	7.882.943,54	2.475.097,81		2.475.097,81	2.118.788,23	141.496,79
Boa Esperança do Iguaçu	2.866	6.069.665,19	2.333.290,50		2.333.290,50	2.090.090,50	0,00
Brasilândia do Sul	3.306	6.258.208,58	2.581.719,22		2.581.719,22	2.202.828,46	50.150,22
Cafezal do Sul	4.271	5.937.254,61	2.596.571,77		2.596.571,77	2.264.932,13	206.775,01
Campina do Simão	4.180	6.529.824,65	2.144.236,71	227.418,51	2.371.655,22	2.097.634,01	118.073,39
Corumbataí do Sul	4.262	6.172.842,44	2.501.785,70	210.079,52	2.711.865,22	2.399.865,22	141.176,69
Cruzeiro do Iguaçu	4.150	7.674.621,53	2.619.776,46	143.760,48	2.763.536,94	2.543.255,44	0,00
Cruzeiro do Sul	4.493	6.896.743,30	2.514.654,93	195.565,56	2.710.220,49	2.360.485,99	150.992,30
Cruzmalina	3.116	5.849.645,55	1.449.759,73	168.547,12	1.618.306,85	1.365.843,38	39.144,33
Diamante do Sul	3.665	5.655.884,30	1.792.158,37	141.099,26	1.933.257,63	1.695.718,26	91.869,56
Diamante D'Oeste	4.944	7.977.549,40	2.494.150,48	259.090,75	2.753.241,23	2.347.455,04	152.548,46
Farol	3.394	6.862.202,75	2.592.294,34	235.363,61	2.827.657,95	2.533.490,17	82.275,92
Fênix	4.871	7.026.420,30	3.215.061,45		3.215.061,45	2.865.105,35	123.864,13
Flor da Serra do Sul	4.685	8.233.055,57	2.550.927,82	165.511,79	2.716.439,61	2.296.439,61	89.999,50
Godoy Moreira	3.568	5.391.385,83	1.904.513,99		1.904.513,99	1.729.872,09	169.878,76
Guapirama	3.639	5.829.565,62	2.407.963,33		2.407.963,33	2.263.773,97	95.378,62
Guaraci	4.993	6.490.995,18	2.643.293,37		2.643.293,37	2.404.874,41	155.606,50
Iguaraçu	3.741	6.338.747,41	2.706.266,00		2.706.266,00	2.544.851,68	361.347,94
Iguatu	2.286	5.116.595,11	1.451.856,98	175.490,81	1.627.347,79	1.406.970,17	197.408,26
Indianópolis	4.138	6.186.091,56	2.469.306,88		2.469.306,88	2.347.065,87	233.299,58
Iracema do Oeste	2.580	5.258.420,30	1.853.871,53		1.853.871,53	1.592.496,84	146.889,61

Municípios	População	Receitas Correntes	Pessoal Executivo	Pessoal Legislativo	Pessoal Consolidado	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações
Itaguajé	4.508	6.267.195,72	2.344.819,61		2.344.819,61	2.084.479,15	129.560,90
Itaúna do Sul	3.699	5.459.082,60	2.195.420,21	244.745,57	2.440.165,78	2.133.237,42	164.107,79
Japira	4.694	7.150.533,99	2.396.665,00	157.972,13	2.554.637,13	2.345.972,03	184.878,20
Leópolis	4.230	7.177.227,14	2.571.519,06	228.414,68	2.799.933,74	2.525.007,58	184.770,35
Lobato	4.219	8.312.838,37	3.158.442,54		3.158.442,54	2.891.283,04	238.912,30
Lupionópolis	4.375	7.133.293,68	3.334.977,93		3.334.977,93	2.984.977,93	139.304,24
Manfrinópolis	3.306	5.880.355,59	1.990.432,56		1.990.432,56	1.820.943,42	39.120,68
Marumbi	4.142	5.985.914,62	1.874.226,39		1.874.226,39	1.796.731,12	168.079,80
Mato Rico	4.156	5.893.620,87	2.484.333,00	146.024,78	2.630.357,78	2.344.055,07	111.489,00
Munhoz de Melo	3.552	5.673.250,60	2.161.329,71		2.161.329,71	1.992.232,50	78.580,25
Nossa Senhora das Graças	3.903	5.859.787,08	2.264.967,68	222.971,13	2.487.938,81	2.169.238,81	187.721,13
Nova Santa Bárbara	3.802	5.618.847,49	2.123.961,35	156.715,26	2.280.676,61	2.102.054,71	145.112,27
Novo Itacolomi	2.747	5.138.718,33	1.864.124,57	158.881,16	2.023.005,73	1.790.516,01	158,29
Ourizona	3.296	5.922.774,58	2.123.961,39	244.691,90	2.368.653,29	2.043.653,29	88.528,85
Pitangueiras	2.664	5.466.550,97	1.705.670,53	199.406,65	1.905.077,18	1.687.029,16	148.503,69
Planaltina do Paraná	3.791	6.446.667,36	2.519.993,24	132.640,42	2.652.633,66	2.483.721,21	132.244,10
Porto Amazonas	4.212	6.543.226,33	2.870.037,22		2.870.037,22	2.616.223,68	72.210,15
Porto Rico	2.462	5.949.497,00	2.091.304,16	182.247,53	2.273.551,69	2.060.811,25	211.500,19
Porto Vitória	3.779	5.939.461,62	2.267.291,37		2.267.291,37	2.086.409,05	314.058,01
Prado Ferreira	3.344	5.471.536,77	2.279.201,43		2.279.201,43	2.156.950,81	125.394,98
Quarto Centenário	4.848	7.516.140,74	3.239.645,49		3.239.645,49	2.854.402,98	120.599,24
Quatro Pontes	3.669	6.951.279,69	2.021.807,58		2.021.807,58	1.772.260,31	120.955,63
Rio Branco do Ivaí	3.850	5.889.225,10	1.970.806,21	173.037,14	2.143.843,35	1.914.128,53	36.766,50
Salgado Filho	4.666	6.269.771,71	2.434.011,64		2.434.011,64	2.295.396,85	11.272,05
Santa Amélia	4.062	5.221.627,88	2.575.523,10	259.595,84	2.835.118,94	2.511.240,47	77.458,02
Santa Inês	1.878	4.813.217,93	1.744.637,58	167.019,29	1.911.656,87	1.652.716,68	17.653,88
Santo Antônio do Caiuá	2.692	5.292.395,46	2.276.301,53		2.276.301,53	2.022.306,29	205.552,00
São Manoel do Paraná	2.093	6.496.518,49	2.636.831,43	154.394,31	2.791.225,74	2.615.194,49	142.351,20

Municípios	População	Receitas Correntes	Pessoal Executivo	Pessoal Legislativo	Pessoal Consolidado	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações
São Pedro do Paraná	2.532	5.899.670,21	2.362.569,09		2.362.569,09	2.213.794,09	131.741,89
Tamboara	4.564	5.860.459,86	2.097.208,98		2.097.208,98	1.822.788,42	85.939,87
Uniflor	2.402	4.857.931,05	1.904.856,41		1.904.856,41	1.728.727,05	161.297,44
Virmond	4.024	6.460.580,99	1.808.755,26	266.946,30	2.075.701,56	1.762.020,09	144.591,28

Municípios	Despesas Função Legislativa - TCE	PASEP (Lei 9.715)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/RT	EM/DC	Per Capita
Anahy	229.457,37	56.460,63	2.971.276,62	0,52	0,54	0,60	0,66	1.036,01
Arapuã	163.969,51	65.282,82	4.327.736,19	0,66	0,66	0,74	0,82	1.097,02
Ariranha do Ivaí	299.761,81	54.710,42	3.066.139,03	0,56	0,58	0,63	0,69	1.207,14
Atalaia	224.039,62	52.687,63	2.837.074,29	0,54	0,55	0,56	0,76	782,21
Barra do Jacaré	234.090,87	58.149,14	2.858.655,01	0,49	0,50	0,57	0,64	1.036,87
Bela Vista da Caroba	218.680,22	62.054,51	3.435.594,76	0,55	0,60	0,63	0,73	830,66
Boa Esperança	356.309,58	79.625,00	5.186.723,94	0,65	0,66	0,62	0,72	1.102,15
Boa Esperança do Iguaçu	243.200,00	60.696,65	3.675.678,04	0,61	0,61	0,66	0,70	1.282,51
Brasilândia do Sul	378.890,76	63.947,09	3.562.392,05	0,56	0,57	0,61	0,69	1.077,55
Cafezal do Sul	331.639,64	59.461,46	3.074.446,37	0,50	0,52	0,55	0,62	719,84
Campina do Simão	274.021,21	65.298,25	3.974.797,79	0,60	0,61	0,72	0,75	950,91
Corumbataí do Sul	312.000,00	61.728,42	3.258.072,11	0,51	0,53	0,59	0,67	764,45
Cruzeiro do Iguaçu	220.281,50	78.450,12	4.832.634,47	0,62	0,63	0,69	0,73	1.164,49
Cruzeiro do Sul	349.734,50	68.967,43	3.966.563,08	0,57	0,58	0,70	0,75	882,83
Cruzmaltina	252.463,47	58.496,46	4.133.697,91	0,71	0,71	0,84	0,90	1.326,60
Diamante do Sul	237.539,37	57.846,14	3.572.910,97	0,62	0,63	0,74	0,80	974,87
Diamante D'Oeste	405.786,19	84.832,09	4.986.927,62	0,59	0,63	0,67	0,77	1.008,68
Farol	294.167,78	69.494,43	3.882.774,45	0,52	0,57	0,62	0,71	1.144,01
Fênix	349.956,10	72.493,74	3.615.000,98	0,50	0,51	0,56	0,61	742,15
Flor da Serra do Sul	420.000,00	83.637,22	5.342.979,24	0,63	0,65	0,79	0,86	1.140,44
Godoy Moreira	174.641,90	53.913,86	3.263.079,22	0,60	0,61	0,69	0,79	914,54
Guapirama	144.189,36	58.978,16	3.267.245,51	0,55	0,56	0,59	0,71	897,84
Guaraci	238.418,96	66.666,24	3.625.429,07	0,54	0,56	0,62	0,69	726,10
Iguaraçu	161.414,32	67.137,02	3.203.996,45	0,47	0,51	0,53	0,63	856,45
Iguatu	220.377,62	53.761,25	3.238.077,81	0,60	0,63	0,69	0,85	1.416,48
Indianópolis	122.241,01	64.236,72	3.419.248,38	0,51	0,55	0,62	0,71	826,30
Iracema do Oeste	261.374,69	53.844,18	3.203.814,98	0,59	0,61	0,70	0,78	1.241,79
Itaguajé	260.340,46	62.671,96	3.730.143,25	0,55	0,60	0,63	0,73	827,45

Municípios	Despesas Função Legislativa - TCE	PASEP (Lei 9.715)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/RT	EM/DC	Per Capita
Itaúna do Sul	306.928,36	56.059,31	2.798.749,72	0,49	0,51	0,59	0,67	756,62
Japira	208.665,10	71.505,34	4.339.513,32	0,60	0,61	0,71	0,81	924,48
Leópolis	274.926,16	72.824,94	4.119.698,11	0,57	0,57	0,66	0,73	973,92
Lobato	267.159,50	85.628,38	4.829.855,15	0,56	0,58	0,67	0,78	1.144,79
Lupionópolis	350.000,00	74.164,32	3.584.847,19	0,48	0,50	0,54	0,62	819,39
Manfrinópolis	169.489,14	60.999,11	3.789.803,24	0,62	0,64	0,71	0,76	1.146,34
Marumbi	77.495,27	63.686,36	3.879.922,07	0,61	0,65	0,68	0,77	936,73
Mato Rico	286.302,71	63.528,79	3.088.245,30	0,48	0,52	0,57	0,64	743,08
Munhoz de Melo	169.097,21	58.345,91	3.374.994,73	0,55	0,59	0,65	0,76	950,17
Nossa Senhora das Graças	318.700,00	58.597,87	3.125.529,27	0,53	0,53	0,65	0,71	800,80
Nova Santa Bárbara	178.621,90	56.188,47	3.136.870,14	0,56	0,56	0,67	0,77	825,06
Novo Itacolomi	232.489,72	54.994,58	3.060.559,73	0,56	0,60	0,65	0,79	1.114,15
Ourizona	325.000,00	60.661,03	3.404.931,41	0,56	0,57	0,66	0,76	1.033,05
Pitangueiras	218.048,02	57.514,51	3.355.455,59	0,58	0,61	0,72	0,83	1.259,56
Planaltina do Paraná	168.912,45	64.666,87	3.597.122,73	0,56	0,56	0,63	0,72	948,86
Porto Amazonas	253.813,54	66.304,90	3.534.674,07	0,53	0,54	0,55	0,66	839,19
Porto Rico	212.740,44	60.809,51	3.403.635,61	0,56	0,57	0,71	0,74	1.382,47
Porto Vitória	180.882,32	61.444,62	3.296.667,62	0,53	0,56	0,60	0,68	872,37
Prado Ferreira	122.250,62	59.036,17	3.007.904,19	0,51	0,55	0,57	0,72	899,49
Quarto Centenário	385.242,51	78.040,43	4.077.855,58	0,52	0,54	0,55	0,59	841,14
Quatro Pontes	249.547,27	70.878,83	4.737.637,65	0,67	0,68	0,74	0,92	1.291,26
Rio Branco do Ivaí	229.714,82	63.625,27	3.644.989,98	0,57	0,62	0,70	0,79	946,75
Salgado Filho	138.614,79	65.126,18	3.759.361,84	0,57	0,60	0,62	0,68	805,69
Santa Amélia	323.878,47	53.577,65	2.255.473,27	0,42	0,43	0,47	0,51	555,26
Santa Inês	258.940,19	49.594,68	2.834.312,50	0,57	0,59	0,69	0,73	1.509,22
Santo Antônio do Caiuá	253.995,24	53.483,31	2.757.058,62	0,50	0,52	0,57	0,63	1.024,17
São Manoel do Paraná	176.031,25	65.681,18	3.497.260,37	0,53	0,54	0,63	0,69	1.670,93
São Pedro do Paraná	148.775,00	60.318,60	3.345.040,63	0,55	0,57	0,62	0,68	1.321,11

Municípios	Despesas Função Legislativa - TCE	PASEP (Lei 9.715)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/RT	EM/DC	Per Capita
Tamboara	274.420,56	59.353,67	3.617.957,34	0,61	0,62	0,68	0,72	792,72
Uniflor	176.129,36	49.696,27	2.742.080,93	0,55	0,56	0,64	0,71	1.141,58
Virmond	313.681,47	64.605,81	4.175.682,34	0,65	0,65	0,71	0,91	1.037,69
		Média	3.587.911,86	0,5603	0,5796	0,6440	0,7277	1.004,85
		Desvio-padrão	638.277,80	0,0535	0,0512	0,0689	0,0787	220,30
		Coefficiente de Variação	0,1779	0,0955	0,0883	0,1069	0,1082	0,2192

APÊNDICE 8 – ESPAÇO DE MANOBRA GESTÃO FINANCEIRA MUNICÍPIOS - ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 1998

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
ABATIA	8.259	2.297.329,79	1.351.285,82	1.242.736,81	4.760,57	108.549,01
ANTONIO OLINTO	7.407	2.229.219,00	972.356,00	885.064,00	83.774,00	87.292,00
BOA ESPERANCA	5.162	2.944.276,00	1.154.143,70	1.019.328,14	40.908,65	134.815,56
BOA VISTA DA APARECIDA	8.423	3.521.084,97	1.596.238,99	1.433.221,17	174.142,91	163.017,82
BOM SUCESSO	6.173	2.548.257,26	1.504.142,62	1.401.861,35	161.508,63	102.281,27
BRAGANEY	6.191	2.472.543,27	1.124.537,45	1.028.147,44	93.309,80	96.390,01
CALIFORNIA	7.678	2.404.061,00	1.231.835,00	1.130.161,00	244.758,00	101.674,00
CAMBIRA	6.688	2.816.235,16	848.289,61	722.272,14	145.469,61	126.017,47
CAMPO BONITO	5.128	2.426.593,42	1.046.084,89	937.595,30	7.927,02	108.489,59
CAMPO DO TENENTE	6.335	2.234.790,31	1.497.494,76	1.425.077,08	57.688,27	72.417,68
CIDADE GAUCHA	9.531	2.778.865,62	1.134.635,11	1.031.445,13	200.128,53	103.189,98
CONGONHINHAS	7.851	2.433.582,99	1.147.910,37	1.034.761,65	87.182,44	113.148,72
DOUTOR CAMARGO	5.777	2.572.750,98	1.189.235,11	1.044.741,60	240.593,76	144.493,51
FERNANDES PINHEIRO	6.368	2.812.387,59	1.267.599,21	1.179.511,49	0,00	88.087,72
FIGUEIRA	9.038	3.291.949,18	1.477.814,54	1.330.837,40	116.528,36	146.977,14
FLORAI	5.285	2.653.153,92	1.189.355,49	1.071.264,25	104.377,77	118.091,24
FLORESTA	5.122	2.316.821,68	956.830,34	862.257,74	91.667,06	94.572,60
FORMOSA DO OESTE	8.755	4.014.832,99	2.152.105,23	1.924.151,90	160.860,77	227.953,33
FRANCISCO ALVES	6.956	3.796.580,00	1.173.409,00	1.031.726,00	232.388,00	141.683,00
ITAPEJARA D'OESTE	9.162	3.630.342,71	1.254.565,71	1.141.726,90	21.602,69	112.838,81
IVATE	6.925	2.704.447,94	1.052.541,52	844.276,00	31.350,38	208.265,52
JAPURA	7.755	3.167.165,78	961.906,81	911.692,81	205.860,31	50.214,00
JESUITAS	9.832	3.308.549,93	1.352.009,46	1.213.254,73	201.886,06	138.754,73
JOAQUIM TAVORA	9.661	2.838.477,18	1.302.420,22	1.222.676,89	153.692,62	79.743,33
JURANDA	8.134	3.369.935,05	1.201.289,49	1.034.324,69	77.114,95	166.964,80
JUSSARA	6.299	2.986.962,03	1.141.011,04	1.029.159,44	224.122,99	111.851,60
LINDOESTE	6.224	3.153.310,55	1.215.593,30	1.123.099,29	102.522,17	92.494,01

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
LUNARDELLI	5.668	2.516.270,08	1.041.273,73	952.622,55	301.404,99	88.651,18
MARIA HELENA	6.384	2.497.971,24	1.221.509,34	1.112.057,34	18.666,93	109.452,00
MARIOPOLIS	6.017	2.941.632,66	1.223.661,06	1.138.480,16	11.050,95	85.180,90
NOVA CANTU	9.914	3.982.383,00	1.170.650,00	1.036.090,00	155.985,00	134.560,00
NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	5.258	2.491.815,32	830.500,27	742.162,08	16.282,82	88.338,19
NOVA FATIMA	8.305	2.407.139,36	1.622.982,08	1.457.475,77	109.286,44	165.506,31
NOVA OLIMPIA	5.280	1.872.692,64	711.158,64	639.784,06	105.600,42	71.374,58
NOVA SANTA ROSA	7.125	3.241.586,31	1.355.789,28	1.254.319,80	117.516,16	101.469,48
NOVA TEBAS	9.476	4.350.986,52	1.900.894,85	1.628.508,64	136.010,77	272.386,21
OURO VERDE DO OESTE	5.472	2.863.902,16	1.439.384,16	1.299.805,37	58.123,87	139.578,79
PAULA FREITAS	5.060	1.930.739,02	853.453,74	788.560,64	109.444,27	64.893,10
PAULO FRONTIN	6.565	2.412.836,09	1.114.503,17	1.053.511,37	108.862,64	60.991,80
PEROLA	9.282	4.482.424,00	1.986.244,00	1.871.705,00	179.225,00	114.539,00
PINHALAO	6.217	1.888.027,56	839.232,88	789.060,88	85.713,99	50.172,00
PRANCHITA	6.260	3.095.676,45	1.191.530,91	1.097.360,28	162.035,02	94.170,63
QUATIGUA	6.742	2.446.293,60	1.038.597,54	983.959,22	19.627,37	54.638,32
QUINTA DO SOL	5.759	2.608.348,34	1.081.328,33	981.741,59	39.423,79	99.586,74
RENASCENCA	6.959	3.192.853,39	1.193.483,97	1.068.983,97	21.263,99	124.500,00
SALTO DO ITARARE	5.549	1.889.615,83	788.237,80	697.919,62	113.971,66	90.318,18
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	8.578	2.908.803,11	1.048.697,80	990.798,62	144.383,20	57.899,18
SANTA ISABEL DO IVAI	9.154	3.331.379,12	1.335.972,91	1.180.020,01	199.320,40	155.952,90
SAO JOAO DO CAIUA	6.091	2.366.122,28	1.117.110,19	1.041.930,01	221.185,58	75.180,18
SAO JOSE DA BOA VISTA	6.978	2.857.471,00	1.038.869,00	906.571,00	77.034,00	132.298,00
SAO PEDRO DO IVAI	9.473	3.976.202,00	1.649.820,00	1.526.689,00	329.848,00	123.131,00
SAPOPEMA	6.872	2.388.753,82	952.132,17	863.675,09	147.452,96	88.457,08
TAPIRA	6.282	2.201.756,51	894.733,77	853.543,04	190.228,39	41.190,73
TEIXEIRA SOARES	8.192	3.999.014,71	2.026.015,64	1.920.520,33	58.050,17	105.495,31
TOMAZINA	9.931	2.883.769,00	1.139.727,00	1.076.308,00	144.766,00	63.419,00

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
TUPASSI	8.018	4.228.915,23	1.621.594,94	1.478.463,91	253.443,38	143.131,03
VERA CRUZ DO OESTE	9.651	3.730.771,24	1.767.648,53	1.596.185,16	10.598,39	171.463,37
VERE	8.721	3.469.562,58	1.578.759,12	1.448.778,08	118.708,62	129.981,04
XAMBRE	6.500	2.768.662,43	1.206.641,13	1.098.641,13	156.720,65	108.000,00

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
ABATIA	23.049,16	918.234,24	0,28	0,40	0,29	0,39	111,18
ANTONIO OLINTO	25.555,83	1.147.533,17	0,31	0,51	0,30	0,55	154,93
BOA ESPERANCA	31.589,77	1.717.633,88	0,40	0,58	0,39	0,67	332,75
BOA VISTA DA APARECIDA	38.362,68	1.712.340,39	0,59	0,49	0,59	0,47	203,29
BOM SUCESSO	25.722,57	856.883,44	0,24	0,34	0,25	0,36	138,81
BRAGANEY	27.175,68	1.227.520,34	0,43	0,50	0,38	0,53	198,27
CALIFORNIA	27.874,72	899.593,28	0,19	0,37	0,18	0,35	117,17
CAMBIRA	28.432,03	1.794.043,91	0,52	0,64	0,50	0,72	268,25
CAMPO BONITO	25.620,95	1.346.960,56	0,49	0,56	0,49	0,58	262,67
CAMPO DO TENENTE	24.206,41	655.400,87	0,18	0,29	0,18	0,31	103,46
CIDADE GAUCHA	31.625,64	1.412.476,34	0,32	0,51	0,32	0,50	148,20
CONGONHINHAS	24.350,44	1.174.139,74	0,58	0,48	0,60	0,50	149,55
DOCTOR CAMARGO	31.608,72	1.111.313,39	0,32	0,43	0,29	0,40	192,37
FERNANDES PINHEIRO	28.507,96	1.516.280,42	0,37	0,54	0,38	0,60	238,11
FIGUEIRA	32.919,49	1.664.686,79	0,46	0,51	0,43	0,56	184,19
FLORAI	26.546,14	1.332.874,52	0,49	0,50	0,49	0,58	252,20
FLORESTA	26.233,97	1.242.090,31	0,37	0,54	0,40	0,57	242,50
FORMOSA DO OESTE	44.951,28	1.656.915,71	0,49	0,41	0,40	0,38	189,25
FRANCISCO ALVES	37.966,48	2.352.816,52	1,26	0,62	1,12	0,75	338,24
ITAPEJARA D'OESTE	38.795,09	2.315.379,22	0,74	0,64	0,73	0,66	252,72
IVATE	29.879,97	1.590.676,07	0,53	0,59	0,49	0,66	229,70
JAPURA	33.872,57	1.965.526,09	0,67	0,62	0,64	0,77	253,45
JESUITAS	38.576,22	1.716.078,19	0,44	0,52	0,42	0,54	174,54
JOAQUIM TAVORA	28.384,77	1.353.979,57	0,28	0,48	0,29	0,55	140,15
JURANDA	36.421,46	2.055.109,15	0,42	0,61	0,36	0,65	252,66
JUSSARA	29.970,59	1.591.857,41	0,51	0,53	0,55	0,59	252,72
LINDOESTE	31.651,10	1.803.543,98	0,65	0,57	0,54	0,63	289,77
LUNARDELLI	32.727,62	1.140.863,74	0,45	0,45	0,48	0,50	201,28

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
MARIA HELENA	24.979,71	1.232.815,26	0,40	0,49	0,38	0,47	193,11
MARIOPOLIS	29.726,93	1.677.193,72	0,48	0,57	0,46	0,60	278,74
NOVA CANTU	41.754,70	2.613.993,30	0,67	0,66	0,66	0,86	263,67
NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	31.499,37	1.613.532,86	0,61	0,65	0,63	0,79	306,87
NOVA FATIMA	24.088,15	650.782,69	0,23	0,27	0,22	0,27	78,36
NOVA OLIMPIA	18.726,93	1.037.206,65	0,37	0,55	0,35	0,55	196,44
NOVA SANTA ROSA	36.022,22	1.732.258,65	0,65	0,53	0,63	0,63	243,12
NOVA TEBAS	46.349,03	2.267.731,87	0,99	0,52	0,95	0,49	239,31
OURO VERDE DO OESTE	29.162,02	1.337.232,11	0,44	0,47	0,45	0,49	244,38
PAULA FREITAS	20.082,02	947.758,99	0,41	0,49	0,40	0,55	187,30
PAULO FRONTIN	24.128,36	1.165.341,92	0,36	0,48	0,36	0,57	177,51
PEROLA	47.214,42	2.269.740,58	0,51	0,51	0,48	0,44	244,53
PINHALAO	20.006,67	943.074,02	0,20	0,50	0,18	0,54	151,69
PRANCHITA	32.667,80	1.709.442,72	0,43	0,55	0,43	0,64	273,07
QUATIGUA	24.462,94	1.363.605,75	0,42	0,56	0,42	0,81	202,26
QUINTA DO SOL	26.983,48	1.460.612,74	0,55	0,56	0,52	0,67	253,62
RENASCENCA	36.325,48	1.941.779,95	0,46	0,61	0,50	0,70	279,03
SALTO DO ITARARE	21.039,96	966.366,41	0,35	0,51	0,36	0,50	174,15
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	31.976,21	1.683.745,90	0,43	0,58	0,45	0,58	196,29
SANTA ISABEL DO IVAI	35.254,09	1.760.831,72	0,67	0,53	0,64	0,56	192,36
SAO JOAO DO CAIUA	25.198,32	1.002.628,19	0,33	0,42	0,31	0,43	164,61
SAO JOSE DA BOA VISTA	28.574,71	1.712.993,29	0,54	0,60	0,56	0,62	245,48
SAO PEDRO DO IVAI	41.870,34	1.954.663,66	0,81	0,49	0,82	0,50	206,34
SAPOPEMA	23.887,54	1.265.281,15	0,46	0,53	0,42	0,58	184,12
TAPIRA	22.017,57	1.094.776,78	0,28	0,50	0,26	0,55	174,27
TEIXEIRA SOARES	41.442,97	1.873.505,93	0,85	0,47	0,84	0,49	228,70
TOMAZINA	29.153,08	1.570.122,92	0,52	0,54	0,52	0,57	158,10
TUPASSI	46.284,43	2.307.592,48	0,91	0,55	0,99	0,62	287,80

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
VERA CRUZ DO OESTE	39.148,90	1.913.375,42	0,63	0,51	0,63	0,52	198,26
VERE	36.179,64	1.735.915,20	0,74	0,50	0,68	0,51	199,05
XAMBRE	29.994,88	1.375.305,77	0,3745	0,4967	0,3674	0,5273	211,59
	Média	1.516.168,81	0,4925	0,5157	0,4800	0,5583	211,97
	Desvio-padrão	445.865,28	0,2023	0,0791	0,1955	0,1186	55,63
	Coefficiente de Variação	0,2941	0,4108	0,1534	0,4074	0,2124	0,2625

APÊNDICE 9 – ESPAÇO DE MANOBRAS GESTÃO FINANCEIRA MUNICÍPIOS - ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
ABATIA	8.259,00	5.352.455,44	3.148.305,99	2.895.402,06	11.091,46	252.903,93
ANTONIO OLINTO	7.407,00	5.193.766,87	2.265.452,78	2.062.074,69	195.181,64	203.378,09
BOA ESPERANCA	5.162,00	6.859.749,16	2.688.992,57	2.374.891,26	95.311,40	314.101,30
BOA VISTA DA APARECIDA	8.423,00	8.203.632,97	3.719.012,44	3.339.203,84	405.728,50	379.808,60
BOM SUCESSO	6.173,00	5.937.081,17	3.504.440,84	3.266.139,86	376.292,40	238.300,98
BRAGANEY	6.191,00	5.760.678,22	2.620.014,17	2.395.438,99	217.398,72	224.575,17
CALIFORNIA	7.678,00	5.601.124,15	2.870.002,37	2.633.116,25	570.251,73	236.886,13
CAMBIRA	6.688,00	6.561.432,00	1.976.395,53	1.682.792,55	338.923,74	293.602,99
CAMPO BONITO	5.128,00	5.653.621,53	2.437.230,73	2.184.465,24	18.468,84	252.765,49
CAMPO DO TENENTE	6.335,00	5.206.747,24	3.488.952,27	3.320.229,25	134.405,56	168.723,01
CIDADE GAUCHA	9.531,00	6.474.366,23	2.643.540,29	2.403.122,15	466.271,34	240.418,15
CONGONHINHAS	7.851,00	5.669.906,24	2.674.469,78	2.410.849,17	203.122,83	263.620,61
DOUTOR CAMARGO	5.777,00	5.994.148,09	2.770.750,62	2.434.101,05	560.549,64	336.649,56
FERNANDES PINHEIRO	6.368,00	6.552.467,70	2.953.327,95	2.748.095,95	0,00	205.232,00
FIGUEIRA	9.038,00	7.669.778,79	3.443.100,12	3.100.664,05	271.494,70	342.436,07
FLORAI	5.285,00	6.181.475,64	2.771.031,09	2.495.895,10	243.185,53	275.135,99
FLORESTA	5.122,00	5.397.868,80	2.229.280,18	2.008.939,31	213.571,36	220.340,86
FORMOSA DO OESTE	8.755,00	9.353.996,44	5.014.102,63	4.483.003,42	374.782,98	531.099,21
FRANCISCO ALVES	6.956,00	8.845.497,66	2.733.878,01	2.403.776,53	541.431,37	330.101,47
ITAPEJARA D'OESTE	9.162,00	8.458.188,14	2.922.961,73	2.660.063,17	50.331,23	262.898,56
IVATE	6.925,00	6.300.983,50	2.452.273,77	1.967.044,39	73.041,98	485.229,38
JAPURA	7.755,00	7.379.051,01	2.241.107,64	2.124.116,08	479.625,58	116.991,56
JESUITAS	9.832,00	7.708.456,20	3.149.991,97	2.826.712,96	470.366,14	323.279,01
JOAQUIM TAVORA	9.661,00	6.613.252,78	3.034.456,01	2.848.665,26	358.082,20	185.790,75
JURANDA	8.134,00	7.851.474,90	2.798.835,63	2.409.831,12	179.666,99	389.004,51
JUSSARA	6.299,00	6.959.201,61	2.658.395,31	2.397.796,81	522.175,06	260.598,50
LINDOESTE	6.224,00	7.346.770,27	2.832.161,49	2.616.663,45	238.862,24	215.498,04

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
LUNARDELLI	5.668,00	5.862.555,54	2.426.021,40	2.219.476,62	702.231,25	206.544,79
MARIA HELENA	6.384,00	5.819.921,81	2.845.945,04	2.590.937,26	43.491,32	255.007,77
MARIOPOLIS	6.017,00	6.853.590,55	2.850.958,24	2.652.498,72	25.747,16	198.459,52
NOVA CANTU	9.914,00	9.278.392,53	2.727.449,92	2.413.944,04	363.423,12	313.505,88
NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	5.258,00	5.805.579,38	1.934.948,87	1.729.133,31	37.936,68	205.815,56
NOVA FATIMA	8.305,00	5.608.296,30	3.781.320,08	3.395.713,64	254.622,04	385.606,43
NOVA OLIMPIA	5.280,00	4.363.110,58	1.656.899,65	1.490.606,92	246.034,13	166.292,74
NOVA SANTA ROSA	7.125,00	7.552.440,38	3.158.798,42	2.922.388,80	273.796,13	236.409,62
NOVA TEBAS	9.476,00	10.137.186,91	4.428.817,76	3.794.196,19	316.885,97	634.621,58
OURO VERDE DO OESTE	5.472,00	6.672.489,41	3.353.562,74	3.028.363,78	135.420,45	325.198,96
PAULA FREITAS	5.060,00	4.498.350,48	1.988.427,23	1.837.235,43	254.989,76	151.191,80
PAULO FRONTIN	6.565,00	5.621.568,88	2.596.635,70	2.454.533,38	253.634,65	142.102,32
PEROLA	9.282,00	10.443.417,76	4.627.669,28	4.360.809,52	417.569,05	266.859,77
PINHALAO	6.217,00	4.398.838,79	1.955.294,63	1.838.400,92	199.701,55	116.893,71
PRANCHITA	6.260,00	7.212.490,92	2.776.099,51	2.556.695,18	377.518,82	219.404,33
QUATIGUA	6.742,00	5.699.520,18	2.419.786,26	2.292.486,65	45.729,01	127.299,60
QUINTA DO SOL	5.759,00	6.077.084,94	2.519.342,99	2.287.319,89	91.851,89	232.023,10
RENASCENCA	6.959,00	7.438.899,53	2.780.649,86	2.490.582,37	49.542,11	290.067,50
SALTO DO ITARARE	5.549,00	4.402.539,23	1.836.483,26	1.626.054,60	265.537,95	210.428,66
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	8.578,00	6.777.102,31	2.443.318,44	2.308.421,49	336.392,56	134.896,95
SANTA ISABEL DO IVAI	9.154,00	7.761.645,01	3.112.629,06	2.749.280,73	464.388,51	363.348,33
SAO JOAO DO CAIUA	6.091,00	5.512.732,27	2.602.709,69	2.427.550,44	515.331,31	175.159,25
SAO JOSE DA BOA VISTA	6.978,00	6.657.505,71	2.420.418,72	2.112.182,98	179.478,39	308.235,74
SAO PEDRO DO IVAI	9.473,00	9.263.991,67	3.843.848,66	3.556.970,74	768.499,47	286.877,92
SAPOPEMA	6.872,00	5.565.460,58	2.218.334,10	2.012.241,54	343.544,67	206.092,56
TAPIRA	6.282,00	5.129.783,13	2.084.603,90	1.988.635,29	443.205,41	95.968,61
TEIXEIRA SOARES	8.192,00	9.317.142,07	4.720.331,61	4.474.542,37	135.248,74	245.789,24
TOMAZINA	9.931,00	6.718.776,35	2.655.403,68	2.507.646,33	337.284,43	147.757,35

Municípios	População	Receitas Correntes	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
TUPASSI	8.018,00	9.852.777,96	3.778.088,24	3.444.613,06	590.487,45	333.475,18
VERA CRUZ DO OESTE	9.651,00	8.692.172,50	4.118.372,57	3.718.887,02	24.692,76	399.485,55
VERE	8.721,00	8.083.593,04	3.678.286,80	3.375.449,25	276.574,40	302.837,55
XAMBRE	6.500,00	6.450.594,23	2.811.304,20	2.559.679,38	365.137,08	251.624,82

Municípios	PASEP (lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
ABATIA	53.701,31	2.139.356,69	0,28	0,40	0,29	0,39	259,03
ANTONIO OLINTO	59.541,49	2.673.590,96	0,31	0,51	0,30	0,55	360,95
BOA ESPERANCA	73.599,73	4.001.845,46	0,40	0,58	0,39	0,67	775,25
BOA VISTA DA APARECIDA	89.379,65	3.989.512,38	0,59	0,49	0,59	0,47	473,65
BOM SUCESSO	59.929,98	1.996.417,94	0,24	0,34	0,25	0,36	323,41
BRAGANEY	63.315,52	2.859.949,82	0,43	0,50	0,38	0,53	461,95
CALIFORNIA	64.944,18	2.095.925,87	0,19	0,37	0,18	0,35	272,98
CAMBIRA	66.242,62	4.179.870,10	0,52	0,64	0,50	0,72	624,98
CAMPO BONITO	59.693,20	3.138.228,75	0,49	0,56	0,49	0,58	611,98
CAMPO DO TENENTE	56.397,53	1.526.991,89	0,18	0,29	0,18	0,31	241,04
CIDADE GAUCHA	73.683,30	3.290.871,29	0,32	0,51	0,32	0,50	345,28
CONGONHINHAS	56.733,09	2.735.580,54	0,58	0,48	0,60	0,50	348,44
DOUTOR CAMARGO	73.643,89	2.589.203,95	0,32	0,43	0,29	0,40	448,19
FERNANDES PINHEIRO	66.419,53	3.532.720,22	0,37	0,54	0,38	0,60	554,76
FIGUEIRA	76.697,79	3.878.486,19	0,46	0,51	0,43	0,56	429,13
FLORAI	61.848,78	3.105.410,24	0,49	0,50	0,49	0,58	587,59
FLORESTA	61.121,46	2.893.895,81	0,37	0,54	0,40	0,57	564,99
FORMOSA DO OESTE	104.730,17	3.860.380,66	0,49	0,41	0,40	0,38	440,93
FRANCISCO ALVES	88.456,56	5.481.731,72	1,26	0,62	1,12	0,75	788,06
ITAPEJARA D'OESTE	90.387,10	5.394.508,08	0,74	0,64	0,73	0,66	588,79
IVATE	69.616,13	3.706.051,62	0,53	0,59	0,49	0,66	535,17
JAPURA	78.918,32	4.579.399,47	0,67	0,62	0,64	0,77	590,51
JESUITAS	89.877,17	3.998.220,93	0,44	0,52	0,42	0,54	406,65
JOAQUIM TAVORA	66.132,53	3.154.582,04	0,28	0,48	0,29	0,55	326,53
JURANDA	84.856,89	4.788.115,40	0,42	0,61	0,36	0,65	588,65
JUSSARA	69.827,26	3.708.803,98	0,51	0,53	0,55	0,59	588,79
LINDOESTE	73.742,62	4.202.003,92	0,65	0,57	0,54	0,63	675,13
LUNARDELLI	76.250,76	2.658.052,12	0,45	0,45	0,48	0,50	468,96

Municípios	PASEP (lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
MARIA HELENA	58.199,22	2.872.286,23	0,40	0,49	0,38	0,47	449,92
MARIOPOLIS	69.259,56	3.907.625,59	0,48	0,57	0,46	0,60	649,43
NOVA CANTU	97.282,58	6.090.236,90	0,67	0,66	0,66	0,86	614,31
NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	73.389,11	3.759.304,71	0,61	0,65	0,63	0,79	714,97
NOVA FATIMA	56.122,00	1.516.232,18	0,23	0,27	0,22	0,27	182,57
NOVA OLIMPIA	43.631,11	2.416.545,69	0,37	0,55	0,35	0,55	457,68
NOVA SANTA ROSA	83.926,71	4.035.919,12	0,65	0,53	0,63	0,63	566,44
NOVA TEBAS	107.986,72	5.283.496,45	0,99	0,52	0,95	0,49	557,57
OURO VERDE DO OESTE	67.943,41	3.115.562,82	0,44	0,47	0,45	0,49	569,36
PAULA FREITAS	46.788,29	2.208.145,20	0,41	0,49	0,40	0,55	436,39
PAULO FRONTIN	56.215,69	2.715.082,84	0,36	0,48	0,36	0,57	413,57
PEROLA	110.002,96	5.288.176,46	0,51	0,51	0,48	0,44	569,72
PINHALAO	46.612,72	2.197.229,89	0,20	0,50	0,18	0,54	353,42
PRANCHITA	76.111,38	3.982.761,22	0,43	0,55	0,43	0,64	636,22
QUATIGUA	56.995,20	3.177.009,70	0,42	0,56	0,42	0,81	471,23
QUINTA DO SOL	62.867,72	3.403.022,34	0,55	0,56	0,52	0,67	590,91
RENASCENCA	84.633,25	4.524.074,31	0,46	0,61	0,50	0,70	650,10
SALTO DO ITARARE	49.020,14	2.251.497,88	0,35	0,51	0,36	0,50	405,75
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	74.500,07	3.922.891,24	0,43	0,58	0,45	0,58	457,32
SANTA ISABEL DO IVAI	82.137,07	4.102.490,36	0,67	0,53	0,64	0,56	448,16
SAO JOAO DO CAIUA	58.708,55	2.335.982,72	0,33	0,42	0,31	0,43	383,51
SAO JOSE DA BOA VISTA	66.575,06	3.991.033,54	0,54	0,60	0,56	0,62	571,95
SAO PEDRO DO IVAI	97.552,01	4.554.091,53	0,81	0,49	0,82	0,50	480,74
SAPOPEMA	55.654,61	2.947.927,20	0,46	0,53	0,42	0,58	428,98
TAPIRA	51.297,83	2.550.676,00	0,28	0,50	0,26	0,55	406,03
TEIXEIRA SOARES	96.556,29	4.365.005,44	0,85	0,47	0,84	0,49	532,84
TOMAZINA	67.922,58	3.658.165,67	0,52	0,54	0,52	0,57	368,36
TUPASSI	107.836,22	5.376.366,06	0,91	0,55	0,99	0,62	670,54

Municípios	PASEP (lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
VERA CRUZ DO OESTE	91.211,43	4.457.895,74	0,63	0,51	0,63	0,52	461,91
VERE	84.293,47	4.044.438,37	0,74	0,50	0,68	0,51	463,76
XAMBRE	69.883,86	3.204.269,09	0,37	0,50	0,37	0,53	492,96
	Média	3.532.460,18	0,4925	0,5157	0,4800	0,5583	493,87
	DP	1.038.803,43	0,2023	0,0791	0,1955	0,1186	129,62
	Coefficiente de Variação	0,2941	0,4108	0,1534	0,4074	0,2124	0,2625

APÊNDICE 10 – ESPAÇO DE MANOBRA GESTÃO FINANCEIRA MUNICÍPIOS - ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 2006

Municípios	População	Receitas Correntes	Pessoal - Executivo	Pessoal - Legislativo	Pessoal - Consolidado	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações
Adrianópolis	6.709	8.951.450,12	2.527.960,08	256.146,45	2.784.106,53	2.271.813,63	205.410,04
Agudos do Sul	8.192	7.535.256,91	2.769.037,76	276.994,30	3.046.032,06	2.492.043,46	375.386,29
Alvorada do Sul	9.014	10.998.011,66	4.822.384,70		4.822.384,70	4.822.384,70	487.471,71
Amaporã	5.140	6.801.813,40	2.531.782,77	210.529,82	2.742.312,59	2.321.252,95	96.658,30
Barracão	9.027	8.977.702,38	3.150.475,47	209.724,11	3.360.199,58	2.940.751,36	95.858,56
Boa Ventura de São Roque	6.744	8.780.318,76	2.975.518,69	305.365,58	3.280.884,27	2.670.153,11	210.808,94
Bocaiúva do Sul	9.533	9.865.500,61	3.986.126,64	298.130,03	4.284.256,67	3.687.996,61	226.251,74
Bom Sucesso	6.397	7.010.479,93	2.465.561,37	132.264,91	2.597.826,28	2.333.296,46	222.754,02
Borrazópolis	8.275	8.530.615,52	3.931.758,56		3.931.758,56	3.931.758,56	613.596,21
Califórnia	7.546	6.638.066,27	3.519.640,33		3.519.640,33	3.519.640,33	520.464,94
Cambira	6.862	8.320.675,00	3.129.346,00	266.348,82	3.395.694,82	2.862.997,18	351.103,00
Campo do Tenente	6.461	8.052.983,93	3.064.817,38	267.100,36	3.331.917,74	2.797.717,02	184.316,74
Congonhinhas	8.552	8.810.894,53	2.804.180,55		2.804.180,55	2.804.180,55	333.019,84
Diamante do Norte	5.611	8.623.475,75	3.097.782,91	272.413,55	3.370.196,46	2.825.369,36	157.880,25
Douradina	6.530	7.786.504,17	3.501.848,00	221.301,47	3.723.149,47	3.280.546,53	218.168,46
Enéas Marques	5.974	8.301.947,01	3.460.008,36	191.017,34	3.651.025,70	3.268.991,02	573,69
Espigão Alto do Iguaçu	5.104	7.647.584,28	3.222.818,29		3.222.818,29	3.222.818,29	333.841,87
Floraí	5.051	6.237.464,72	2.798.590,53	141.237,97	2.939.828,50	2.657.352,56	171.383,38
Floresta	5.215	7.197.312,65	2.817.366,05	156.631,90	2.973.997,95	2.660.734,15	177.728,51
Formosa do Oeste	7.532	8.612.297,89	4.128.023,10	341.254,90	4.469.278,00	3.786.768,20	278.700,82
Francisco Alves	6.342	7.223.012,89	2.443.726,29	216.480,79	2.660.207,08	2.227.245,50	312.017,03
Goioxim	7.993	8.472.340,42	2.459.107,15	247.167,35	2.706.274,50	2.211.939,80	139.253,57
Guairaçá	5.721	6.959.304,99	2.651.713,35	259.539,92	2.911.253,27	2.392.173,43	299.217,94
Guamiranga	7.548	8.998.622,35	3.106.520,24		3.106.520,24	3.106.520,24	194.717,10
Honório Serpa	6.169	8.621.542,62	3.836.328,51		3.836.328,51	3.836.328,51	0,00
Ibema	5.927	6.864.410,34	1.895.937,25		1.895.937,25	1.895.937,25	115.531,51
Itambaracá	6.935	7.717.810,74	2.742.612,21	142.884,16	2.885.496,37	2.599.728,05	268.541,63

Municípios	População	Receitas Correntes	Pessoal - Executivo	Pessoal - Legislativo	Pessoal - Consolidado	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações
Ivaté	7.792	8.809.231,56	3.529.814,45		3.529.814,45	3.529.814,45	173.759,04
Jesuítas	8.825	8.597.718,73	3.925.482,66		3.925.482,66	3.925.482,66	257.399,39
Laranjal	6.322	7.293.037,51	2.824.400,41		2.824.400,41	2.824.400,41	86.592,52
Luiziana	7.204	10.934.746,42	3.960.074,69	326.138,14	4.286.212,83	3.633.936,55	386,48
Maria Helena	6.012	6.734.592,20	2.391.175,03	183.577,63	2.574.752,66	2.207.597,40	287.795,91
Marilena	6.541	6.792.141,90	2.789.703,65	183.536,89	2.973.240,54	2.606.166,76	164.367,49
Mauá da Serra	7.814	10.335.760,84	3.386.630,50		3.386.630,50	3.386.630,50	94.184,62
Nova Santa Rosa	7.582	9.834.575,53	3.706.252,38	258.080,85	3.964.333,23	3.448.171,53	308.435,09
Paula Freitas	5.457	7.025.343,83	2.623.964,14	197.649,91	2.821.614,05	2.426.314,23	142.638,25
Paulo Frontin	7.032	7.488.337,58	2.997.514,44		2.997.514,44	2.997.514,44	204.593,45
Perobal	5.055	6.482.887,19	2.705.206,45		2.705.206,45	2.705.206,45	158.297,02
Pérola	9.334	7.803.609,00	3.111.286,00	252.222,57	3.363.508,57	2.859.063,43	463.748,00
Pranchita	5.811	7.654.365,00	3.185.214,00		3.185.214,00	3.185.214,00	38.741,00
Quatiguá	6.877	7.030.025,29	3.155.728,78		3.155.728,78	3.155.728,78	267.153,42
Renascença	6.762	8.525.343,64	2.522.744,69	270.163,38	2.792.908,07	2.252.581,31	134.970,76
Rondon	9.023	9.466.144,92	4.151.687,30	237.687,21	4.389.374,51	3.914.000,09	207.962,32
Rosário do Ivaí	5.823	6.380.520,99	2.747.767,34		2.747.767,34	2.747.767,34	188.013,11
Sabáudia	5.447	7.734.732,14	3.349.547,39	237.300,31	3.586.847,70	3.112.247,08	179.683,48
Salto do Itararé	5.087	5.838.955,65	3.068.128,39	184.328,50	3.252.456,89	2.883.799,89	66.930,08
Santa Cruz de Monte Castelo	7.924	7.851.263,25	3.483.812,78		3.483.812,78	3.483.812,78	326.504,68
Santa Fé	9.774	8.329.396,05	3.444.413,95	260.685,18	3.705.099,13	3.183.728,77	421.145,32
Santana do Itararé	5.537	6.125.617,79	2.890.733,93		2.890.733,93	2.890.733,93	21.887,18
São João do Caiuá	5.979	6.782.162,35	3.143.682,88	180.910,15	3.324.593,03	2.962.772,73	132.938,55
São Jorge do Patrocínio	6.031	10.748.627,99	2.763.516,08	186.056,63	2.949.572,71	2.577.459,45	216.484,98
São Pedro do Iguaçu	6.540	8.818.748,87	2.989.894,13	307.870,78	3.297.764,91	2.682.023,35	302.355,17
São Pedro do Ivaí	9.569	9.272.468,88	3.982.659,28		3.982.659,28	3.982.659,28	538.604,50
Sapopema	6.638	6.832.620,31	2.401.975,63	185.005,42	2.586.981,05	2.216.970,21	132.671,65
Sertaneja	5.894	10.857.718,25	4.649.776,50	330.689,98	4.980.466,48	4.319.086,52	149.881,43

Municípios	População	Receitas Correntes	Pessoal - Executivo	Pessoal - Legislativo	Pessoal - Consolidado	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações
Teixeira Soares	9.781	10.471.811,35	4.121.549,04	281.245,41	4.402.794,45	3.840.303,63	98.020,96
Tuneiras do Oeste	8.598	7.582.877,26	3.548.120,33	187.834,12	3.735.954,45	3.360.286,21	343.214,09
Tupãssi	7.755	10.389.353,17	4.133.099,27		4.133.099,27	4.133.099,27	248.155,89
Vera Cruz do Oeste	9.099	9.099.312,32	3.532.148,48	229.070,49	3.761.218,97	3.303.077,99	373.771,85
Verê	8.002	8.994.704,96	3.617.162,00	241.430,83	3.858.592,83	3.375.731,17	190.297,11
Vitorino	6.310	7.615.164,72	3.256.219,06		3.256.219,06	3.256.219,06	94.111,11

Municípios	Despesas Função Legislativa - TCE	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
Adrianópolis	469.552,82	89.514,50	5915159,13	0,66	0,66	0,86	0,90	881,68
Agudos do Sul	311.455,54	75.871,52	4280500,10	0,56	0,57	0,64	0,73	522,52
Alvorada do Sul	332.002,36	109.980,12	5246172,77	0,47	0,48	0,49	0,59	582,00
Amaporã	334.009,20	68.018,13	3981874,82	0,58	0,59	0,75	0,79	774,68
Barracão	343.853,29	97.787,32	5499451,85	0,56	0,61	0,67	0,82	609,22
Boa Ventura de São Roque	405.188,55	88.307,59	5405860,57	0,61	0,62	0,75	0,80	801,58
Bocaiúva do Sul	427.621,22	98.655,01	5424976,03	0,55	0,55	0,61	0,67	569,07
Bom Sucesso	150.947,37	71.513,70	4231968,38	0,59	0,60	0,72	0,78	661,56
Borrazópolis	333.161,92	91.977,49	3560121,34	0,38	0,42	0,43	0,51	430,23
Califórnia	186.439,22	68.293,56	2343228,22	0,33	0,35	0,37	0,43	310,53
Cambira	333.510,12	88.052,33	4685012,37	0,53	0,56	0,61	0,70	682,75
Campo do Tenente	349.933,56	82.004,84	4639011,77	0,56	0,58	0,65	0,73	718,00
Congonhinhas	268.971,14	90.104,04	5314618,96	0,58	0,60	0,69	0,83	621,45
Diamante do Norte	339.502,07	87.952,38	5212771,69	0,59	0,60	0,74	0,77	929,03
Douradina	313.328,76	80.270,04	3894190,38	0,48	0,50	0,58	0,72	596,35
Enéas Marques	228.339,75	89.494,99	4714547,56	0,52	0,57	0,56	0,68	789,18
Espigão Alto do Iguaçu	324.000,00	77.662,93	3689261,19	0,47	0,48	0,48	0,56	722,82
Floraí	185.497,25	64.557,55	3158673,98	0,46	0,51	0,46	0,58	625,36
Floresta	212.597,53	73.826,62	4072425,84	0,54	0,57	0,64	0,72	780,91
Formosa do Oeste	430.434,66	87.983,78	4028410,43	0,46	0,47	0,53	0,60	534,84
Francisco Alves	304.503,68	79.041,62	4300205,06	0,54	0,60	0,70	0,74	678,05
Goioxim	277.501,66	84.723,40	5758921,99	0,66	0,68	0,68	0,86	720,50
Guairaçá	374.058,94	71.999,55	3821855,13	0,53	0,55	0,66	0,73	668,04
Guamiranga	261.734,52	91.838,72	5343811,77	0,58	0,59	0,67	0,79	707,98
Honório Serpa	385.179,73	86.915,43	4313118,95	0,49	0,50	0,52	0,56	699,16
Ibema	365.956,94	73.661,60	4413323,04	0,60	0,64	0,71	0,82	744,61
Itambaracá	240.255,67	77.178,11	4532107,28	0,59	0,59	0,68	0,72	653,51
Ivaté	413.988,48	96.423,32	4595246,27	0,48	0,52	0,58	0,63	589,74

Municípios	Despesas Função Legislativa - TCE	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
Jesuítas	305.806,58	92.993,71	4016036,39	0,42	0,47	0,47	0,53	455,07
Laranjal	345.578,93	74.259,13	3962206,52	0,53	0,54	0,62	0,65	626,73
Luiziana	487.301,38	112.579,18	6700542,83	0,60	0,61	0,74	0,81	930,11
Maria Helena	228.236,55	69.446,70	3941515,64	0,57	0,59	0,62	0,68	655,61
Marilena	233.754,47	69.527,30	3718325,88	0,53	0,55	0,62	0,66	568,46
Mauá da Serra	386.800,00	107.094,09	6361051,63	0,57	0,62	0,64	0,80	814,06
Nova Santa Rosa	345.488,65	99.572,98	5632907,28	0,56	0,57	0,64	0,71	742,93
Paula Freitas	247.701,34	70.253,44	4138436,57	0,59	0,59	0,69	0,78	758,37
Paulo Frontin	226.714,96	75.178,38	3984336,35	0,53	0,53	0,60	0,63	566,60
Perobal	329.232,37	64.935,26	3225216,09	0,50	0,50	0,59	0,61	638,02
Pérola	318.775,10	80.104,34	4081918,13	0,51	0,52	0,60	0,69	437,32
Pranchita	211.391,68	76.894,62	4142123,70	0,53	0,54	0,60	0,65	712,81
Quatiguá	250.571,87	71.166,65	3285404,57	0,46	0,47	0,53	0,57	477,74
Renascença	292.823,19	88.796,84	5756171,54	0,65	0,68	0,81	0,86	851,25
Rondon	324.200,00	102.078,65	4917903,86	0,48	0,52	0,55	0,64	545,04
Rosário do Ivaí	282.402,24	64.905,21	3097433,09	0,46	0,49	0,54	0,60	531,93
Sabáudia	289.408,08	78.533,27	4074860,23	0,47	0,53	0,56	0,61	748,09
Salto do Itararé	322.879,16	59.471,51	2505875,01	0,42	0,43	0,47	0,51	492,60
Santa Cruz de Monte Castelo	208.675,08	88.731,24	3743539,47	0,42	0,48	0,48	0,58	472,43
Santa Fé	317.195,91	83.882,00	4323444,05	0,51	0,52	0,62	0,70	442,34
Santana do Itararé	309.231,63	61.256,18	2842508,87	0,46	0,46	0,51	0,55	513,37
São João do Caiuá	268.308,56	71.738,82	3346403,69	0,46	0,49	0,51	0,63	559,69
São Jorge do Patrocínio	222.497,34	107.486,28	7624699,94	0,70	0,71	0,81	0,94	1.264,25
São Pedro do Iguaçu	346.049,50	88.187,49	5400133,36	0,61	0,61	0,68	0,81	825,71
São Pedro do Ivaí	263.197,83	94.916,80	4393090,47	0,46	0,47	0,50	0,59	459,10
Sapopema	251.455,91	68.326,20	4163196,34	0,61	0,61	0,73	0,78	627,18
Sertaneja	370.633,04	108.963,49	5909153,77	0,54	0,54	0,58	0,62	1.002,57
Teixeira Soares	301.095,16	104.718,11	6127673,49	0,55	0,59	0,63	0,71	626,49

Municípios	Despesas Função Legislativa - TCE	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
Tuneiras do Oeste	313.502,48	79.669,41	3486205,07	0,44	0,46	0,46	0,50	405,47
Tupãssi	328.224,77	105.584,37	5574288,87	0,52	0,54	0,56	0,68	718,80
Vera Cruz do Oeste	264.304,21	102.201,44	5055956,83	0,49	0,56	0,53	0,66	555,66
Verê	278.261,33	93.723,19	5056692,16	0,52	0,56	0,59	0,68	631,93
Vitorino	285.108,38	76.151,65	3903574,52	0,48	0,51	0,51	0,60	618,63
		Média	4.506.059,89	0,5263	0,5475	0,6066	0,6851	653,80
		Desvio-padrão	1.035.933,84	0,0706	0,0677	0,1011	0,1078	160,96
		Coefficiente de Variação	0,2299	0,1341	0,1237	0,1666	0,1573	0,2462

APÊNDICE 11 – ESPAÇO DE MANOBRA GESTÃO FINANCEIRA MUNICÍPIOS - ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 1998

Municípios	População	Receita Corrente	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
ALTO PIQUIRI	10.761	4.266.916,47	1.429.264,99	1.202.301,30	220.053,37	226.963,69
ALTONIA	19.230	6.635.894,12	3.526.000,43	3.309.810,47	343.589,32	216.189,96
AMPERE	15.623	5.073.639,49	1.997.593,53	1.894.625,99	76.077,59	102.967,54
ANTONINA	19.174	5.918.686,65	3.356.092,74	3.088.075,11	288.885,06	268.017,63
ARARUNA	13.081	3.732.234,70	2.486.360,85	2.288.581,64	92.561,72	197.779,21
ASSAI	18.045	6.224.869,22	3.015.405,04	2.692.596,56	312.487,57	322.808,48
BARBOSA FERRAZ	14.110	4.713.102,00	2.194.275,86	2.056.710,51	187.254,73	137.565,35
BELA VISTA DO PARAISO	15.031	4.458.263,08	2.036.023,69	1.815.461,13	290.060,07	220.562,56
CAMPINA DA LAGOA	17.018	6.060.248,95	2.625.942,84	2.385.064,62	256.566,87	240.878,22
CANDIDO DE ABREU	18.795	5.597.444,16	2.347.959,97	2.142.686,10	43.230,10	205.273,87
CANTAGALO	12.810	4.724.160,57	2.066.080,16	1.945.357,63	89.049,98	120.722,53
CAPANEMA	18.239	6.266.519,85	3.169.370,53	3.030.067,97	105.139,36	139.302,56
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	14.377	6.153.796,72	2.301.294,78	2.120.037,39	196.701,80	181.257,39
CATANDUVAS	10.421	3.670.707,27	1.272.500,64	1.155.521,00	259.449,72	116.979,64
CENTENARIO DO SUL	11.817	4.938.658,14	2.282.374,27	2.115.214,74	104.644,88	167.159,53
CLEVELANDIA	18.338	5.701.914,51	3.059.753,05	2.924.316,28	196.316,50	135.436,77
CONTENDA	13.241	3.888.576,01	2.041.069,60	1.924.523,91	202.637,83	116.545,69
CORBELIA	15.803	5.625.029,60	1.367.683,08	1.190.257,15	241.815,92	177.425,93
CURIUVA	12.904	3.028.449,98	1.532.757,46	1.412.502,25	202.949,04	120.255,21
ENGENHEIRO BELTRAO	14.082	5.566.259,63	2.557.673,42	2.334.132,27	90.019,24	223.541,15
FAXINAL	15.608	5.306.336,52	2.637.673,96	2.364.755,67	465.366,44	272.918,29
FLORESTOPOLIS	12.190	3.831.509,88	1.888.946,97	1.842.612,73	231.420,80	46.334,24
GENERAL CARNEIRO	13.899	4.145.165,27	1.941.061,11	1.842.630,07	239.051,75	98.431,04
ICARAIMA	10.048	3.552.284,00	1.594.697,91	1.416.186,04	122.983,19	178.511,87
IPIRANGA	13.308	3.509.722,36	1.439.539,83	1.310.979,33	46.562,64	128.560,50
IPORA	16.445	5.992.041,00	1.999.125,00	1.704.220,00	466.106,00	294.905,00
ITAPERUCU	19.344	5.204.320,83	2.079.751,76	1.808.096,24	256.182,80	271.655,52

Municípios	População	Receita Corrente	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
IVAI	11.899	3.513.303,77	1.572.155,60	1.440.233,38	76.119,17	131.922,22
JAGUAPITA	10.932	4.209.343,13	2.253.412,17	2.136.944,20	245.594,37	116.467,97
JARDIM ALEGRE	13.673	4.407.247,16	2.150.622,24	1.889.551,09	184.745,27	261.071,15
JATAIZINHO	11.327	3.549.213,76	1.510.777,71	1.324.708,42	213.482,62	186.069,29
MALLET	12.602	3.669.491,36	1.711.732,26	1.532.345,17	137.656,19	179.387,09
MAMBORE	15.156	5.427.774,65	3.219.538,98	3.060.108,75	0,00	159.430,23
MANDAGUACU	16.828	4.171.023,21	2.243.866,71	2.002.010,86	276.869,46	241.855,85
MANDIRITUBA	17.540	5.723.060,65	3.861.501,86	3.777.501,86	161.182,64	84.000,00
MANOEL RIBAS	13.066	5.815.169,76	2.008.026,33	1.806.261,93	232.317,07	201.764,40
MARILUZ	10.296	3.964.298,61	2.138.941,94	1.984.056,03	294.661,08	154.885,91
MARMELEIRO	13.665	5.183.406,64	1.806.452,56	1.621.268,55	147.953,14	185.184,01
MATELANDIA	14.344	7.058.525,21	3.805.462,37	3.566.428,78	156.229,54	239.033,59
MORRETES	15.275	4.850.717,00	2.645.533,00	2.454.697,00	271.258,00	190.836,00
NOVA AURORA	13.641	5.453.158,04	2.115.148,40	1.940.698,40	121.668,63	174.450,00
PALMITAL	16.958	5.267.517,00	2.047.607,00	1.841.444,00	157.417,00	206.163,00
PEABIRU	13.487	4.510.456,90	2.524.232,25	2.347.865,35	57.436,82	176.366,90
QUITANDINHA	15.272	3.740.504,00	1.274.373,00	1.110.074,00	124.009,00	164.299,00
REALEZA	16.023	5.755.581,24	2.477.590,89	2.361.924,50	100.813,32	115.666,39
RIBEIRAO CLARO	10.903	4.028.888,99	2.198.003,77	1.980.419,91	165.569,72	217.583,86
RIBEIRAO DO PINHAL	14.341	3.840.561,93	1.826.318,19	1.655.198,57	166.150,55	171.119,62
RONCADOR	13.632	5.232.716,18	774.594,94	607.929,90	47.831,46	166.665,04
SALTO DO LONTRA	12.757	4.223.957,51	1.793.550,47	1.638.307,76	85.209,66	155.242,71
SANTA IZABEL DO OESTE	11.711	5.168.935,78	1.940.056,82	1.813.488,84	17.859,56	126.567,98
SANTA MARIA DO OESTE	13.639	3.651.633,81	1.212.766,16	1.070.772,58	13.233,55	141.993,58
SANTA MARIANA	13.470	5.092.224,92	2.096.735,01	1.943.513,00	367.832,66	153.222,01
SANTA TEREZA DO OESTE	10.754	3.175.193,31	1.078.937,53	889.905,57	119.079,27	189.031,96
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	18.368	7.933.560,94	3.759.402,19	3.398.402,19	360.177,37	361.000,00
SAO JERONIMO DA SERRA	11.750	3.409.596,80	1.560.075,54	1.440.869,66	172.725,74	119.205,88

Municípios	População	Receita Corrente	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
SAO JOAO	11.207	5.031.514,99	1.581.731,43	1.461.713,41	286.672,86	120.018,02
SAO JOAO DO TRIUNFO	12.418	3.400.286,00	1.745.432,00	1.626.290,00	67.437,00	119.142,00
SENGES	17.778	5.508.127,75	3.089.450,19	2.869.709,29	168.486,34	219.740,90
TAPEJARA	13.120	4.276.671,92	1.716.758,16	1.586.440,39	284.572,42	130.317,77
TERRA BOA	14.640	5.331.341,96	1.996.318,12	1.812.733,03	136.969,74	183.585,09
TERRA RICA	13.797	6.208.131,00	2.373.295,00	2.262.938,00	210.777,00	110.357,00
TERRA ROXA	16.300	5.199.074,39	2.209.998,60	1.927.719,14	498.630,21	282.279,46
TIBAGI	18.434	7.240.641,48	2.135.717,65	1.878.850,79	242.191,20	256.866,86
TIJUCAS DO SUL	12.260	3.801.749,25	1.515.628,49	1.442.196,39	45.820,95	73.432,10
WENCESLAU BRAZ	19.559	5.042.810,93	1.959.360,84	1.782.733,51	246.420,13	176.627,33

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/RC	Per Capita
ALTO PIQUIRI	42.669,16	2.574.928,95	0,56	0,60	0,57	0,63	239,28
ALTONIA	68.788,99	2.697.515,38	0,38	0,41	0,36	0,39	140,28
AMPERE	53.683,57	2.946.284,80	0,49	0,58	0,50	0,65	188,59
ANTONINA	63.325,96	2.210.382,89	0,37	0,37	0,36	0,42	115,28
ARARUNA	38.874,65	1.114.437,48	0,25	0,30	0,26	0,29	85,20
ASSAI	68.833,34	2.828.143,27	0,41	0,45	0,35	0,45	156,73
BARBOSA FERRAZ	48.131,53	2.283.439,88	0,44	0,48	0,44	0,53	161,83
BELA VISTA DO PARAISO	44.582,63	2.087.596,69	0,41	0,47	0,41	0,49	138,89
CAMPINA DA LAGOA	61.159,88	3.116.579,36	0,49	0,51	0,50	0,55	183,13
CANDIDO DE ABREU	55.974,44	3.150.279,65	0,54	0,56	0,53	0,58	167,61
CANTAGALO	47.441,61	2.521.588,82	0,48	0,53	0,47	0,55	196,85
CAPANEMA	62.694,41	2.929.315,55	0,41	0,47	0,42	0,51	160,61
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	61.574,78	3.594.225,36	0,56	0,58	0,56	0,68	250,00
CATANDUVAS	39.788,01	2.098.968,90	0,49	0,57	0,47	0,62	201,42
CENTENARIO DO SUL	54.726,42	2.496.912,57	0,43	0,51	0,43	0,53	211,30
CLEVELANDIA	61.055,73	2.384.789,23	0,40	0,42	0,39	0,44	130,05
CONTENDA	41.677,33	1.603.191,25	0,38	0,41	0,36	0,43	121,08
CORBELIA	58.881,29	3.956.649,31	0,65	0,70	0,68	0,81	250,37
CURIUVA	35.670,93	1.257.072,55	0,39	0,42	0,37	0,44	97,42
ENGENHEIRO BELTRAO	58.485,38	2.860.081,59	0,46	0,51	0,46	0,57	203,10
FAXINAL	61.446,39	2.141.849,73	0,32	0,40	0,28	0,41	137,23
FLORESTOPOLIS	38.715,10	1.672.427,01	0,43	0,44	0,43	0,48	137,20
GENERAL CARNEIRO	43.679,53	1.921.372,88	0,46	0,46	0,47	0,52	138,24
ICARAIMA	38.760,52	1.795.842,38	0,45	0,51	0,49	0,57	178,73
IPIRANGA	37.478,27	1.986.141,62	0,51	0,57	0,51	0,60	149,24
IPORA	63.554,57	3.463.255,43	0,52	0,58	0,46	0,59	210,60
ITAPERUCU	53.112,21	2.815.274,06	0,51	0,54	0,51	0,62	145,54
IVAI	39.488,37	1.825.540,63	0,43	0,52	0,43	0,61	153,42

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/RC	Per Capita
JAGUAPITA	42.352,06	1.667.984,53	0,39	0,40	0,34	0,41	152,58
JARDIM ALEGRE	47.516,97	2.024.362,68	0,40	0,46	0,38	0,45	148,06
JATAIZINHO	35.704,07	1.789.249,36	0,50	0,50	0,48	0,55	157,96
MALLET	37.484,91	1.782.618,00	0,46	0,49	0,48	0,55	141,46
MAMBORE	58.450,18	2.149.785,49	0,36	0,40	0,36	0,42	141,84
MANDAGUACU	42.410,23	1.607.876,81	0,34	0,39	0,33	0,42	95,55
MANDIRITUBA	57.736,61	1.642.639,54	0,24	0,29	0,24	0,30	93,65
MANOEL RIBAS	62.057,31	3.512.769,05	0,53	0,60	0,53	0,68	268,85
MARILUZ	40.232,99	1.490.462,60	0,35	0,38	0,27	0,31	144,76
MARMELEIRO	55.983,04	3.173.017,90	0,56	0,61	0,57	0,68	232,20
MATELANDIA	71.569,07	3.025.264,23	0,39	0,43	0,38	0,47	210,91
MORRETES	59.830,57	1.874.095,43	0,37	0,39	0,35	0,41	122,69
NOVA AURORA	57.175,51	3.159.165,50	0,52	0,58	0,55	0,65	231,59
PALMITAL	54.458,04	3.008.034,96	0,56	0,57	0,58	0,67	177,38
PEABIRU	45.135,11	1.883.652,72	0,40	0,42	0,39	0,43	139,66
QUITANDINHA	39.803,54	2.302.318,46	0,48	0,62	0,49	0,65	150,75
REALEZA	59.857,57	3.117.319,46	0,54	0,54	0,57	0,62	194,55
RIBEIRAO CLARO	40.288,89	1.625.026,61	0,32	0,40	0,34	0,39	149,04
RIBEIRAO DO PINHAL	41.608,71	1.806.484,48	0,46	0,47	0,48	0,51	125,97
RONCADOR	54.930,70	4.355.359,08	0,79	0,83	0,90	1,14	319,50
SALTO DO LONTRA	46.669,31	2.298.528,07	0,48	0,54	0,49	0,58	180,18
SANTA IZABEL DO OESTE	53.870,45	3.157.148,95	0,57	0,61	0,54	0,68	269,59
SANTA MARIA DO OESTE	39.056,41	2.386.577,69	0,58	0,65	0,64	0,76	174,98
SANTA MARIANA	53.065,24	2.574.592,01	0,47	0,51	0,48	0,55	191,14
SANTA TEREZA DO OESTE	31.751,93	1.945.424,58	0,61	0,61	0,61	0,78	180,90
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	79.335,61	3.734.645,77	0,37	0,47	0,37	0,46	203,32
SAO JERONIMO DA SERRA	35.145,97	1.641.649,55	0,43	0,48	0,47	0,54	139,71
SAO JOAO	50.315,15	3.112.795,55	0,59	0,62	0,59	0,73	277,75

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/RC	Per Capita
SAO JOAO DO TRIUNFO	37.577,31	1.549.839,69	0,39	0,46	0,41	0,51	124,81
SENGES	58.850,87	2.191.340,35	0,38	0,40	0,36	0,40	123,26
TAPEJARA	43.624,18	2.231.717,16	0,43	0,52	0,41	0,56	170,10
TERRA BOA	53.799,90	3.144.254,20	0,49	0,59	0,54	0,65	214,77
TERRA RICA	62.100,08	3.561.958,92	0,56	0,57	0,58	0,67	258,17
TERRA ROXA	56.445,04	2.434.000,54	0,43	0,47	0,41	0,47	149,33
TIBAGI	72.406,41	4.790.326,22	0,63	0,66	0,60	0,73	259,86
TIJUCAS DO SUL	41.368,09	2.198.931,72	0,53	0,58	0,52	0,62	179,36
WENCESLAU BRAZ	50.428,11	2.786.601,85	0,51	0,55	0,52	0,61	142,47
	Média	2.478.029,34	0,4622	0,5067	0,4617	0,5532	173,66
	Desvio-padrão	763.423,31	0,0959	0,0978	0,1113	0,1382	49,97
	Coefficiente de Variação	0,3081	0,2075	0,1931	0,2410	0,2499	0,2877

APÊNDICE 12 – ESPAÇO DE MANOBRA GESTÃO FINANCEIRA MUNICÍPIOS - ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO

Municípios	População	Receita Corrente	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
ALTO PIQUIRI	10.761	9.951.646,36	3.333.446,96	2.804.103,96	513.226,20	529.343,00
ALTONIA	19.230	15.476.766,89	8.223.622,28	7.719.406,64	801.346,69	504.215,64
AMPERE	15.623	11.833.150,78	4.658.948,57	4.418.799,38	177.434,28	240.149,19
ANTONINA	19.174	13.804.037,85	7.827.349,87	7.202.257,57	673.761,01	625.092,31
ARARUNA	13.081	8.704.618,46	5.798.891,09	5.337.614,48	215.879,90	461.276,61
ASSAI	18.045	14.518.141,51	7.032.770,57	6.279.890,63	728.808,69	752.879,94
BARBOSA FERRAZ	14.110	10.992.276,20	5.117.666,94	4.796.825,95	436.730,57	320.840,99
BELA VISTA DO PARAISO	15.031	10.397.920,34	4.748.578,48	4.234.164,71	676.501,46	514.413,77
CAMPINA DA LAGOA	17.018	14.134.200,85	6.124.435,45	5.562.639,86	598.385,92	561.795,59
CANDIDO DE ABREU	18.795	13.054.810,23	5.476.101,41	4.997.345,15	100.824,72	478.756,26
CANTAGALO	12.810	11.018.067,89	4.818.678,60	4.537.119,79	207.689,54	281.558,81
CAPANEMA	18.239	14.615.282,46	7.391.861,29	7.066.968,64	245.214,49	324.892,65
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	14.377	14.352.380,50	5.367.265,09	4.944.522,00	458.763,79	422.743,09
CATANDUVAS	10.421	8.561.119,23	2.967.828,51	2.694.999,17	605.109,54	272.829,34
CENTENARIO DO SUL	11.817	11.518.336,40	5.323.137,15	4.933.274,23	244.061,22	389.862,92
CLEVELANDIA	18.338	13.298.464,40	7.136.202,58	6.820.326,03	457.865,16	315.876,55
CONTENDA	13.241	9.069.250,26	4.760.346,96	4.488.529,71	472.608,27	271.817,25
CORBELIA	15.803	13.119.147,22	3.189.820,67	2.776.013,62	563.982,57	413.807,05
CURIUVA	12.904	7.063.195,03	3.574.820,44	3.294.351,55	473.334,10	280.468,89
ENGENHEIRO BELTRAO	14.082	12.982.079,16	5.965.212,01	5.443.851,33	209.950,12	521.360,68
FAXINAL	15.608	12.375.865,54	6.151.795,72	5.515.273,69	1.085.365,10	636.522,02
FLORESTOPOLIS	12.190	8.936.156,03	4.405.554,31	4.297.489,86	539.738,23	108.064,45
GENERAL CARNEIRO	13.899	9.667.688,40	4.527.099,10	4.297.530,30	557.535,75	229.568,80
ICARAIMA	10.048	8.284.922,94	3.719.282,94	3.302.943,18	286.831,30	416.339,77
IPIRANGA	13.308	8.185.657,25	3.357.410,77	3.057.571,61	108.597,14	299.839,16
IPORA	16.445	13.975.120,77	4.662.520,39	3.974.719,19	1.087.089,97	687.801,20
ITAPERUCU	19.344	12.137.936,33	4.850.564,61	4.216.987,72	597.490,17	633.576,89

Municípios	População	Receita Corrente	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
IVAI	11.899	8.194.010,10	3.666.707,95	3.359.028,32	177.531,26	307.679,63
JAGUAPITA	10.932	9.817.369,18	5.255.589,41	4.983.953,43	572.794,98	271.635,98
JARDIM ALEGRE	13.673	10.278.936,90	5.015.854,45	4.406.963,29	430.877,80	608.891,17
JATAIZINHO	11.327	8.277.762,28	3.523.557,49	3.089.591,70	497.901,37	433.965,79
MALLET	12.602	8.558.283,39	3.992.239,88	3.573.858,86	321.052,86	418.381,02
MAMBORE	15.156	12.659.093,33	7.508.868,19	7.137.032,17	0,00	371.836,03
MANDAGUACU	16.828	9.727.996,37	5.233.326,72	4.669.251,02	645.737,26	564.075,70
MANDIRITUBA	17.540	13.347.783,13	9.006.105,74	8.810.194,18	375.923,14	195.911,57
MANOEL RIBAS	13.066	13.562.607,42	4.683.280,79	4.212.709,60	541.828,59	470.571,19
MARILUZ	10.296	9.245.856,61	4.988.612,72	4.627.375,32	687.232,31	361.237,40
MARMELEIRO	13.665	12.089.158,57	4.213.154,20	3.781.253,13	345.068,23	431.901,07
MATELANDIA	14.344	16.462.461,17	8.875.405,93	8.317.912,53	364.371,12	557.493,40
MORRETES	15.275	11.313.232,99	6.170.125,20	5.725.042,11	632.649,76	445.083,09
NOVA AURORA	13.641	12.718.294,52	4.933.119,51	4.526.253,16	283.765,38	406.866,34
PALMITAL	16.958	12.285.327,53	4.775.594,01	4.294.764,05	367.140,61	480.829,96
PEABIRU	13.487	10.519.650,97	5.887.217,82	5.475.880,73	133.958,78	411.337,09
QUITANDINHA	15.272	8.723.904,79	2.972.195,38	2.589.004,02	289.223,78	383.191,36
REALEZA	16.023	13.423.630,27	5.778.437,08	5.508.670,61	235.124,95	269.766,47
RIBEIRAO CLARO	10.903	9.396.499,49	5.126.361,48	4.618.894,87	386.155,04	507.466,61
RIBEIRAO DO PINHAL	14.341	8.957.267,95	4.259.486,42	3.860.387,46	387.509,70	399.098,96
RONCADOR	13.632	12.204.162,25	1.806.572,73	1.417.863,09	111.556,38	388.709,63
SALTO DO LONTRA	12.757	9.851.454,01	4.183.062,91	3.820.993,35	198.732,83	362.069,56
SANTA IZABEL DO OESTE	11.711	12.055.408,47	4.524.756,82	4.229.564,78	41.653,50	295.192,04
SANTA MARIA DO OESTE	13.639	8.516.634,57	2.828.510,95	2.497.342,08	30.864,35	331.168,87
SANTA MARIANA	13.470	11.876.497,22	4.890.174,32	4.532.817,60	857.888,96	357.356,72
SANTA TEREZA DO OESTE	10.754	7.405.441,65	2.516.385,03	2.075.509,47	277.726,27	440.875,57
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	18.368	18.503.290,00	8.767.980,67	7.926.027,38	840.034,68	841.953,28
SAO JERONIMO DA SERRA	11.750	7.952.136,35	3.638.533,86	3.360.512,31	402.844,89	278.021,56

Municípios	População	Receita Corrente	Despesas Pessoal	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações	Despesas Função Legislativa
SAO JOAO	11.207	11.734.904,63	3.689.041,47	3.409.125,78	668.601,54	279.915,70
SAO JOAO DO TRIUNFO	12.418	7.930.420,96	4.070.837,13	3.792.964,56	157.282,00	277.872,57
SENGES	17.778	12.846.499,31	7.205.464,64	6.692.967,21	392.957,42	512.497,43
TAPEJARA	13.120	9.974.398,81	4.003.961,69	3.700.024,09	663.702,72	303.937,60
TERRA BOA	14.640	12.434.185,24	4.655.973,95	4.227.802,02	319.451,86	428.171,94
TERRA RICA	13.797	14.479.103,28	5.535.189,81	5.277.806,32	491.591,10	257.383,49
TERRA ROXA	16.300	12.125.700,16	5.154.336,79	4.495.981,89	1.162.945,55	658.354,90
TIBAGI	18.434	16.887.207,41	4.981.092,77	4.382.007,18	564.857,83	599.085,59
TIJUCAS DO SUL	12.260	8.866.745,89	3.534.870,87	3.363.606,61	106.867,31	171.264,26
WENCESLAU BRAZ	19.559	11.761.249,93	4.569.779,21	4.157.834,72	574.720,88	411.944,49

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
ALTO PIQUIRI	99.516,46	6.005.456,74	0,56	0,60	0,57	0,63	558,08
ALTONIA	160.435,22	6.291.362,70	0,38	0,41	0,36	0,39	327,16
AMPERE	125.205,15	6.871.562,78	0,49	0,58	0,50	0,65	439,84
ANTONINA	147.693,91	5.155.233,05	0,37	0,37	0,36	0,42	268,87
ARARUNA	90.666,60	2.599.180,87	0,25	0,30	0,26	0,29	198,70
ASSAI	160.538,66	6.596.023,59	0,41	0,45	0,35	0,45	365,53
BARBOSA FERRAZ	112.256,23	5.325.622,46	0,44	0,48	0,44	0,53	377,44
BELA VISTA DO PARAISO	103.979,20	4.868.861,19	0,41	0,47	0,41	0,49	323,92
CAMPINA DA LAGOA	142.642,00	7.268.737,47	0,49	0,51	0,50	0,55	427,12
CANDIDO DE ABREU	130.548,10	7.347.336,00	0,54	0,56	0,53	0,58	390,92
CANTAGALO	110.647,13	5.881.052,61	0,48	0,53	0,47	0,55	459,10
CAPANEMA	146.220,95	6.831.985,73	0,41	0,47	0,42	0,51	374,58
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	143.609,66	8.382.741,96	0,56	0,58	0,56	0,68	583,07
CATANDUVAS	92.796,79	4.895.384,38	0,49	0,57	0,47	0,62	469,76
CENTENARIO DO SUL	127.637,37	5.823.500,66	0,43	0,51	0,43	0,53	492,81
CLEVELANDIA	142.399,08	5.561.997,58	0,40	0,42	0,39	0,44	303,30
CONTENDA	97.203,23	3.739.091,79	0,38	0,41	0,36	0,43	282,39
CORBELIA	137.327,69	9.228.016,29	0,65	0,70	0,68	0,81	583,94
CURIUVA	83.194,62	2.931.845,88	0,39	0,42	0,37	0,44	227,20
ENGENHEIRO BELTRAO	136.404,32	6.670.512,70	0,46	0,51	0,46	0,57	473,69
FAXINAL	143.310,23	4.995.394,49	0,32	0,40	0,28	0,41	320,05
FLORESTOPOLIS	90.294,47	3.900.569,02	0,43	0,44	0,43	0,48	319,98
GENERAL CARNEIRO	101.872,93	4.481.180,62	0,46	0,46	0,47	0,52	322,41
ICARAIMA	90.400,41	4.188.408,28	0,45	0,51	0,49	0,57	416,84
IPIRANGA	87.409,85	4.632.239,49	0,51	0,57	0,51	0,60	348,08
IPORA	148.227,09	8.077.283,33	0,52	0,58	0,46	0,59	491,17
ITAPERUCU	123.872,57	6.566.008,98	0,51	0,54	0,51	0,62	339,43
IVAI	92.097,95	4.257.672,94	0,43	0,52	0,43	0,61	357,82

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
JAGUAPITA	98.776,89	3.890.207,90	0,39	0,40	0,34	0,41	355,86
JARDIM ALEGRE	110.822,92	4.721.381,73	0,40	0,46	0,38	0,45	345,31
JATAIZINHO	83.271,91	4.173.031,51	0,50	0,50	0,48	0,55	368,41
MALLET	87.425,34	4.157.565,31	0,46	0,49	0,48	0,55	329,91
MAMBORE	136.322,21	5.013.902,93	0,36	0,40	0,36	0,42	330,82
MANDAGUACU	98.912,56	3.750.019,83	0,34	0,39	0,33	0,42	222,84
MANDIRITUBA	134.657,97	3.831.096,28	0,24	0,29	0,24	0,30	218,42
MANOEL RIBAS	144.735,06	8.192.762,99	0,53	0,60	0,53	0,68	627,03
MARILUZ	93.834,61	3.476.176,97	0,35	0,38	0,27	0,31	337,62
MARMELEIRO	130.568,16	7.400.367,98	0,56	0,61	0,57	0,68	541,56
MATELANDIA	166.919,14	7.055.764,98	0,39	0,43	0,38	0,47	491,90
MORRETES	139.541,67	4.370.916,35	0,37	0,39	0,35	0,41	286,15
NOVA AURORA	133.349,33	7.368.060,30	0,52	0,58	0,55	0,65	540,14
PALMITAL	127.011,43	7.015.581,48	0,56	0,57	0,58	0,67	413,70
PEABIRU	105.267,73	4.393.206,64	0,40	0,42	0,39	0,43	325,74
QUITANDINHA	92.833,02	5.369.652,60	0,48	0,62	0,49	0,65	351,60
REALEZA	139.604,64	7.270.463,60	0,54	0,54	0,57	0,62	453,75
RIBEIRAO CLARO	93.964,99	3.790.017,98	0,32	0,40	0,34	0,39	347,61
RIBEIRAO DO PINHAL	97.043,19	4.213.228,64	0,46	0,47	0,48	0,51	293,79
RONCADOR	128.113,80	10.157.919,34	0,79	0,83	0,90	1,14	745,15
SALTO DO LONTRA	108.845,92	5.360.812,35	0,48	0,54	0,49	0,58	420,23
SANTA IZABEL DO OESTE	125.641,01	7.363.357,13	0,57	0,61	0,54	0,68	628,76
SANTA MARIA DO OESTE	91.090,50	5.566.168,77	0,58	0,65	0,64	0,76	408,11
SANTA MARIANA	123.763,03	6.004.670,91	0,47	0,51	0,48	0,55	445,78
SANTA TEREZA DO OESTE	74.054,42	4.537.275,93	0,61	0,61	0,61	0,78	421,92
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	185.032,90	8.710.241,75	0,37	0,47	0,37	0,46	474,21
SAO JERONIMO DA SERRA	81.970,26	3.828.787,35	0,43	0,48	0,47	0,54	325,85
SAO JOAO	117.349,05	7.259.912,57	0,59	0,62	0,59	0,73	647,80

Municípios	PASEP (Lei 9.715/98)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
SAO JOAO DO TRIUNFO	87.640,83	3.614.660,99	0,39	0,46	0,41	0,51	291,08
SENGES	137.256,74	5.110.820,51	0,38	0,40	0,36	0,40	287,48
TAPEJARA	101.743,83	5.204.990,56	0,43	0,52	0,41	0,56	396,72
TERRA BOA	125.476,46	7.333.282,97	0,49	0,59	0,54	0,65	500,91
TERRA RICA	144.834,82	8.307.487,56	0,56	0,57	0,58	0,67	602,12
TERRA ROXA	131.645,68	5.676.772,15	0,43	0,47	0,41	0,47	348,27
TIBAGI	168.872,07	11.172.384,74	0,63	0,66	0,60	0,73	606,07
TIJUCAS DO SUL	96.482,00	5.128.525,71	0,53	0,58	0,52	0,62	418,31
WENCESLAU BRAZ	117.612,50	6.499.137,34	0,51	0,55	0,52	0,61	332,28
	Média	5.779.459,66	0,4622	0,5067	0,4617	0,5532	405,02
	Desvio-padrão	1.780.517,35	0,0959	0,0978	0,1113	0,1382	116,54
	Coefficiente de Variação	0,3081	0,2075	0,1931	0,2410	0,2499	0,2877

APÊNDICE 13 – ESPAÇO DE MANOBRAS GESTÃO FINANCEIRA MUNICÍPIOS - ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 2006

Municípios	População	Receitas Correntes	Pessoal Executivo	Pessoal Legislativo	Pessoal Consolidado	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações
Alto Paraná	12.936	10.336.707,96	4.377.990,80		4.377.990,80	4.218.438,70	298.286,49
Ampére	17.067	15.372.015,08	5.928.372,97	240.738,35	6.169.111,32	5.870.538,91	221.571,19
Araruna	12.650	11.917.942,25	4.765.503,13	417.925,64	5.183.428,77	4.562.521,38	245.804,37
Assaí	16.098	14.717.733,91	6.377.802,39	438.907,19	6.816.709,58	6.326.285,59	609.684,51
Barbosa Ferraz	13.655	11.753.974,40	4.464.427,26	266.644,03	4.731.071,29	4.381.231,41	168.165,69
Bela Vista do Paraíso	14.996	11.950.949,07	5.082.236,29		5.082.236,29	4.710.359,25	431.029,02
Bituruna	16.142	21.669.032,15	8.389.243,82		8.389.243,82	8.046.348,43	737.791,19
Cândido de Abreu	17.775	17.926.237,99	6.665.085,27	552.196,44	7.217.281,71	6.534.757,26	147.947,44
Candói	15.412	20.183.842,44	9.504.099,01	624.543,78	10.128.642,79	9.156.701,25	369.840,81
Cantagalo	12.418	10.983.508,12	4.153.490,95	393.769,00	4.547.259,95	4.018.137,28	160.401,72
Capanema	18.103	16.836.219,25	8.305.591,86		8.305.591,86	7.962.286,63	192.409,26
Capitão Leônidas Marques	13.616	16.153.149,71	6.657.838,14	431.517,67	7.089.355,81	6.439.966,95	97.208,13
Carlópolis	13.170	13.262.915,60	5.499.571,82	473.088,39	5.972.660,21	5.406.915,72	416.934,66
Centenário do Sul	11.247	10.513.914,38	4.252.550,38	205.176,52	4.457.726,90	4.137.083,81	197.626,35
Cerro Azul	17.693	14.067.771,32	6.164.202,23	504.065,37	6.668.267,60	5.924.736,28	405.026,56
Cidade Gaúcha	10.468	12.077.794,23	5.416.194,94		5.416.194,94	5.236.362,73	517.342,32
Clevelândia	17.599	16.331.683,18	7.860.806,58		7.860.806,58	7.399.144,90	148.818,87
Contenda	14.800	14.137.622,50	6.352.488,77		6.352.488,77	5.888.488,77	135.574,94
Corbélia	15.428	16.171.302,64	6.566.247,85	505.805,56	7.072.053,41	6.330.397,08	328.812,72
Cruz Machado	18.329	20.718.881,67	9.485.264,13	291.165,89	9.776.430,02	9.453.573,77	746.500,37
Engenheiro Beltrão	13.867	12.728.177,20	6.658.732,40	417.465,00	7.076.197,40	6.557.829,83	643.921,29
General Carneiro	14.591	14.889.529,13	5.972.035,78	225.168,21	6.197.203,99	5.906.932,25	458.563,57
Guaraniaçu	15.959	17.105.341,94	6.145.219,07	400.932,13	6.546.151,20	6.046.628,50	734.711,52
Ipiranga	13.993	14.348.606,75	5.129.463,60	325.590,13	5.455.053,73	4.874.913,81	46.319,03
Iporã	15.086	14.910.797,48	4.755.924,79	422.597,71	5.178.522,50	4.559.859,81	532.168,84

Municípios	População	Receitas Correntes	Pessoal Executivo	Pessoal Legislativo	Pessoal Consolidado	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações
Ivaí	12.840	10.651.673,60	3.312.688,27		3.312.688,27	3.105.816,27	23.546,37
Jaguapitã	11.782	12.867.936,41	5.602.400,40		5.602.400,40	5.322.025,58	333.641,37
Jardim Alegre	14.315	11.622.048,21	5.250.816,73	445.160,15	5.695.976,88	5.125.558,47	286.641,52
Jataizinho	11.244	10.583.380,68	3.930.517,68		3.930.517,68	3.635.892,70	370.080,71
Mallet	12.414	12.176.235,29	4.760.126,27	376.784,47	5.136.910,74	4.605.304,83	293.499,24
Mamborê	14.132	16.873.314,26	6.541.871,59		6.541.871,59	6.088.121,65	257.140,07
Manoel Ribas	12.762	15.034.974,60	5.440.926,71	453.300,27	5.894.226,98	5.228.047,34	557.373,60
Moreira Sales	12.926	11.413.595,12	4.148.505,65	231.605,68	4.380.111,33	4.081.234,15	456.694,52
Morretes	16.198	16.707.132,54	8.183.867,05		8.183.867,05	7.465.043,14	360.439,90
Nova Aurora	11.753	13.792.489,37	4.982.209,28	431.725,87	5.413.935,15	4.867.592,61	315.604,42
Nova Londrina	12.619	11.841.576,71	4.865.418,68	271.404,68	5.136.823,36	4.832.289,03	588.219,44
Palmital	15.454	13.160.694,49	4.442.427,60		4.442.427,60	3.872.304,42	497.961,72
Paraíso do Norte	11.169	9.981.046,42	4.252.390,27		4.252.390,27	3.925.307,80	321.131,08
Peabiru	13.029	11.618.583,10	5.487.895,61		5.487.895,61	5.088.514,63	522.794,58
Planalto	13.649	12.076.330,35	4.883.767,48	211.725,68	5.095.493,16	4.833.759,14	29.276,58
Querência do Norte	11.804	12.385.086,28	5.003.761,96	238.363,55	5.242.125,51	4.878.123,57	326.197,71
Quitandinha	15.897	13.572.951,57	4.872.237,64	304.339,58	5.176.577,22	4.822.977,22	522.939,69
Rebouças	14.053	13.406.546,67	4.616.204,25	241.381,01	4.857.585,26	4.449.610,81	227.009,60
Ribeirão Claro	10.882	11.733.693,03	5.571.023,77		5.571.023,77	5.151.759,15	305.656,23
Roncador	12.265	11.400.958,46	4.250.050,35	321.518,35	4.571.568,70	3.873.745,07	158.608,63
Salto do Lontra	12.480	12.355.197,51	4.991.469,35	278.773,24	5.270.242,59	4.924.013,77	697.612,82
Santa Izabel do Oeste	11.434	11.529.078,69	4.450.494,78	237.189,16	4.687.683,94	4.373.388,13	204.086,04
Santa Maria do Oeste	11.548	11.709.912,51	4.394.488,21	299.862,00	4.694.350,21	4.106.322,98	289.202,67
Santa Mariana	11.992	12.518.112,87	5.392.409,17	343.929,66	5.736.338,83	5.320.669,00	557.516,15
Santo Antônio do Sudoeste	18.565	14.479.009,13	5.661.774,41	346.150,09	6.007.924,50	5.523.724,50	294.883,71
São Jerônimo da Serra	11.563	11.359.790,15	4.360.566,86		4.360.566,86	4.126.124,23	434.382,32
São João do Ivaí	11.854	10.906.345,77	4.531.954,70	367.537,45	4.899.492,15	4.451.378,86	297.370,18
São João do Triunfo	13.611	12.235.015,14	4.834.718,48	347.239,40	5.181.957,88	4.729.573,15	206.769,41

Municípios	População	Receitas Correntes	Pessoal Executivo	Pessoal Legislativo	Pessoal Consolidado	Pessoal Ajustado	Despesas Juros e Amortizações
Siqueira Campos	16.663	14.233.526,81	5.697.117,64	345.880,79	6.042.998,43	5.535.000,73	199.574,60
Tamarana	10.887	11.253.654,65	3.414.686,58	315.665,05	3.730.351,63	3.345.660,27	164.063,44
Tapejara	14.498	14.257.302,44	5.320.287,84	267.395,88	5.587.683,72	5.263.588,15	520.521,08
Terra Rica	14.405	13.207.158,56	5.333.224,13	343.765,37	5.676.989,50	5.191.216,15	510.719,99
Terra Roxa	16.208	16.586.386,13	5.627.005,69	503.090,08	6.130.095,77	5.502.483,70	447.797,01
Tijucas do Sul	13.091	14.003.889,93	4.669.349,10	221.472,03	4.890.821,13	4.626.553,52	487.250,07

Municípios	Despesas Função Legislativa - TCE	PASEP (Lei 9.715)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
Alto Paraná	159.552,10	106.629,21	5.553.801,46	0,50	0,54	0,56	0,65	429,33
Ampére	298.572,41	157.467,51	8.823.865,06	0,55	0,57	0,62	0,68	517,01
Araruna	620.907,39	121.113,07	6.367.596,04	0,51	0,53	0,62	0,70	503,37
Assaí	490.423,99	147.929,79	7.143.410,03	0,45	0,49	0,49	0,63	443,75
Barbosa Ferraz	349.839,88	120.851,34	6.733.886,08	0,55	0,57	0,63	0,70	493,14
Bela Vista do Paraíso	371.877,04	120.844,49	6.316.839,27	0,52	0,53	0,59	0,64	421,23
Bituruna	342.895,39	223.013,92	12.318.983,22	0,55	0,57	0,57	0,63	763,16
Cândido de Abreu	682.524,45	179.262,38	10.381.746,46	0,57	0,58	0,71	0,78	584,06
Candói	971.941,54	211.217,02	9.474.141,82	0,42	0,47	0,46	0,56	614,73
Cantagalo	529.122,67	110.750,48	6.165.095,97	0,55	0,56	0,68	0,71	496,46
Capanema	343.305,23	168.362,19	8.169.855,94	0,49	0,49	0,45	0,50	451,30
Capitão Leônidas Marques	649.388,86	172.828,33	8.793.757,44	0,51	0,54	0,59	0,66	645,84
Carlópolis	565.744,49	135.531,21	6.737.789,52	0,50	0,51	0,56	0,62	511,60
Centenário do Sul	320.643,09	105.139,14	5.753.421,99	0,54	0,55	0,56	0,70	511,55
Cerro Azul	743.531,32	140.677,71	6.853.799,45	0,49	0,49	0,58	0,60	387,37
Cidade Gaúcha	179.832,21	121.040,44	6.023.216,53	0,50	0,50	0,55	0,62	575,39
Civelândia	461.661,68	170.602,34	8.151.455,39	0,46	0,50	0,51	0,57	463,18
Contenda	464.000,00	143.863,11	7.505.695,68	0,52	0,53	0,56	0,65	507,14
Corbélia	741.656,33	167.074,52	8.603.361,99	0,51	0,53	0,61	0,66	557,65
Cruz Machado	322.856,25	209.109,25	9.986.842,03	0,46	0,48	0,51	0,56	544,87
Engenheiro Beltrão	518.367,57	128.787,82	4.879.270,69	0,38	0,38	0,39	0,43	351,86
General Carneiro	290.271,74	148.895,29	8.084.866,28	0,54	0,54	0,60	0,65	554,10
Guaraniaçu	499.522,70	178.328,21	9.646.151,01	0,54	0,56	0,64	0,70	604,43
Ipiranga	580.139,92	143.486,07	8.703.747,92	0,60	0,61	0,66	0,74	622,01
Iporã	618.662,69	151.837,97	9.048.268,17	0,60	0,61	0,63	0,69	599,78
Ivaí	206.872,00	109.850,45	7.205.588,51	0,65	0,68	0,72	0,84	561,18
Jaguapitã	280.374,82	134.992,35	6.796.902,29	0,48	0,53	0,52	0,63	576,89
Jardim Alegre	570.418,41	123.615,87	5.515.813,94	0,45	0,47	0,53	0,60	385,32

Municípios	Despesas Função Legislativa - TCE	PASEP (Lei 9.715)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
Jataizinho	294.624,98	105.833,81	6.176.948,48	0,58	0,58	0,62	0,71	549,36
Mallet	531.605,91	125.739,49	6.620.085,82	0,52	0,54	0,62	0,72	533,28
Mamborê	453.749,94	170.102,47	9.904.200,13	0,57	0,59	0,61	0,69	700,83
Manoel Ribas	666.179,64	150.349,75	8.433.024,27	0,56	0,56	0,64	0,72	660,79
Moreira Sales	298.877,18	115.911,47	6.460.877,80	0,55	0,57	0,68	0,78	499,84
Morretes	718.823,91	167.071,33	7.995.754,26	0,48	0,48	0,53	0,56	493,63
Nova Aurora	546.342,54	141.483,39	7.921.466,41	0,56	0,57	0,71	0,81	674,00
Nova Londrina	304.534,33	124.914,46	5.991.619,45	0,48	0,51	0,53	0,59	474,81
Palmital	570.123,18	134.086,34	8.086.218,83	0,60	0,61	0,66	0,71	523,24
Paraíso do Norte	327.082,47	99.973,46	5.307.551,61	0,52	0,53	0,58	0,65	475,20
Peabiru	399.380,98	117.651,72	5.490.241,19	0,46	0,47	0,50	0,55	421,39
Planalto	261.734,02	124.475,96	6.827.084,65	0,55	0,57	0,62	0,67	500,19
Querência do Norte	364.001,94	125.225,34	6.691.537,72	0,53	0,54	0,65	0,69	566,89
Quitandinha	353.600,00	137.929,52	7.735.505,14	0,53	0,57	0,60	0,69	486,60
Rebouças	407.974,45	136.002,25	8.185.949,56	0,60	0,61	0,70	0,72	582,51
Ribeirão Claro	419.264,62	119.836,93	5.737.176,10	0,48	0,49	0,51	0,55	527,22
Roncador	697.823,63	115.058,07	6.555.723,06	0,57	0,58	0,67	0,73	534,51
Salto do Lontra	346.228,82	141.467,59	6.245.874,51	0,41	0,51	0,45	0,59	500,47
Santa Izabel do Oeste	314.295,81	119.073,71	6.518.235,00	0,55	0,57	0,62	0,68	570,07
Santa Maria do Oeste	588.027,23	118.927,88	6.607.431,75	0,55	0,56	0,63	0,68	572,17
Santa Mariana	415.669,83	125.181,13	6.099.076,76	0,49	0,49	0,56	0,62	508,60
Santo Antônio do Sudoeste	484.200,00	152.506,58	8.023.694,34	0,50	0,55	0,58	0,70	432,19
São Jerônimo da Serra	234.442,63	113.597,90	6.451.243,07	0,57	0,57	0,60	0,66	557,92
São João do Ivaí	448.113,29	118.257,40	5.591.226,04	0,46	0,51	0,54	0,64	471,67
São João do Triunfo	452.384,73	127.713,59	6.718.574,26	0,52	0,55	0,58	0,70	493,61
Siqueira Campos	507.997,70	143.084,51	7.847.869,27	0,55	0,55	0,66	0,72	470,98
Tamarana	384.691,36	117.263,02	7.241.976,56	0,62	0,64	0,71	0,85	665,19
Tapejara	324.095,57	146.274,77	8.002.822,87	0,55	0,56	0,64	0,76	551,99

Municípios	Despesas Função Legislativa - TCE	PASEP (Lei 9.715)	EMGF	EM/RT	EM/RC	EM/DT	EM/DC	Per Capita
Terra Rica	485.773,35	134.722,59	6.884.726,48	0,50	0,52	0,57	0,67	477,94
Terra Roxa	627.612,07	173.703,29	9.834.790,06	0,56	0,59	0,67	0,76	606,79
Tijucas do Sul	264.267,61	144.243,22	8.481.575,51	0,59	0,61	0,64	0,71	647,89
		Média	7.396.766,97	0,5241	0,5434	0,5930	0,6677	532,36
		Desvio-padrão	1.484.437,30	0,0536	0,0493	0,0714	0,0780	80,93
		Coefficiente de Variação	0,2007	0,1022	0,0907	0,1205	0,1169	0,1520

APÊNDICE 14 – VARIÁVEIS MUNICÍPIOS COM ATÉ 5 MIL HABITANTES - 1998

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
AMAPORA	0,32	89,67	0,51	0,03	0,02	0,52	0,16	-0,08	0,56	0,02	0,17	0,44
ANAHY	0,77	100,06	0,27	0,02	0,09	0,48	0,09	0,01	0,33	0,02	0,18	0,45
ANGULO	0,71	99,81	0,28	0,03	0,15	0,48	0,12	0,1	0,34	0,02	0,21	0,51
ARIRANHA DO IVAI	0,59	96,17	0,11	0,01	0,02	0,6	0,13	0,1	0,39	0	0,29	0,62
ATALAIA	0,49	94,06	0,21	0,04	0,1	0,44	0,11	0,04	0,49	0,02	0,21	0,43
BARRA DO JACARE	0,49	92,39	0,15	0,04	0,04	0,54	0,18	0,02	0,49	0	0,2	0,5
BELA VISTA DO CAROBA	0,8	99,09	0,08	0,01	0,05	0,45	0,13	0,06	0,34	0	0,18	0,48
BOA ESPERANACA DO IGUACU	0,59	97,15	0,06	0,02	0,07	0,48	0,15	-0,03	0,38	0,01	0,21	0,61
BOM SUCESSO DO SUL	0,48	91,62	0,16	0,02	0,09	0,48	0,19	0	0,48	0,01	0,21	0,48
BRASILANDIA DO SUL	0,55	98,87	0,12	0,02	0,04	0,52	0,16	0,03	0,44	0,01	0,28	0,53
CAFEARA	0,54	100,44	0,4	0,01	0,07	0,58	0,13	-0,06	0,44	0	0,2	0,42
CAFEZAL DO SUL	0,47	91,38	0,24	0,05	0,1	0,51	0,18	0,05	0,5	0,02	0,27	0,44
CONSELHEIRO MAIRINCK	0,48	99,88	0,45	0,04	0,06	0,58	0,15	0,03	0,46	0,01	0,13	0,49
CORUMBATAI DO SUL	0,6	98,93	0,22	0,03	0,08	0,42	0,12	0,03	0,41	0,01	0,15	0,49
CRUZEIRO DO IGUACU	0,67	99,19	0,05	0,03	0,18	0,34	0,19	-0,03	0,4	0,01	0,15	0,43
CRUZEIRO DO SUL	0,33	97,89	0,29	0,04	0,09	0,43	0,21	0,01	0,63	0,02	0,32	0,33
CRUZMALTINA	0,74	106,06	0,09	0,02	0,03	0,5	0,13	0,07	0,32	0	0,22	0,58
FAROL	0,44	90,94	0,07	0,02	0,03	0,49	0,22	-0,01	0,51	0,01	0,22	0,51
FENIX	0,54	93,68	0,42	0,02	0,12	0,39	0,22	-0,01	0,41	0,03	0,16	0,56
FLORIDA	0,72	110,5	0,22	0,02	0,11	0,54	0,11	-0,02	0,37	0,02	0,12	0,4
GODOY MOREIRA	0,54	96,06	0,39	0,01	0,01	0,62	0,09	-0,02	0,41	0	0,27	0,59
GUAPIRAMA	0,4	97,51	0,3	0,02	0,02	0,54	0,27	-0,02	0,55	0	0,1	0,42
IGUARACU	0,39	98,63	0	0,08	0,11	0,46	0,17	-0,03	0,52	0,03	0,2	0,32
IGUATU	0,67	96,62	0,2	0,03	0,06	0,64	0,1	0,06	0,34	0,01	0,24	0,59
INAJA	0,51	103,21	0,32	0,01	0,17	0,45	0,12	0	0,47	0,01	0,16	0,46
INDIANOPOLIS	0,41	92,22	0,35	0,04	0,09	0,53	0,13	-0,08	0,51	0,02	0,17	0,43
IRACEMA DO OESTE	0,54	98,93	0,21	0,01	0,06	0,52	0,13	-0,01	0,43	0,02	0,16	0,5

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ITAGUAJE	0,6	107,29	0,35	0,03	0,06	0,51	0,21	-0,08	0,39	0,01	0,16	0,46
ITAUNA DO SUL	0,57	95,46	0,58	0,01	0,05	0,55	0,1	-0,04	0,37	0,01	0,23	0,59
IVATUBA	0,77	97,26	0,41	0,02	0,03	0,47	0,13	0,02	0,23	0,01	0,31	0,64
JABOTI	0,57	94,73	0,31	0,02	0,1	0,49	0,11	0,12	0,42	0	0,14	0,55
JUNDIAI DO SUL	0,54	92,55	0,24	0,02	0,04	0,68	0,15	-0,03	0,41	0,01	0,17	0,6
LIDIANOPOLIS	0,48	89,45	0,08	0,02	0,07	0,51	0,1	-0,01	0,45	0,01	0,19	0,58
MARUMBI	0,66	96,1	0,34	0,03	0,05	0,43	0,13	0,09	0,34	0,01	0,19	0,63
MATO RICO	0,77	97,79	0,15	0,01	0,04	0,54	0,12	-0,02	0,23	0,01	0,24	0,71
MERCEDES	0,63	100,04	0,06	0,04	0,08	0,22	0,12	-0,01	0,35	0,01	0,32	0,63
MUNHOZ DE MELO	0,62	93,65	0,47	0,03	0,14	0,45	0,12	0,06	0,39	0,01	0,21	0,51
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	0,47	92,38	0,36	0,01	0,06	0,57	0,17	0	0,46	0,01	0,22	0,48
NOVA ALIANCA DO IVAI	0,54	100,67	0,2	0,01	0,03	0,67	0,08	0	0,41	0,01	0,15	0,57
NOVA SANTA BARBARA	0,74	99,22	0,16	0,02	0,02	0,64	0,14	-0,02	0,28	0,02	0,36	0,64
OURIZONA	0,63	99,25	0,23	0,03	0,05	0,43	0,16	0	0,35	0,01	0,32	0,57
PITANGUEIRAS	0,64	101,76	0,22	0,04	0,15	0,58	0,14	-0,02	0,38	0,01	0,18	0,5
PLANALTINA DO PARANA	0,58	99,55	0,08	0,02	0,05	0,53	0,15	-0,01	0,42	0,01	0,16	0,54
PORTO RICO	0,44	90,96	0,19	0,02	0,04	0,56	0,1	0,02	0,47	0	0,21	0,6
RAMILANDIA	0,55	84,86	0	0,02	0,04	0,59	0,17	-0,02	0,41	0,02	0,21	0,58
RANCHO ALEGRE	0,52	94,82	0	0,02	0,07	0,48	0,22	0	0,45	0	0,25	0,59
RANCHO ALEGRE D,OESTE	0,63	97,75	0,4	0,02	0,03	0,41	0,19	0,06	0,37	0,01	0,19	0,51
RIO BRANCO DO IVAI	0,66	103,5	0,03	0,01	0,01	0,59	0,17	0,03	0,36	0	0,19	0,59
SANTA AMELIA	0,42	98,67	0,76	0,04	0,07	0,44	0,14	0,01	0,53	0,01	0,15	0,41
SANTA INES	0,46	94,02	0,5	0,02	0,08	0,67	0,13	-0,09	0,42	0,02	0,22	0,59
SANTA MONICA	0,78	101,25	0,21	0,04	0,08	0,49	0,19	0,09	0,27	0,02	0,27	0,61
SANTO ANTONIO DO CAIUA	0,52	85,77	0,31	0,04	0,07	0,54	0,11	-0,03	0,4	0,01	0,25	0,63
SAO JOSE DAS PALMEIRAS	0,48	100	0	0,01	0,03	0,51	0,12	-0,02	0,53	0	0,16	0,37
SAO PEDRO DO PARANA	0,52	96,59	0,22	0,06	0,08	0,55	0,14	-0,04	0,44	0,01	0,23	0,54
SAUDADE DO IGUACU	0,57	90,47	0,05	0,01	0,11	0,32	0,17	0,02	0,42	0,01	0,14	0,55

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
TAMBOARA	0,58	99,31	0,28	0,02	0,03	0,63	0,17	-0,05	0,39	0,01	0,24	0,55
TUNAS	0,62	99,39	0,05	0,04	0,08	0,55	0,2	-0,01	0,43	0,01	0,18	0,43
UNIFLOR	0,43	100,03	0,16	0,03	0,1	0,57	0,09	-0,02	0,5	0,02	0,21	0,49
VIRMOND	0,56	91,8	0,13	0,03	0,11	0,42	0,14	0,02	0,4	0,01	0,25	0,58

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
AMAPORA	0,02	0,56	0,81	0,11	0,02	0,75	44,28	-0,01	-3,97	-0,01	0,13
ANAHY	0,69	2,11	0,05	0,19	0,14	0,3	2,59	0,15	106,8	0,19	0,02
ANGULO	2,37	2,87	-0,12	0,14	0,23	0,26	1,27	0,11	82,38	0,14	0
ARIRANHA DO IVAI	0,28	1,65	0,18	0,04	0,03	0,35	5,11	-0,01	-4,56	-0,01	0,02
ATALAIA	0,02	0,66	0,99	0,14	0,12	0,42	24,06	0,06	34,32	0,06	0,05
BARRA DO JACARE	0,16	0,37	1,58	0,09	0,04	0,6	1,95	0,01	3,86	0,01	0,09
BELA VISTA DO CAROBA	0,28	2,81	0,17	0,19	0,06	0,11	1,58	0,17	85,22	0,18	0,01
BOA ESPERANACA DO IGUACU	0,33	2,42	0,19	0,04	0,08	0,12	1,29	0	3,16	0	0
BOM SUCESSO DO SUL	0,17	1,85	0,25	0,12	0,1	0,23	4,32	0,02	10,41	0,02	0,01
BRASILANDIA DO SUL	0,09	1,59	0,38	0,03	0,05	0,22	6,1	0,02	8,26	0,02	0
CAFEARA	0,56	0,55	0,13	0,13	0,08	0,89	5,59	0,13	92,95	0,13	0,08
CAFEZAL DO SUL	0,09	0,77	0,59	0,16	0,12	0,36	6,57	0,04	16,7	0,04	0,19
CONSELHEIRO MAIRINCK	0,05	0,26	1,11	0,04	0,07	2,73	44,71	0,03	16,13	0,03	0
CORUMBATAI DO SUL	1,01	3,11	0	0,1	0,1	0,22	2,5	0,08	37,87	0,09	0,05
CRUZEIRO DO IGUACU	0,93	3,2	0,02	0,17	0,26	0,09	0,45	0,13	91,96	0,16	0
CRUZEIRO DO SUL	0,35	0,61	0,15	0,05	0,1	1,26	15,25	0,02	12,37	0,03	0,08
CRUZMALTINA	2,07	3,61	-0,14	0,03	0,04	0,14	0,5	0,08	47,53	0,1	0
FAROL	0,13	0,53	1,34	0,07	0,03	0,33	1,63	-0,03	-15,43	-0,03	0
FENIX	0,08	1,22	0,23	0,08	0,13	0,55	27,02	0,01	2,88	0,01	0,02
FLORIDA	0,42	2,96	0,04	0,11	0,15	0,27	8,8	0,2	161,29	0,21	0
GODOY MOREIRA	0,11	0,41	0,87	0,05	0,01	1,35	13,07	0	2,46	0	0,05
GUAPIRAMA	0,63	0,38	0,14	0,06	0,02	1,9	8,2	0,03	14,75	0,03	0,14
IGUARACU	0,06	1,21	0,76	0,15	0,15	0	0	0,12	78,51	0,14	0,02
IGUATU	0,1	0,97	0,53	0,1	0,08	0,44	7,75	0,05	34,82	0,06	0
INAJA	1,82	1,15	-0,09	0,02	0,22	0,41	2,05	0,05	37,45	0,06	0,09
INDIANOPOLIS	0,09	0,49	0,92	0,14	0,11	0,83	9,34	0,04	23,53	0,04	0,09
IRACEMA DO OESTE	0,24	1,3	0,31	0,06	0,08	0,37	3,76	0,04	29,82	0,05	0
ITAGUAJE	0,89	0,9	0,03	0,07	0,08	0,76	2,95	0,14	58,65	0,14	0,05

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ITAUNA DO SUL	0,18	0,83	0,33	0,09	0,05	0,73	10,01	0,04	15,19	0,04	0,06
IVATUBA	0,75	0,9	0,1	0,16	0,05	0,58	1,9	0,09	68,41	0,12	0,11
JABOTI	0,32	1,94	0,11	0,1	0,13	0,35	6,71	0,03	11,93	0,03	0,02
JUNDIAI DO SUL	0,32	0,67	0,55	0,06	0,04	0,67	2,61	-0,02	-7,42	-0,02	0,02
LIDIANOPOLIS	0,14	1,13	0,58	0,09	0,07	0,12	1,27	-0,04	-16,51	-0,05	0,09
MARUMBI	0	0,82	-0,13	0,07	0,06	1,13	8,92	0,02	10,1	0,02	0,07
MATO RICO	0,09	1,34	0,46	0,07	0,05	0,24	5,01	0,04	16,88	0,05	0
MERCEDES	0,08	2	0,3	0,01	0,09	0,17	6,6	0,01	10,15	0,01	0,02
MUNHOZ DE MELO	0,05	0,95	0,29	0,17	0,18	0,68	43,13	0,08	54,17	0,09	0,07
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	0,15	0,44	0,72	0,13	0,07	1,38	10,61	0,04	18,92	0,04	0,02
NOVA ALIANCA DO IVAI	0,21	0,5	0,96	0,01	0,03	0,69	2,64	0,01	12,9	0,01	0,04
NOVA SANTA BARBARA	0,14	0,87	0,59	0,07	0,02	0,43	4,53	0,07	29,54	0,07	0,03
OURIZONA	0,22	0,86	0,4	0,08	0,06	0,55	5,1	0,06	46,62	0,07	0,08
PITANGUEIRAS	0,33	0,69	0,43	0,09	0,17	0,68	3,27	0,11	80,37	0,11	0,09
PLANALTINA DO PARANA	0,96	1,47	0,01	0,04	0,05	0,37	1,58	0,03	15,79	0,03	0,1
PORTO RICO	0,14	2,07	0,21	0,04	0,04	0,23	6,46	-0,07	-48,57	-0,08	0,02
RAMILANDIA	0,06	1,23	0,76	0,17	0,04	0,01	0,18	-0,01	-6,67	-0,02	0
RANCHO ALEGRE	0,01	0,29	2,67	0,02	0,07	0,01	0,16	-0,04	-20,16	-0,04	0,22
RANCHO ALEGRE D,OESTE	0,45	1,46	0,11	0,14	0,04	0,46	5,16	0,08	70,04	0,11	0,04
RIO BRANCO DO IVAI	0,09	1,15	0,71	0,01	0,02	0,09	1,36	0,05	22,67	0,05	0
SANTA AMELIA	0,1	0,25	1,14	0,08	0,09	2,59	21,29	0,05	26,65	0,06	0,05
SANTA INES	0,04	0,24	1,79	0,04	0,08	1,92	27,69	-0,02	-17,32	-0,02	0,08
SANTA MONICA	1,09	1,45	-0,03	0,09	0,11	0,4	1,26	0,09	60,83	0,11	0
SANTO ANTONIO DO CAIUA	0,11	1,34	0,33	0,15	0,07	0,33	7,77	-0,04	-25,19	-0,04	0,07
SAO JOSE DAS PALMEIRAS	0,21	1,02	0,71	0,1	0,03	0	0	0,1	62,98	0,1	0,1
SAO PEDRO DO PARANA	0,27	0,6	0,4	0,05	0,09	1,1	7,39	0,01	5,65	0,01	0,01
SAUDADE DO IGUACU	0,25	1,99	0,32	0,16	0,14	0,07	0,64	0,02	12,7	0,02	0,01
TAMBOARA	0,15	1,15	0,37	0,05	0,03	0,44	6,63	0,04	16,86	0,04	0

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
TUNAS	0,17	0,29	2,5	0,13	0,09	0,22	0,41	0,12	64,41	0,13	0,06
UNIFLOR	0,03	0,8	0,56	0	0,12	0,6	39,25	0	-1,86	0	0,05
VIRMOND	0,07	1,57	0,35	0,12	0,13	0,16	5,75	0,01	3,36	0,01	0,15

APÊNDICE 15 – VARIÁVEIS MUNICÍPIOS COM ATÉ 5 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
AMAPORA	0,32	89,67	0,51	0,03	0,02	0,52	0,16	-0,08	0,56	0,02	0,17	0,44
ANAHY	0,77	100,06	0,27	0,02	0,09	0,48	0,09	0,01	0,33	0,02	0,18	0,45
ANGULO	0,71	99,81	0,28	0,03	0,15	0,48	0,12	0,10	0,34	0,02	0,21	0,51
ARIRANHA DO IVAI	0,59	96,17	0,11	0,01	0,02	0,60	0,13	0,10	0,39	0,00	0,29	0,62
ATALAIA	0,49	94,06	0,21	0,04	0,10	0,44	0,11	0,04	0,49	0,02	0,21	0,43
BARRA DO JACARE	0,49	92,39	0,15	0,04	0,04	0,54	0,18	0,02	0,49	0,00	0,20	0,50
BELA VISTA DO CAROBA	0,80	99,09	0,08	0,01	0,05	0,45	0,13	0,06	0,34	0,00	0,18	0,48
BOA ESPERANACA DO IGUACU	0,59	97,15	0,06	0,02	0,07	0,48	0,15	-0,03	0,38	0,01	0,21	0,61
BOM SUCESSO DO SUL	0,48	91,62	0,16	0,02	0,09	0,48	0,19	0,00	0,48	0,01	0,21	0,48
BRASILANDIA DO SUL	0,55	98,87	0,12	0,02	0,04	0,52	0,16	0,03	0,44	0,01	0,28	0,53
CAFEARA	0,54	100,44	0,40	0,01	0,07	0,58	0,13	-0,06	0,44	0,00	0,20	0,42
CAFEZAL DO SUL	0,47	91,38	0,24	0,05	0,10	0,51	0,18	0,05	0,50	0,02	0,27	0,44
CONSELHEIRO MAIRINCK	0,48	99,88	0,45	0,04	0,06	0,58	0,15	0,03	0,46	0,01	0,13	0,49
CORUMBATAI DO SUL	0,60	98,93	0,22	0,03	0,08	0,42	0,12	0,03	0,41	0,01	0,15	0,49
CRUZEIRO DO IGUACU	0,67	99,19	0,05	0,03	0,18	0,34	0,19	-0,03	0,40	0,01	0,15	0,43
CRUZEIRO DO SUL	0,33	97,89	0,29	0,04	0,09	0,43	0,21	0,01	0,63	0,02	0,32	0,33
CRUZMALTINA	0,74	106,06	0,09	0,02	0,03	0,50	0,13	0,07	0,32	0,00	0,22	0,58
FAROL	0,44	90,94	0,07	0,02	0,03	0,49	0,22	-0,01	0,51	0,01	0,22	0,51
FENIX	0,54	93,68	0,42	0,02	0,12	0,39	0,22	-0,01	0,41	0,03	0,16	0,56
FLORIDA	0,72	110,50	0,22	0,02	0,11	0,54	0,11	-0,02	0,37	0,02	0,12	0,40
GODOY MOREIRA	0,54	96,06	0,39	0,01	0,01	0,62	0,09	-0,02	0,41	0,00	0,27	0,59
GUAPIRAMA	0,40	97,51	0,30	0,02	0,02	0,54	0,27	-0,02	0,55	0,00	0,10	0,42
IGUARACU	0,39	98,63	0,00	0,08	0,11	0,46	0,17	-0,03	0,52	0,03	0,20	0,32
IGUATU	0,67	96,62	0,20	0,03	0,06	0,64	0,10	0,06	0,34	0,01	0,24	0,59
INAJA	0,51	103,21	0,32	0,01	0,17	0,45	0,12	0,00	0,47	0,01	0,16	0,46
INDIANOPOLIS	0,41	92,22	0,35	0,04	0,09	0,53	0,13	-0,08	0,51	0,02	0,17	0,43
IRACEMA DO OESTE	0,54	98,93	0,21	0,01	0,06	0,52	0,13	-0,01	0,43	0,02	0,16	0,50

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ITAGUAJE	0,60	107,29	0,35	0,03	0,06	0,51	0,21	-0,08	0,39	0,01	0,16	0,46
ITAUNA DO SUL	0,57	95,46	0,58	0,01	0,05	0,55	0,10	-0,04	0,37	0,01	0,23	0,59
IVATUBA	0,77	97,26	0,41	0,02	0,03	0,47	0,13	0,02	0,23	0,01	0,31	0,64
JABOTI	0,57	94,73	0,31	0,02	0,10	0,49	0,11	0,12	0,42	0,00	0,14	0,55
JUNDIAI DO SUL	0,54	92,55	0,24	0,02	0,04	0,68	0,15	-0,03	0,41	0,01	0,17	0,60
LIDIANOPOLIS	0,48	89,45	0,08	0,02	0,07	0,51	0,10	-0,01	0,45	0,01	0,19	0,58
MARUMBI	0,66	96,10	0,34	0,03	0,05	0,43	0,13	0,09	0,34	0,01	0,19	0,63
MATO RICO	0,77	97,79	0,15	0,01	0,04	0,54	0,12	-0,02	0,23	0,01	0,24	0,71
MERCEDES	0,63	100,04	0,06	0,04	0,08	0,22	0,12	-0,01	0,35	0,01	0,32	0,63
MUNHOZ DE MELO	0,62	93,65	0,47	0,03	0,14	0,45	0,12	0,06	0,39	0,01	0,21	0,51
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	0,47	92,38	0,36	0,01	0,06	0,57	0,17	0,00	0,46	0,01	0,22	0,48
NOVA ALIANCA DO IVAI	0,54	100,67	0,20	0,01	0,03	0,67	0,08	0,00	0,41	0,01	0,15	0,57
NOVA SANTA BARBARA	0,74	99,22	0,16	0,02	0,02	0,64	0,14	-0,02	0,28	0,02	0,36	0,64
OURIZONA	0,63	99,25	0,23	0,03	0,05	0,43	0,16	0,00	0,35	0,01	0,32	0,57
PITANGUEIRAS	0,64	101,76	0,22	0,04	0,15	0,58	0,14	-0,02	0,38	0,01	0,18	0,50
PLANALTINA DO PARANA	0,58	99,55	0,08	0,02	0,05	0,53	0,15	-0,01	0,42	0,01	0,16	0,54
PORTO RICO	0,44	90,96	0,19	0,02	0,04	0,56	0,10	0,02	0,47	0,00	0,21	0,60
RAMILANDIA	0,55	84,86	0,00	0,02	0,04	0,59	0,17	-0,02	0,41	0,02	0,21	0,58
RANCHO ALEGRE	0,52	94,82	0,00	0,02	0,07	0,48	0,22	0,00	0,45	0,00	0,25	0,59
RANCHO ALEGRE D,OESTE	0,63	97,75	0,40	0,02	0,03	0,41	0,19	0,06	0,37	0,01	0,19	0,51
RIO BRANCO DO IVAI	0,66	103,50	0,03	0,01	0,01	0,59	0,17	0,03	0,36	0,00	0,19	0,59
SANTA AMELIA	0,42	98,67	0,76	0,04	0,07	0,44	0,14	0,01	0,53	0,01	0,15	0,41
SANTA INES	0,46	94,02	0,50	0,02	0,08	0,67	0,13	-0,09	0,42	0,02	0,22	0,59
SANTA MONICA	0,78	101,25	0,21	0,04	0,08	0,49	0,19	0,09	0,27	0,02	0,27	0,61
SANTO ANTONIO DO CAIUA	0,52	85,77	0,31	0,04	0,07	0,54	0,11	-0,03	0,40	0,01	0,25	0,63
SAO JOSE DAS PALMEIRAS	0,48	100,00	0,00	0,01	0,03	0,51	0,12	-0,02	0,53	0,00	0,16	0,37
SAO PEDRO DO PARANA	0,52	96,59	0,22	0,06	0,08	0,55	0,14	-0,04	0,44	0,01	0,23	0,54
SAUDADE DO IGUACU	0,57	90,47	0,05	0,01	0,11	0,32	0,17	0,02	0,42	0,01	0,14	0,55

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
TAMBOARA	0,58	99,31	0,28	0,02	0,03	0,63	0,17	-0,05	0,39	0,01	0,24	0,55
TUNAS	0,62	99,39	0,05	0,04	0,08	0,55	0,20	-0,01	0,43	0,01	0,18	0,43
UNIFLOR	0,43	100,03	0,16	0,03	0,10	0,57	0,09	-0,02	0,50	0,02	0,21	0,49
VIRMOND	0,56	91,80	0,13	0,03	0,11	0,42	0,14	0,02	0,40	0,01	0,25	0,58

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
AMAPORA	0,02	0,56	0,81	0,11	0,02	0,75	44,28	-0,01	-9,26	-0,01	0,13
ANAHY	0,69	2,11	0,05	0,19	0,14	0,30	2,59	0,15	249,08	0,19	0,02
ANGULO	2,37	2,87	-0,12	0,14	0,23	0,26	1,27	0,11	192,12	0,14	0,00
ARIRANHA DO IVAI	0,28	1,65	0,18	0,04	0,03	0,35	5,11	-0,01	-10,64	-0,01	0,02
ATALAIA	0,02	0,66	0,99	0,14	0,12	0,42	24,06	0,06	80,04	0,06	0,05
BARRA DO JACARE	0,16	0,37	1,58	0,09	0,04	0,60	1,95	0,01	9,00	0,01	0,09
BELA VISTA DO CAROBA	0,28	2,81	0,17	0,19	0,06	0,11	1,58	0,17	198,76	0,18	0,01
BOA ESPERANACA DO IGUACU	0,33	2,42	0,19	0,04	0,08	0,12	1,29	0,00	7,37	0,00	0,00
BOM SUCESSO DO SUL	0,17	1,85	0,25	0,12	0,10	0,23	4,32	0,02	24,28	0,02	0,01
BRASILANDIA DO SUL	0,09	1,59	0,38	0,03	0,05	0,22	6,10	0,02	19,25	0,02	0,00
CAFEARA	0,56	0,55	0,13	0,13	0,08	0,89	5,59	0,13	216,79	0,13	0,08
CAFEZAL DO SUL	0,09	0,77	0,59	0,16	0,12	0,36	6,57	0,04	38,95	0,04	0,19
CONSELHEIRO MAIRINCK	0,05	0,26	1,11	0,04	0,07	2,73	44,71	0,03	37,62	0,03	0,00
CORUMBATAI DO SUL	1,01	3,11	0,00	0,10	0,10	0,22	2,50	0,08	88,33	0,09	0,05
CRUZEIRO DO IGUACU	0,93	3,20	0,02	0,17	0,26	0,09	0,45	0,13	214,47	0,16	0,00
CRUZEIRO DO SUL	0,35	0,61	0,15	0,05	0,10	1,26	15,25	0,02	28,84	0,03	0,08
CRUZMALTINA	2,07	3,61	-0,14	0,03	0,04	0,14	0,50	0,08	110,86	0,10	0,00
FAROL	0,13	0,53	1,34	0,07	0,03	0,33	1,63	-0,03	-35,99	-0,03	0,00
FENIX	0,08	1,22	0,23	0,08	0,13	0,55	27,02	0,01	6,72	0,01	0,02
FLORIDA	0,42	2,96	0,04	0,11	0,15	0,27	8,80	0,20	376,18	0,21	0,00
GODOY MOREIRA	0,11	0,41	0,87	0,05	0,01	1,35	13,07	0,00	5,73	0,00	0,05
GUAPIRAMA	0,63	0,38	0,14	0,06	0,02	1,90	8,20	0,03	34,41	0,03	0,14
IGUARACU	0,06	1,21	0,76	0,15	0,15	0,00	0,00	0,12	183,12	0,14	0,02
IGUATU	0,10	0,97	0,53	0,10	0,08	0,44	7,75	0,05	81,21	0,06	0,00
INAJA	1,82	1,15	-0,09	0,02	0,22	0,41	2,05	0,05	87,35	0,06	0,09
INDIANOPOLIS	0,09	0,49	0,92	0,14	0,11	0,83	9,34	0,04	54,88	0,04	0,09
IRACEMA DO OESTE	0,24	1,30	0,31	0,06	0,08	0,37	3,76	0,04	69,55	0,05	0,00
ITAGUAJE	0,89	0,90	0,03	0,07	0,08	0,76	2,95	0,14	136,78	0,14	0,05

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ITAUNA DO SUL	0,18	0,83	0,33	0,09	0,05	0,73	10,01	0,04	35,42	0,04	0,06
IVATUBA	0,75	0,90	0,10	0,16	0,05	0,58	1,90	0,09	159,55	0,12	0,11
JABOTI	0,32	1,94	0,11	0,10	0,13	0,35	6,71	0,03	27,82	0,03	0,02
JUNDIAI DO SUL	0,32	0,67	0,55	0,06	0,04	0,67	2,61	-0,02	-17,31	-0,02	0,02
LIDIANOPOLIS	0,14	1,13	0,58	0,09	0,07	0,12	1,27	-0,04	-38,50	-0,05	0,09
MARUMBI	0,00	0,82	-0,13	0,07	0,06	1,13	8,92	0,02	23,55	0,02	0,07
MATO RICO	0,09	1,34	0,46	0,07	0,05	0,24	5,01	0,04	39,37	0,05	0,00
MERCEDES	0,08	2,00	0,30	0,01	0,09	0,17	6,60	0,01	23,67	0,01	0,02
MUNHOZ DE MELO	0,05	0,95	0,29	0,17	0,18	0,68	43,13	0,08	126,34	0,09	0,07
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	0,15	0,44	0,72	0,13	0,07	1,38	10,61	0,04	44,14	0,04	0,02
NOVA ALIANCA DO IVAI	0,21	0,50	0,96	0,01	0,03	0,69	2,64	0,01	30,09	0,01	0,04
NOVA SANTA BARBARA	0,14	0,87	0,59	0,07	0,02	0,43	4,53	0,07	68,91	0,07	0,03
OURIZONA	0,22	0,86	0,40	0,08	0,06	0,55	5,10	0,06	108,74	0,07	0,08
PITANGUEIRAS	0,33	0,69	0,43	0,09	0,17	0,68	3,27	0,11	187,44	0,11	0,09
PLANALTINA DO PARANA	0,96	1,47	0,01	0,04	0,05	0,37	1,58	0,03	36,83	0,03	0,10
PORTO RICO	0,14	2,07	0,21	0,04	0,04	0,23	6,46	-0,07	-113,27	-0,08	0,02
RAMILANDIA	0,06	1,23	0,76	0,17	0,04	0,01	0,18	-0,01	-15,56	-0,02	0,00
RANCHO ALEGRE	0,01	0,29	2,67	0,02	0,07	0,01	0,16	-0,04	-47,03	-0,04	0,22
RANCHO ALEGRE D.OESTE	0,45	1,46	0,11	0,14	0,04	0,46	5,16	0,08	163,36	0,11	0,04
RIO BRANCO DO IVAI	0,09	1,15	0,71	0,01	0,02	0,09	1,36	0,05	52,87	0,05	0,00
SANTA AMELIA	0,10	0,25	1,14	0,08	0,09	2,59	21,29	0,05	62,17	0,06	0,05
SANTA INES	0,04	0,24	1,79	0,04	0,08	1,92	27,69	-0,02	-40,38	-0,02	0,08
SANTA MONICA	1,09	1,45	-0,03	0,09	0,11	0,40	1,26	0,09	141,87	0,11	0,00
SANTO ANTONIO DO CAIUA	0,11	1,34	0,33	0,15	0,07	0,33	7,77	-0,04	-58,76	-0,04	0,07
SAO JOSE DAS PALMEIRAS	0,21	1,02	0,71	0,10	0,03	0,00	0,00	0,10	146,89	0,10	0,10
SAO PEDRO DO PARANA	0,27	0,60	0,40	0,05	0,09	1,10	7,39	0,01	13,18	0,01	0,01
SAUDADE DO IGUACU	0,25	1,99	0,32	0,16	0,14	0,07	0,64	0,02	29,62	0,02	0,01
TAMBOARA	0,15	1,15	0,37	0,05	0,03	0,44	6,63	0,04	39,33	0,04	0,00

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
TUNAS	0,17	0,29	2,50	0,13	0,09	0,22	0,41	0,12	150,23	0,13	0,06
UNIFLOR	0,03	0,80	0,56	0,00	0,12	0,60	39,25	0,00	-4,33	0,00	0,05
VIRMOND	0,07	1,57	0,35	0,12	0,13	0,16	5,75	0,01	7,83	0,01	0,15

APÊNDICE 16 – VARIÁVEIS MUNICÍPIOS COM ATÉ 5 MIL HABITANTES - 2006

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ANAHY	0,66	115,56	0,05	0,01	0,04	0,60	0,16	0,00	0,43	0,01	0,13	0,39
ARAPUÃ	0,82	112,35	0,00	0,02	0,03	0,52	0,26	0,00	0,33	0,00	0,17	0,48
ARIRANHA DO IVAÍ	0,69	112,98	0,06	0,02	0,05	0,62	0,15	-0,02	0,38	0,01	0,18	0,46
ATALAIA	0,76	105,07	0,19	0,03	0,10	0,55	0,16	-0,02	0,39	0,00	0,19	0,33
BARRA DO JACARÉ	0,64	116,67	0,07	0,02	0,06	0,59	0,21	-0,03	0,42	0,00	0,15	0,36
BELA VISTA DA CAROBA	0,73	114,42	0,00	0,01	0,03	0,55	0,18	0,00	0,37	0,00	0,21	0,45
BOA ESPERANÇA	0,72	96,50	0,09	0,05	0,10	0,38	0,48	-0,02	0,31	0,00	0,18	0,60
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	0,70	108,31	0,00	0,01	0,02	0,56	0,19	0,00	0,38	0,00	0,19	0,48
BRASILÂNDIA DO SUL	0,69	109,37	0,07	0,03	0,06	0,54	0,22	-0,01	0,41	0,00	0,18	0,41
CAFEZAL DO SUL	0,62	109,74	0,13	0,02	0,05	0,56	0,13	0,00	0,44	0,00	0,14	0,40
CAMPINA DO SIMÃO	0,75	119,34	0,15	0,04	0,04	0,52	0,22	-0,01	0,33	0,01	0,18	0,48
CORUMBATAÍ DO SUL	0,67	114,89	0,08	0,03	0,07	0,54	0,15	0,01	0,41	0,01	0,12	0,38
CRUZEIRO DO IGUAÇU	0,73	111,83	0,00	0,03	0,05	0,44	0,30	0,00	0,34	0,00	0,26	0,52
CRUZEIRO DO SUL	0,75	122,04	0,09	0,05	0,05	0,51	0,32	-0,03	0,36	0,00	0,13	0,39
CRUZMALTINA	0,90	119,51	0,05	0,02	0,03	0,59	0,19	-0,01	0,25	0,00	0,19	0,54
DIAMANTE DO SUL	0,80	120,52	0,39	0,01	0,03	0,59	0,11	-0,01	0,32	0,00	0,21	0,48
DIAMANTE D'OESTE	0,77	113,76	0,04	0,02	0,15	0,40	0,29	-0,03	0,31	0,00	0,18	0,50
FAROL	0,71	120,19	0,09	0,01	0,02	0,46	0,37	0,08	0,38	0,01	0,15	0,41
FÊNIX	0,61	113,54	0,16	0,04	0,06	0,47	0,35	-0,02	0,46	0,00	0,14	0,39
FLOR DA SERRA DO SUL	0,86	125,24	0,05	0,03	0,04	0,41	0,56	-0,01	0,31	0,01	0,17	0,44
GODOY MOREIRA	0,79	116,38	0,47	0,03	0,10	0,53	0,12	-0,02	0,35	0,01	0,12	0,40
GUAPIRAMA	0,71	106,66	0,00	0,04	0,07	0,58	0,13	-0,01	0,41	0,00	0,10	0,38
GUARACI	0,69	113,45	0,11	0,06	0,07	0,52	0,24	-0,03	0,41	0,00	0,14	0,40
IGUARAÇU	0,63	112,20	0,24	0,06	0,11	0,51	0,18	-0,04	0,43	0,01	0,17	0,36
IGUATU	0,85	116,02	0,08	0,01	0,04	0,63	0,13	-0,02	0,28	0,01	0,18	0,45
INDIANÓPOLIS	0,71	120,36	0,37	0,03	0,11	0,46	0,28	0,00	0,40	0,01	0,13	0,37
IRACEMA DO OESTE	0,78	118,97	0,09	0,02	0,05	0,63	0,14	-0,02	0,35	0,01	0,19	0,41

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ITAGUAJÉ	0,73	114,57	0,20	0,05	0,10	0,51	0,19	0,07	0,37	0,00	0,19	0,44
ITAÚNA DO SUL	0,67	120,64	0,28	0,03	0,06	0,60	0,10	-0,02	0,40	0,00	0,12	0,37
JAPIRA	0,81	118,36	0,22	0,05	0,08	0,47	0,24	-0,03	0,34	0,00	0,18	0,41
LEÓPOLIS	0,73	116,82	0,49	0,06	0,06	0,48	0,31	-0,03	0,36	0,00	0,15	0,43
LOBATO	0,78	119,78	0,10	0,04	0,17	0,40	0,37	-0,03	0,38	0,01	0,14	0,36
LUPIONÓPOLIS	0,62	112,18	0,18	0,05	0,10	0,46	0,26	-0,02	0,47	0,00	0,12	0,34
MANFRINÓPOLIS	0,76	113,77	0,01	0,00	0,03	0,58	0,13	0,00	0,34	0,00	0,15	0,51
MARUMBI	0,77	112,37	0,31	0,02	0,06	0,54	0,16	-0,03	0,31	0,00	0,25	0,53
MATO RICO	0,64	117,64	0,07	0,02	0,02	0,54	0,18	-0,02	0,42	0,01	0,12	0,39
MUNHOZ DE MELO	0,76	117,63	0,12	0,03	0,08	0,56	0,19	0,03	0,38	0,00	0,21	0,40
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	0,71	121,09	0,07	0,02	0,05	0,62	0,16	-0,03	0,39	0,00	0,18	0,36
NOVA SANTA BÁRBARA	0,77	119,27	0,24	0,02	0,04	0,61	0,10	-0,02	0,38	0,00	0,16	0,35
NOVO ITACOLOMI	0,79	117,28	0,11	0,01	0,01	0,62	0,15	0,00	0,36	0,00	0,11	0,40
OURIZONA	0,76	118,15	0,05	0,02	0,05	0,57	0,17	-0,01	0,36	0,00	0,19	0,40
PITANGUEIRAS	0,83	123,99	0,17	0,01	0,04	0,60	0,19	-0,02	0,31	0,01	0,16	0,42
PLANALTINA DO PARANÁ	0,72	113,53	0,05	0,05	0,07	0,53	0,23	-0,02	0,39	0,00	0,12	0,38
PORTO AMAZONAS	0,66	105,04	0,03	0,07	0,09	0,51	0,21	-0,01	0,44	0,00	0,17	0,38
PORTO RICO	0,74	126,01	0,25	0,05	0,08	0,56	0,22	-0,04	0,35	0,01	0,18	0,41
PORTO VITÓRIA	0,68	112,84	0,35	0,02	0,06	0,55	0,19	-0,05	0,38	0,01	0,17	0,43
PRADO FERREIRA	0,72	111,92	0,00	0,03	0,05	0,58	0,17	-0,02	0,42	0,00	0,14	0,35
QUARTO CENTENÁRIO	0,59	105,22	0,04	0,03	0,05	0,45	0,40	-0,02	0,43	0,01	0,22	0,48
QUATRO PONTES	0,92	110,64	0,06	0,07	0,12	0,48	0,37	-0,02	0,29	0,01	0,21	0,44
RIO BRANCO DO IVAÍ	0,79	121,40	0,14	0,02	0,04	0,54	0,16	-0,01	0,33	0,00	0,13	0,44
SALGADO FILHO	0,68	109,75	0,01	0,02	0,07	0,51	0,19	0,00	0,39	0,00	0,23	0,49
SANTA AMÉLIA	0,51	112,30	0,45	0,02	0,04	0,57	0,13	-0,01	0,49	0,01	0,11	0,35
SANTA INÊS	0,73	120,23	0,00	0,02	0,03	0,69	0,10	0,00	0,36	0,00	0,17	0,44
SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	0,63	113,40	0,13	0,01	0,04	0,63	0,11	0,00	0,43	0,00	0,14	0,40
SÃO MANOEL DO PARANÁ	0,69	119,20	0,06	0,01	0,06	0,52	0,37	-0,03	0,41	0,01	0,14	0,37

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
SÃO PEDRO DO PARANÁ	0,68	112,46	0,05	0,02	0,06	0,57	0,17	-0,02	0,40	0,01	0,17	0,42
TAMBOARA	0,72	111,13	0,06	0,03	0,05	0,58	0,17	-0,01	0,36	0,01	0,18	0,49
UNIFLOR	0,71	117,46	0,17	0,02	0,05	0,68	0,10	-0,03	0,39	0,01	0,22	0,39
VIRMOND	0,91	109,91	0,09	0,05	0,07	0,53	0,17	-0,02	0,28	0,01	0,20	0,42

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ANAHY	3,97	11,01	0,06	0,03	0,04	0,07	0,82	0,16	206,37	0,17	0,02
ARAPUÃ	4,15	20,82	0,15	0,09	0,03	0,00	0,00	0,20	559,69	0,20	0,01
ARIRANHA DO IVAÍ	1,60	4,83	0,04	0,03	0,05	0,13	1,13	0,14	189,85	0,15	0,03
ATALAIA	2,61	3,40	0,15	0,23	0,10	0,20	0,80	0,27	349,07	0,28	0,00
BARRA DO JACARÉ	1,10	4,03	0,01	0,07	0,06	0,14	1,41	0,21	430,02	0,22	0,00
BELA VISTA DA CAROBA	1,87	26,20	0,03	0,04	0,03	0,00	0,00	0,17	290,39	0,18	0,00
BOA ESPERANÇA	18,38	9,67	0,13	0,13	0,11	0,10	0,68	0,09	214,25	0,09	0,00
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	1,24	13,31	0,02	0,06	0,02	0,00	0,00	0,14	200,10	0,14	0,00
BRASILÂNDIA DO SUL	1,53	4,03	0,06	0,09	0,07	0,14	0,88	0,17	216,37	0,17	0,00
CAFEZAL DO SUL	1,53	2,82	0,06	0,07	0,05	0,25	1,54	0,16	225,96	0,16	0,00
CAMPINA DO SIMÃO	3,77	2,58	0,10	0,03	0,04	0,35	2,49	0,19	370,54	0,19	0,00
CORUMBATAÍ DO SUL	0,90	4,92	-0,01	0,08	0,07	0,10	1,16	0,20	274,56	0,21	0,00
CRUZEIRO DO IGUAÇU	0,00	0,00	0,08	0,03	0,05	0,00	0,00	0,13	248,50	0,14	0,02
CRUZEIRO DO SUL	0,87	8,50	-0,01	0,06	0,05	0,07	1,72	0,24	609,20	0,24	0,00
CRUZMALTINA	6,99	8,18	0,23	0,05	0,03	0,08	0,29	0,21	274,78	0,21	0,00
DIAMANTE DO SUL	0,97	0,98	0,00	0,03	0,03	0,85	5,76	0,20	344,12	0,21	0,02
DIAMANTE D'OESTE	2,21	8,76	0,06	0,06	0,17	0,07	0,63	0,17	516,73	0,19	0,00
FAROL	5,45	5,34	0,09	0,02	0,02	0,16	1,39	0,19	376,21	0,20	0,00
FÊNIX	1,11	2,30	0,02	0,03	0,07	0,29	1,72	0,15	323,07	0,15	0,00
FLOR DA SERRA DO SUL	57,77	12,05	0,08	0,04	0,04	0,08	1,04	0,24	850,81	0,25	0,01
GODOY MOREIRA	21,16	2,08	0,30	0,09	0,10	0,47	1,48	0,23	349,39	0,24	0,00
GUAPIRAMA	2,12	9,90	0,11	0,15	0,07	0,00	0,02	0,21	253,94	0,21	0,00
GUARACI	3,75	5,60	0,12	0,07	0,07	0,13	0,83	0,19	306,51	0,19	0,04
IGUARAÇU	1,86	3,01	0,04	0,09	0,12	0,27	3,56	0,19	293,09	0,20	0,06
IGUATU	4,67	6,02	0,10	0,11	0,04	0,14	1,11	0,24	327,79	0,25	0,00
INDIANÓPOLIS	55,93	1,74	0,30	0,04	0,12	0,41	1,32	0,21	358,52	0,22	0,05
IRACEMA DO OESTE	4,04	8,11	0,12	0,06	0,05	0,08	0,52	0,21	273,13	0,22	0,00
ITAGUAJÉ	33,97	4,57	0,60	0,04	0,10	0,20	0,32	0,17	604,09	0,18	0,01

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ITAÚNA DO SUL	1,06	1,85	0,00	0,05	0,07	0,45	6,54	0,22	269,36	0,23	0,00
JAPIRA	1,63	2,12	0,04	0,10	0,09	0,39	3,33	0,25	451,26	0,25	0,03
LEÓPOLIS	3,61	0,86	0,11	0,07	0,06	1,12	7,68	0,21	575,43	0,21	0,00
LOBATO	10,06	7,17	0,35	0,09	0,17	0,10	0,25	0,25	583,85	0,26	0,02
LUPIONÓPOLIS	2,56	2,61	0,09	0,08	0,10	0,28	1,97	0,18	354,75	0,19	0,05
MANFRINÓPOLIS	3,57	22,46	0,08	0,02	0,03	0,01	0,11	0,14	175,97	0,15	0,00
MARUMBI	5,63	1,61	0,10	0,04	0,07	0,58	4,71	0,15	247,88	0,16	0,03
MATO RICO	1,09	4,46	0,01	0,02	0,03	0,11	0,91	0,17	291,32	0,18	0,01
MUNHOZ DE MELO	14,44	8,16	0,04	0,05	0,08	0,12	2,62	0,20	337,62	0,21	0,00
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	1,53	2,38	0,13	0,08	0,05	0,16	0,40	0,25	374,37	0,25	0,02
NOVA SANTA BÁRBARA	3,48	1,86	0,17	0,11	0,04	0,45	1,95	0,27	372,87	0,27	0,03
NOVO ITACOLOMI	1,18	3,28	0,02	0,08	0,01	0,14	0,95	0,23	375,12	0,24	0,00
OURIZONA	1,11	5,53	0,01	0,09	0,05	0,08	0,84	0,24	310,61	0,25	0,04
PITANGUEIRAS	2,27	1,71	0,12	0,06	0,04	0,49	2,35	0,25	332,34	0,26	0,00
PLANALTINA DO PARANÁ	2,43	4,72	0,17	0,10	0,07	0,09	0,32	0,22	524,89	0,22	0,00
PORTO AMAZONAS	0,81	4,21	-0,03	0,13	0,10	0,06	0,44	0,17	253,49	0,18	0,00
PORTO RICO	4,62	1,73	0,08	0,02	0,08	0,52	5,02	0,23	379,96	0,23	0,00
PORTO VITÓRIA	8,61	1,86	0,15	0,06	0,06	0,51	2,93	0,18	288,87	0,18	0,02
PRADO FERREIRA	0,48	5,61	-0,09	0,12	0,06	0,00	0,00	0,22	265,70	0,24	0,00
QUARTO CENTENÁRIO	0,97	4,22	0,00	0,03	0,05	0,08	0,62	0,08	255,69	0,09	0,05
QUATRO PONTES	4,18	10,44	0,13	0,16	0,12	0,06	0,32	0,25	687,91	0,26	0,00
RIO BRANCO DO IVAÍ	2,49	3,82	0,05	0,03	0,04	0,21	2,32	0,20	347,33	0,22	0,02
SALGADO FILHO	1,29	14,77	0,02	0,03	0,07	0,01	0,13	0,11	362,76	0,12	0,07
SANTA AMÉLIA	1,04	1,16	0,01	0,04	0,04	0,67	3,31	0,15	324,45	0,15	0,00
SANTA INÊS	1,00	1,00	0,00	0,02	0,03	0,00	0,00	0,19	341,36	0,20	0,00
SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	0,86	2,45	-0,02	0,04	0,04	0,21	1,38	0,16	285,46	0,17	0,04
SÃO MANOEL DO PARANÁ	13,13	9,95	0,39	0,05	0,06	0,07	0,16	0,21	557,41	0,22	0,00
SÃO PEDRO DO PARANÁ	40,27	10,08	0,22	0,06	0,06	0,09	0,41	0,17	212,87	0,17	0,03

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
TAMBOARA	1,25	4,05	0,03	0,05	0,05	0,12	0,74	0,14	207,28	0,15	0,00
UNIFLOR	1,97	2,84	0,07	0,05	0,05	0,28	2,05	0,20	240,65	0,20	0,00
VIRMOND	1,54	4,12	0,08	0,20	0,07	0,10	0,45	0,29	440,40	0,29	0,00

APÊNDICE 17 – VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 1998

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ABATIA	0,39	96,71	0,31	0,02	0,05	0,60	0,18	0,00	0,59	0,00	0,06	0,44
ANTONIO OLINTO	0,55	99,10	0,35	0,01	0,03	0,38	0,18	0,02	0,44	0,00	0,22	0,50
BOA ESPERANCA	0,67	105,86	0,49	0,02	0,04	0,42	0,27	0,04	0,39	0,01	0,15	0,47
BOA VISTA DA APARECIDA	0,47	96,34	0,39	0,03	0,11	0,40	0,12	0,06	0,45	0,02	0,27	0,56
BOM SUCESSO	0,36	103,43	0,07	0,02	0,06	0,53	0,17	-0,06	0,59	0,04	0,10	0,29
BRAGANEY	0,53	100,35	0,23	0,02	0,03	0,51	0,16	-0,03	0,45	0,01	0,14	0,47
CALIFORNIA	0,35	94,61	0,76	0,02	0,05	0,49	0,12	-0,09	0,51	0,02	0,16	0,53
CAMBIRA	0,72	100,53	0,56	0,02	0,10	0,57	0,17	-0,05	0,30	0,01	0,26	0,57
CAMPO BONITO	0,58	101,96	0,07	0,03	0,08	0,39	0,18	0,06	0,43	0,00	0,20	0,53
CAMPO DO TENENTE	0,31	106,85	0,11	0,02	0,05	0,41	0,16	0,01	0,67	0,02	0,02	0,25
CIDADE GAUCHA	0,5	89,40	0,49	0,03	0,03	0,41	0,28	0,03	0,41	0,02	0,27	0,58
CONGONHINHAS	0,5	94,36	0,44	0,04	0,16	0,40	0,22	0,03	0,47	0,00	0,22	0,50
DOUTOR CAMARGO	0,4	95,82	0,63	0,04	0,07	0,39	0,13	0,03	0,46	0,04	0,25	0,59
FERNANDES PINHEIRO	0,6	95,63	0,08	0,02	0,03	0,34	0,33	0,07	0,45	0,00	0,32	0,45
FIGUEIRA	0,56	103,92	0,20	0,04	0,11	0,39	0,11	0,02	0,45	0,01	0,21	0,45
FLORAI	0,58	88,70	0,34	0,03	0,07	0,37	0,21	0,02	0,45	0,03	0,11	0,39
FLORESTA	0,57	83,56	0,23	0,04	0,07	0,38	0,22	0,01	0,41	0,01	0,19	0,51
FORMOSA DO OESTE	0,38	90,75	0,45	0,06	0,09	0,43	0,19	0,03	0,54	0,01	0,24	0,53
FRANCISCO ALVES	0,75	101,37	0,45	0,05	0,13	0,43	0,11	-0,01	0,31	0,01	0,20	0,50
ITAPEJARA D'OESTE	0,66	93,91	0,07	0,04	0,06	0,35	0,23	0,00	0,35	0,00	0,27	0,61
IVATE	0,66	107,62	0,15	0,05	0,08	0,34	0,23	0,03	0,39	0,01	0,25	0,50
JAPURA	0,77	100,11	0,38	0,03	0,22	0,37	0,16	0,02	0,30	0,02	0,15	0,48
JESUITAS	0,54	103,12	0,19	0,08	0,13	0,36	0,20	0,01	0,41	0,01	0,24	0,54
JOAQUIM TAVORA	0,55	96,51	0,23	0,03	0,09	0,45	0,23	0,00	0,46	0,00	0,17	0,41
JURANDA	0,65	98,12	0,13	0,04	0,06	0,29	0,30	-0,02	0,36	0,01	0,20	0,58

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
JUSSARA	0,59	99,73	0,54	0,07	0,19	0,32	0,27	0,00	0,38	0,02	0,24	0,50
LINDOESTE	0,63	95,86	0,19	0,01	0,03	0,50	0,12	0,05	0,39	0,01	0,20	0,51
LUNARDELLI	0,5	101,36	0,34	0,04	0,07	0,42	0,14	-0,09	0,41	0,04	0,15	0,45
MARIA HELENA	0,47	92,29	0,15	0,03	0,04	0,49	0,15	0,09	0,49	0,01	0,26	0,56
MARIOPOLIS	0,6	92,45	0,04	0,04	0,07	0,35	0,33	0,00	0,42	0,00	0,24	0,53
NOVA CANTU	0,86	107,63	0,22	0,02	0,10	0,42	0,15	-0,03	0,29	0,01	0,17	0,45
NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	0,79	102,11	0,00	0,01	0,20	0,33	0,14	-0,01	0,33	0,01	0,23	0,48
NOVA FATIMA	0,27	97,11	0,13	0,03	0,05	0,53	0,20	0,06	0,67	0,02	0,18	0,31
NOVA OLIMPIA	0,55	89,00	0,36	0,05	0,09	0,55	0,14	-0,06	0,38	0,02	0,26	0,61
NOVA SANTA ROSA	0,63	95,74	0,27	0,09	0,17	0,29	0,31	-0,03	0,42	0,02	0,16	0,41
NOVA TEBAS	0,49	95,33	0,22	0,02	0,03	0,50	0,08	0,01	0,44	0,01	0,25	0,63
OURO VERDE DO OESTE	0,49	95,79	0,07	0,04	0,05	0,47	0,26	-0,02	0,50	0,01	0,17	0,45
PAULA FREITAS	0,55	103,27	0,32	0,02	0,06	0,52	0,20	-0,05	0,44	0,02	0,09	0,43
PAULO FRONTIN	0,57	108,82	0,32	0,03	0,06	0,41	0,22	-0,01	0,46	0,00	0,19	0,39
PEROLA	0,44	85,89	0,36	0,08	0,14	0,42	0,10	-0,01	0,44	0,04	0,23	0,68
PINHALAO	0,54	99,28	0,24	0,01	0,07	0,47	0,14	0,01	0,44	0,01	0,20	0,47
PRANCHITA	0,64	103,29	0,16	0,03	0,06	0,52	0,15	-0,05	0,38	0,02	0,14	0,46
QUATIGUA	0,81	96,38	0,48	0,03	0,05	0,37	0,18	0,12	0,42	0,01	0,14	0,26
QUINTA DO SOL	0,67	100,40	0,11	0,03	0,20	0,37	0,19	0,06	0,41	0,01	0,12	0,42
RENASCENCA	0,7	104,42	0,08	0,03	0,07	0,36	0,21	0,05	0,37	0,00	0,27	0,50
SALTO DO ITARARE	0,5	91,84	0,51	0,01	0,08	0,44	0,12	0,05	0,42	0,02	0,21	0,58
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	0,58	82,50	0,39	0,05	0,08	0,41	0,14	0,01	0,36	0,01	0,30	0,63
SANTA ISABEL DO IVAI	0,56	91,84	0,72	0,08	0,14	0,58	0,15	-0,04	0,40	0,01	0,18	0,52
SAO JOAO DO CAIUA	0,43	94,99	0,51	0,04	0,06	0,40	0,12	-0,05	0,47	0,02	0,25	0,49
SAO JOSE DA BOA VISTA	0,62	98,58	0,15	0,04	0,05	0,55	0,12	0,04	0,36	0,01	0,27	0,59
SAO PEDRO DO IVAI	0,5	93,90	0,50	0,04	0,09	0,31	0,28	-0,01	0,41	0,02	0,20	0,55
SAOPEMA	0,58	101,31	0,23	0,01	0,02	0,58	0,13	-0,05	0,40	0,01	0,19	0,51
TAPIRA	0,55	96,40	0,69	0,04	0,04	0,61	0,17	-0,05	0,41	0,02	0,26	0,49

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
TEIXEIRA SOARES	0,49	99,74	0,13	0,08	0,22	0,42	0,20	0,04	0,51	0,00	0,16	0,44
TOMAZINA	0,57	99,87	0,65	0,04	0,04	0,58	0,13	0,00	0,40	0,02	0,21	0,53
TUPASSI	0,62	102,05	0,13	0,13	0,25	0,36	0,27	-0,03	0,38	0,01	0,22	0,48
VERA CRUZ DO OESTE	0,52	95,32	0,46	0,05	0,12	0,44	0,18	0,00	0,47	0,00	0,23	0,51
VERE	0,51	97,47	0,23	0,03	0,10	0,44	0,21	0,04	0,46	0,02	0,21	0,51
XAMBRE	0,53	98,61	0,37	0,05	0,11	0,46	0,14	-0,05	0,44	0,02	0,22	0,49

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ABATIA	0,46	0,41	0,63	0,01	0,07	1,25	2,31	-0,03	-7,47	-0,03	0,00
ANTONIO OLINTO	0,41	1,00	0,16	0,07	0,05	0,74	6,97	0,05	18,93	0,06	0,00
BOA ESPERANCA	0,50	1,18	0,13	0,07	0,06	0,60	4,81	0,11	73,18	0,13	0,00
BOA VISTA DA APARECIDA	0,10	1,69	0,19	0,01	0,09	0,37	16,50	-0,03	-13,03	-0,03	0,00
BOM SUCESSO	0,36	3,93	0,10	0,04	0,09	0,09	1,60	0,07	32,06	0,08	0,00
BRAGANEY	0,64	1,97	0,05	0,06	0,04	0,36	4,04	0,06	25,04	0,06	0,01
CALIFORNIA	0,20	0,82	0,15	0,01	0,10	0,81	21,49	-0,05	-19,10	-0,06	0,18
CAMBIRA	0,28	0,55	0,32	0,11	0,14	1,09	8,63	0,11	48,13	0,11	0,13
CAMPO BONITO	0,68	2,37	0,07	0,01	0,09	0,21	1,48	0,03	16,53	0,03	0,00
CAMPO DO TENENTE	0,65	2,31	0,08	-0,01	0,09	0,22	1,53	0,06	22,09	0,06	0,00
CIDADE GAUCHA	0,09	0,51	0,73	0,14	0,05	1,13	15,00	-0,01	-2,66	-0,01	0,00
CONGONHINHAS	0,34	1,11	0,17	0,09	0,14	0,51	5,85	0,03	9,13	0,03	0,15
DOUTOR CAMARGO	0,14	1,21	0,27	-0,03	0,09	0,51	12,03	-0,07	-40,49	-0,09	0,01
FERNANDES PINHEIRO	0,60	3,54	0,05	0,15	0,04	0,15	2,19	0,09	44,51	0,10	0,04
FIGUEIRA	0,39	1,72	0,13	0,06	0,14	0,29	3,51	0,09	36,65	0,10	0,10
FLORAI	0,03	1,86	0,33	0,27	0,08	0,19	16,60	0,12	65,85	0,13	0,01
FLORESTA	0,06	2,63	0,20	0,30	0,11	0,17	12,92	0,05	28,10	0,06	0,01
FORMOSA DO OESTE	0,18	0,44	0,62	0,05	0,07	1,32	9,42	-0,06	-33,09	-0,07	0,07
FRANCISCO ALVES	0,43	0,57	0,29	0,16	0,08	1,15	5,34	0,17	97,40	0,18	0,06
ITAPEJARA D'OESTE	0,37	3,46	0,11	0,11	0,06	0,11	1,69	0,04	15,87	0,04	0,05
IVATE	0,58	1,10	0,25	0,02	0,10	0,31	0,92	0,09	41,19	0,11	0,00
JAPURA	0,54	1,85	0,04	0,19	0,25	0,41	7,80	0,17	79,65	0,20	0,05
JESUITAS	0,21	0,83	0,48	0,00	0,16	0,60	4,64	0,03	12,70	0,04	0,00
JOAQUIM TAVORA	0,33	1,11	0,14	0,17	0,18	0,55	8,20	0,12	38,03	0,13	0,17
JURANDA	0,31	4,35	0,07	0,08	0,10	0,13	4,03	0,05	22,64	0,05	0,00
JUSSARA	0,39	0,33	0,35	0,10	0,22	2,12	9,38	0,09	46,54	0,10	0,11
LINDOESTE	0,30	2,10	0,13	0,14	0,03	0,29	5,39	0,08	46,40	0,09	0,01
LUNARDELLI	0,73	0,89	0,11	0,08	0,08	0,68	2,35	0,07	42,72	0,10	0,05

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
MARIA HELENA	0,17	1,67	0,32	0,04	0,04	0,17	2,56	-0,05	-20,99	-0,05	0,07
MARIOPOLIS	0,29	2,62	0,17	0,13	0,08	0,12	1,75	0,05	24,62	0,05	0,04
NOVA CANTU	0,02	0,42	0,97	0,17	0,13	0,58	25,78	0,23	96,70	0,24	0,10
NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	0,62	3,36	0,11	0,16	0,25	0,00	0,00	0,14	86,19	0,18	0,00
NOVA FATIMA	0,17	2,20	0,21	0,04	0,05	0,20	4,75	0,00	0,74	0,00	0,01
NOVA OLIMPIA	0,10	0,99	0,37	0,11	0,14	0,60	14,63	-0,01	-3,09	-0,01	0,00
NOVA SANTA ROSA	0,25	3,74	0,06	0,20	0,16	0,18	8,51	0,14	69,53	0,15	0,03
NOVA TEBAS	0,09	0,68	0,70	-0,02	0,02	0,59	9,05	-0,06	-32,75	-0,07	0,08
OURO VERDE DO OESTE	0,84	1,46	0,08	0,08	0,06	0,11	0,24	0,04	20,46	0,04	0,05
PAULA FREITAS	0,18	1,64	0,13	0,08	0,08	0,44	15,52	0,10	41,43	0,11	0,01
PAULO FRONTIN	0,11	0,39	0,74	0,06	0,09	1,47	16,73	0,14	54,20	0,15	0,12
PEROLA	0,05	0,50	0,83	0,02	0,12	0,81	19,34	-0,15	-77,41	-0,16	0,15
PINHALAO	0,12	1,13	0,30	0,08	0,19	0,51	12,10	0,06	22,58	0,07	0,05
PRANCHITA	0,34	1,57	0,16	0,10	0,09	0,36	4,24	0,13	66,40	0,13	0,04
QUATIGUA	0,10	0,43	0,35	0,35	0,10	0,61	15,39	0,27	112,41	0,31	0,07
QUINTA DO SOL	0,67	1,65	0,05	0,16	0,24	0,29	2,78	0,15	73,96	0,16	0,26
RENASCENCA	0,32	3,08	0,12	0,07	0,10	0,15	2,58	0,10	57,66	0,13	0,01
SALTO DO ITARARE	0,09	0,98	0,22	0,09	0,12	0,70	33,61	-0,01	-6,16	-0,02	0,07
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	0,08	0,54	0,53	0,25	0,11	0,78	15,91	0,00	-0,88	0,00	0,26
SANTA ISABEL DO IVAI	0,03	0,29	0,94	0,16	0,12	1,84	54,53	0,06	22,94	0,06	0,17
SAO JOAO DO CAIUA	0,96	0,80	0,02	0,07	0,08	0,59	1,50	0,01	6,08	0,02	0,20
SAO JOSE DA BOA VISTA	0,33	1,59	0,24	0,04	0,06	0,25	2,15	0,03	11,92	0,03	0,03
SAO PEDRO DO IVAI	0,04	0,99	0,40	0,09	0,06	0,57	36,75	0,02	7,18	0,02	0,03
SAPOEMA	0,60	0,76	0,26	0,07	0,02	0,62	1,59	0,08	28,29	0,08	0,03
TAPIRA	0,06	0,56	0,66	0,13	0,08	1,09	23,90	0,09	31,83	0,09	0,00
TEIXEIRA SOARES	0,12	0,85	0,73	0,05	0,13	0,29	2,86	0,05	24,41	0,05	0,04
TOMAZINA	0,12	0,66	0,37	0,05	0,04	1,06	22,16	0,05	14,93	0,05	0,03
TUPASSI	0,49	2,92	0,09	0,10	0,17	0,17	2,00	0,11	65,65	0,12	0,00

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
VERA CRUZ DO OESTE	0,17	0,99	0,29	0,06	0,10	0,65	11,06	0,01	4,25	0,01	0,00
VERE	0,06	1,02	0,51	0,04	0,07	0,42	11,87	0,01	4,08	0,01	0,02
XAMBRE	0,20	0,83	0,45	0,07	0,15	0,52	4,84	0,05	24,70	0,06	0,11

APÊNDICE 18 – VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ABATIA	0,39	96,71	0,31	0,02	0,05	0,60	0,18	0,00	0,59	0,00	0,06	0,44
ANTONIO OLINTO	0,55	99,10	0,35	0,01	0,03	0,38	0,18	0,02	0,44	0,00	0,22	0,50
BOA ESPERANCA	0,67	105,86	0,49	0,02	0,04	0,42	0,27	0,04	0,39	0,01	0,15	0,47
BOA VISTA DA APARECIDA	0,47	96,34	0,39	0,03	0,11	0,40	0,12	0,06	0,45	0,02	0,27	0,56
BOM SUCESSO	0,36	103,43	0,07	0,02	0,06	0,53	0,17	-0,06	0,59	0,04	0,10	0,29
BRAGANEY	0,53	100,35	0,23	0,02	0,03	0,51	0,16	-0,03	0,45	0,01	0,14	0,47
CALIFORNIA	0,35	94,61	0,76	0,02	0,05	0,49	0,12	-0,09	0,51	0,02	0,16	0,53
CAMBIRA	0,72	100,53	0,56	0,02	0,10	0,57	0,17	-0,05	0,30	0,01	0,26	0,57
CAMPO BONITO	0,58	101,96	0,07	0,03	0,08	0,39	0,18	0,06	0,43	0,00	0,20	0,53
CAMPO DO TENENTE	0,31	106,85	0,11	0,02	0,05	0,41	0,16	0,01	0,67	0,02	0,02	0,25
CIDADE GAUCHA	0,50	89,40	0,49	0,03	0,03	0,41	0,28	0,03	0,41	0,02	0,27	0,58
CONGONHINHAS	0,50	94,36	0,44	0,04	0,16	0,40	0,22	0,03	0,47	0,00	0,22	0,50
DOUTOR CAMARGO	0,40	95,82	0,63	0,04	0,07	0,39	0,13	0,03	0,46	0,04	0,25	0,59
FERNANDES PINHEIRO	0,60	95,63	0,08	0,02	0,03	0,34	0,33	0,07	0,45	0,00	0,32	0,45
FIGUEIRA	0,56	103,92	0,20	0,04	0,11	0,39	0,11	0,02	0,45	0,01	0,21	0,45
FLORAI	0,58	88,70	0,34	0,03	0,07	0,37	0,21	0,02	0,45	0,03	0,11	0,39
FLORESTA	0,57	83,56	0,23	0,04	0,07	0,38	0,22	0,01	0,41	0,01	0,19	0,51
FORMOSA DO OESTE	0,38	90,75	0,45	0,06	0,09	0,43	0,19	0,03	0,54	0,01	0,24	0,53
FRANCISCO ALVES	0,75	101,37	0,45	0,05	0,13	0,43	0,11	-0,01	0,31	0,01	0,20	0,50
ITAPEJARA D'OESTE	0,66	93,91	0,07	0,04	0,06	0,35	0,23	0,00	0,35	0,00	0,27	0,61
IVATE	0,66	107,62	0,15	0,05	0,08	0,34	0,23	0,03	0,39	0,01	0,25	0,50
JAPURA	0,77	100,11	0,38	0,03	0,22	0,37	0,16	0,02	0,30	0,02	0,15	0,48
JESUITAS	0,54	103,12	0,19	0,08	0,13	0,36	0,20	0,01	0,41	0,01	0,24	0,54
JOAQUIM TAVORA	0,55	96,51	0,23	0,03	0,09	0,45	0,23	0,00	0,46	0,00	0,17	0,41
JURANDA	0,65	98,12	0,13	0,04	0,06	0,29	0,30	-0,02	0,36	0,01	0,20	0,58

JUSSARA	0,59	99,73	0,54	0,07	0,19	0,32	0,27	0,00	0,38	0,02	0,24	0,50
LINDOESTE	0,63	95,86	0,19	0,01	0,03	0,50	0,12	0,05	0,39	0,01	0,20	0,51
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
LUNARDELLI	0,50	101,36	0,34	0,04	0,07	0,42	0,14	-0,09	0,41	0,04	0,15	0,45
MARIA HELENA	0,47	92,29	0,15	0,03	0,04	0,49	0,15	0,09	0,49	0,01	0,26	0,56
MARIOPOLIS	0,60	92,45	0,04	0,04	0,07	0,35	0,33	0,00	0,42	0,00	0,24	0,53
NOVA CANTU	0,86	107,63	0,22	0,02	0,10	0,42	0,15	-0,03	0,29	0,01	0,17	0,45
NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	0,79	102,11	0,00	0,01	0,20	0,33	0,14	-0,01	0,33	0,01	0,23	0,48
NOVA FATIMA	0,27	97,11	0,13	0,03	0,05	0,53	0,20	0,06	0,67	0,02	0,18	0,31
NOVA OLIMPIA	0,55	89,00	0,36	0,05	0,09	0,55	0,14	-0,06	0,38	0,02	0,26	0,61
NOVA SANTA ROSA	0,63	95,74	0,27	0,09	0,17	0,29	0,31	-0,03	0,42	0,02	0,16	0,41
NOVA TEBAS	0,49	95,33	0,22	0,02	0,03	0,50	0,08	0,01	0,44	0,01	0,25	0,63
OURO VERDE DO OESTE	0,49	95,79	0,07	0,04	0,05	0,47	0,26	-0,02	0,50	0,01	0,17	0,45
PAULA FREITAS	0,55	103,27	0,32	0,02	0,06	0,52	0,20	-0,05	0,44	0,02	0,09	0,43
PAULO FRONTIN	0,57	108,82	0,32	0,03	0,06	0,41	0,22	-0,01	0,46	0,00	0,19	0,39
PEROLA	0,44	85,89	0,36	0,08	0,14	0,42	0,10	-0,01	0,44	0,04	0,23	0,68
PINHALAO	0,54	99,28	0,24	0,01	0,07	0,47	0,14	0,01	0,44	0,01	0,20	0,47
PRANCHITA	0,64	103,29	0,16	0,03	0,06	0,52	0,15	-0,05	0,38	0,02	0,14	0,46
QUATIGUA	0,81	96,38	0,48	0,03	0,05	0,37	0,18	0,12	0,42	0,01	0,14	0,26
QUINTA DO SOL	0,67	100,40	0,11	0,03	0,20	0,37	0,19	0,06	0,41	0,01	0,12	0,42
RENASCENCA	0,70	104,42	0,08	0,03	0,07	0,36	0,21	0,05	0,37	0,00	0,27	0,50
SALTO DO ITARARE	0,50	91,84	0,51	0,01	0,08	0,44	0,12	0,05	0,42	0,02	0,21	0,58
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	0,58	82,50	0,39	0,05	0,08	0,41	0,14	0,01	0,36	0,01	0,30	0,63
SANTA ISABEL DO IVAI	0,56	91,84	0,72	0,08	0,14	0,58	0,15	-0,04	0,40	0,01	0,18	0,52
SAO JOAO DO CAIUA	0,43	94,99	0,51	0,04	0,06	0,40	0,12	-0,05	0,47	0,02	0,25	0,49
SAO JOSE DA BOA VISTA	0,62	98,58	0,15	0,04	0,05	0,55	0,12	0,04	0,36	0,01	0,27	0,59
SAO PEDRO DO IVAI	0,50	93,90	0,50	0,04	0,09	0,31	0,28	-0,01	0,41	0,02	0,20	0,55
SAOPEMA	0,58	101,31	0,23	0,01	0,02	0,58	0,13	-0,05	0,40	0,01	0,19	0,51
TAPIRA	0,55	96,40	0,69	0,04	0,04	0,61	0,17	-0,05	0,41	0,02	0,26	0,49

TEIXEIRA SOARES	0,49	99,74	0,13	0,08	0,22	0,42	0,20	0,04	0,51	0,00	0,16	0,44
TOMAZINA	0,57	99,87	0,65	0,04	0,04	0,58	0,13	0,00	0,40	0,02	0,21	0,53
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
TUPASSI	0,62	102,05	0,13	0,13	0,25	0,36	0,27	-0,03	0,38	0,01	0,22	0,48
VERA CRUZ DO OESTE	0,52	95,32	0,46	0,05	0,12	0,44	0,18	0,00	0,47	0,00	0,23	0,51
VERE	0,51	97,47	0,23	0,03	0,10	0,44	0,21	0,04	0,46	0,02	0,21	0,51
XAMBRE	0,53	98,61	0,37	0,05	0,11	0,46	0,14	-0,05	0,44	0,02	0,22	0,49

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ABATIA	0,46	0,41	0,63	0,01	0,07	1,25	2,31	-0,03	-17,42	-0,03	0,00
ANTONIO OLINTO	0,41	1,00	0,16	0,07	0,05	0,74	6,97	0,05	44,16	0,06	0,00
BOA ESPERANCA	0,50	1,18	0,13	0,07	0,06	0,60	4,81	0,11	170,69	0,13	0,00
BOA VISTA DA APARECIDA	0,10	1,69	0,19	0,01	0,09	0,37	16,50	-0,03	-30,38	-0,03	0,00
BOM SUCESSO	0,36	3,93	0,10	0,04	0,09	0,09	1,60	0,07	74,78	0,08	0,00
BRAGANEY	0,64	1,97	0,05	0,06	0,04	0,36	4,04	0,06	58,41	0,06	0,01
CALIFORNIA	0,20	0,82	0,15	0,01	0,10	0,81	21,49	-0,05	-44,55	-0,06	0,18
CAMBIRA	0,28	0,55	0,32	0,11	0,14	1,09	8,63	0,11	112,25	0,11	0,13
CAMPO BONITO	0,68	2,37	0,07	0,01	0,09	0,21	1,48	0,03	38,55	0,03	0,00
CAMPO DO TENENTE	0,65	2,31	0,08	-0,01	0,09	0,22	1,53	0,06	51,51	0,06	0,00
CIDADE GAUCHA	0,09	0,51	0,73	0,14	0,05	1,13	15,00	-0,01	-6,20	-0,01	0,00
CONGONHINHAS	0,34	1,11	0,17	0,09	0,14	0,51	5,85	0,03	21,29	0,03	0,15
DOUTOR CAMARGO	0,14	1,21	0,27	-0,03	0,09	0,51	12,03	-0,07	-94,44	-0,09	0,01
FERNANDES PINHEIRO	0,60	3,54	0,05	0,15	0,04	0,15	2,19	0,09	103,82	0,10	0,04
FIGUEIRA	0,39	1,72	0,13	0,06	0,14	0,29	3,51	0,09	85,47	0,10	0,10
FLORAI	0,03	1,86	0,33	0,27	0,08	0,19	16,60	0,12	153,59	0,13	0,01
FLORESTA	0,06	2,63	0,20	0,30	0,11	0,17	12,92	0,05	65,53	0,06	0,01
FORMOSA DO OESTE	0,18	0,44	0,62	0,05	0,07	1,32	9,42	-0,06	-77,18	-0,07	0,07
FRANCISCO ALVES	0,43	0,57	0,29	0,16	0,08	1,15	5,34	0,17	227,15	0,18	0,06
ITAPEJARA D'OESTE	0,37	3,46	0,11	0,11	0,06	0,11	1,69	0,04	37,01	0,04	0,05
IVATE	0,58	1,10	0,25	0,02	0,10	0,31	0,92	0,09	96,07	0,11	0,00
JAPURA	0,54	1,85	0,04	0,19	0,25	0,41	7,80	0,17	185,77	0,20	0,05
JESUITAS	0,21	0,83	0,48	0,00	0,16	0,60	4,64	0,03	29,61	0,04	0,00
JOAQUIM TAVORA	0,33	1,11	0,14	0,17	0,18	0,55	8,20	0,12	88,69	0,13	0,17
JURANDA	0,31	4,35	0,07	0,08	0,10	0,13	4,03	0,05	52,81	0,05	0,00
JUSSARA	0,39	0,33	0,35	0,10	0,22	2,12	9,38	0,09	108,54	0,10	0,11
LINDOESTE	0,30	2,10	0,13	0,14	0,03	0,29	5,39	0,08	108,21	0,09	0,01

LUNARDELLI	0,73	0,89	0,11	0,08	0,08	0,68	2,35	0,07	99,63	0,10	0,05
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
MARIA HELENA	0,17	1,67	0,32	0,04	0,04	0,17	2,56	-0,05	-48,95	-0,05	0,07
MARIOPOLIS	0,29	2,62	0,17	0,13	0,08	0,12	1,75	0,05	57,41	0,05	0,04
NOVA CANTU	0,02	0,42	0,97	0,17	0,13	0,58	25,78	0,23	225,54	0,24	0,10
NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	0,62	3,36	0,11	0,16	0,25	0,00	0,00	0,14	201,02	0,18	0,00
NOVA FATIMA	0,17	2,20	0,21	0,04	0,05	0,20	4,75	0,00	1,72	0,00	0,01
NOVA OLIMPIA	0,10	0,99	0,37	0,11	0,14	0,60	14,63	-0,01	-7,20	-0,01	0,00
NOVA SANTA ROSA	0,25	3,74	0,06	0,20	0,16	0,18	8,51	0,14	162,15	0,15	0,03
NOVA TEBAS	0,09	0,68	0,70	-0,02	0,02	0,59	9,05	-0,06	-76,37	-0,07	0,08
OURO VERDE DO OESTE	0,84	1,46	0,08	0,08	0,06	0,11	0,24	0,04	47,72	0,04	0,05
PAULA FREITAS	0,18	1,64	0,13	0,08	0,08	0,44	15,52	0,10	96,63	0,11	0,01
PAULO FRONTIN	0,11	0,39	0,74	0,06	0,09	1,47	16,73	0,14	126,40	0,15	0,12
PEROLA	0,05	0,50	0,83	0,02	0,12	0,81	19,34	-0,15	-180,54	-0,16	0,15
PINHALAO	0,12	1,13	0,30	0,08	0,19	0,51	12,10	0,06	52,66	0,07	0,05
PRANCHITA	0,34	1,57	0,16	0,10	0,09	0,36	4,24	0,13	154,87	0,13	0,04
QUATIGUA	0,10	0,43	0,35	0,35	0,10	0,61	15,39	0,27	262,16	0,31	0,07
QUINTA DO SOL	0,67	1,65	0,05	0,16	0,24	0,29	2,78	0,15	172,49	0,16	0,26
RENASCENCA	0,32	3,08	0,12	0,07	0,10	0,15	2,58	0,10	134,49	0,13	0,01
SALTO DO ITARARE	0,09	0,98	0,22	0,09	0,12	0,70	33,61	-0,01	-14,37	-0,02	0,07
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	0,08	0,54	0,53	0,25	0,11	0,78	15,91	0,00	-2,06	0,00	0,26
SANTA ISABEL DO IVAI	0,03	0,29	0,94	0,16	0,12	1,84	54,53	0,06	53,50	0,06	0,17
SAO JOAO DO CAIUA	0,96	0,80	0,02	0,07	0,08	0,59	1,50	0,01	14,18	0,02	0,20
SAO JOSE DA BOA VISTA	0,33	1,59	0,24	0,04	0,06	0,25	2,15	0,03	27,79	0,03	0,03
SAO PEDRO DO IVAI	0,04	0,99	0,40	0,09	0,06	0,57	36,75	0,02	16,75	0,02	0,03
SAPOPEMA	0,60	0,76	0,26	0,07	0,02	0,62	1,59	0,08	65,98	0,08	0,03
TAPIRA	0,06	0,56	0,66	0,13	0,08	1,09	23,90	0,09	74,24	0,09	0,00
TEIXEIRA SOARES	0,12	0,85	0,73	0,05	0,13	0,29	2,86	0,05	56,93	0,05	0,04
TOMAZINA	0,12	0,66	0,37	0,05	0,04	1,06	22,16	0,05	34,81	0,05	0,03

TUPASSI	0,49	2,92	0,09	0,10	0,17	0,17	2,00	0,11	153,13	0,12	0,00
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
VERA CRUZ DO OESTE	0,17	0,99	0,29	0,06	0,10	0,65	11,06	0,01	9,92	0,01	0,00
VERE	0,06	1,02	0,51	0,04	0,07	0,42	11,87	0,01	9,51	0,01	0,02
XAMBRE	0,20	0,83	0,45	0,07	0,15	0,52	4,84	0,05	57,60	0,06	0,11

APÊNDICE 19 – VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 5 E 10 MIL HABITANTES - 2006

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ADRIANÓPOLIS	0,90	130,58	0,39	0,07	0,07	0,34	0,33	-0,02	0,28	0,00	0,27	0,45
AGUDOS DO SUL	0,73	113,90	0,64	0,03	0,06	0,45	0,19	-0,05	0,37	0,00	0,17	0,41
ALVORADA DO SUL	0,59	103,66	0,40	0,06	0,17	0,30	0,28	-0,04	0,44	0,00	0,16	0,37
AMAPORÃ	0,79	129,83	0,08	0,03	0,05	0,53	0,19	-0,01	0,37	0,00	0,14	0,37
BARRAÇÃO	0,82	120,03	0,00	0,05	0,11	0,34	0,17	-0,01	0,35	0,00	0,15	0,39
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	0,80	122,67	0,08	0,03	0,04	0,39	0,31	-0,02	0,34	0,01	0,17	0,43
BOCAIUVA DO SUL	0,67	110,89	0,09	0,07	0,12	0,33	0,25	-0,02	0,40	0,01	0,25	0,41
BOM SUCESSO	0,78	121,71	0,00	0,03	0,04	0,45	0,25	-0,03	0,35	0,00	0,14	0,41
BORRAZÓPOLIS	0,51	112,19	0,63	0,05	0,08	0,37	0,25	-0,05	0,46	0,01	0,06	0,34
CALIFÓRNIA	0,43	109,05	0,33	0,08	0,10	0,43	0,19	-0,05	0,53	0,01	0,09	0,28
CAMBIRA	0,70	114,97	0,37	0,04	0,10	0,36	0,27	-0,04	0,38	0,00	0,11	0,42
CAMPO DO TENENTE	0,73	115,71	0,13	0,07	0,09	0,42	0,21	-0,02	0,38	0,00	0,23	0,41
CONGONHINHAS	0,83	120,28	0,19	0,06	0,13	0,38	0,23	-0,01	0,32	0,00	0,14	0,41
DIAMANTE DO NORTE	0,77	124,50	0,18	0,04	0,07	0,35	0,39	-0,02	0,36	0,00	0,14	0,42
DOURADINA	0,72	122,59	0,16	0,08	0,18	0,38	0,26	-0,03	0,45	0,00	0,12	0,25
ENÉAS MARQUES	0,68	107,74	0,03	0,03	0,06	0,37	0,32	0,01	0,42	0,00	0,13	0,42
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	0,56	103,83	0,09	0,02	0,04	0,43	0,30	-0,03	0,42	0,01	0,08	0,44
FLORAÍ	0,58	99,62	0,15	0,07	0,13	0,43	0,22	0,03	0,45	0,00	0,18	0,42
FLORESTA	0,72	119,27	0,07	0,08	0,15	0,45	0,22	-0,02	0,39	0,01	0,15	0,39
FORMOSA DO OESTE	0,60	116,28	0,41	0,03	0,06	0,39	0,33	-0,03	0,48	0,00	0,13	0,30
FRANCISCO ALVES	0,74	128,71	0,63	0,04	0,06	0,41	0,26	-0,04	0,34	0,02	0,18	0,45
GOIOXIM	0,86	102,70	0,62	0,03	0,03	0,40	0,26	0,01	0,29	0,01	0,26	0,49
GUAIRAÇÁ	0,73	124,34	0,10	0,03	0,04	0,49	0,26	-0,04	0,38	0,01	0,17	0,37
GUAMIRANGA	0,79	115,96	0,03	0,04	0,11	0,37	0,23	-0,02	0,35	0,00	0,14	0,41
HONÓRIO SERPA	0,56	105,03	0,31	0,02	0,03	0,40	0,31	0,00	0,44	0,00	0,18	0,45

IBEMA	0,82	118,13	0,05	0,06	0,10	0,47	0,23	-0,02	0,28	0,00	0,22	0,50
ITAMBARACÁ	0,72	115,02	0,17	0,04	0,05	0,45	0,27	-0,03	0,36	0,00	0,11	0,46
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
IVATÉ	0,63	122,29	0,32	0,05	0,07	0,36	0,32	-0,02	0,40	0,01	0,15	0,42
JESUÍTAS	0,53	111,25	0,11	0,05	0,10	0,34	0,29	-0,01	0,46	0,01	0,22	0,41
LARANJAL	0,65	117,36	0,16	0,03	0,07	0,46	0,16	-0,01	0,39	0,01	0,20	0,45
LUIZIANA	0,81	124,78	0,02	0,04	0,08	0,30	0,43	0,00	0,36	0,00	0,12	0,39
MARIA HELENA	0,68	109,77	0,23	0,06	0,12	0,44	0,19	-0,04	0,36	0,01	0,21	0,49
MARILENA	0,66	116,68	0,12	0,04	0,07	0,49	0,19	-0,01	0,41	0,01	0,14	0,41
MAUÁ DA SERRA	0,80	110,70	0,20	0,11	0,14	0,31	0,31	0,02	0,33	0,00	0,12	0,44
NOVA SANTA ROSA	0,71	114,72	0,20	0,05	0,09	0,34	0,38	-0,01	0,38	0,01	0,16	0,42
PAULA FREITAS	0,78	117,14	0,07	0,02	0,04	0,49	0,27	-0,02	0,37	0,00	0,10	0,38
PAULO FRONTIN	0,63	112,75	0,28	0,01	0,03	0,46	0,29	-0,03	0,40	0,00	0,15	0,45
PEROBAL	0,61	118,50	0,09	0,05	0,07	0,53	0,25	-0,02	0,42	0,01	0,20	0,39
PÉROLA	0,69	117,32	0,22	0,07	0,15	0,43	0,20	-0,06	0,40	0,01	0,15	0,35
PRANCHITA	0,65	113,04	0,06	0,04	0,08	0,41	0,28	0,00	0,42	0,00	0,21	0,42
QUATIGUÁ	0,57	113,98	0,06	0,06	0,13	0,48	0,21	-0,04	0,45	0,00	0,11	0,37
RENASCENÇA	0,86	124,54	0,06	0,03	0,07	0,34	0,37	-0,01	0,30	0,01	0,19	0,48
RONDON	0,64	114,33	0,14	0,06	0,10	0,32	0,34	-0,02	0,44	0,01	0,14	0,37
ROSÁRIO DO IVAÍ	0,60	116,33	0,26	0,02	0,04	0,50	0,16	0,00	0,43	0,00	0,11	0,38
SABÁUDIA	0,61	117,61	0,35	0,05	0,06	0,41	0,29	0,07	0,43	0,00	0,17	0,43
SALTO DO ITARARÉ	0,51	112,27	0,12	0,03	0,06	0,57	0,15	-0,01	0,53	0,00	0,10	0,32
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	0,58	113,79	0,32	0,04	0,10	0,35	0,22	-0,04	0,44	0,01	0,17	0,37
SANTA FÉ	0,70	120,53	0,16	0,09	0,18	0,36	0,26	-0,05	0,41	0,01	0,17	0,32
SANTANA DO ITARARÉ	0,55	109,50	0,04	0,04	0,07	0,49	0,19	0,00	0,47	0,00	0,13	0,37
SÃO JOÃO DO CAIUÁ	0,63	110,19	0,09	0,04	0,12	0,47	0,13	0,00	0,46	0,00	0,10	0,32
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	0,94	115,04	0,09	0,05	0,10	0,28	0,42	-0,02	0,26	0,01	0,14	0,49
SÃO PEDRO DO IGUAÇU	0,81	111,49	0,11	0,03	0,08	0,39	0,31	-0,03	0,34	0,01	0,17	0,40
SÃO PEDRO DO IVAÍ	0,59	107,78	0,43	0,07	0,10	0,32	0,36	-0,06	0,43	0,00	0,15	0,36

SAPOPEMA	0,78	119,12	0,12	0,07	0,09	0,45	0,19	-0,02	0,35	0,00	0,11	0,43
SERTANEJA	0,62	107,09	0,13	0,07	0,12	0,32	0,33	-0,01	0,43	0,00	0,16	0,44
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
TEIXEIRA SOARES	0,71	114,61	0,06	0,05	0,10	0,29	0,35	0,03	0,39	0,00	0,20	0,43
TUNEIRAS DO OESTE	0,50	105,58	0,14	0,06	0,08	0,33	0,28	-0,04	0,47	0,01	0,20	0,44
TUPÃSSI	0,68	107,60	0,11	0,05	0,15	0,30	0,38	-0,02	0,40	0,01	0,13	0,38
VERA CRUZ DO OESTE	0,66	109,83	0,21	0,05	0,09	0,31	0,27	-0,02	0,39	0,00	0,21	0,45
VERÊ	0,68	113,63	0,10	0,02	0,03	0,33	0,36	0,01	0,40	0,01	0,16	0,41
VITORINO	0,60	108,27	0,10	0,03	0,06	0,42	0,31	0,06	0,43	0,00	0,20	0,43

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ADRIANÓPOLIS	7,23	0,83	0,81	0,03	0,10	1,11	3,66	0,26	350,30	0,26	0,04
AGUDOS DO SUL	1,09	0,94	0,75	0,10	0,08	0,88	6,79	0,22	202,24	0,22	0,06
ALVORADA DO SUL	5,63	1,91	0,40	0,15	0,21	0,47	7,15	0,19	231,43	0,19	0,09
AMAPORÃ	4,51	4,92	-0,08	0,03	0,07	0,15	0,66	0,26	341,78	0,26	0,00
BARRAÇÃO	0,82	6,07	-0,12	0,07	0,17	0,00	0,00	0,23	255,41	0,26	0,06
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	1,31	2,71	-0,03	0,04	0,05	0,20	0,88	0,22	293,69	0,23	0,00
BOCAIUVA DO SUL	1,88	3,28	-0,05	0,08	0,14	0,17	0,78	0,18	184,56	0,18	0,04
BOM SUCESSO	0,02	1,31	-0,02	0,05	0,06	0,00	0,00	0,22	252,25	0,23	0,00
BORRAZÓPOLIS	2,25	1,05	0,71	0,07	0,11	0,83	6,99	0,17	192,32	0,19	0,07
CALIFÓRNIA	2,79	1,72	0,38	0,09	0,13	0,51	4,05	0,17	156,10	0,18	0,05
CAMBIRA	0,40	1,21	0,41	0,06	0,13	0,53	4,46	0,18	237,28	0,20	0,00
CAMPO DO TENENTE	2,26	3,11	-0,01	0,07	0,11	0,22	0,95	0,20	256,48	0,21	0,00
CONGONHINHAS	8,19	3,10	-0,11	0,09	0,19	0,16	0,60	0,26	279,14	0,27	0,06
DIAMANTE DO NORTE	1,46	1,07	0,44	0,02	0,09	0,63	3,34	0,21	333,79	0,22	0,19
DOURADINA	4,71	4,08	-0,04	0,11	0,27	0,19	0,82	0,29	359,14	0,30	0,05
ENÉAS MARQUES	1,21	4,69	-0,18	0,09	0,08	0,04	0,18	0,15	230,52	0,17	0,00
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	0,76	3,71	0,03	0,09	0,05	0,14	1,34	0,13	199,38	0,13	0,00
FLORAÍ	2,38	6,07	0,02	0,13	0,16	0,12	1,22	0,12	156,46	0,13	0,00
FLORESTA	3,16	8,11	0,04	0,05	0,20	0,10	1,65	0,21	297,03	0,22	0,07
FORMOSA DO OESTE	2,38	1,12	0,58	0,08	0,08	0,80	3,65	0,22	256,91	0,22	0,00
FRANCISCO ALVES	3,38	0,87	0,62	-0,04	0,08	0,91	3,16	0,18	227,27	0,20	0,00
GOIOXIM	4,06	1,00	0,84	0,18	0,04	0,97	7,39	0,20	221,21	0,21	0,00
GUAIRACÁ	2,43	3,22	0,12	0,04	0,06	0,26	1,93	0,24	296,02	0,24	0,00
GUAMIRANGA	3,85	14,97	-0,09	0,10	0,15	0,03	0,27	0,24	290,48	0,24	0,03
HONÓRIO SERPA	1,49	1,00	0,68	0,06	0,03	0,87	4,54	0,11	153,35	0,11	0,00
IBEMA	2,36	11,10	-0,05	0,06	0,14	0,05	0,50	0,21	255,10	0,22	0,00
ITAMBARACÁ	1,22	1,68	0,33	0,05	0,07	0,46	3,74	0,19	206,19	0,19	0,00

IVATÉ	2,14	1,24	0,45	-0,02	0,10	0,66	3,07	0,16	197,70	0,17	0,00
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
JESUÍTAS	1,19	2,54	-0,02	0,01	0,13	0,16	0,89	0,11	118,04	0,12	0,20
LARANJAL	0,88	1,41	0,08	0,01	0,08	0,37	1,27	0,16	185,45	0,16	0,01
LUIZIANA	2,13	9,29	-0,11	0,04	0,10	0,04	0,24	0,24	371,49	0,24	0,00
MARIA HELENA	0,73	1,80	0,18	0,05	0,14	0,33	2,20	0,14	156,85	0,14	0,02
MARILENA	1,69	3,67	0,11	0,02	0,09	0,19	2,28	0,16	170,65	0,16	0,06
MAUÁ DA SERRA	0,00	3,46	-0,16	0,12	0,19	0,28	0,63	0,21	301,53	0,23	0,05
NOVA SANTA ROSA	5,35	4,22	0,13	0,06	0,11	0,21	2,72	0,19	254,03	0,20	0,04
PAULA FREITAS	4,57	8,76	-0,01	0,10	0,06	0,09	0,90	0,24	315,71	0,25	0,00
PAULO FRONTIN	4,38	1,34	0,50	0,04	0,04	0,64	4,55	0,15	161,81	0,15	0,10
PEROBAL	0,56	1,85	0,02	0,03	0,09	0,15	1,19	0,18	235,46	0,18	0,25
PÉROLA	0,75	1,77	0,15	0,09	0,20	0,31	1,94	0,23	200,68	0,24	0,08
PRANCHITA	4,45	7,76	-0,06	0,05	0,09	0,09	0,62	0,16	216,92	0,16	0,00
QUATIGUÁ	1,00	2,86	-0,06	0,06	0,16	0,13	0,68	0,18	185,75	0,18	0,09
RENASCENÇA	2,29	6,89	0,02	0,01	0,09	0,11	1,20	0,21	274,63	0,22	0,00
RONDON	3,97	4,35	0,10	0,05	0,13	0,20	1,95	0,17	192,78	0,18	0,03
ROSÁRIO DO IVAÍ	0,83	1,13	0,39	0,04	0,05	0,61	2,71	0,18	204,08	0,19	0,00
SABÁUDIA	1,10	1,22	0,26	-0,03	0,07	0,47	2,25	0,12	189,16	0,13	0,19
SALTO DO ITARARÉ	0,52	1,46	-0,04	0,05	0,07	0,19	0,85	0,15	180,27	0,16	0,08
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	1,74	2,33	0,11	0,04	0,14	0,31	1,53	0,16	175,70	0,18	0,00
SANTA FÉ	1,07	1,92	0,19	0,09	0,24	0,27	3,07	0,26	220,84	0,26	0,26
SANTANA DO ITARARÉ	0,63	3,77	-0,04	0,08	0,09	0,07	0,65	0,16	180,05	0,16	0,00
SÃO JOÃO DO CAIUÁ	1,14	3,24	-0,06	0,11	0,16	0,14	0,70	0,20	242,05	0,21	0,00
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	0,00	11,44	0,03	0,12	0,13	0,09	1,66	0,24	441,28	0,25	0,02
SÃO PEDRO DO IGUAÇU	2,17	4,59	0,09	0,14	0,10	0,18	2,06	0,25	334,68	0,25	0,00
SÃO PEDRO DO IVAÍ	1,16	1,30	0,50	0,13	0,13	0,64	4,37	0,20	196,74	0,20	0,00
SAPOEMA	1,59	2,16	0,09	0,06	0,12	0,31	1,41	0,22	225,95	0,22	0,03
SERTANEJA	0,74	2,70	0,14	0,06	0,14	0,21	2,89	0,13	235,79	0,13	0,15

TEIXEIRA SOARES	0,73	2,27	-0,10	0,04	0,13	0,13	0,57	0,17	189,85	0,18	0,00
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
TUNEIRAS DO OESTE	1,11	2,26	0,03	0,03	0,09	0,22	1,17	0,09	78,79	0,09	0,11
TUPÃSSI	2,02	5,14	-0,08	0,14	0,20	0,10	0,58	0,21	288,08	0,22	0,00
VERA CRUZ DO OESTE	1,24	3,79	0,05	0,06	0,12	0,17	1,40	0,14	161,64	0,16	0,00
VERÊ	2,52	5,11	0,03	0,05	0,04	0,15	1,28	0,17	200,35	0,18	0,00
VITORINO	1,14	2,81	-0,07	0,06	0,07	0,15	0,67	0,13	173,98	0,14	0,01

APÊNDICE 20 – VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 1998

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ALTO PIQUIRI	0,63	101,42	0,15	0,03	0,22	0,53	0,14	0,03	0,33	0,02	0,27	0,60
ALTONIA	0,39	93,27	0,35	0,06	0,09	0,39	0,20	-0,05	0,53	0,03	0,17	0,47
AMPERE	0,65	101,99	0,03	0,08	0,12	0,34	0,18	0,01	0,39	0,00	0,20	0,50
ANTONINA	0,42	98,40	0,71	0,16	0,23	0,34	0,17	-0,05	0,57	0,00	0,17	0,31
ARARUNA	0,29	105,17	0,04	0,07	0,13	0,28	0,24	-0,02	0,67	0,01	0,20	0,33
ASSAI	0,45	85,94	0,58	0,08	0,09	0,30	0,26	-0,01	0,48	0,01	0,15	0,51
BARBOSA FERRAZ	0,53	100,85	0,21	0,03	0,08	0,47	0,12	0,00	0,47	0,01	0,14	0,43
BELA VISTA DO PARAISO	0,49	98,39	0,27	0,07	0,11	0,41	0,17	-0,01	0,46	0,01	0,25	0,50
CAMPINA DA LAGOA	0,55	102,97	0,37	0,07	0,13	0,39	0,19	-0,02	0,43	0,03	0,17	0,47
CANDIDO DE ABREU	0,58	98,07	0,09	0,04	0,03	0,42	0,15	0,03	0,42	0,00	0,24	0,55
CANTAGALO	0,55	99,32	0,13	0,02	0,07	0,46	0,10	0,03	0,44	0,00	0,17	0,52
CAPANEMA	0,51	103,53	0,13	0,10	0,14	0,32	0,17	0,02	0,51	0,01	0,18	0,40
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	0,68	98,90	0,25	0,09	0,12	0,48	0,15	-0,01	0,37	0,00	0,16	0,49
CATANDUVAS	0,62	95,10	0,62	0,03	0,08	0,41	0,19	0,00	0,35	0,01	0,25	0,57
CENTENARIO DO SUL	0,53	99,03	0,18	0,06	0,10	0,36	0,15	0,03	0,46	0,00	0,15	0,49
CLEVELANDIA	0,44	97,50	0,17	0,05	0,10	0,36	0,30	-0,01	0,54	0,01	0,17	0,41
CONTENDA	0,43	93,00	0,33	0,08	0,11	0,33	0,22	0,00	0,52	0,03	0,12	0,40
CORBELIA	0,81	103,83	0,22	0,05	0,07	0,40	0,26	0,00	0,24	0,01	0,12	0,61
CURIUVA	0,44	94,31	0,23	0,06	0,11	0,37	0,13	-0,02	0,51	0,01	0,23	0,42
ENGENHEIRO BELTRAO	0,57	101,60	0,18	0,05	0,10	0,34	0,23	0,06	0,46	0,01	0,17	0,43
FAXINAL	0,41	88,40	0,75	0,04	0,05	0,37	0,16	-0,04	0,50	0,03	0,19	0,47
FLORESTOPOLIS	0,48	100,77	0,79	0,04	0,05	0,44	0,24	-0,05	0,49	0,00	0,14	0,41
GENERAL CARNEIRO	0,52	100,80	0,68	0,02	0,13	0,43	0,24	-0,06	0,47	0,00	0,22	0,43

ICARAIMA	0,57	109,11	0,47	0,05	0,07	0,44	0,18	0,01	0,45	0,01	0,19	0,43
IPIRANGA	0,6	100,49	0,06	0,03	0,03	0,36	0,23	0,02	0,41	0,00	0,25	0,53
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
IPORA	0,59	89,23	0,47	0,07	0,14	0,46	0,15	-0,02	0,33	0,02	0,37	0,63
ITAPERUCU	0,62	99,36	0,27	0,06	0,07	0,38	0,19	0,00	0,40	0,00	0,20	0,47
IVAI	0,61	99,61	0,14	0,02	0,06	0,41	0,16	0,03	0,45	0,00	0,11	0,40
JAGUAPITA	0,41	88,18	0,71	0,05	0,19	0,32	0,21	-0,04	0,54	0,01	0,16	0,43
JARDIM ALEGRE	0,45	95,15	0,52	0,02	0,06	0,48	0,11	0,01	0,49	0,00	0,17	0,54
JATAIZINHO	0,55	95,59	0,46	0,06	0,24	0,48	0,15	-0,06	0,43	0,00	0,24	0,48
MALLET	0,55	105,15	0,26	0,07	0,21	0,36	0,28	0,00	0,47	0,01	0,18	0,40
MAMBORE	0,42	100,24	0,00	0,05	0,06	0,36	0,33	0,02	0,59	0,00	0,10	0,35
MANDAGUACU	0,42	97,12	0,33	0,05	0,13	0,43	0,19	-0,02	0,54	0,02	0,15	0,36
MANDIRITUBA	0,3	96,37	0,31	0,05	0,12	0,36	0,17	0,09	0,67	0,01	0,18	0,28
MANOEL RIBAS	0,68	99,23	0,39	0,03	0,08	0,30	0,17	0,06	0,35	0,02	0,24	0,53
MARILUZ	0,31	99,51	0,44	0,05	0,18	0,41	0,13	-0,02	0,54	0,01	0,19	0,36
MARMELEIRO	0,68	102,52	0,08	0,05	0,11	0,36	0,20	-0,02	0,35	0,03	0,21	0,53
MATELANDIA	0,47	97,12	0,15	0,05	0,08	0,32	0,37	0,02	0,54	0,01	0,18	0,37
MORRETES	0,41	95,78	0,72	0,11	0,14	0,34	0,19	-0,05	0,55	0,00	0,27	0,41
NOVA AURORA	0,65	105,22	0,26	0,05	0,09	0,34	0,28	0,04	0,39	0,01	0,15	0,49
PALMITAL	0,67	103,31	0,22	0,03	0,05	0,52	0,11	-0,03	0,39	0,01	0,12	0,46
PEABIRU	0,43	97,76	0,02	0,06	0,19	0,38	0,17	-0,01	0,56	0,00	0,16	0,40
QUITANDINHA	0,65	100,32	0,48	0,03	0,06	0,36	0,13	0,10	0,34	0,01	0,32	0,59
REALEZA	0,62	106,47	0,12	0,13	0,15	0,41	0,19	-0,02	0,43	0,00	0,20	0,44
RIBEIRAO CLARO	0,39	103,36	0,56	0,10	0,13	0,35	0,19	0,05	0,55	0,01	0,20	0,47
RIBEIRAO DO PINHAL	0,51	102,50	0,38	0,05	0,14	0,54	0,13	-0,04	0,48	0,01	0,17	0,44
RONCADOR	1,14	113,91	0,13	0,03	0,17	0,38	0,14	0,04	0,15	0,00	0,18	0,58
SALTO DO LONTRA	0,58	101,51	0,17	0,04	0,09	0,43	0,18	0,00	0,42	0,01	0,15	0,51
SANTA IZABEL DO OESTE	0,68	93,64	0,03	0,07	0,12	0,38	0,17	0,01	0,38	0,00	0,29	0,52
SANTA MARIA DO OESTE	0,76	109,98	0,05	0,02	0,04	0,43	0,09	0,04	0,33	0,00	0,23	0,53

SANTA MARIANA	0,55	100,95	0,92	0,08	0,16	0,39	0,23	-0,02	0,41	0,01	0,23	0,50
SANTA TEREZA DO OESTE	0,78	99,92	0,31	0,03	0,06	0,41	0,19	-0,04	0,34	0,01	0,21	0,44
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	0,46	98,83	0,20	0,05	0,28	0,21	0,17	0,01	0,47	0,01	0,30	0,54
SAO JERONIMO DA SERRA	0,54	110,52	1,14	0,02	0,08	0,39	0,11	0,04	0,46	0,01	0,23	0,42
SAO JOAO	0,73	101,19	0,40	0,03	0,07	0,39	0,23	-0,01	0,31	0,01	0,19	0,52
SAO JOAO DO TRIUNFO	0,51	106,26	0,19	0,02	0,06	0,35	0,16	0,03	0,51	0,00	0,11	0,37
SENGES	0,4	96,53	0,25	0,05	0,09	0,38	0,26	-0,02	0,56	0,00	0,22	0,44
TAPEJARA	0,56	95,26	0,72	0,05	0,09	0,34	0,19	0,03	0,40	0,00	0,24	0,52
TERRA BOA	0,65	111,16	0,17	0,09	0,20	0,32	0,13	0,02	0,37	0,01	0,24	0,53
TERRA RICA	0,67	104,66	0,20	0,08	0,24	0,33	0,14	-0,01	0,38	0,00	0,15	0,47
TERRA ROXA	0,47	93,71	0,44	0,07	0,09	0,38	0,26	-0,08	0,43	0,02	0,22	0,56
TIBAGI	0,73	95,22	0,16	0,09	0,12	0,36	0,30	0,01	0,29	0,01	0,12	0,60
TIJUCAS DO SUL	0,62	99,00	0,88	0,04	0,06	0,34	0,17	-0,01	0,40	0,01	0,21	0,52
WENCESLAU BRAZ	0,61	101,66	0,48	0,06	0,09	0,44	0,16	0,03	0,39	0,01	0,19	0,50

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ALTO PIQUIRI	0,69	1,81	0,07	0,03	0,25	0,26	1,74	0,04	16,04	0,04	0,12
ALTONIA	0,09	1,04	0,36	0,04	0,09	0,42	11,37	-0,03	-11,45	-0,03	0,14
AMPERE	2,02	5,21	-0,14	0,08	0,15	0,04	0,15	0,09	33,16	0,10	0,06
ANTONINA	0,16	1,25	0,12	0,14	0,26	0,55	23,97	0,12	36,80	0,12	0,14
ARARUNA	1,47	3,81	-0,05	-0,07	0,16	0,10	0,72	-0,01	-3,64	-0,01	0,23
ASSAI	0,08	0,99	0,37	0,18	0,10	0,52	16,76	0,00	-1,83	-0,01	0,08
BARBOSA FERRAZ	0,50	1,22	0,12	0,08	0,10	0,43	3,77	0,08	30,26	0,09	0,19
BELA VISTA DO PARAISO	0,09	0,42	0,62	0,06	0,13	1,06	17,83	0,03	11,03	0,04	0,27
CAMPINA DA LAGOA	0,27	0,71	0,23	0,03	0,14	1,09	12,47	0,06	23,19	0,07	0,00
CANDIDO DE ABREU	0,62	4,48	0,04	0,05	0,03	0,10	1,43	0,03	8,92	0,03	0,03
CANTAGALO	0,12	2,54	0,21	0,05	0,08	0,13	4,74	0,03	14,02	0,04	0,05
CAPANEMA	0,64	3,35	0,04	0,04	0,18	0,17	2,23	0,07	27,98	0,08	0,01
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	1,52	2,33	-0,02	0,15	0,14	0,36	7,56	0,13	57,85	0,14	0,08
CATANDUVAS	0,27	1,35	0,08	0,14	0,10	0,63	21,21	0,07	27,81	0,08	0,00
CENTENARIO DO SUL	0,67	2,63	0,06	0,06	0,12	0,20	1,79	0,04	19,70	0,05	0,04
CLEVELANDIA	0,15	4,04	0,11	0,07	0,10	0,11	5,71	0,04	13,21	0,04	0,00
CONTENDA	0,33	2,16	0,08	0,13	0,13	0,32	8,23	0,04	13,86	0,05	0,05
CORBELIA	0,85	2,28	0,01	0,09	0,08	0,39	9,39	0,12	47,43	0,13	0,00
CURIUVA	0,16	1,09	0,39	0,13	0,13	0,42	5,46	0,06	14,79	0,06	0,03
ENGENHEIRO BELTRAO	0,28	0,86	0,30	0,08	0,13	0,42	3,67	0,09	38,12	0,10	0,29
FAXINAL	0,04	0,23	0,97	0,18	0,07	1,74	43,85	0,01	3,96	0,01	0,38
FLORESTOPOLIS	0,09	0,26	0,66	0,09	0,06	2,32	37,21	0,09	29,79	0,09	0,12
GENERAL CARNEIRO	0,74	0,24	0,12	0,09	0,15	3,19	9,52	0,10	30,27	0,10	0,13
ICARAIMA	0,64	0,42	0,17	0,02	0,08	1,14	3,68	0,10	41,27	0,12	0,32
IPIRANGA	0,42	3,04	0,14	0,05	0,04	0,08	0,77	0,05	14,68	0,06	0,02
IPORA	0,09	0,87	0,52	0,15	0,16	0,54	10,80	0,01	5,05	0,01	0,00
ITAPERUCU	0,26	1,50	0,16	0,14	0,09	0,30	5,28	0,13	35,72	0,13	0,21

IVAI	0,43	1,67	0,19	0,16	0,08	0,25	1,77	0,13	44,70	0,15	0,03
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
JAGUAPITA	0,06	0,28	0,73	0,17	0,20	2,29	53,18	0,03	12,99	0,03	0,08
JARDIM ALEGRE	0,09	0,28	0,71	0,03	0,06	2,29	31,45	-0,03	-10,15	-0,03	0,13
JATAIZINHO	0,67	0,84	0,07	0,13	0,27	0,69	4,56	0,09	27,51	0,09	0,21
MALLET	0,54	0,98	0,17	0,07	0,25	0,53	2,77	0,12	35,83	0,12	0,10
MAMBORE	0,22	2,60	0,28	0,05	0,07	0,00	0,00	0,05	20,66	0,06	0,06
MANDAGUACU	0,32	2,14	0,11	0,11	0,17	0,30	5,82	0,07	19,78	0,08	0,00
MANDIRITUBA	0,16	0,90	0,43	0,08	0,14	0,54	6,65	0,03	10,64	0,03	0,05
MANOEL RIBAS	0,12	0,43	0,81	0,11	0,10	1,25	11,42	0,09	47,08	0,11	0,07
MARILUZ	0,15	0,88	0,16	0,09	0,21	0,70	24,74	0,08	33,49	0,09	0,20
MARMELEIRO	0,02	4,78	0,13	0,07	0,14	0,07	33,54	0,09	37,37	0,10	0,02
MATELANDIA	1,55	2,23	-0,03	0,12	0,10	0,36	4,15	0,08	41,07	0,08	0,07
MORRETES	0,97	0,83	0,01	0,09	0,15	0,84	4,01	0,04	14,67	0,05	0,00
NOVA AURORA	0,12	1,52	0,27	0,06	0,12	0,28	7,77	0,10	45,69	0,11	0,10
PALMITAL	0,63	1,03	0,09	0,12	0,06	0,62	3,95	0,15	46,28	0,15	0,11
PEABIRU	0,58	4,12	0,04	0,06	0,20	0,05	0,83	0,03	11,64	0,03	0,18
QUITANDINHA	0,34	0,50	0,29	0,05	0,09	1,19	7,84	0,04	13,77	0,06	0,18
REALEZA	0,22	3,13	0,10	0,07	0,17	0,19	7,12	0,13	46,70	0,13	0,00
RIBEIRAO CLARO	0,50	0,85	0,08	-0,07	0,16	0,90	11,22	-0,02	-9,45	-0,03	0,09
RIBEIRAO DO PINHAL	0,47	0,28	0,54	0,05	0,15	1,89	3,97	0,07	20,30	0,08	0,20
RONCADOR	0,11	1,23	0,37	0,14	0,24	0,27	5,87	0,25	102,66	0,27	0,16
SALTO DO LONTRA	0,29	3,04	0,11	0,04	0,11	0,17	3,60	0,05	18,82	0,06	0,01
SANTA IZABEL DO OESTE	0,15	1,74	0,41	0,17	0,15	0,05	0,76	0,09	43,91	0,10	0,06
SANTA MARIA DO OESTE	0,46	2,38	0,15	0,03	0,05	0,11	0,88	0,12	36,02	0,13	0,07
SANTA MARIANA	0,28	0,20	0,30	0,07	0,18	3,29	28,09	0,07	29,98	0,08	0,27
SANTA TEREZA DO OESTE	0,07	0,92	0,34	0,21	0,07	0,63	25,11	0,21	61,87	0,21	0,08
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	0,49	1,67	0,09	-0,02	0,35	0,30	3,37	-0,02	-13,26	-0,03	0,20
SAO JERONIMO DA SERRA	0,18	0,36	0,36	0,00	0,10	1,86	23,89	0,10	31,85	0,11	0,17

SAO JOAO	0,32	1,01	0,27	0,14	0,08	0,56	4,50	0,14	68,28	0,15	0,03
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
SAO JOAO DO TRIUNFO	0,92	1,34	0,02	0,04	0,08	0,44	1,55	0,10	30,38	0,11	0,00
SENGES	0,17	0,81	0,46	0,04	0,09	0,59	6,24	0,00	0,00	0,00	0,07
TAPEJARA	0,39	0,38	0,30	0,13	0,11	1,80	9,39	0,06	23,90	0,07	0,13
TERRA BOA	0,12	2,03	0,20	-0,04	0,27	0,24	8,50	0,07	31,28	0,09	0,06
TERRA RICA	2,35	5,25	-0,06	0,10	0,29	0,13	1,17	0,14	66,35	0,15	0,04
TERRA ROXA	0,20	0,90	0,39	0,07	0,10	0,57	5,83	-0,01	-1,96	-0,01	0,05
TIBAGI	0,36	1,52	0,20	0,14	0,14	0,31	2,82	0,09	35,37	0,09	0,07
TIJUCAS DO SUL	0,09	0,88	0,27	0,08	0,08	0,81	31,47	0,06	20,16	0,07	0,03
WENCESLAU BRAZ	2,11	0,05	0,08	0,10	0,39	18,74	0,09		25,83	0,10	0,02

APÊNDICE 21 – VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES – 1998 ATUALIZADO

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ALTO PIQUIRI	0,63	101,42	0,15	0,03	0,22	0,53	0,14	0,03	0,33	0,02	0,27	0,60
ALTONIA	0,39	93,27	0,35	0,06	0,09	0,39	0,20	-0,05	0,53	0,03	0,17	0,47
AMPERE	0,65	101,99	0,03	0,08	0,12	0,34	0,18	0,01	0,39	0,00	0,20	0,50
ANTONINA	0,42	98,40	0,71	0,16	0,23	0,34	0,17	-0,05	0,57	0,00	0,17	0,31
ARARUNA	0,29	105,17	0,04	0,07	0,13	0,28	0,24	-0,02	0,67	0,01	0,20	0,33
ASSAI	0,45	85,94	0,58	0,08	0,09	0,30	0,26	-0,01	0,48	0,01	0,15	0,51
BARBOSA FERRAZ	0,53	100,85	0,21	0,03	0,08	0,47	0,12	0,00	0,47	0,01	0,14	0,43
BELA VISTA DO PARAISO	0,49	98,39	0,27	0,07	0,11	0,41	0,17	-0,01	0,46	0,01	0,25	0,50
CAMPINA DA LAGOA	0,55	102,97	0,37	0,07	0,13	0,39	0,19	-0,02	0,43	0,03	0,17	0,47
CANDIDO DE ABREU	0,58	98,07	0,09	0,04	0,03	0,42	0,15	0,03	0,42	0,00	0,24	0,55
CANTAGALO	0,55	99,32	0,13	0,02	0,07	0,46	0,10	0,03	0,44	0,00	0,17	0,52
CAPANEMA	0,51	103,53	0,13	0,10	0,14	0,32	0,17	0,02	0,51	0,01	0,18	0,40
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	0,68	98,90	0,25	0,09	0,12	0,48	0,15	-0,01	0,37	0,00	0,16	0,49
CATANDUVAS	0,62	95,10	0,62	0,03	0,08	0,41	0,19	0,00	0,35	0,01	0,25	0,57
CENTENARIO DO SUL	0,53	99,03	0,18	0,06	0,10	0,36	0,15	0,03	0,46	0,00	0,15	0,49
CLEVELANDIA	0,44	97,50	0,17	0,05	0,10	0,36	0,30	-0,01	0,54	0,01	0,17	0,41
CONTENDA	0,43	93,00	0,33	0,08	0,11	0,33	0,22	0,00	0,52	0,03	0,12	0,40
CORBELIA	0,81	103,83	0,22	0,05	0,07	0,40	0,26	0,00	0,24	0,01	0,12	0,61
CURIUVA	0,44	94,31	0,23	0,06	0,11	0,37	0,13	-0,02	0,51	0,01	0,23	0,42
ENGENHEIRO BELTRAO	0,57	101,60	0,18	0,05	0,10	0,34	0,23	0,06	0,46	0,01	0,17	0,43
FAXINAL	0,41	88,40	0,75	0,04	0,05	0,37	0,16	-0,04	0,50	0,03	0,19	0,47
FLORESTOPOLIS	0,48	100,77	0,79	0,04	0,05	0,44	0,24	-0,05	0,49	0,00	0,14	0,41
GENERAL CARNEIRO	0,52	100,80	0,68	0,02	0,13	0,43	0,24	-0,06	0,47	0,00	0,22	0,43
ICARAIMA	0,57	109,11	0,47	0,05	0,07	0,44	0,18	0,01	0,45	0,01	0,19	0,43
IPIRANGA	0,60	100,49	0,06	0,03	0,03	0,36	0,23	0,02	0,41	0,00	0,25	0,53

IPORA	0,59	89,23	0,47	0,07	0,14	0,46	0,15	-0,02	0,33	0,02	0,37	0,63
ITAPERUCU	0,62	99,36	0,27	0,06	0,07	0,38	0,19	0,00	0,40	0,00	0,20	0,47
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
IVAI	0,61	99,61	0,14	0,02	0,06	0,41	0,16	0,03	0,45	0,00	0,11	0,40
JAGUAPITA	0,41	88,18	0,71	0,05	0,19	0,32	0,21	-0,04	0,54	0,01	0,16	0,43
JARDIM ALEGRE	0,45	95,15	0,52	0,02	0,06	0,48	0,11	0,01	0,49	0,00	0,17	0,54
JATAIZINHO	0,55	95,59	0,46	0,06	0,24	0,48	0,15	-0,06	0,43	0,00	0,24	0,48
MALLET	0,55	105,15	0,26	0,07	0,21	0,36	0,28	0,00	0,47	0,01	0,18	0,40
MAMBORE	0,42	100,24	0,00	0,05	0,06	0,36	0,33	0,02	0,59	0,00	0,10	0,35
MANDAGUACU	0,42	97,12	0,33	0,05	0,13	0,43	0,19	-0,02	0,54	0,02	0,15	0,36
MANDIRITUBA	0,30	96,37	0,31	0,05	0,12	0,36	0,17	0,09	0,67	0,01	0,18	0,28
MANOEL RIBAS	0,68	99,23	0,39	0,03	0,08	0,30	0,17	0,06	0,35	0,02	0,24	0,53
MARILUZ	0,31	99,51	0,44	0,05	0,18	0,41	0,13	-0,02	0,54	0,01	0,19	0,36
MARMELEIRO	0,68	102,52	0,08	0,05	0,11	0,36	0,20	-0,02	0,35	0,03	0,21	0,53
MATELANDIA	0,47	97,12	0,15	0,05	0,08	0,32	0,37	0,02	0,54	0,01	0,18	0,37
MORRETES	0,41	95,78	0,72	0,11	0,14	0,34	0,19	-0,05	0,55	0,00	0,27	0,41
NOVA AURORA	0,65	105,22	0,26	0,05	0,09	0,34	0,28	0,04	0,39	0,01	0,15	0,49
PALMITAL	0,67	103,31	0,22	0,03	0,05	0,52	0,11	-0,03	0,39	0,01	0,12	0,46
PEABIRU	0,43	97,76	0,02	0,06	0,19	0,38	0,17	-0,01	0,56	0,00	0,16	0,40
QUITANDINHA	0,65	100,32	0,48	0,03	0,06	0,36	0,13	0,10	0,34	0,01	0,32	0,59
REALEZA	0,62	106,47	0,12	0,13	0,15	0,41	0,19	-0,02	0,43	0,00	0,20	0,44
RIBEIRAO CLARO	0,39	103,36	0,56	0,10	0,13	0,35	0,19	0,05	0,55	0,01	0,20	0,47
RIBEIRAO DO PINHAL	0,51	102,50	0,38	0,05	0,14	0,54	0,13	-0,04	0,48	0,01	0,17	0,44
RONCADOR	1,14	113,91	0,13	0,03	0,17	0,38	0,14	0,04	0,15	0,00	0,18	0,58
SALTO DO LONTRA	0,58	101,51	0,17	0,04	0,09	0,43	0,18	0,00	0,42	0,01	0,15	0,51
SANTA IZABEL DO OESTE	0,68	93,64	0,03	0,07	0,12	0,38	0,17	0,01	0,38	0,00	0,29	0,52
SANTA MARIA DO OESTE	0,76	109,98	0,05	0,02	0,04	0,43	0,09	0,04	0,33	0,00	0,23	0,53
SANTA MARIANA	0,55	100,95	0,92	0,08	0,16	0,39	0,23	-0,02	0,41	0,01	0,23	0,50
SANTA TEREZA DO OESTE	0,78	99,92	0,31	0,03	0,06	0,41	0,19	-0,04	0,34	0,01	0,21	0,44

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	0,46	98,83	0,20	0,05	0,28	0,21	0,17	0,01	0,47	0,01	0,30	0,54
SAO JERONIMO DA SERRA	0,54	110,52	1,14	0,02	0,08	0,39	0,11	0,04	0,46	0,01	0,23	0,42
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
SAO JOAO	0,73	101,19	0,40	0,03	0,07	0,39	0,23	-0,01	0,31	0,01	0,19	0,52
SAO JOAO DO TRIUNFO	0,51	106,26	0,19	0,02	0,06	0,35	0,16	0,03	0,51	0,00	0,11	0,37
SENGES	0,40	96,53	0,25	0,05	0,09	0,38	0,26	-0,02	0,56	0,00	0,22	0,44
TAPEJARA	0,56	95,26	0,72	0,05	0,09	0,34	0,19	0,03	0,40	0,00	0,24	0,52
TERRA BOA	0,65	111,16	0,17	0,09	0,20	0,32	0,13	0,02	0,37	0,01	0,24	0,53
TERRA RICA	0,67	104,66	0,20	0,08	0,24	0,33	0,14	-0,01	0,38	0,00	0,15	0,47
TERRA ROXA	0,47	93,71	0,44	0,07	0,09	0,38	0,26	-0,08	0,43	0,02	0,22	0,56
TIBAGI	0,73	95,22	0,16	0,09	0,12	0,36	0,30	0,01	0,29	0,01	0,12	0,60
TIJUCAS DO SUL	0,62	99,00	0,88	0,04	0,06	0,34	0,17	-0,01	0,40	0,01	0,21	0,52
WENCESLAU BRAZ	0,61	101,66	0,48	0,06	0,09	0,44	0,16	0,03	0,39	0,01	0,19	0,50

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ALTO PIQUIRI	0,69	1,81	0,07	0,03	0,25	0,26	1,74	0,04	37,42	0,04	0,12
ALTONIA	0,09	1,04	0,36	0,04	0,09	0,42	11,37	-0,03	-26,71	-0,03	0,14
AMPERE	2,02	5,21	-0,14	0,08	0,15	0,04	0,15	0,09	77,34	0,10	0,06
ANTONINA	0,16	1,25	0,12	0,14	0,26	0,55	23,97	0,12	85,82	0,12	0,14
ARARUNA	1,47	3,81	-0,05	-0,07	0,16	0,10	0,72	-0,01	-8,49	-0,01	0,23
ASSAI	0,08	0,99	0,37	0,18	0,10	0,52	16,76	0,00	-4,26	-0,01	0,08
BARBOSA FERRAZ	0,50	1,22	0,12	0,08	0,10	0,43	3,77	0,08	70,58	0,09	0,19
BELA VISTA DO PARAISO	0,09	0,42	0,62	0,06	0,13	1,06	17,83	0,03	25,73	0,04	0,27
CAMPINA DA LAGOA	0,27	0,71	0,23	0,03	0,14	1,09	12,47	0,06	54,09	0,07	0,00
CANDIDO DE ABREU	0,62	4,48	0,04	0,05	0,03	0,10	1,43	0,03	20,81	0,03	0,03
CANTAGALO	0,12	2,54	0,21	0,05	0,08	0,13	4,74	0,03	32,70	0,04	0,05
CAPANEMA	0,64	3,35	0,04	0,04	0,18	0,17	2,23	0,07	65,26	0,08	0,01
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	1,52	2,33	-0,02	0,15	0,14	0,36	7,56	0,13	134,91	0,14	0,08
CATANDUVAS	0,27	1,35	0,08	0,14	0,10	0,63	21,21	0,07	64,87	0,08	0,00
CENTENARIO DO SUL	0,67	2,63	0,06	0,06	0,12	0,20	1,79	0,04	45,95	0,05	0,04
CLEVELANDIA	0,15	4,04	0,11	0,07	0,10	0,11	5,71	0,04	30,81	0,04	0,00
CONTENDA	0,33	2,16	0,08	0,13	0,13	0,32	8,23	0,04	32,34	0,05	0,05
CORBELIA	0,85	2,28	0,01	0,09	0,08	0,39	9,39	0,12	110,61	0,13	0,00
CURIUVA	0,16	1,09	0,39	0,13	0,13	0,42	5,46	0,06	34,48	0,06	0,03
ENGENHEIRO BELTRAO	0,28	0,86	0,30	0,08	0,13	0,42	3,67	0,09	88,91	0,10	0,29
FAXINAL	0,04	0,23	0,97	0,18	0,07	1,74	43,85	0,01	9,23	0,01	0,38
FLORESTOPOLIS	0,09	0,26	0,66	0,09	0,06	2,32	37,21	0,09	69,47	0,09	0,12
GENERAL CARNEIRO	0,74	0,24	0,12	0,09	0,15	3,19	9,52	0,10	70,60	0,10	0,13
ICARAIMA	0,64	0,42	0,17	0,02	0,08	1,14	3,68	0,10	96,25	0,12	0,32
IPIRANGA	0,42	3,04	0,14	0,05	0,04	0,08	0,77	0,05	34,24	0,06	0,02
IPORA	0,09	0,87	0,52	0,15	0,16	0,54	10,80	0,01	11,77	0,01	0,00
ITAPERUCU	0,26	1,50	0,16	0,14	0,09	0,30	5,28	0,13	83,30	0,13	0,21

IVAI	0,43	1,67	0,19	0,16	0,08	0,25	1,77	0,13	104,24	0,15	0,03
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	30,29	0,03	0,08
JAGUAPITA	0,06	0,28	0,73	0,17	0,20	2,29	53,18	0,03	G9	G10	G11
JARDIM ALEGRE	0,09	0,28	0,71	0,03	0,06	2,29	31,45	-0,03	-23,68	-0,03	0,13
JATAIZINHO	0,67	0,84	0,07	0,13	0,27	0,69	4,56	0,09	64,16	0,09	0,21
MALLET	0,54	0,98	0,17	0,07	0,25	0,53	2,77	0,12	83,56	0,12	0,10
MAMBORE	0,22	2,60	0,28	0,05	0,07	0,00	0,00	0,05	48,18	0,06	0,06
MANDAGUACU	0,32	2,14	0,11	0,11	0,17	0,30	5,82	0,07	46,13	0,08	0,00
MANDIRITUBA	0,16	0,90	0,43	0,08	0,14	0,54	6,65	0,03	24,82	0,03	0,05
MANOEL RIBAS	0,12	0,43	0,81	0,11	0,10	1,25	11,42	0,09	109,80	0,11	0,07
MARILUZ	0,15	0,88	0,16	0,09	0,21	0,70	24,74	0,08	78,12	0,09	0,20
MARMELEIRO	0,02	4,78	0,13	0,07	0,14	0,07	33,54	0,09	87,16	0,10	0,02
MATELANDIA	1,55	2,23	-0,03	0,12	0,10	0,36	4,15	0,08	95,79	0,08	0,07
MORRETES	0,97	0,83	0,01	0,09	0,15	0,84	4,01	0,04	34,21	0,05	0,00
NOVA AURORA	0,12	1,52	0,27	0,06	0,12	0,28	7,77	0,10	106,56	0,11	0,10
PALMITAL	0,63	1,03	0,09	0,12	0,06	0,62	3,95	0,15	107,93	0,15	0,11
PEABIRU	0,58	4,12	0,04	0,06	0,20	0,05	0,83	0,03	27,15	0,03	0,18
QUITANDINHA	0,34	0,50	0,29	0,05	0,09	1,19	7,84	0,04	32,12	0,06	0,18
REALEZA	0,22	3,13	0,10	0,07	0,17	0,19	7,12	0,13	108,91	0,13	0,00
RIBEIRAO CLARO	0,50	0,85	0,08	-0,07	0,16	0,90	11,22	-0,02	-22,04	-0,03	0,09
RIBEIRAO DO PINHAL	0,47	0,28	0,54	0,05	0,15	1,89	3,97	0,07	47,34	0,08	0,20
RONCADOR	0,11	1,23	0,37	0,14	0,24	0,27	5,87	0,25	239,43	0,27	0,16
SALTO DO LONTRA	0,29	3,04	0,11	0,04	0,11	0,17	3,60	0,05	43,90	0,06	0,01
SANTA IZABEL DO OESTE	0,15	1,74	0,41	0,17	0,15	0,05	0,76	0,09	102,41	0,10	0,06
SANTA MARIA DO OESTE	0,46	2,38	0,15	0,03	0,05	0,11	0,88	0,12	84,01	0,13	0,07
SANTA MARIANA	0,28	0,20	0,30	0,07	0,18	3,29	28,09	0,07	69,91	0,08	0,27
SANTA TEREZA DO OESTE	0,07	0,92	0,34	0,21	0,07	0,63	25,11	0,21	144,30	0,21	0,08
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	0,49	1,67	0,09	-0,02	0,35	0,30	3,37	-0,02	-30,93	-0,03	0,20
SAO JERONIMO DA SERRA	0,18	0,36	0,36	0,00	0,10	1,86	23,89	0,10	74,28	0,11	0,17

SAO JOAO	0,32	1,01	0,27	0,14	0,08	0,56	4,50	0,14	G9	G10	G11
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	0,01	0,00	0,07
SAO JOAO DO TRIUNFO	0,92	1,34	0,02	0,04	0,08	0,44	1,55	0,10	159,25	0,15	0,03
SENGES	0,17	0,81	0,46	0,04	0,09	0,59	6,24	0,00	70,85	0,11	0,00
TAPEJARA	0,39	0,38	0,30	0,13	0,11	1,80	9,39	0,06	55,75	0,07	0,13
TERRA BOA	0,12	2,03	0,20	-0,04	0,27	0,24	8,50	0,07	72,95	0,09	0,06
TERRA RICA	2,35	5,25	-0,06	0,10	0,29	0,13	1,17	0,14	154,76	0,15	0,04
TERRA ROXA	0,20	0,90	0,39	0,07	0,10	0,57	5,83	-0,01	-4,56	-0,01	0,05
TIBAGI	0,36	1,52	0,20	0,14	0,14	0,31	2,82	0,09	82,50	0,09	0,07
TIJUCAS DO SUL	0,09	0,88	0,27	0,08	0,08	0,81	31,47	0,06	47,02	0,07	0,03
WENCESLAU BRAZ	0,30	2,11	0,05	0,08	0,10	0,39	18,74	0,09	60,24	0,10	0,02

APÊNDICE 22 – VARIÁVEIS MUNICÍPIOS ENTRE 10 E 20 MIL HABITANTES - 2006

MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
ALTO PARANÁ	0,65	112,01	0,12	0,06	0,13	0,36	0,21	0,00	0,42	0,01	0,18	0,39
AMPÉRE	0,68	112,42	0,06	0,05	0,11	0,43	0,22	-0,01	0,39	0,01	0,21	0,45
ARARUNA	0,70	120,54	0,10	0,06	0,09	0,33	0,34	0,00	0,40	0,00	0,17	0,37
ASSAÍ	0,63	110,01	0,40	0,10	0,16	0,31	0,26	0,03	0,43	0,00	0,23	0,34
BARBOSA FERRAZ	0,70	114,26	0,30	0,06	0,11	0,37	0,17	0,00	0,38	0,00	0,14	0,44
BELA VISTA DO PARAÍSO	0,64	113,87	0,36	0,07	0,12	0,41	0,25	-0,03	0,43	0,01	0,20	0,39
BITURUNA	0,63	104,68	0,25	0,04	0,10	0,30	0,23	-0,03	0,39	0,00	0,20	0,51
CÂNDIDO DE ABREU	0,78	124,94	0,03	0,04	0,09	0,33	0,21	-0,01	0,37	0,00	0,15	0,36
CANDÓI	0,56	110,94	0,10	0,07	0,11	0,23	0,28	0,05	0,47	0,01	0,12	0,37
CANTAGALO	0,71	122,66	0,01	0,04	0,06	0,39	0,21	-0,01	0,38	0,00	0,18	0,41
CAPANEMA	0,50	92,47	0,08	0,07	0,14	0,31	0,33	-0,01	0,49	0,00	0,19	0,48
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	0,66	116,37	0,02	0,04	0,08	0,32	0,38	-0,01	0,41	0,00	0,14	0,41
CARLÓPOLIS	0,62	112,75	0,35	0,05	0,07	0,42	0,20	-0,03	0,41	0,00	0,23	0,41
CENTENÁRIO DO SUL	0,70	104,45	0,00	0,05	0,10	0,39	0,19	0,00	0,40	0,00	0,14	0,38
CERRO AZUL	0,60	119,46	0,14	0,05	0,09	0,36	0,24	-0,03	0,44	0,01	0,18	0,36
CIDADE GAÚCHA	0,62	111,30	0,16	0,06	0,11	0,38	0,30	-0,04	0,45	0,01	0,13	0,35
CLEVELÂNDIA	0,57	110,13	0,07	0,05	0,10	0,39	0,21	0,02	0,48	0,00	0,18	0,39
CONTENDA	0,65	107,32	0,05	0,08	0,13	0,40	0,23	-0,01	0,45	0,00	0,13	0,36
CORBÉLIA	0,66	119,39	0,06	0,09	0,15	0,31	0,33	-0,02	0,41	0,01	0,18	0,39
CRUZ MACHADO	0,56	110,74	0,29	0,04	0,08	0,32	0,27	-0,03	0,46	0,00	0,12	0,40
ENGENHEIRO BELTRÃO	0,43	103,31	0,33	0,09	0,12	0,33	0,31	-0,04	0,52	0,01	0,14	0,35
GENERAL CARNEIRO	0,65	111,53	0,28	0,05	0,07	0,38	0,25	-0,02	0,40	0,00	0,15	0,43
GUARANIAÇU	0,70	118,16	0,11	0,08	0,10	0,32	0,32	-0,04	0,36	0,01	0,21	0,43
IPIRANGA	0,74	110,56	0,03	0,06	0,08	0,40	0,29	0,01	0,36	0,00	0,27	0,46
IPORÃ	0,69	105,76	0,26	0,09	0,19	0,36	0,20	-0,04	0,32	0,01	0,30	0,55

IVAÍ	0,84	110,16	0,03	0,03	0,10	0,36	0,25	0,00	0,31	0,00	0,22	0,50
JAGUAPITÃ	0,63	108,91	0,43	0,04	0,15	0,33	0,28	0,01	0,44	0,00	0,11	0,40
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
JARDIM ALEGRE	0,60	118,07	0,19	0,04	0,10	0,44	0,19	-0,02	0,45	0,00	0,16	0,34
JATAIZINHO	0,71	106,86	0,20	0,06	0,24	0,37	0,15	-0,03	0,37	0,00	0,21	0,45
MALLET	0,72	119,64	0,09	0,05	0,08	0,36	0,31	-0,02	0,39	0,00	0,12	0,37
MAMBORÊ	0,69	105,66	0,04	0,06	0,10	0,29	0,41	0,00	0,39	0,00	0,17	0,45
MANOEL RIBAS	0,72	114,16	0,17	0,04	0,08	0,33	0,36	-0,04	0,36	0,01	0,14	0,41
MOREIRA SALES	0,78	122,67	0,35	0,05	0,10	0,36	0,27	-0,03	0,36	0,00	0,13	0,36
MORRETES	0,56	111,66	0,37	0,17	0,22	0,34	0,19	-0,01	0,49	0,00	0,19	0,37
NOVA AURORA	0,81	127,05	0,09	0,04	0,07	0,30	0,42	-0,02	0,36	0,00	0,15	0,35
NOVA LONDRINA	0,59	109,66	0,40	0,06	0,14	0,32	0,25	-0,05	0,41	0,01	0,17	0,43
PALMITAL	0,71	109,01	0,18	0,04	0,13	0,40	0,18	-0,04	0,34	0,00	0,13	0,52
PARAÍSO DO NORTE	0,65	113,00	0,09	0,05	0,11	0,45	0,22	0,00	0,43	0,01	0,16	0,38
PEABIRU	0,55	109,13	0,26	0,05	0,13	0,35	0,29	-0,02	0,47	0,02	0,15	0,37
PLANALTO	0,67	112,42	0,01	0,04	0,07	0,35	0,33	0,00	0,40	0,00	0,16	0,44
QUERÊNCIA DO NORTE	0,69	122,31	0,33	0,04	0,09	0,37	0,29	-0,02	0,40	0,01	0,16	0,37
QUITANDINHA	0,69	112,06	0,37	0,04	0,07	0,39	0,20	0,01	0,36	0,00	0,22	0,47
REBOUÇAS	0,72	115,80	0,04	0,03	0,07	0,42	0,25	-0,02	0,34	0,01	0,12	0,49
RIBEIRÃO CLARO	0,55	106,63	0,12	0,08	0,21	0,33	0,26	-0,03	0,47	0,00	0,15	0,41
RONCADOR	0,73	118,22	0,39	0,04	0,08	0,37	0,30	-0,01	0,37	0,00	0,14	0,41
SALTO DO LONTRA	0,59	110,05	0,67	0,04	0,11	0,28	0,23	0,01	0,40	0,01	0,15	0,43
SANTA IZABEL DO OESTE	0,68	112,37	0,06	0,04	0,08	0,35	0,29	-0,02	0,39	0,00	0,19	0,45
SANTA MARIA DO OESTE	0,68	113,77	0,13	0,02	0,03	0,48	0,22	-0,02	0,38	0,01	0,16	0,45
SANTA MARIANA	0,62	115,87	0,69	0,06	0,12	0,34	0,31	-0,04	0,43	0,00	0,20	0,35
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	0,70	114,46	0,18	0,05	0,08	0,38	0,21	0,03	0,39	0,00	0,16	0,40
SÃO JERÔNIMO DA SERRA	0,66	106,38	0,00	0,04	0,07	0,38	0,23	-0,04	0,38	0,00	0,18	0,47
SÃO JOÃO DO IVAÍ	0,64	118,28	0,45	0,03	0,10	0,34	0,23	0,01	0,42	0,00	0,15	0,39
SÃO JOÃO DO TRIUNFO	0,70	111,07	0,27	0,04	0,06	0,36	0,25	-0,02	0,40	0,01	0,11	0,38

SIQUEIRA CAMPOS	0,72	120,38	0,20	0,06	0,09	0,48	0,22	-0,01	0,40	0,00	0,16	0,36
TAMARANA	0,85	115,65	0,12	0,04	0,08	0,39	0,25	-0,01	0,30	0,00	0,21	0,45
MUNICÍPIOS	EM/DC	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11
TAPEJARA	0,76	116,77	0,30	0,06	0,12	0,40	0,28	-0,04	0,37	0,00	0,14	0,36
TERRA RICA	0,67	114,68	0,39	0,07	0,16	0,36	0,18	-0,01	0,40	0,01	0,12	0,36
TERRA ROXA	0,76	118,70	0,16	0,07	0,11	0,30	0,35	-0,02	0,34	0,01	0,22	0,43
TIJUCAS DO SUL	0,71	108,26	0,44	0,06	0,15	0,32	0,25	-0,03	0,33	0,00	0,24	0,53

MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
ALTO PARANÁ	1,48	4,31	-0,03	0,06	0,16	0,15	1,80	0,17	141,25	0,18	0,14
AMPÉRE	2,40	7,01	-0,06	0,04	0,13	0,09	1,00	0,15	139,02	0,15	0,06
ARARUNA	0,99	2,55	0,00	0,05	0,12	0,21	1,21	0,22	218,63	0,23	0,00
ASSAÍ	1,35	1,89	-0,03	0,12	0,23	0,39	3,09	0,21	204,38	0,22	0,09
BARBOSA FERRAZ	1,40	1,69	-0,02	0,05	0,14	0,51	6,13	0,17	153,24	0,18	0,00
BELA VISTA DO PARAÍSO	1,87	1,95	-0,04	0,05	0,14	0,32	3,74	0,18	142,16	0,18	0,27
BITURUNA	7,29	2,00	-0,21	0,06	0,12	0,46	1,92	0,10	140,27	0,10	0,02
CÂNDIDO DE ABREU	6,66	10,77	-0,22	0,06	0,12	0,05	0,21	0,26	263,28	0,26	0,00
CANDÓI	1,27	2,75	-0,06	0,05	0,15	0,08	0,28	0,14	207,57	0,16	0,15
CANTAGALO	0,75	6,62	0,03	0,02	0,08	0,02	0,19	0,21	185,69	0,21	0,04
CAPANEMA	3,07	7,35	-0,10	0,10	0,14	0,09	0,58	0,02	21,37	0,02	0,00
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	2,57	12,10	-0,09	0,03	0,10	0,03	0,18	0,17	213,58	0,18	0,00
CARLÓPOLIS	2,40	1,15	-0,15	0,06	0,08	0,75	2,86	0,17	180,05	0,18	0,01
CENTENÁRIO DO SUL	0,39	2,50	0,23	0,17	0,13	0,00	0,00	0,21	199,78	0,21	0,00
CERRO AZUL	3,21	2,08	-0,45	0,03	0,11	0,28	0,43	0,19	151,52	0,19	0,00
CIDADE GAÚCHA	3,30	2,17	-0,16	0,10	0,14	0,32	1,42	0,20	227,73	0,20	0,16
CLEVELÂNDIA	1,02	7,58	0,00	0,02	0,12	0,08	2,04	0,11	112,62	0,12	0,08
CONTENDA	1,64	4,99	-0,08	0,11	0,16	0,07	0,32	0,18	174,12	0,18	0,02
CORBÉLIA	0,43	3,27	0,09	0,03	0,19	0,10	1,50	0,19	204,22	0,19	0,06
CRUZ MACHADO	20,71	2,14	-0,11	0,04	0,10	0,45	3,76	0,14	160,77	0,14	0,03
ENGENHEIRO BELTRÃO	1,97	1,18	-0,08	0,08	0,14	0,77	4,80	0,11	103,95	0,11	0,00
GENERAL CARNEIRO	0,00	1,52	-0,13	0,06	0,09	0,66	5,09	0,16	167,00	0,16	0,00
GUARANIAÇU	2,37	6,35	-0,04	0,04	0,13	0,13	1,84	0,19	214,11	0,20	0,00
IPIRANGA	3,21	11,00	-0,09	0,08	0,10	0,04	0,32	0,17	181,37	0,18	0,04
IPORÃ	0,47	1,50	0,15	0,07	0,22	0,29	2,31	0,12	124,53	0,13	0,07
IVAÍ	4,01	13,74	-0,08	0,10	0,13	0,04	0,37	0,19	160,48	0,19	0,06
JAGUAPITÃ	1,00	0,81	0,00	0,07	0,19	0,94	6,78	0,15	178,79	0,16	0,00

JARDIM ALEGRE	2,33	2,82	-0,11	0,04	0,13	0,27	1,40	0,19	165,57	0,20	0,00
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
JATAIZINHO	1,75	3,33	-0,04	0,11	0,29	0,22	2,29	0,18	165,97	0,18	0,00
MALLET	11,35	6,00	-0,20	0,07	0,11	0,15	0,68	0,23	237,91	0,24	0,00
MAMBORÊ	2,31	7,23	-0,05	0,10	0,12	0,10	1,01	0,15	185,26	0,16	0,00
MANOEL RIBAS	1,47	2,20	-0,04	0,10	0,10	0,34	2,47	0,22	260,85	0,22	0,05
MOREIRA SALES	1,62	1,68	-0,06	0,08	0,14	0,51	3,49	0,27	242,45	0,27	0,00
MORRETES	12,84	1,13	-0,18	0,04	0,26	0,75	3,82	0,14	147,08	0,14	0,14
NOVA AURORA	1,08	3,64	-0,01	0,07	0,10	0,13	0,95	0,28	336,73	0,29	0,05
NOVA LONDRINA	0,33	1,16	0,17	0,06	0,18	0,57	6,76	0,14	140,30	0,15	0,00
PALMITAL	0,97	1,96	0,00	0,05	0,15	0,29	2,16	0,13	114,54	0,13	0,15
PARAÍSO DO NORTE	2,41	6,51	-0,06	0,07	0,14	0,11	1,19	0,18	164,29	0,18	0,00
PEABIRU	5,73	1,24	-0,10	0,05	0,16	0,62	5,42	0,13	119,65	0,13	0,07
PLANALTO	1,28	11,39	-0,02	0,04	0,09	0,02	0,19	0,15	139,61	0,16	0,00
QUERÊNCIA DO NORTE	2,35	1,76	-0,05	0,03	0,12	0,50	5,41	0,22	231,01	0,22	0,00
QUITANDINHA	1,67	0,95	-0,05	0,06	0,09	0,92	6,78	0,16	145,56	0,17	0,00
REBOUÇAS	12,37	8,11	-0,10	0,02	0,08	0,09	0,84	0,15	149,08	0,16	0,13
RIBEIRÃO CLARO	5,72	4,64	-0,31	0,05	0,24	0,14	0,38	0,11	121,97	0,11	0,05
RONCADOR	0,90	1,21	0,02	0,06	0,10	0,58	4,17	0,21	199,69	0,21	0,11
SALTO DO LONTRA	1,02	0,97	0,00	0,04	0,16	0,84	5,31	0,12	148,83	0,15	0,03
SANTA IZABEL DO OESTE	0,47	5,56	0,03	0,05	0,09	0,11	3,55	0,16	169,81	0,17	0,00
SANTA MARIA DO OESTE	0,96	2,49	0,01	0,05	0,04	0,27	2,19	0,17	174,60	0,17	0,00
SANTA MARIANA	12,45	1,04	-0,62	0,08	0,15	0,88	1,30	0,22	225,00	0,22	0,00
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	1,92	3,27	-0,04	0,07	0,12	0,25	3,20	0,19	159,54	0,20	0,00
SÃO JERÔNIMO DA SERRA	0,22	0,95	0,78	0,08	0,08	0,00	0,00	0,14	138,86	0,14	0,05
SÃO JOÃO DO IVAÍ	9,82	1,21	-0,10	0,02	0,14	0,59	5,21	0,17	177,46	0,19	0,27
SÃO JOÃO DO TRIUNFO	0,85	0,94	0,06	0,11	0,08	0,62	1,92	0,21	197,43	0,22	0,00
SIQUEIRA CAMPOS	0,37	0,90	0,25	0,06	0,12	0,60	4,05	0,23	200,92	0,24	0,00
TAMARANA	5,99	3,74	-0,14	0,10	0,11	0,20	1,18	0,23	252,07	0,24	0,12

TAPEJARA	0,68	0,86	0,06	0,12	0,17	0,72	5,37	0,26	258,88	0,26	0,14
MUNICÍPIOS	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
TERRA RICA	1,12	2,45	0,00	0,09	0,21	0,37	9,36	0,22	207,27	0,23	0,00
TERRA ROXA	0,98	2,14	0,00	0,05	0,15	0,29	1,86	0,21	224,34	0,22	0,06
TIJUCAS DO SUL	1,19	1,05	-0,02	0,06	0,18	0,80	5,65	0,14	150,74	0,14	0,03

ANEXO 1 – RESULTADO REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998

Model Summary(i)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	0,9068705	0,8224141	0,821432974	0,052378173	
2	0,9648948	0,9310221	0,930255636	0,032734392	
3	0,973564	0,9478268	0,946952401	0,028548453	
4	0,9787846	0,9580193	0,957075938	0,025680302	
5	0,9812599	0,9628711	0,961822219	0,024218936	
6	0,9817953	0,9639219	0,962692001	0,023941463	
7	0,9817953	0,9639219	0,962902775	0,023873738	
8	0,9822403	0,9647959	0,9635958	0,02364969	2,04358099

a Predictors: (Constant), F8

b Predictors: (Constant), F8, G10

c Predictors: (Constant), F8, G10, F7

d Predictors: (Constant), F8, G10, F7, F2

e Predictors: (Constant), F8, G10, F7, F2, F9

f Predictors: (Constant), F8, G10, F7, F2, F9, G8

g Predictors: (Constant), F8, F7, F2, F9, G8

h Predictors: (Constant), F8, F7, F2, F9, G8, F10

i Dependent Variable: EMGF_DC

ANOVA(i)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2,299648	1	2,299648019	838,2251277	7,69E-70
	Residual	0,4965686	181	0,002743473		
	Total	2,7962166	182			
2	Regression	2,6033394	2	1,301669682	1214,764922	3,05E-105
	Residual	0,1928773	180	0,00107154		
	Total	2,7962166	182			
3	Regression	2,6503291	3	0,883443033	1083,960341	1,7E-114
	Residual	0,1458875	179	0,000815014		
	Total	2,7962166	182			
4	Regression	2,6788296	4	0,669707393	1015,511523	2,44E-121
	Residual	0,1173871	178	0,000659478		
	Total	2,7962166	182			

5	Regression	2,6923961	5	0,538479215	918,0341451	1,59E-124
	Residual	0,1038206	177	0,000586557		
	Total	2,7962166	182			
6	Regression	2,6953346	6	0,449222425	783,7184109	4,06E-124
	Residual	0,1008821	176	0,000573194		
	Total	2,7962166	182			
7	Regression	2,6953345	5	0,539066907	945,8054801	1,25E-125
	Residual	0,1008821	177	0,000569955		
	Total	2,7962166	182			
8	Regression	2,6977785	6	0,449629742	803,9038677	4,7E-125
	Residual	0,0984382	176	0,000559308		
	Total	2,7962166	182			
a	Predictors: (Constant), F8					
b	Predictors: (Constant), F8, G10					
c	Predictors: (Constant), F8, G10, F7					
d	Predictors: (Constant), F8, G10, F7, F2					
e	Predictors: (Constant), F8, G10, F7, F2, F9					
f	Predictors: (Constant), F8, G10, F7, F2, F9, G8					
g	Predictors: (Constant), F8, F7, F2, F9, G8					
h	Predictors: (Constant), F8, F7, F2, F9, G8, F10					
i	Dependent Variable: EMGF_DC					

Coefficients(a)

Model	Unstandardized Coefficients			t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	1,1369261	0,020342108		55,89027962	4,2E-116		
F8	-1,3421874	0,046358868	-0,906870504	-28,95211784	7,69E-70	1	1
2 (Constant)	1,003347	0,014985997		66,95230022	3,8E-129		
F8	-1,1284253	0,031632826	-0,762438716	-35,67260613	1,532E-83	0,83887553	1,192072
G10	0,6520124	0,038729682	0,359817297	16,834954	8,244E-39	0,83887553	1,192072
3 (Constant)	0,9939764	0,013127785		75,71546846	6,96E-138		
F8	-1,1083663	0,027713946	-0,748885519	-39,99308921	3,543E-91	0,831253297	1,2030027
G10	0,6471567	0,033783143	0,357137631	19,15620093	3,269E-45	0,838574945	1,1924993
F7	0,3908605	0,051475767	0,130479044	7,593096503	1,665E-12	0,987076126	1,0130931
4 (Constant)	1,0111835	0,012095495		83,60000846	8,79E-145		
F8	-1,1050079	0,024934868	-0,746616343	-44,31577019	4,377E-98	0,830904366	1,2035079
G10	0,6386446	0,030416656	0,352440176	20,99654199	4,839E-50	0,837055307	1,1946642
F7	0,3307313	0,047198929	0,110406414	7,007177818	4,834E-11	0,950007622	1,0526231

ANEXO 2 – RESULTADO REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 2006

Model Summary(f)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	0,9152192	0,8376261	0,836708745	0,037369285	
2	0,9641428	0,9295713	0,928770986	0,024680946	
3	0,9714134	0,9436441	0,942677955	0,022140844	
4	0,9754492	0,9515011	0,950386176	0,020598457	
5	0,9768952	0,9543243	0,953004162	0,02004763	1,835390082
a	Predictors: (Constant), F8				
b	Predictors: (Constant), F8, G8				
c	Predictors: (Constant), F8, G8, F2				
d	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7				
e	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7, G2				
f	Dependent Variable: EMGF_DC				

ANOVA(f)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1,2750783	1	1,275078347	913,0767464	8,831E-72
	Residual	0,247174	177	0,001396463		
	Total	1,5222524	178			
2	Regression	1,4150421	2	0,707521074	1161,490825	4E-102
	Residual	0,1072102	176	0,000609149		
	Total	1,5222524	178			
3	Regression	1,4364644	3	0,478821472	976,7541773	5,25E-109
	Residual	0,085788	175	0,000490217		
	Total	1,5222524	178			
4	Regression	1,4484248	4	0,362106202	853,4274286	3,82E-113
	Residual	0,0738276	174	0,000424296		

	Total	1,5222524	178			
5	Regression	1,4527224	5	0,290544479	722,9138886	6,67E-114
	Residual	0,06953	173	0,000401907		
	Total	1,5222524	178			
a	Predictors: (Constant), F8					
b	Predictors: (Constant), F8, G8					
c	Predictors: (Constant), F8, G8, F2					
d	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7					
e	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7, G2					
f	Dependent Variable: EMGF_DC					

Coefficients(a)

Model	Unstandardized Coefficients			t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	1,3246244	0,021075709	62,8507626	5,58E-123		
	F8	-1,6171255	0,053516794	-0,91521916	-30,2171598	1	1
2	(Constant)	1,0951004	0,020567848	53,24331314	1,87E-110		
	F8	-1,357986	0,039263027	-0,768558043	-34,5868908	0,8104134	1,2339381
	G8	0,6892654	0,045471616	0,336830348	15,15814526	0,8104134	1,2339381
3	(Constant)	1,0942841	0,018451469	59,30606926	8,29E-118		
	F8	-1,3280025	0,035513012	-0,751588746	-37,39481483	0,7971938	1,2544001
	G8	0,6990523	0,040818647	0,341613051	17,12580836	0,8093473	1,2355635
	F2	-0,0723427	0,010943496	-0,119636534	-6,61056482	0,983221	1,0170653
4	(Constant)	1,0869234	0,017221986	63,11254396	7,63E-122		
	F8	-1,3191827	0,033080822	-0,746597151	-39,87756854	0,7951835	1,2575713
	G8	0,7400923	0,038753833	0,361668477	19,09726746	0,7771482	1,2867558
	F2	-0,0606802	0,010415411	-0,100349751	-5,826003064	0,9394886	1,0644088

ANEXO 3 – RESULTADO REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES – 1998 E 2006

Model Summary(i)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	0,8869915	0,7867539	0,786161542	0,059411931	
2	0,972907	0,946548	0,946250179	0,029786486	
3	0,9789462	0,9583356	0,957986476	0,026334515	
4	0,9827034	0,965706	0,965321709	0,023925422	
5	0,9834928	0,9672582	0,966798326	0,023410503	
6	0,9839316	0,9681214	0,967582594	0,023132358	
7	0,9844914	0,9692234	0,9686148	0,022761098	
8	0,9846881	0,9696106	0,968921866	0,02264948	1,875626317
a	Predictors: (Constant), F8				
b	Predictors: (Constant), F8, G8				
c	Predictors: (Constant), F8, G8, F7				
d	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2				
e	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2, F9				
f	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2, F9, G2				
g	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2, F9, G2, LRF				
h	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2, F9, G2, LRF, G3				
i	Dependent Variable: EMGF_DC				

ANOVA(i)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	4,6882162	1	4,688216204	1328,190252	7,48E-123
	Residual	1,2707199	360	0,003529778		
	Total	5,9589361	361			
2	Regression	5,6404189	2	2,820209429	3178,650696	4,67E-229
	Residual	0,3185173	359	0,000887235		
	Total	5,9589361	361			
3	Regression	5,7106608	3	1,903553584	2744,823748	1,28E-246
	Residual	0,2482754	358	0,000693507		
	Total	5,9589361	361			
4	Regression	5,7545801	4	1,43864503	2513,242694	5,96E-260
	Residual	0,204356	357	0,000572426		
	Total	5,9589361	361			
5	Regression	5,7638297	5	1,152765949	2103,389177	8,38E-262
	Residual	0,1951064	356	0,000548052		
	Total	5,9589361	361			
6	Regression	5,7689735	6	0,961495587	1796,832116	3,53E-262
	Residual	0,1899626	355	0,000535106		
	Total	5,9589361	361			
7	Regression	5,7755402	7	0,825077173	1592,605256	3,09E-263

	Residual	0,1833959	354	0,000518068		
	Total	5,9589361	361			
8	Regression	5,7778475	8	0,72223094	1407,860509	1,37E-262
	Residual	0,1810886	353	0,000512999		
	Total	5,9589361	361			
a	Predictors: (Constant), F8					
b	Predictors: (Constant), F8, G8					
c	Predictors: (Constant), F8, G8, F7					
d	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2					
e	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2, F9					
f	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2, F9, G2					
g	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2, F9, G2, LRF					
h	Predictors: (Constant), F8, G8, F7, F2, F9, G2, LRF, G3					
i	Dependent Variable: EMGF_DC					

Coefficients(a)

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	1,2685163	0,017923638		70,77337504	2,48E-213		
	F8	-1,5658594	0,042965772	-0,886991484	-36,44434459	7,48E-123	1	1
2	(Constant)	1,033706	0,011494529		89,93026472	2,72E-248		
	F8	-1,197455	0,024299822	-0,678306377	-49,27834607	7,61E-162	0,785833	1,272535
	G8	0,6880217	0,021001809	0,450936296	32,7601149	6,63E-110	0,785833	1,272535
3	(Constant)	1,0199108	0,01025445		99,46031636	7,16E-263		
	F8	-1,171586	0,021636928	-0,663652671	-54,14751829	1,65E-174	0,7747424	1,290752
	G8	0,7349649	0,019144815	0,481703363	38,38976413	5,79E-129	0,7391855	1,35284
	F7	0,41821	0,041554837	0,111945114	10,06405003	3,812E-21	0,9406265	1,063121
4	(Constant)	1,0368319	0,009514542		108,9733856	4,61E-276		
	F8	-1,1674	0,019663381	-0,661281497	-59,36924051	4,54E-187	0,7742848	1,291514
	G8	0,6953787	0,017970983	0,45575815	38,69452772	8,99E-130	0,6924377	1,444173
	F7	0,3617624	0,03829944	0,096835407	9,445631073	4,752E-19	0,9139956	1,094097
	F2	-0,0601597	0,006868112	-0,090369419	-8,759280445	8,026E-17	0,9024941	1,10804
5	(Constant)	1,0476102	0,009672396		108,3092821	1,38E-274		
	F8	-1,1734759	0,019296949	-0,664723235	-60,81147414	3,98E-190	0,7697366	1,299146
	G8	0,6650623	0,019069908	0,43588849	34,87496192	7,21E-117	0,588748	1,69852
	F7	0,3353385	0,038023133	0,089762337	8,819327602	5,221E-17	0,8878415	1,126327
	F2	-0,0557988	0,006803616	-0,083818692	-8,201350491	4,373E-15	0,8805251	1,135686
	F9	-0,7436999	0,181028266	-0,044713424	-4,108197784	4,952E-05	0,7763894	1,288013
6	(Constant)	1,0398775	0,00987754		105,2769798	8,71E-270		
	F8	-1,1680704	0,019147219	-0,661661263	-61,00470452	3,05E-190	0,7633546	1,310007
	G8	0,6554744	0,019095405	0,429604475	34,32628939	7,95E-115	0,5733069	1,744266
	F7	0,3376892	0,03757902	0,090391562	8,986108513	1,543E-17	0,8874801	1,126786
	F2	-0,0457066	0,007469371	-0,068658593	-6,119207407	2,487E-09	0,713299	1,401937
	F9	-0,7051323	0,179309435	-0,042394625	-3,932488515	0,0001011	0,7726528	1,294242

a

ANEXO 4 – RESULTADO REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998

Model Summary(f)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	0,9288258	0,8627173	0,860308826	0,042545544	
2	0,9674878	0,9360326	0,933748035	0,029300092	
3	0,9763033	0,9531681	0,950613608	0,025297246	
4	0,982604	0,9655107	0,962955907	0,021909329	
5	0,985346	0,9709067	0,968162082	0,020311497	1,992983443
a	Predictors: (Constant), F8				
b	Predictors: (Constant), F8, G10				
c	Predictors: (Constant), F8, G10, F2				
d	Predictors: (Constant), F8, G10, F2, F7				
e	Predictors: (Constant), F8, G10, F2, F7, F3				
f	Dependent Variable: EMGF_DC				

ANOVA(f)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	0,6483891	1	0,64838908	358,2016082	2,986E-26
	Residual	0,103177	57	0,001810123		
	Total	0,7515661	58			
2	Regression	0,7034904	2	0,351745184	409,7228647	3,688E-34
	Residual	0,0480757	56	0,000858495		
	Total	0,7515661	58			

3	Regression	0,7163688	3	0,238789607	373,1375282	1,614E-36
	Residual	0,0351973	55	0,000639951		
	Total	0,7515661	58			
4	Regression	0,7256451	4	0,181411275	377,9254275	8,912E-39
	Residual	0,025921	54	0,000480019		
	Total	0,7515661	58			
5	Regression	0,7297006	5	0,145940119	353,7454329	2,057E-39
	Residual	0,0218655	53	0,000412557		
	Total	0,7515661	58			
a	Predictors: (Constant), F8					
b	Predictors: (Constant), F8, G10					
c	Predictors: (Constant), F8, G10, F2					
d	Predictors: (Constant), F8, G10, F2, F7					
e	Predictors: (Constant), F8, G10, F2, F7, F3					
f	Dependent Variable: EMGF_DC					

Coefficients(a)

Model	Unstandardized Coefficients			t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	1,1280095	0,030251884		37,28724916	9,924E-42		
F8	-1,3505333	0,071357812	-0,928825761	-18,92621484	2,986E-26	1	1
2 (Constant)	1,0435961	0,023346617		44,70009716	1,689E-45		
F8	-1,211073	0,052134447	-0,832912285	-23,22980357	1,98E-30	0,888512028	1,1254772
G10	0,5208207	0,06500943	0,287253696	8,011464164	7,403E-11	0,888512028	1,1254772
3 (Constant)	1,0561726	0,020351134		51,89747962	2,087E-48		
F8	-1,1910161	0,04523358	-0,819118215	-26,33035175	7,394E-33	0,879831402	1,1365814
G10	0,5353197	0,056221116	0,295250462	9,521683733	3,134E-13	0,885575587	1,1292091
F2	-0,0933133	0,020801036	-0,131590474	-4,485993401	3,741E-05	0,989572601	1,0105373
4 (Constant)	1,0358251	0,018223249		56,84085546	7,342E-50		

F8	-1,1479873	0,040379995	-0,789525263	-28,42960392	3,63E-34	0,828133837	1,2075343
G10	0,5257722	0,048740153	0,28998463	10,78724931	4,369E-15	0,883817195	1,1314557
F2	-0,0856398	0,018099641	-0,120769238	-4,731572503	1,645E-05	0,980368439	1,0200247
F7	0,2857792	0,065008917	0,116268803	4,396000715	5,207E-05	0,91301956	1,0952668
5 (Constant)	1,0346751	0,016898221		61,22982554	7,301E-51		
F8	-1,1087275	0,039473829	-0,762524493	-28,0876611	1,679E-33	0,74480095	1,3426406
G10	0,5547465	0,046120894	0,305965113	12,02809411	8,98E-17	0,848333234	1,1787821
F2	-0,0868067	0,016783774	-0,122414831	-5,172060047	3,613E-06	0,979886343	1,0205265
F7	0,2931076	0,060313168	0,119250312	4,859760513	1,086E-05	0,911648353	1,0969142
F3	-0,6420773	0,204789323	-0,077869626	-3,135306348	0,0027989	0,889898446	1,1237237
Dependent Variable: EMGF_DC							

ANEXO 5 – RESULTADO REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 2006

Model Summary(f)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	0,9101362	0,8283479	0,825336448	0,032891783	
2	0,9639777	0,929253	0,92672627	0,021303964	
3	0,9734059	0,947519	0,944656428	0,018514836	
4	0,9754589	0,95152	0,947928901	0,017959103	
5	0,9776992	0,9558958	0,951735045	0,017290288	1,882718799
a	Predictors: (Constant), F8				
b	Predictors: (Constant), F8, G10				
c	Predictors: (Constant), F8, G10, G7				
d	Predictors: (Constant), F8, G10, G7, G2				
e	Predictors: (Constant), F8, G10, G7, G2, F3				
f	Dependent Variable: EMGF_DC				

ANOVA(f)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	0,2975865	1	0,29758655	275,0669895	1,774E-23
	Residual	0,0616666	57	0,001081869		
	Total	0,3592531	58			
2	Regression	0,333837	2	0,166918503	367,7762223	6,192E-33
	Residual	0,0254161	56	0,000453859		

	Total	0,3592531	58			
3	Regression	0,3403992	3	0,113466384	330,9996178	3,688E-35
	Residual	0,018854	55	0,000342799		
	Total	0,3592531	58			
4	Regression	0,3418365	4	0,085459129	264,9654089	8,641E-35
	Residual	0,0174166	54	0,000322529		
	Total	0,3592531	58			
5	Regression	0,3434085	5	0,068681708	229,7400141	1,235E-34
	Residual	0,0158446	53	0,000298954		
	Total	0,3592531	58			
a	Predictors: (Constant), F8					
b	Predictors: (Constant), F8, G10					
c	Predictors: (Constant), F8, G10, G7					
d	Predictors: (Constant), F8, G10, G7, G2					
e	Predictors: (Constant), F8, G10, G7, G2, F3					
f	Dependent Variable: EMGF_DC					

Coefficients(a)

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error				Tolerance	VIF
1 (Constant)	1,2715935	0,033072386		38,44879817	1,844E-42		
F8	-1,4531251	0,08761607	-0,910136192	-16,58514364	1,774E-23	1	1
2 (Constant)	1,0919192	0,029377556		37,16848257	3,72E-41		
F8	-1,2907685	0,059585679	-0,808447331	-21,66239472	6,734E-29	0,907047	1,1024787
G10	0,5923825	0,066283572	0,333535136	8,937093974	2,279E-12	0,907047	1,1024787
3 (Constant)	1,0919837	0,025531432		42,77017001	6,752E-44		
F8	-1,283431	0,051811833	-0,803851631	-24,7710015	1,643E-31	0,9060967	1,103635
G10	0,6259272	0,058113653	0,352422158	10,77074309	3,651E-15	0,8912594	1,1220078

	G7	-0,0064137	0,001465906	-0,136348778	-4,375251624	5,46E-05	0,9825231	1,0177878
4	(Constant)	1,0662289	0,027607055		38,62160899	5,128E-41		
	F8	-1,2535169	0,052216168	-0,785115544	-24,00629844	1,735E-30	0,8393672	1,1913737
	G10	0,6541072	0,057928339	0,368288613	11,29166155	7,799E-16	0,8439328	1,1849284
	G7	-0,0048495	0,001603382	-0,103095556	-3,02455103	0,0038065	0,7726996	1,294164
	G2	0,001115	0,00052815	0,075186297	2,111052566	0,0394131	0,7077656	1,4128971
5	(Constant)	1,0596286	0,026734336		39,63549287	4,546E-41		
	F8	-1,2583194	0,05031519	-0,788123465	-25,00873756	5,165E-31	0,837913	1,1934413
	G10	0,6453843	0,055900606	0,363377254	11,54521068	4,371E-16	0,8400249	1,1904409
	G7	-0,0051177	0,001548095	-0,10879772	-3,305825917	0,0017036	0,7682884	1,3015945
	G2	0,0013018	0,000514968	0,087786009	2,527916159	0,0144903	0,6900469	1,4491768
	F3	0,323414	0,141036566	0,068576382	2,293121535	0,0258367	0,930484	1,0747095

a

Dependent Variable: EMGF_DC

ANEXO 6 – RESULTADO REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS EXTREMAMENTE PEQUENOS – 1998 E 2006

Model Summary(g)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	0,8717589	0,7599636	0,757894354	0,062544658	
2	0,9789308	0,9583054	0,957580294	0,026180117	
3	0,9837792	0,9678214	0,966974614	0,023099986	
4	0,9864811	0,973145	0,972194394	0,021196002	
5	0,9875599	0,9752746	0,974170749	0,020428838	
6	0,9881154	0,976372	0,975094806	0,020060083	1,824304786

a Predictors: (Constant), F8

b Predictors: (Constant), F8, G8

c Predictors: (Constant), F8, G8, F2

d Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7

e Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7, F9

f Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7, F9, G1

g Dependent Variable: EMGF_DC

ANOVA(g)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1,4366606	1	1,436660637	367,2601062	9,623E-38
	Residual	0,4537728	116	0,003911834		
	Total	1,8904334	117			
2	Regression	1,8116126	2	0,905806285	1321,576025	4,514E-80

	Residual	0,0788208	115	0,000685399		
	Total	1,8904334	117			
3	Regression	1,8296019	3	0,609867312	1142,909728	7,204E-85
	Residual	0,0608315	114	0,000533609		
	Total	1,8904334	117			
4	Regression	1,8396658	4	0,459916459	1023,69614	9,727E-88
	Residual	0,0507676	113	0,00044927		
	Total	1,8904334	117			
5	Regression	1,8436916	5	0,368738322	883,5496237	3,259E-88
	Residual	0,0467418	112	0,000417337		
	Total	1,8904334	117			
6	Regression	1,8457662	6	0,307627706	764,4692205	8,232E-88
	Residual	0,0446672	111	0,000402407		
	Total	1,8904334	117			
a	Predictors: (Constant), F8					
b	Predictors: (Constant), F8, G8					
c	Predictors: (Constant), F8, G8, F2					
d	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7					
e	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7, F9					
f	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7, F9, G1					
g	Dependent Variable: EMGF_DC					

Coefficients(a)

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error				Tolerance	VIF
1 (Constant)	1,2858737	0,033860631		37,97548049	2,836E-67		
F8	-1,6166833	0,08436029	-0,871758931	-19,16403157	9,623E-38	1	1
2 (Constant)	1,0525273	0,01733266		60,72508802	3,259E-89		

ANEXO 7 – RESULTADO REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998

Model Summary(i)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	0,935262	0,874715	0,872726308	0,049313938	
2	0,9705973	0,9420592	0,940190127	0,033805456	
3	0,9779744	0,9564338	0,954291237	0,029552899	
4	0,9802121	0,9608158	0,958203528	0,028259871	
5	0,9818781	0,9640845	0,961040866	0,027283809	
6	0,981264	0,9628791	0,960404401	0,027505771	
7	0,9827226	0,9657438	0,962840702	0,026646128	
8	0,9825801	0,9654636	0,963161135	0,026530992	2,244336854
a	Predictors: (Constant), F8				
b	Predictors: (Constant), F8, G10				
c	Predictors: (Constant), F8, G10, F2				
d	Predictors: (Constant), F8, G10, F2, F7				
e	Predictors: (Constant), F8, G10, F2, F7, G8				
f	Predictors: (Constant), F8, F2, F7, G8				
g	Predictors: (Constant), F8, F2, F7, G8, F11				
h	Predictors: (Constant), F2, F7, G8, F11				
i	Dependent Variable: EMGF_DC				

ANOVA(i)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1,0696637	1	1,069663677	439,8533296	4,097E-30
	Residual	0,1532075	63	0,002431864		
	Total	1,2228711	64			
2	Regression	1,152017	2	0,576008494	504,0287191	4,493E-39
	Residual	0,0708542	62	0,001142809		
	Total	1,2228711	64			
3	Regression	1,1695953	3	0,389865111	446,3897216	1,926E-41

	Residual	0,0532758	61	0,000873374		
	Total	1,2228711	64			
4	Regression	1,1749539	4	0,29373848	367,8074281	1,853E-41
	Residual	0,0479172	60	0,00079862		
	Total	1,2228711	64			
5	Regression	1,1789512	5	0,235790234	316,7493995	2,923E-41
	Residual	0,04392	59	0,000744406		
	Total	1,2228711	64			
6	Regression	1,1774771	4	0,294369273	389,085317	3,665E-42
	Residual	0,045394	60	0,000756567		
	Total	1,2228711	64			
7	Regression	1,1809802	5	0,236196037	332,6629094	7,26E-42
	Residual	0,041891	59	0,000710016		
	Total	1,2228711	64			
8	Regression	1,1806375	4	0,295159382	419,3239131	4,216E-43
	Residual	0,0422336	60	0,000703894		
	Total	1,2228711	64			
a	Predictors: (Constant), F8					
b	Predictors: (Constant), F8, G10					
c	Predictors: (Constant), F8, G10, F2					
d	Predictors: (Constant), F8, G10, F2, F7					
e	Predictors: (Constant), F8, G10, F2, F7, G8					
f	Predictors: (Constant), F8, F2, F7, G8					
g	Predictors: (Constant), F8, F2, F7, G8, F11					
h	Predictors: (Constant), F2, F7, G8, F11					
i	Dependent Variable: EMGF_DC					

Coefficients(a)

Model	Unstandardized Coefficients			t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	1,1635714	0,029739309		39,12570462	6,478E-46		
F8	-1,376073	0,065612644	-0,935261973	-20,97268055	4,097E-30	1	1
2 (Constant)	0,9893556	0,028927483		34,2012352	5,93E-42		
F8	-1,1152296	0,054472356	-0,757977064	-20,47331219	2,794E-29	0,681800003	1,4667058
G10	0,7670556	0,090359353	0,314283574	8,488945164	5,634E-12	0,681800003	1,4667058
3 (Constant)	1,0118889	0,025782515		39,24709913	5,389E-45		
F8	-1,1099766	0,0476344	-0,754406823	-23,30199572	4,583E-32	0,681388048	1,4675925
G10	0,7363662	0,079288244	0,301709277	9,28720469	2,79E-13	0,676724964	1,4777052

	F2	-0,0662473	0,014766555	-0,12081456	-4,486306104	3,268E-05	0,984824262	1,0154096
4	(Constant)	1,0014919	0,024979041		40,09328794	5,03E-45		
	F8	-1,0950507	0,045913265	-0,744262288	-23,85042072	2,633E-32	0,670655844	1,4910777
	G10	0,7404807	0,075835782	0,303395107	9,764265024	5,233E-14	0,676428077	1,4783538
	F2	-0,0565144	0,014611835	-0,10306482	-3,867715254	0,000273	0,919703286	1,0873072
	F7	0,2749411	0,106141388	0,069340057	2,590329199	0,0120186	0,911383561	1,0972329
5	(Constant)	1,0022652	0,024118604		41,55568962	2,149E-45		
	F8	-1,092615	0,044339937	-0,742606828	-24,64177973	9,497E-33	0,670278956	1,4919162
	G10	-1,1566798	0,821974251	-0,473923229	-1,407197122	0,1646154	0,005366896	186,32743
	F2	-0,0546027	0,014131262	-0,099578429	-3,863964407	0,0002801	0,91656867	1,0910257
	F7	0,4276151	0,12182814	0,107844374	3,509986247	0,0008652	0,644829883	1,5507966
	G8	2,013311	0,868830901	0,778248726	2,317264504	0,0239784	0,005396892	185,29184
6	(Constant)	0,9996692	0,024243583		41,23438441	9,896E-46		
	F8	-1,0909891	0,044685476	-0,741501774	-24,41484744	7,361E-33	0,670734399	1,4909031
	F2	-0,0556021	0,014228221	-0,101401009	-3,907873293	0,0002392	0,9188896	1,08827
	F7	0,3355389	0,10360131	0,084622788	3,238751424	0,0019585	0,906248943	1,1034496
	G8	0,7955545	0,078019805	0,307522936	10,19682825	1,017E-14	0,680208606	1,4701372
7	(Constant)	0,1692182	0,374608409		0,451720319	0,6531267		
	F8	-0,2612439	0,376053603	-0,177557045	-0,694698499	0,4899711	0,008888008	112,51115
	F2	-0,0545461	0,013791739	-0,099475309	-3,954986954	0,0002077	0,917797867	1,0895645
	F7	0,3761322	0,102013748	0,094860417	3,687074014	0,0004956	0,877164782	1,1400367
	G8	1,63958	0,387426658	0,633782363	4,231975055	8,201E-05	0,025887698	38,628387
	F11	0,854739	0,384805998	0,469619804	2,22122054	0,0301866	0,012989071	76,987801
8	(Constant)	-0,0905616	0,02216868		-4,08511517	0,0001326		
	F2	-0,0542055	0,013723465	-0,098854124	-3,949842723	0,0002083	0,918959331	1,0881874
	F7	0,3900033	0,099608321	0,098358705	3,915369156	0,0002334	0,912107633	1,0963618
	G8	1,9051695	0,06249207	0,736446428	30,48657956	3,215E-38	0,986418821	1,0137682
	F11	1,1202861	0,044105031	0,615519503	25,40041431	8,418E-34	0,980221517	1,0201776

a

Dependent Variable: EMGF_DC

ANEXO 8 – RESULTADO REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS PEQUENOS – 2006

Model Summary(k)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	0,8914769	0,7947311	0,79112986	0,035665877	
2	0,9606915	0,9229281	0,920175542	0,022048686	
3	0,9745347	0,9497179	0,946975265	0,017970244	
4	0,9766943	0,9539318	0,9505193	0,017359317	
5	0,9786594	0,9577743	0,953790739	0,016775645	
6	0,9812525	0,9628564	0,958570651	0,015884326	
7	0,9809815	0,9623247	0,958770434	0,01584598	
8	0,9800335	0,9604657	0,957537203	0,016081221	
9	0,9819988	0,9643217	0,960955786	0,015420309	
10	0,9836189	0,9675061	0,963756751	0,014856903	1,793924105
a	Predictors: (Constant), F8				
b	Predictors: (Constant), F8, G8				
c	Predictors: (Constant), F8, G8, G2				
d	Predictors: (Constant), F8, G8, G2, G4				
e	Predictors: (Constant), F8, G8, G2, G4, F7				
f	Predictors: (Constant), F8, G8, G2, G4, F7, F11				
g	Predictors: (Constant), G8, G2, G4, F7, F11				
h	Predictors: (Constant), G8, G2, F7, F11				
i	Predictors: (Constant), G8, G2, F7, F11, F10				
j	Predictors: (Constant), G8, G2, F7, F11, F10, F4				
k	Dependent Variable: EMGF_DC				

ANOVA(k)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	0,2807228	1	0,280722767	220,6844983	2,96E-21
	Residual	0,0725071	57	0,001272055		
	Total	0,3532299	58			
2	Regression	0,3260058	2	0,163002897	335,297173	6,809E-32
	Residual	0,0272241	56	0,000486145		
	Total	0,3532299	58			
3	Regression	0,3354688	3	0,111822919	346,2763796	1,138E-35
	Residual	0,0177611	55	0,00032293		
	Total	0,3532299	58			

4	Regression	0,3369572	4	0,084239303	279,5435505	2,184E-35
	Residual	0,0162727	54	0,000301346		
	Total	0,3532299	58			
5	Regression	0,3383145	5	0,067662902	240,4319284	3,908E-35
	Residual	0,0149154	53	0,000281422		
	Total	0,3532299	58			
6	Regression	0,3401097	6	0,056684946	224,6622848	2,306E-35
	Residual	0,0131202	52	0,000252312		
	Total	0,3532299	58			
7	Regression	0,3399218	5	0,06798437	270,7514918	1,917E-36
	Residual	0,013308	53	0,000251095		
	Total	0,3532299	58			
8	Regression	0,3392652	4	0,084816296	327,9753881	3,537E-37
	Residual	0,0139647	54	0,000258606		
	Total	0,3532299	58			
9	Regression	0,3406272	5	0,068125447	286,499077	4,541E-37
	Residual	0,0126027	53	0,000237786		
	Total	0,3532299	58			
10	Regression	0,3417521	6	0,056958676	258,0496726	7,19E-37
	Residual	0,0114778	52	0,000220728		
	Total	0,3532299	58			
a	Predictors: (Constant), F8					
b	Predictors: (Constant), F8, G8					
c	Predictors: (Constant), F8, G8, G2					
d	Predictors: (Constant), F8, G8, G2, G4					
e	Predictors: (Constant), F8, G8, G2, G4, F7					
f	Predictors: (Constant), F8, G8, G2, G4, F7, F11					
g	Predictors: (Constant), G8, G2, G4, F7, F11					
h	Predictors: (Constant), G8, G2, F7, F11					
i	Predictors: (Constant), G8, G2, F7, F11, F10					
j	Predictors: (Constant), G8, G2, F7, F11, F10, F4					
k	Dependent Variable: EMGF_DC					

Coefficients(a)

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta				Tolerance	VIF
1 (Constant)	1,2653397	0,040497467			31,24490954	1,485E-37		
F8	-1,4886216	0,100207078	-0,891476903		-14,85545349	2,96E-21	1	1
2 (Constant)	1,0395699	0,034263678			30,34029	1,889E-36		
F8	-1,2190775	0,067952645	-0,730057551		-17,94010355	6,98E-25	0,8310816	1,2032512
G8	0,6679417	0,069207558	0,392750872		9,651282004	1,628E-13	0,8310816	1,2032512
3 (Constant)	0,995169	0,029105426			34,19187086	9,651E-39		
F8	-1,1619297	0,056380343	-0,695833965		-20,60877266	1,542E-27	0,801943	1,2469714
G8	0,7055638	0,056832486	0,414872727		12,41479653	1,387E-17	0,8186532	1,2215185
G2	0,0040251	0,000743567	0,166817632		5,413268866	1,397E-06	0,9626885	1,0387576
4 (Constant)	0,9867605	0,028369355			34,7826204	1,18E-38		

ANEXO 9 – RESULTADO REGRESSÃO SPSS MUNICÍPIOS PEQUENOS – 1998 E 2006

Model Summary(i)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	0,9168112	0,8405428	0,839235794	0,050892173	
2	0,9738253	0,9483358	0,947481835	0,029087814	
3	0,9799591	0,9603199	0,959327859	0,025597929	
4	0,9831597	0,966603	0,965480414	0,02358246	
5	0,984497	0,9692343	0,967930693	0,022730087	
6	0,9842728	0,9687929	0,967743927	0,022796179	
7	0,985223	0,9706645	0,96942142	0,022195502	
8	0,9858483	0,9718968	0,970455611	0,021816939	2,172306554
a	Predictors: (Constant), F8				
b	Predictors: (Constant), F8, G8				
c	Predictors: (Constant), F8, G8, F2				
d	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7				
e	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7, F11				
f	Predictors: (Constant), G8, F2, F7, F11				
g	Predictors: (Constant), G8, F2, F7, F11, LRF				
h	Predictors: (Constant), G8, F2, F7, F11, LRF, F10				
i	Dependent Variable: EMGF_DC				

ANOVA(i)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1,6656264	1	1,665626374	643,0956844	1,804E-50
	Residual	0,3159816	122	0,002590013		
	Total	1,981608	123			
2	Regression	1,8792298	2	0,939614891	1110,523388	1,406E-78
	Residual	0,1023782	121	0,000846101		
	Total	1,981608	123			
3	Regression	1,9029775	3	0,634325839	968,0610128	7,079E-84

	Residual	0,0786305	120	0,000655254		
	Total	1,981608	123			
4	Regression	1,9154282	4	0,47885706	861,0486298	8,469E-87
	Residual	0,0661798	119	0,000556132		
	Total	1,981608	123			
5	Regression	1,9206425	5	0,384128497	743,4886041	2,1E-87
	Residual	0,0609655	118	0,000516657		
	Total	1,981608	123			
6	Regression	1,9197678	4	0,479941942	923,5588558	1,501E-88
	Residual	0,0618402	119	0,000519666		
	Total	1,981608	123			
7	Regression	1,9234764	5	0,384695288	780,8847118	1,269E-88
	Residual	0,0581316	118	0,00049264		
	Total	1,981608	123			
8	Regression	1,9259185	6	0,320986412	674,3711725	3,042E-88
	Residual	0,0556895	117	0,000475979		
	Total	1,981608	123			
a	Predictors: (Constant), F8					
b	Predictors: (Constant), F8, G8					
c	Predictors: (Constant), F8, G8, F2					
d	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7					
e	Predictors: (Constant), F8, G8, F2, F7, F11					
f	Predictors: (Constant), G8, F2, F7, F11					
g	Predictors: (Constant), G8, F2, F7, F11, LRF					
h	Predictors: (Constant), G8, F2, F7, F11, LRF, F10					
i	Dependent Variable: EMGF_DC					

Coefficients(a)
Model

		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients Beta	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error				Tolerance	VIF
1	(Constant)	1,2403847	0,025364881		48,90165699	5,258E-82		
	F8	-1,4938684	0,058908034	-0,916811224	-25,35933131	1,804E-50	1	1
2	(Constant)	1,0176778	0,020165334		50,46669589	3,935E-83		
	F8	-1,1607944	0,039661823	-0,712398359	-29,26729909	9,824E-57	0,7206492	1,387638
	G8	0,6761053	0,042552137	0,386752618	15,88886948	2,143E-31	0,7206492	1,387638
3	(Constant)	1,0387504	0,018087873		57,42800289	3,925E-89		
	F8	-1,1540154	0,034921454	-0,708237953	-33,04602935	4,203E-62	0,7198999	1,389082
	G8	0,6258634	0,03836555	0,35801269	16,31316006	3,078E-32	0,6865486	1,456561
	F2	-0,0646519	0,010739274	-0,113814586	-6,02013556	1,953E-08	0,9251425	1,080915
4	(Constant)	1,0241258	0,016947941		60,42773969	3,71E-91		
	F8	-1,1331773	0,032471928	-0,695449256	-34,89713586	2,383E-64	0,7066578	1,415112
	G8	0,6719004	0,036659554	0,384347272	18,32811197	1,887E-36	0,6381875	1,566938
	F2	-0,0551643	0,010094855	-0,097112516	-5,464599927	2,59E-07	0,8886419	1,125313

5	F7	0,3552002	0,075069764	0,083046103	4,731601198	6,188E-06	0,9110416	1,097645
	(Constant)	0,2235898	0,252520576		0,885431831	0,3777246		
	F8	-0,3310495	0,254425138	-0,203170444	-1,301166632	0,1957364	0,0106937	93,51273
	G8	1,4761657	0,255619502	0,844411241	5,774855611	6,365E-08	0,0121944	82,00518
	F2	-0,0493903	0,009898288	-0,080947673	-4,989777027	2,105E-06	0,8586789	1,16458
	F7	0,4297846	0,076070015	0,106483991	5,649854983	1,132E-07	0,8242621	1,213206
6	F11	0,8189372	0,257783974	0,462040172	3,176835318	0,0019006	0,0123258	81,13077
	(Constant)	-0,1042688	0,016672974		-6,253759362	6,506E-09		
	G8	1,8060256	0,03286034	1,033101056	54,96065038	2,004E-86	0,7422061	1,347335
	F2	-0,0470501	0,009761822	-0,082827969	-4,81980405	4,285E-06	0,8879962	1,126131
	F7	0,4616715	0,072223845	0,107939193	6,392231376	3,327E-09	0,9197145	1,087294
	F11	1,1518095	0,031803647	0,649845014	36,2162724	4,199E-66	0,814506	1,227738
7	(Constant)	-0,0972708	0,01643278		-5,919315421	3,248E-08		
	G8	1,8769852	0,041140055	1,073692083	45,62427688	8,316E-77	0,4488949	2,227693
	F2	-0,0525343	0,009712497	-0,092482475	-5,4089355	3,366E-07	0,8503876	1,175934
	F7	0,4196779	0,071967057	0,098121056	5,831528375	4,893E-08	0,8781174	1,1388
	F11	1,1375198	0,031400543	0,641782835	36,22611935	8,989E-66	0,7920993	1,262468
	LRF	-0,0168229	0,006131363	-0,066460603	-2,74374817	0,007023	0,4237133	2,360086
8	(Constant)	-0,0926454	0,016281077		-5,690371792	9,535E-08		
	G8	1,8663195	0,040711608	1,067590964	45,84244227	1,326E-76	0,4428897	2,257898
	F2	-0,0489502	0,009677085	-0,086172969	-5,058360619	1,584E-06	0,8276512	1,208238
	F7	0,4256107	0,070788074	0,099508142	6,012463443	2,132E-08	0,8769151	1,140361
	F11	1,1714071	0,034299748	0,660901866	34,15206211	1,091E-62	0,6414013	1,559086
	LRF	-0,0159082	0,006040304	-0,06284678	-2,633669529	0,0095885	0,4218193	2,370684
	F10	-0,1081469	0,047745471	-0,041598256	-2,265071116	0,0253487	0,7121695	1,40416

a

Dependent Variable: EMGF_DC